

repec

Versão em Português

Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade

Journal of Education and Research in Accounting

REPeC, Brasília, v. 12, n. 4, out./dez. 2018
Disponível online em www.repec.org.br
DOI: <http://dx.doi.org/10.17524/repec.v12i4>

Data de publicação: 12 de dezembro de 2018

EQUIPE EDITORIAL

CORPO DIRETIVO

Maria Clara Cavalcante Bugarim, Presidente da Academia Brasileira de Ciências Contábeis (Abracicon), Brasil

COMITÊ DE POLÍTICA EDITORIAL

Antonio Carlos Dias Coelho, Doutor, Universidade Federal do Ceará (UFC), CE, Brasil
Carlos Renato Theóphilo, Doutor, Universidade Montes Claros (Unimontes), MG, Brasil
Edgard B. Cornachione Jr., Ph.D., Universidade de São Paulo (USP), SP, Brasil
Emari Ott, Doutor, Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), RS, Brasil
Ilse Maria Beuren, Doutora, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), SC, Brasil
Jacqueline Veneroso Alves da Cunha, Doutora, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), MG, Brasil
Orleans Silva Martins, Doutor, Universidade Federal da Paraíba (UFPB), PB, Brasil
Patrícia Gonzalez Gonzalez, Doutora, Universidad del Valle (UV), Cali, Colômbia
Valcemiro Nossa, Doutor, Fucape Business School (FBS), ES, Brasil

EDITOR

Orleans Silva Martins, Doutor, Universidade Federal de Pernambuco, PE, Brasil

EDITORES ADJUNTOS

Felipe Ramos Ferreira, Doutor, Fucape Business School (FBS), ES, Brasil
Gerlando Augusto Sampaio Franco de Lima, Doutor, Universidade de São Paulo (USP), SP, Brasil
Márcia Maria dos Santos Bortolocci Espejo, Doutora, Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), MS, Brasil
Vinícius Gomes Martins, Doutor, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), SC, Brasil

CORPO EDITORIAL CIENTÍFICO

Adriano Rodrigues, Doutor, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), RJ, Brasil
Alfredo Sarlo Neto, Doutor, Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), ES, Brasil
Aneide Oliveira Araujo, Doutora, Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), RN, Brasil
Antonio Benedito Silva Oliveira, Doutor, Universidade Católica de São Paulo (PUCSP), SP, Brasil
Cláudio Parisi, Doutor, Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado (FECAP), SP, Brasil
Edilson Paulo, Doutor, Universidade Federal da Paraíba (UFPB), PB, Brasil
Eduardo Schiehl, Ph.D., HEC Montreal, Canadá
Fátima Souza Freire, Doutora, Universidade de Brasília (UNB), DF, Brasil
Fernando Caio Galdi, Doutor, Fucape Business School (FBS), ES, Brasil
Ilirio José Rech, Doutor, Universidade Federal de Uberlândia (UFU), MG, Brasil
Jeronymo José Libonati, Doutor, Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), PE, Brasil
José Alonso Borba, Doutor, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), SC, Brasil
Laura Edith Taboada Pinheiro, Doutora, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), MG, Brasil
Lauro Brito de Almeida, Doutor, Universidade Federal do Paraná (UFPR), PR, Brasil
Leandro Cañibano, Doutor, Universidad Autonoma de Madrid, Espanha
Luis Eduardo Afonso, Doutor, Universidade de São paulo (USP), SP, Brasil
Luis Lima Santos, Doutor, Instituto Politécnico de Leiria (IPL), Portugal
Maise de Souza Ribeiro, Doutora, Universidade de São Paulo de Ribeirão Preto (USP-RP), SP, Brasil
Márcia Martins Mendes De Luca, Doutora, Universidade Federal do Ceará (UFC), CE, Brasil
Marcos Antonio Souza, Doutor, Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), RS, Brasil
Milanez Silva de Souza, Doutor, Universidade Federal do Amazonas (UFAM), AM, Brasil
Roberto Carlos Klann, Doutor, Universidade Regional de Blumenau (FURB), SC, Brasil
Sonia Maria da Silva Gomes, Doutora, Universidade Federal da Bahia (UFBA), BA, Brasil
Waldir Jorge Ladeira dos Santos, Doutor, Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), RJ, Brasil

AVALIADORES AD HOC

Lista publicada anualmente no último número da Revista

REVISÃO DE LÍNGUA PORTUGUESA

Maria do Carmo Nóbrega, Conselho Federal de Contabilidade (CFC), Brasil

REVISÃO DE LÍNGUA INGLESA

Aksent Assessoria Acadêmica

REVISÃO DE NORMALIZAÇÃO

Rosângela Bekman dos Santos, Conselho Federal de Contabilidade (CFC), Brasil

PREPARAÇÃO/REVISÃO DE METADADOS

Orleans Silva Martins, Doutor, Universidade Federal da Paraíba (UFPB), PB, Brasil

PROJETO GRÁFICO

Thiago Luis Gomes, Conselho Federal de Contabilidade (CFC), Brasil

DIAGRAMAÇÃO

Pedro de Moraes, Conselho Federal de Contabilidade (CFC), Brasil

BIBLIOTECÁRIA

Lucia Helena Alves de Figueiredo, Conselho Federal de Contabilidade (CFC), Brasil

ASSISTENTE EDITORIAL

Rosângela Bekman dos Santos, Conselho Federal de Contabilidade (CFC), Brasil

Esta revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, pela internet no sistema SEER, disponibilizando gratuitamente o conhecimento científico ao público com vistas à sua democratização.

A REPEC está utilizando o Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas (SEER) como meio de gerenciamento do periódico.

O Sistema Eletrônico de Editoração (SEER) foi traduzido e adaptado do Open Journal Systems (OJS) pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). Esse software livre, desenvolvido pela Universidade British Columbia do Canadá, tem como objetivo dar assistência na edição de periódicos científicos em cada uma das etapas do processo, desde a submissão e avaliação dos consultores até a publicação *on-line* e sua indexação.

Disponível em: <http://www.repec.org.br>

© Abracicon – Academia Brasileira de Ciências Contábeis – 2018



Academia Brasileira de Ciências Contábeis (Abracicon)
SAS, Qd. 5, Bl. J, 4º andar, Ed. CFC,
CEP: 70070-920, Brasília-DF
E-mail: repec@cfc.org.br

REPEC: Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade [recurso eletrônico] / Academia Brasileira de Ciências Contábeis – v.1, n.1 (jan. 2007/abr. 2007) – Brasília: CFC, 2007 –

Trimestral

ISSN: 1981-8610

Modo de acesso: <http://www.repec.org.br>

1. Ciências Contábeis 2. Contabilidade I. Conselho Federal de Contabilidade II. Título.

CDU-657

Ficha Catalográfica elaborada pela Bibliotecária Lúcia Helena Alves de Figueiredo CRB 1/1.401

Editorial

Prezado leitor,

Diferentemente dos últimos editoriais, tomo a liberdade de iniciar este Editorial de maneira diferente da habitual.

Nos últimos três anos, tive a grande satisfação de fazer parte do corpo editorial da Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC) - um periódico científico mantido pela Academia Brasileira de Ciências Contábeis (Abracicon), com apoio do Conselho Federal de Contabilidade (CFC). No primeiro ano (2016) atuei como editor adjunto, sob a tutela do Prof. Dr. Valcemiro Nossa, então editor geral da REPeC, tendo a honra de substituí-lo em seguida, permanecendo como editor geral da REPeC no biênio 2017-2018. Certamente este foi um período de muito aprendizado, tendo a oportunidade de trabalhar com pesquisadores de alto nível e pessoas excelentes.

Ao fim do meu primeiro mandato como editor geral (2017-2018), chego a difícil decisão de não continuar fazendo parte desta grande equipe. Por esta razão, venho, oportunamente, agradecer a todos os que contribuíram com este trabalho, desde a Maria Clara Cavalcante Bugarim, presidente da Abracicon e com quem sempre pude contar: todos os editores com os quais tive a satisfação de trabalhar, como o Felipe Ramos Ferreira, Gerlando Augusto Sampaio Franco de Lima, Paulo Roberto da Cunha, Márcia Maria dos Santos Bortolucci Espejo, Valcemiro Nossa e Vinícius Gomes Martins. Deixo aqui, também, meu muito obrigado a todos os autores, revisores e equipe de apoio da Abracicon e do CFC, que acreditaram no meu trabalho. Meu muito obrigado!

Nesses três anos, busquei dar continuidade aos bons trabalhos dos editores anteriores. Desde as mudanças estratégicas, como a implementação do *ahead of print* e do aumento da quantidade de artigos por edição, até as mudanças estruturais, como nova estrutura de resumos e nova plataforma eletrônica, tentando deixar minha contribuição à já vitoriosa história da REPeC. Em dois anos como editor geral, foram 9 edições publicadas, sendo 8 regulares e 1 especial de 10 anos da revista, participando diretamente da publicação de mais de 60 artigos.

Aproveito para desejar muito sucesso ao Prof. Dr. Gerlando Augusto Sampaio Franco de Lima, que atualmente é editor adjunto da REPeC e, a partir de 2018, passará a ser seu editor geral. Seu excelente histórico acadêmico e profissional dispensa apresentações. Tenho certeza absoluta que fará um excelente trabalho. Desejo-o muito sucesso e continuo à disposição.

Dessa forma, concluímos 2018 com a publicação do quarto e último número da REPeC, neste ano, (v. 12, n. 4), o qual é composto de 7 (sete) artigos científicos inéditos, resumidos a seguir:

O primeiro trabalho, intitulado “**Implicações da OCPC 07 sobre a Forma das Notas Explicativas: Estudo em Empresas de Alimentos Processados**”, de autoria de *Régis Barroso Silva, Vera Maria Rodrigues Ponte, Márcia Martins Mendes De Luca, Edilene Santana Santos e Sylvia Rejane Magalhães Domingos* buscou analisar o comportamento das empresas brasileiras diante das atuais orientações de divulgação estabelecidas pelas entidades normatizadoras, considerando os aspectos da forma das suas notas explicativas, em face da publicação da OCPC 07. Os autores analisaram os aspectos do tamanho, legibilidade e similaridade das notas explicativas e puderam verificar que apenas a legibilidade foi afetada pela divulgação da OCPC 07. As empresas emissoras de ADR, participantes do Novo Mercado e auditadas por Big Four apresentam maiores tamanhos de notas explicativas em comparação com as demais empresas. O tempo de abertura de capital está associado inversamente ao tamanho das notas explicativas, fornecendo evidências de que o *know-how* das empresas provoca a divulgação mais acertiva ao contemplar apenas os aspectos relevantes aos usuários das informações.

Jailson Manoel Silva Duarte e Josedilton Alves Diniz são os autores do trabalho intitulado “**Gastos Públicos e Produtividade nos Serviços de Saúde de Média e Alta Complexidade nos Estados Brasileiros**”, que verificou em que medida o volume de gastos públicos em saúde tem influenciado o aumento da eficiência e da produtividade dos serviços de média e alta complexidade nos estados brasileiros. Os principais achados evidenciaram que os estados com maior volume de recursos, em média, não puderam ser considerados os mais eficientes, indicando que pode haver uma relação negativa entre crescimento dos gastos públicos e eficiência nos serviços oferecidos. Além disso, nos estados que aumentaram os gastos em saúde, no período de 2009 e 2015, a produtividade não foi diretamente proporcional ao volume de recursos utilizado.

“**Externalização: a Academia Responde às Dúvidas da Sociedade?**” foi o terceiro trabalho publicado, escrito por *Gabriel Gruber Bandeira, Luiz Henrique Figueira Marquezan e Carlos Alberto Diehl, Maicon Manoel Benin*, que, embasado no cenário brasileiro que debate os potenciais impactos da externalização das atividades organizacionais, diante da iminente decisão política, aborda as atuais discussões sobre externalização, por meio dos resultados de estudos empíricos acadêmicos. Para isso, analisaram os artigos publicados em revistas brasileiras de Administração e Ciências Contábeis no período de 2011 a junho de 2015. Após, estabelecidos os assuntos mais frequentes nas discussões sobre o tema no Brasil, tomando por base abordagens da mídia, realizou-se uma análise sob a ótica da teoria dos *Stakeholders*. Os resultados mostram que há uma produção acadêmica bastante significativa referente aos assuntos abordados e que as evidências reforçam mais o ponto de vista contrário à externalização do que os defensores da prática.

O quarto trabalho, com título “**Teoria Institucional: uma Análise Bibliométrica na Pesquisa em Contabilidade**”, de *Igor Pereira da Luz, Felipe Veck Lisboa, Carlos Eduardo Facin Lavarda e Ernesto Fernando Rodrigues Vicente* identifica como os estudos embasados pela teoria Institucional nas pesquisas em Contabilidade têm sido realizados. Os autores utilizaram sete bases de dados e selecionado um Portfólio Bibliográfico com 148 artigos referentes ao tema. O trabalho encontrou (i) 27 estudos teóricos e 121 empíricos; (ii) a maioria dos estudos é qualitativo; (iii) técnicas mais utilizadas foram as entrevistas semiestruturadas e análise de documentos; (iv) a maioria utilizou a Nova Sociologia Institucional; (v) os autores destaques das correntes foram Burns e Scapens (2000) (OIE), Williamson (2000) (NIE) e DiMaggio e Powell (1983) (NIS); (vi) a teoria da Agência e teoria da Estruturação foram as que mais apareceram além da teoria Institucional; e (vii) as sugestões para futuros trabalhos apontam para alteração da técnica de coleta e análise utilizada na pesquisa, mudança do contexto analisado, exploração de ambientes heterogêneos, utilização de estudos longitudinais e métodos quantitativos.

“**Estilos de aprendizagem e desempenho de estagiários em Contabilidade**” de *Lucas Merotti Barbosa e Kelly Cristina Mucio Marques* foi o quinto trabalho publicado, que busca descobrir os impactos de estilos de aprendizado no desempenho de estudantes que fizeram estágios obrigatórios e não obrigatórios em Contabilidade. Os estilos de aprendizagem de 247 alunos foram medidos usando o Inventário de Estilo de Aprendizagem de Kolb, enquanto os alunos autoavaliaram seu desempenho. Os autores verificaram que o desempenho dos alunos não difere entre os tipos de estágio e que o estilo de aprendizagem dos alunos não afeta o desempenho do estágio. Estes resultados são contrários às expectativas e indicam que os alunos que se encaixam em qualquer estilo de aprendizagem podem usar com sucesso o componente curricular de estágio supervisionado.

O sexto trabalho é de *Verônica Andréa Lima Gouveia, Tatiane Gomes Silva, Natan Szuster e Fortunée Szuster*, intitulado “**Disclosure Frente à Crescente Intangibilização das Empresas: Valor Contábil x Valor de Mercado**”, que analisou se, com a progressiva “intangibilização” das empresas, a Contabilidade tem procurado desenvolver maneiras de manter a utilidade das informações contábeis para a tomada de decisão de investimentos. Os autores analisaram essa evolução dos últimos 15 anos nas principais bolsas de valores do mercado norte-americano e constataram que de 2001 até 2016 houve uma mudança no *ranking* das maiores empresas em valor de mercado de outros setores da economia para o setor de tecnologia, onde as cinco maiores empresas do mundo, em 2016, foram: Apple, Alphabet (holding da Google), Microsoft, Amazon e Facebook. Seus resultados evidenciam que o valor do patrimônio líquido das empresas é inferior ao valor de mercado. O mercado considera que parte da diferença seja decorrente do não reconhecimento contábil dos intangíveis das empresas, principalmente no novo cenário da economia digital.

O sétimo e último trabalho tem como título “**Os Modos Regulatórios e suas Relações entre os Estudantes de Ciências Contábeis**”, de autoria de *Valter da Silva Faia e Juliana Almeida Trevisan*, baseou-se na teoria dos Modos Regulatórios de Kruglanski, Thompson, Higgins, Atash, Pierro, Shah e Spiegel (2000), em que os indivíduos apresentam duas funções de autorregulação. Buscou associar os modos regulatórios dos alunos com aspectos da formação profissional no curso de graduação em Ciências Contábeis, como a satisfação com o curso, o desempenho acadêmico e aspectos da carreira profissional. Analisando 94 alunos de um curso de graduação em Ciências Contábeis, notou-se que o modo regulatório de locomoção dos alunos se associou positivamente com a satisfação e o desempenho no curso. O perfil de locomoção também apresentou associação positiva com a intenção de atuar, profissionalmente, na área contábil, especialmente em oportunidades que valorizam a conquista de experiências profissionais, a satisfação pessoal e a promoção por meio de planos de carreira.

Por fim, despeço-me de todos agradecendo a atenção dirigida nos últimos anos e desejando vida longa à REPeC!

Prof. Dr. Orleans Silva Martins
Editor Geral

Implicações da OCPC 07 sobre a forma das notas explicativas: estudo em empresas de alimentos processados

Resumo

Objetivo: Analisar o comportamento das empresas brasileiras diante das atuais orientações de divulgação estabelecidas pelas entidades normatizadoras, considerando os aspectos da forma das suas notas explicativas, em face da publicação da OCPC 07.

Método: A forma das notas explicativas foi estudada por meio de análise de conteúdo, considerando os aspectos do tamanho, legibilidade e similaridade. Foram analisadas empresas do segmento de alimentos processados listadas na bolsa brasileira nos exercícios de 2010 a 2016. Os dados levantados foram analisados por meio de teste de diferença entre Médias e Regressão Linear Múltipla.

Resultados: Apenas a legibilidade das notas explicativas foi afetada pela divulgação da OCPC 07. As empresas emissoras de ADR, participantes do Novo Mercado e auditadas por *Big Four* apresentam maiores tamanhos de notas explicativas em comparação com as demais empresas. O tempo de abertura de capital está associado inversamente ao tamanho das notas explicativas, fornecendo evidências de que o *know-how* das empresas provoca a divulgação mais acertiva ao contemplar apenas os aspectos relevantes aos usuários das informações.

Contribuições: Não se observaram efeitos impactantes sobre a qualidade das informações contábeis no âmbito das empresas do segmento estudado que possam estar atribuídos à divulgação da OCPC 07.

Palavras-chave: OCPC 07. Nível de *disclosure*. Notas explicativas.

Régis Barroso Silva

Mestre em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e Coordenador do Núcleo de Inovação Tecnológica no Centro Universitário Christus (Unichristus).
Contato: Rua João Adolfo Gurgel, 133. Cocó. Fortaleza (CE). CEP: 60192-345.
E-mail: regis.silva@alu.ufc.br

Vera Maria Rodrigues Ponte

Doutorado em Ciências Contábeis pela Universidade de São Paulo (USP) e Professora na Universidade Federal do Ceará (UFC).
Contato: Avenida de Universidade, 2431. Benfica. Fortaleza (CE). CEP: 60020-180.
E-mail: vponte@fortalnet.com.br

Márcia Martins Mendes de Luca

Doutorado em Ciências Contábeis pela Universidade de São Paulo (USP) e Professora na Universidade Federal do Ceará (UFC).
Contato: Avenida de Universidade, 2431. Benfica. Fortaleza (CE). CEP: 60020-180.
E-mail: marciammdeluca@gmail.com

Edilene Santana Santos

Doutorado em Ciências Contábeis pela Universidade de São Paulo (USP) e Professora na Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (Eaesp-FGV) e na Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). **Contato:** Itapeva, 474. 8º Andar. Bela Vista. São Paulo (SP). CEP: 01332-000.
E-mail: edilene.santos@fgv.br

Sylvia Rejane Magalhães Domingos

Doutorado em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e Doutoranda na Universidade Federal do Ceará (UFC). **Contato:** Avenida de Universidade, 2431. Benfica. Fortaleza (CE). CEP: 60020-180.
E-mail: sylvia_rejane@hotmail.com

1. Introdução

Em condições normais, o tamanho das notas explicativas pode ser usado como *proxy* para o nível de divulgação das empresas (Santos, 2016). Nesse sentido, considera-se que atuam para influenciar o tamanho desses documentos os mesmos fatores tradicionalmente associados ao nível de *disclosure*. Acerca do processo de evidenciação, a orientação técnica OCPC 07 (CPC, 2014) apresenta uma série de diretrizes sobre os requisitos básicos que devem ser observados pelas entidades ao divulgar seus relatórios financeiros. Este documento estabelece que, seguindo a tendência internacional, as entidades devem adequar a divulgação de modo a evidenciar apenas as informações relevantes.

A materialidade, importante característica da relevância da informação, envolve os aspectos da magnitude e da natureza do fato econômico. O aspecto da magnitude está ligado à sua representatividade no âmbito das demonstrações contábeis, considerando-se o contexto quantitativo. Com relação ao aspecto da natureza, o elemento determinante da materialidade do evento não necessariamente está relacionado com a representação quantificável do evento, mas certamente com o tipo de evento que se pretende divulgar.

Nesse contexto, o entendimento da materialidade torna-se fundamental para que as demonstrações contábeis alcancem o nível de utilidade demandada pelos usuários. Vale ressaltar que esses documentos podem ser considerados a principal fonte de comunicação da contabilidade, oferecendo de forma sistematizada a melhor interpretação para os eventos econômicos que afetam as entidades (Takamatsu, Lamounier & Colauto, 2008). A compreensão desses demonstrativos torna-se facilitada por meio das notas explicativas, consideradas como importantes relatórios que compõem as demonstrações contábeis, sendo portanto, objeto de estudo desta pesquisa. Em vista disso, as demonstrações contábeis podem ser consideradas ferramentas fundamentais na divulgação já que, além de evidenciar informações quantitativas contidas nos relatórios financeiros, divulgam também, nas notas explicativas, elementos qualitativos diretamente ligados ao processo de evidenciação (Campos & Lemes, 2013).

Com relação às notas explicativas, o *European Financial Reporting Advisory Group* (EFRAG) (2012) esclarece que estas possuem a mesma finalidade das demonstrações contábeis, haja vista serem partes integrantes e interdependentes. Logo, esses documentos devem fornecer a descrição dos itens apresentados nas demonstrações que sejam relevantes no momento da divulgação.

Considerando as questões apresentadas, subsidiadas pela atual e crescente discussão sobre qualidade informacional das notas explicativas, este estudo se propõe a responder ao seguinte questionamento: **Após a emissão da OCPC 07, quais mudanças podem ser percebidas na forma das notas explicativas das companhias brasileiras, considerando os seus aspectos de tamanho, legibilidade e similaridade?**

Para responder à questão ora delineada, o estudo tem como objetivo geral analisar o comportamento das empresas brasileiras diante das atuais orientações de divulgação estabelecidas pelas entidades normatizadoras, considerando os aspectos da forma das suas notas explicativas, em face da publicação da OCPC 07.

Como forma de viabilizar o alcance do objetivo geral, definiu-se como objetivos específicos: (i) analisar a forma das notas explicativas divulgadas pelas empresas do subsetor alimentos processados listadas na bolsa de valores brasileira, com relação ao tamanho, legibilidade e similaridade, confrontando os exercícios anteriores e posteriores à edição da OCPC 07 e (ii) investigar a existência de proximidade e agrupamento entre a presença da OCPC 07, as variáveis relacionadas com a forma das notas explicativas e as variáveis de controle selecionadas na literatura.

Quanto aos procedimentos metodológicos, este estudo se caracteriza como exploratório, adotando abordagem quantitativa, haja vista o uso de técnicas estatísticas para análise dos dados. A forma das notas explicativas foi estudada utilizando-se de variáveis representativas para o tamanho, a legibilidade e a similaridade desses documentos.

Para atendimento aos objetivos delineados, em um primeiro momento, as variáveis dependentes foram comparadas por meio de teste de Diferença entre Médias, considerando o ano de 2014 como parâmetro para a OCPC 07. Posteriormente, essas mesmas variáveis foram testadas conjuntamente com variáveis explicativas do *disclosure* previamente levantadas na literatura, considerando a presença ou ausência da OCPC 07 e utilizando como técnica a Regressão Linear Múltipla.

A abordagem considerada neste trabalho se apresenta como relevante porquanto as notas explicativas vêm se revelando importantes elementos para a melhoria da qualidade das informações divulgadas pelas empresas. Assim, o entendimento de como a forma desses documentos vêm se comportando possibilita a implementação de melhorias que impactam a qualidade dessas informações. A pesquisa, então, contribui para reforçar os estudos sobre a temática da qualidade da informação contábil, demonstrando como as empresas do segmento selecionado vêm se comportando diante das atuais orientações estabelecidas por entidades nacionais e estrangeiras no que tange à relevância dos fatos econômicos divulgados.

Vale ressaltar que, apesar de o processo de transição para as normas internacionais de contabilidade já ser tema de frequentes discussões na literatura (Gatsios, Silva, Ambrozini, Assaf Neto & Lima, 2016; Gonçalves, 2016; Lima, 2010; Murcia & Santos, 2010; Oliveira & Lemes, 2011; Tavares, 2016), estudos que explorem o aperfeiçoamento ou evolução dessa transição com foco no aumento da qualidade informacional e na forma das notas explicativas ainda são escassos.

No que se refere ao subsetor selecionado para a pesquisa, vale ressaltar que segundo a Confederação Nacional da Indústria (CNI) (2014), este fatura uma média de R\$ 400 bilhões por ano e somando-se ao do setor de bebidas, o faturamento anual alcança R\$ 480 bilhões, correspondente a aproximadamente 10% do Produto Interno Bruto (PIB), empregando cerca de 20% de todos os trabalhadores atuantes na indústria de transformação do Brasil.

O presente trabalho está estruturado em cinco seções, incluindo esta introdução. A segunda seção apresenta a revisão de literatura, abordando sobre a qualidade da informação, materialidade e estudos anteriores sobre o tema. O terceiro discute os critérios metodológicos utilizados no estudo, englobando a tipologia, a seleção da população, a formação da amostra e as fases voltadas para o atingimento dos objetivos delineados. O capítulo seguinte reúne os resultados encontrados após a coleta e tratamento dos dados. O quinto e último capítulo traz a conclusão e as considerações finais acerca dos resultados da pesquisa, além de sugestões para pesquisas futuras.

2. Revisão de Literatura

2.1 Qualidade da informação contábil

A qualidade da informação contábil se reflete nos relatórios contábeis corporativos, de tal forma que quanto menos houver manipulação nos resultados e maior for a transparência das informações, maior será a sua qualidade (Coelho, Niyama & Rodrigues, 2011). Nesse sentido, a qualidade informacional corresponde ao atendimento dos atributos desejáveis da informação publicada para os usuários, cujo interesse maior consiste em conhecer os números da empresa (Coelho & Lopes, 2007).

Entretanto, o entendimento de qualidade da informação contábil requer o conhecimento prévio das necessidades daqueles que a utilizam, que são basicamente os investidores e os credores (Hendriksen & Van Breda, 1999), seguidos pelos demais grupos de usuários, como os analistas de mercado e os pesquisadores.

Buscando o aumento da qualidade das informações divulgadas, as empresas têm elevado o nível de adesão às normas internacionais, implicando o aumento da quantidade de informações evidenciadas tanto no Brasil quanto em outros países que aderiram às IFRS. Martins (2011) atribui o aumento do volume de informações nas demonstrações contábeis, principalmente, ao acúmulo das exigências de divulgação.

Com relação às demonstrações contábeis, vem-se percebendo que, de maneira geral, as empresas excedem o que é requerido por lei, muitas vezes divulgando informações desnecessárias (Murcia & Santos, 2010), prática que reduz a qualidade e cria uma preocupação generalizada sobre a divulgação de informações sem relevância, além do aumento na extensão das notas explicativas.

Em vista disso, os organismos normatizadores nacionais e internacionais vêm reunindo esforços para estabelecer diretrizes que auxiliem os preparadores das demonstrações contábeis na divulgação de informações relevantes, melhorando assim a qualidade informacional, como é o caso do Efrag (2012) e Iasb (2013).

Hendriksen e Van Breda (1999) esclarecerem que a relevância é alcançada quando a informação divulgada fornece subsídio às decisões dos usuários, auxiliando no cumprimento de uma das principais finalidades da Contabilidade. Ocorre que, segundo Fasb (1999) e Camargo e Alberton (2015) esse processo tem como premissa o entendimento do conceito de materialidade por parte dos preparadores das demonstrações contábeis, o que confere ao processo considerável grau de subjetividade.

Essas questões acabam levando as empresas a divulgarem informações sobre itens que não são materiais, implicando diretamente a forma dos documentos divulgados e fazendo com que as demonstrações divulgadas pelas empresas ganhem mais volume, gerando maiores custos de elaboração. O Efrag (2012) acrescenta que a adoção dessa prática acaba distanciando as demonstrações de uma boa comunicação, levando aos usuários informações sem relevância.

No geral, percebe-se que, para melhorar a qualidade das informações contábeis, os atuais debates orientam no sentido de que a materialidade deve atuar como guia na definição dos elementos de divulgação, evitando desvios do seu objetivo principal, que é o fornecimento de informações com qualidade aos usuários.

2.2 Forma das notas explicativas

A OCPC 07 (CPC, 2014) estabelece os principais critérios relacionados com a forma das notas explicativas e a divulgação contábil. Martins, Oliveira, Niyama e Diniz (2014) destacam que sua criação se deu com base na necessidade de impulsionar a divulgação de informações relevantes e materiais, percebida pelo CPC. Adicionalmente, a OCPC 07 (CPC, 2014) destaca importantes questões sobre a forma das demonstrações contábeis, especificamente no que se refere ao tamanho, à legibilidade e à similaridade das notas explicativas.

Com relação ao tamanho, sabe-se que após a adoção das normas internacionais de contabilidade, vem se verificando significativo aumento no volume de informações divulgadas por meio das notas explicativas, não só no Brasil, mas também em diversos outros países. O excesso de divulgação acaba gerando uma preocupação generalizada por parte das entidades normatizadoras com relação à qualidade informacional (Martins, 2011).

Sobre este mote, Amorim, Brito, Costa, Gonçalves e Silva Júnior (2015) esclarecem que o tamanho dos documentos pode ser estudado mediante a aplicação de diferentes métricas. Em face das frequentes e recentes discussões acerca do notável aumento de tamanho das notas explicativas, a OCPC07 chama a atenção para algumas características textuais, inclusive a morfologia das palavras, como parâmetros de mensuração.

No contexto da OCPC 07 (CPC, 2014), com relação ao tamanho das notas explicativas, podem ser definidas como variáveis os números de palavras, páginas, caracteres, frases e sílabas. Além dessas, considera-se também como *proxy* do tamanho das notas explicativas a quantidade de palavras complexas, representadas por aquelas que contém mais de três sílabas.

No que se refere à legibilidade, sabe-se que as empresas comunicam-se com o mercado por meio das demonstrações contábeis, que são lidas e interpretadas pelos seus diferentes usuários inclusive, Silva e Fernandes (2009) relatam que a facilidade de leitura desses relatórios pode ser mensurada por meio de diferentes índices de legibilidade.

Nesse sentido, as informações divulgadas por intermédio dos relatórios financeiros serão confiáveis, relevantes e tempestivas quando apresentarem facilidade de leitura e compreensão, pois, como estabelecem Smith e Taffler (1992), a facilidade de leitura tem relação com o conteúdo, mas a sua compreensão depende da interpretação de cada leitor.

Medeiros (2015) orienta que um bom relatório deve apresentar suas informações de forma direta, para facilitar a leitura e contribuir para o aumento geral da qualidade da informação. Estudos sobre a legibilidade em relatórios financeiros documentam que as demonstrações contábeis complexas afetam negativamente o ambiente da informação (Bloomfield, 2002; Hirshleifer & Teoh, 2003; KPMG, 2011; Miller, 2010; Monga & Chasan, 2015). A literatura aponta ainda para uma gama de métricas que possibilitam o estudo da legibilidade em textos científicos (Amorim *et al.*, 2015).

Dada a literatura levantada, foi possível constatar que os índices Flesch e Fog se destacam por já terem sido adaptados e aplicados em outros estudos na língua portuguesa (Loughran & McDonald, 2014; Martins, Ghiraldello, Nunes & Oliveira Júnior, 1996), sendo, por isso, adotados nesta pesquisa como *proxies* para a legibilidade das notas explicativas.

O índice Flesch considera a quantidade de sílabas por palavra e a de palavras por frase, mensurando o grau de facilidade de leitura dos relatórios financeiros em uma escala que varia entre zero e cem, em que os valores próximos de zero indicam textos de difícil leitura, enquanto aqueles próximos de cem indicam textos de fácil leitura.

Já o índice Fog assume que a dificuldade de leitura do texto será tanto maior quanto maior for o número de palavras por sentença e maior for o uso de palavras complexas (com mais de três sílabas). Estudos anteriores, como os de Biddle, Hilary e Verdi (2009), Dougal, Engelberg, García e Parsons (2012), Lawrence (2013), Lehavy, Li e Merkley (2011), Li (2008) e Miller (2010), já aplicaram o índice Fog em análise de relatórios financeiros, inclusive Biddle *et al.* (2009) o definem como uma adequada medida de legibilidade para demonstrações contábeis.

Vale ressaltar que o índice Fog é uma medida de legibilidade apresentada em diversos estudos científicos que abordam essa temática na área financeira. Li (2008), por exemplo, relacionou a legibilidade dos relatórios anuais com o desempenho das firmas em uma amostra de mais de 55 mil relatórios publicados entre 1994 e 2004 utilizando o índice Fog. No mesmo contexto, Lehavy *et al.* (2011) e Miller (2010) encontraram evidências de que a legibilidade dos relatórios financeiros afeta as decisões dos usuários das informações.

Em relação à similaridade, a OCPC 07 (CPC, 2014) acentua que vem se percebendo nas notas explicativas a repetição literal de trechos de outros documentos, como normativos, leis ou mesmo notas explicativas já divulgadas (pela própria empresa ou por outras), prática que não deve ser adotada. Sobre esse tema, Santos (2016) realizou uma análise da similaridade entre as notas explicativas, com o objetivo de identificar mudanças na prática de *copy-paste* dos trechos da nota modelo divulgada pela empresa de auditoria, após a OCPC 07. Como resultado, obteve que, apesar das orientações estabelecidas, as empresas não mudaram o nível de similaridade entre as notas explicativas quando comparados os anos de 2013 e 2014.

3. Metodologia

Esta pesquisa se classifica, quanto à natureza, como quantitativa, dado o tratamento estatístico realizado sobre as variáveis, quanto aos fins, como exploratória, pois abrange a apreciação e explanação das características de um assunto ou questão (Collis & Hussey, 2005) e quanto aos meios como documental (Martins & Theóphilo, 2009), ao utilizar as demonstrações contábeis divulgadas pelas empresas selecionadas como meio de investigação.

A opção pela adoção de um único subsetor tem por objetivo viabilizar a seleção de um conjunto de empresas com características semelhantes, possibilitando a análise comparativa entre elas. Nesse sentido, a amostra definida para o estudo reúne as companhias brasileiras listadas na BM&FBOVESPA, atualmente denominada B3, pertencentes ao subsetor alimentos processados, haja vista que este subsetor apresenta crescimento e representatividade na economia brasileira (Rigo, Godoy & Scarpin, 2016; Tonetto Filho & Fregonesi, 2010).

No que se refere à abrangência temporal do estudo, considera-se que as mudanças de forma nas notas explicativas podem ser decorrentes de uma possível curva de aprendizagem ao longo do tempo. Assim, o estudo optou por considerar nesta avaliação todo o período compreendido entre 2010 e 2016, sendo 2010 o ano que a literatura trata como *full IFRS* (Santos, 2011) e 2016 o ano mais recente quanto à disponibilidade dos relatórios financeiros no momento da realização desta pesquisa. O Quadro 1 explicita o comportamento anual de cada empresa da amostra no tocante à divulgação das notas explicativas durante o lapso temporal considerado.

Empresa	Ano								Total
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016		
Biosev S. A.	x	x	✓	✓	✓	✓	✓	5	
Brasil Foods S. A.	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	7	
Conservas Oderich S. A.	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	7	
Excelsior Alimentos S. A.	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	7	
Forno de Minas Alimentos S. A.	x	x	x	x	✓	✓	✓	3	
J. Macedo S. A.	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	7	
JBS S. A.	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	7	
Josapar Joaquim Oliveira S. A. Participações	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	7	
Laep Investments Ltd.	✓	✓	✓	✓	x	x	x	4	
M. Dias Branco S. A. Indústria e Comércio de Alimentos	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	7	
Marfrig Alimentos S. A.	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	7	
Minerva S. A.	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	7	
Minupar Participações S. A.	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	7	
Raízen Energia S. A.	x	x	x	✓	✓	✓	✓	4	
São Martinho S. A.	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	7	
Total	12	12	13	14	14	14	14	93	

Legenda: ✓ Notas Explicativas divulgadas; x Notas Explicativas não divulgadas

Fonte: Elaborado pelo autor.

Quadro 1. Divulgação de notas explicativas pelas empresas da amostra

Foi tomado como marco comparativo o exercício de 2014, ano em que foi emitida a OCPC 07 e recomendada a adoção de suas orientações. As informações, então, foram segregadas em dois períodos distintos, um anterior (2010-2013) e outro posterior (2014-2016) à edição do referido normativo, para fins de comparação. Essa segregação teve por intuito avaliar eventuais efeitos da publicação da OCPC 07 sobre a divulgação das informações contábeis.

No que diz respeito às variáveis, tomando-se como ponto de partida a leitura e interpretação da OCPC 07, foram identificados os aspectos que sintetizam os principais pontos de atenção abordados por esta orientação, no que tange à forma das notas explicativas, sendo eles: o tamanho, a legibilidade e a similaridade. A partir desses aspectos, foram definidas as suas respectivas variáveis, cuja operacionalização, siglas e ferramentas utilizadas são descritas no Quadro 2.

	Variável	Sigla	Operacionalização	Base Teórica	Ferramenta
Tamanho	Páginas	PAGS	Contagem do número de páginas	Santos (2016)	Word Counter Tool
	Palavras	PLVR	Contagem do número de palavras		
	Caracteres	CRCT	Contagem do número de caracteres		
	Frases	FRSS	Contagem do número de frases		
	Sílabas	SLBS	Contagem do número de sílabas		
	Palavras complexas	PCPL	Contagem do número de palavras com mais de três sílabas		
Legibilidade	Índice Flesch	IFSH	$206.835 - (1.015 \times ASL) - (84.6 \times ASW)$, sendo ASL a razão entre o número de palavras e o número de frases do texto e ASW a razão entre o número de sílabas e o número de palavras do texto.	Martins <i>et al.</i> (1996)	Word Counter Tool
	Índice Fog	IFOG	$0.4 \times (MPF) + 40 \times (PPC)$, sendo MPF a média de palavras por frase e PPC o percentual de palavras complexas.	Loughran e Mcdonald (2014), Martins <i>et al.</i> (1996), Santos (2016)	
Similaridade	Similaridade Geral	SGER	Percentual de similaridade das notas explicativas com a Web	Santos (2016)	DOCxWEB
	Similaridade com pronunciamentos ou leis	SPLE	Percentual da similaridade que corresponde a outros normativos do CPC ou leis		
	Similaridade com outras notas explicativas	SONE	Percentual de similaridade geral com outras notas explicativas da mesma empresa em exercícios anteriores, e de outras empresas do mesmo subsetor.		
	Similaridade com notas explicativas anteriores da mesma empresa	SNEM	Percentual da similaridade com as notas explicativas da mesma empresa, mas de exercícios anteriores.		
	Similaridade com notas explicativas de outras empresas	SNED	Percentual de similaridade com as notas explicativas de outras empresas do mesmo subsetor		

Nota. Elaborado pelo autor (2017).

Quadro 2. Quadro de variáveis para os aspectos da forma das notas explicativas

Após a seleção das variáveis relacionadas com a forma das notas explicativas, partiu-se para o processo de coleta, que se deu por meio de análise documental. A análise dos dados foi realizada por meio de análise de conteúdo, conforme preconizado por Chizzotti (2006) e Bardin (2011). A extração das notas explicativas e das informações adicionais acerca das empresas foi feita a partir do *website* da B3, na ocasião denominada BM&FBOVESPA, no dia 27/03/2017.

A contagem das variáveis relacionadas ao tamanho das notas explicativas foi realizada com o auxílio do aplicativo eletrônico denominado *Word Counter Tool*, que padroniza os documentos antes da análise, no que se refere ao estilo e tamanho da fonte, remoção de quebras de página e de toda a formatação original, além do espaçamento entre linhas e parágrafos.

A legibilidade nas notas explicativas divulgadas pelas empresas foi analisada com base nos dois índices já empregados em pesquisas anteriores que avaliaram relatórios financeiros: são eles os índices de Flesch (Martins *et al.*, 1996) e Fog (Biddle *et al.*, 2009; Lawrence, 2013; Leavy *et al.*, 2011; Li, 2008; Miller, 2010).

Em função da necessidade de se pesquisar a ocorrência de similaridade entre os documentos e, conseqüentemente, a repetição literal de trechos de outros documentos, como normativos emitidos pelo CPC, a própria Lei N.º 6.404/1976 e também outras notas explicativas, sejam elas da mesma empresa (de exercícios anteriores) ou de empresas diferentes, o estudo utilizou a ferramenta DOCxWEB, desenvolvida para identificar plágios em estudos acadêmicos. Esta ferramenta compara os documentos inseridos com outras publicações na internet e também entre si, calculando o percentual de autenticidade, além de fornecer um relatório detalhando os endereços eletrônicos onde foram encontrados trechos iguais aos dos documentos pesquisados.

É importante ressaltar que neste estudo foi considerado como similaridade o percentual complementar ao nível de autenticidade calculado pelo DOCxWEB, tanto no que se refere às publicações gerais disponibilizadas na internet quanto às demais notas explicativas analisadas.

Tendo em vista que as pesquisas sobre a forma das notas explicativas ainda são incipientes na literatura, a definição da hipótese para este estudo foi levantada considerando estudos anteriores envolvendo o *disclosure*, que identificaram, em sua maioria, baixo grau de adesão aos requisitos de divulgação estabelecidos pelos órgãos normatizadores (Mapurunga, Morais, Ponte, Rebouças & Carneiro, 2015; Santos, Ponte, Mapurunga & Ribeiro, 2014).

Dados esses achados, levantou-se como hipótese para o estudo a inexistência de alterações estatisticamente significantes na forma das notas explicativas, considerando-se os aspectos do tamanho, legibilidade e similaridade, quando comparados os exercícios anteriores e posteriores à OCPC 07.

Para analisar e comparar as possíveis alterações na forma das notas explicativas, em virtude da OCPC 07, foi aplicado teste de diferenças entre médias de Kruskal-Wallis e Mann-Whitney. O intuito foi investigar a existência de diferenças significantes com relação aos aspectos da forma das notas explicativas entre os anos selecionados para o estudo, comparando antes e depois da edição da OCPC 07, lançada em 2014.

Para completar o atendimento aos objetivos da pesquisa, optou-se por utilizar regressão linear múltipla para identificar como a forma das notas explicativas é explicada pelas variáveis de controle selecionadas na literatura e pela presença ou ausência da OCPC 07. Para tanto, foram consideradas como variáveis dependentes o tamanho, a legibilidade e a similaridade. Os modelos testados na pesquisa estão apresentados no Quadro 3.

Forma das notas explicativas	Modelo 1	$TAMH = \beta_0 + \beta_1 NMER + \beta_2 ADBF + \beta_3 TACP + \beta_4 EADR + \beta_5 OCPC + \varepsilon$
	Modelo 2	$LEGB = \beta_0 + \beta_1 NMER + \beta_2 ADBF + \beta_3 TACP + \beta_4 EADR + \beta_5 OCPC + \varepsilon$
	Modelo 3	$SIML = \beta_0 + \beta_1 NMER + \beta_2 ADBF + \beta_3 TACP + \beta_4 EADR + \beta_5 OCPC + \varepsilon$

Nota. NMER = Participação no Novo Mercado; ADBF = Auditada por *Big Four*; TACP = Tempo de abertura do capital, em anos; EADR = Emissor de ADR; OCPC = *Dummy* do OCPC 07 (em que 0 = ausência da OCPC 07 e 1 = presença da OCPC 07); TAMH = Tamanho das notas explicativas (fator único); LEGB = Legibilidade das notas explicativas; SIML = Similaridade das notas explicativas (similaridade geral).

Nota. elaborado pelo autor.

Quadro 3. Modelos de regressão aplicados

Com relação às variáveis de controle adotadas na pesquisa, estas envolvem a política de governança corporativa e também algumas características específicas das empresas, como tempo de abertura de capital, firma de auditoria e negociação de títulos em mercados estrangeiros. Essas variáveis estão detalhadamente definidas no Quadro 4.

Variáveis	Sigla	Operacionalização	Base Teórica	Fonte
Tempo de abertura de capital	TACP	Tempo, em anos, correspondente ao período em que a empresa negocia títulos em bolsa	Oliveira (2013), Póvoa e Nakamura (2014).	
Segmento de governança corporativa	NMER	Variável <i>dummy</i> que representa a participação da empresa no Novo Mercado	Cunha e Ribeiro(2008), Barbosa, Scherer, Scarpin e Murcia (2015), Macedo, Oliveira, Nobre, Brito e Quandt (2015) e Borges, Silva, Rech e Carvalho (2016).	Formulário Cadastral
Firma de auditoria	ADBF	Variável <i>dummy</i> que reflete se a empresa é auditada por Big Four	Ghoul, Guedhami e Pittman (2016) e Silva e Costa (2016).	
Negociação em mercados externos	EADR	Variável <i>dummy</i> que representa aquelas empresas que negociam títulos em mercados externos	Costa, Goldner e Galdi (2007), Santos, Ponte, Holanda e Adachi (2016)	Website da NYSE

Nota. elaborado pelo autor.

Quadro 4. Variáveis de controle levantadas na literatura

É importante ainda esclarecer que os dados coletados neste estudo, no que se refere à forma das notas explicativas e seus aspectos do tamanho, legibilidade e similaridade foram processados com a utilização de planilhas eletrônicas via Microsoft Excel e do *software* estatístico *Statistical Package for the Social Science* (SPSS) versão 22.

4. Resultados

Esta seção apresenta os resultados alcançados após o processamento dos dados levantados para a forma das notas explicativas, considerando seus aspectos do tamanho, legibilidade e similaridade. Em um momento inicial, procedeu-se à realização da análise descritiva e inferencial das variáveis representativas do tamanho, conforme apresentado na Tabela 1.

Tabela 1

Estadística descritiva e inferencial das variáveis de tamanho das notas explicativas

Momento em relação à emissão da OCPC07	Variável	Média	Mediana	Desvio-padrão	Mín	Máx
Antes	PAGS	54,0	57,0	32,7	9,0	118,0
	PLVR	26.628,5	27.336,0	16.264,2	4.412,0	57.072,0
	CRCT	157.612,0	167.151,0	93.889,7	26.130,0	339.850,0
	FRSS	5.405,6	4.939,0	3.537,1	576,0	12.590,0
	SLBS	51.444,9	54.634,0	30.533,8	8.447,0	111.478,0
	PCPL	7.424,5	8.263,0	4.233,2	1.238,0	16.082,0
Depois	PAGS	52,2	47,0	32,0	10,0	120,0
	PLVR	26.170,8	23238,0	16263,7	5.363,0	59.775,0
	CRCT	158.860,1	141147,0	96520,0	33.670,0	349.797,0
	FRSS	6.024,4	5633,0	4075,9	806,0	16.317,0
	SLBS	50.415,8	44258,0	30329,4	10.833,0	113.464,0
	PCPL	7.168,5	6452,0	4183,1	1.565,0	15.782,0

Nota: PAGS = Quantidade de páginas; PLVR = Quantidade de palavras; CRCT = Quantidade de caracteres; FRSS = Quantidade de frases; SLBS = Quantidade de sílabas; PCPL = Quantidade de palavras complexas (com mais de três sílabas).
Nota. dados da pesquisa.

Conforme Tabela 1, percebe-se redução nas médias das quantidades de páginas, palavras e palavras complexas. Em contrapartida, constata-se o aumento das médias das quantidades de caracteres e de frases. Esses resultados podem demonstrar mudanças na linguagem utilizada nas notas explicativas, já que as companhias estariam passando a usar termos mais acessíveis aos usuários das informações por meio da diminuição do uso de palavras complexas, o que pode ter reflexo no aumento da quantidade caracteres e, conseqüentemente, de frases, dada a necessidade de mais esclarecimentos sobre os eventos econômicos evidenciados. No que tange à quantidade de páginas e de palavras dos documentos analisados, os achados deste estudo corroboram Santos (2016), que também encontrou evidências de redução no tamanho das notas explicativas.

Considerada a análise inferencial dos dados, percebeu-se que essas variáveis possuem características e comportamentos semelhantes. Portanto, optou-se pela aplicação de análise fatorial com o objetivo de obter um único fator com melhor capacidade de representação do tamanho das notas explicativas. Para este procedimento, foi observado o critério inicial de existência de correlação entre as variáveis, conforme apresentado na Tabela 2.

Tabela 2

Matriz de correlação entre as variáveis de tamanho

	Variável	PAGS	PLVR	CRCT	FRSS	SLBS	PCPL
PAGS	Correlação	1,0	0,9	0,9	0,9	0,9	0,9
	Sig. (1 extremidade)		0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
PLVR	Correlação	0,9	1,0	0,9	0,9	0,9	0,9
	Sig. (1 extremidade)	0,0		0,0	0,0	0,0	0,0
CRCT	Correlação	0,9	0,9	1,0	0,9	0,9	0,9
	Sig. (1 extremidade)	0,0	0,0		0,0	0,0	0,0
FRSS	Correlação	0,9	0,9	0,9	1,0	0,9	0,9
	Sig. (1 extremidade)	0,0	0,0	0,0		0,0	0,0
SLBS	Correlação	0,9	0,9	0,9	0,9	1,0	0,9
	Sig. (1 extremidade)	0,0	0,0	0,0	0,0		0,0
PCPL	Correlação	0,9	0,9	0,9	0,9	0,9	1,0
	Sig. (1 extremidade)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	

Legenda: PAGS = Quantidade de páginas; PLVR = Quantidade de palavras; CRCT = Quantidade de caracteres; FRSS = Quantidade de frases; SLBS = Quantidade de sílabas; PCPL = Quantidade de palavras complexas (com mais de três sílabas).
 Determinante: 1,99E-011
 N = 92

Fonte: dados da pesquisa.

A Tabela 2 evidencia a adequação da técnica empregada, haja vista que as variáveis apresentaram valores de correlação superiores a 90,0% em todos os pares. Fávero, Belfiore, Silva e Chan (2009) esclarecem que uma proporção superior a 70,0% nessas correlações estabelece as condições ideais para aplicação da análise fatorial.

Atendida à condição inicial, a confirmação da viabilidade de aplicação dessa técnica requereu também a verificação dos resultados da estatística Kaiser-Meyer-Olkin (KMO) e do teste de Esfericidade, de Bartlett. A aplicação da estatística KMO gerou o valor 0,8, confirmando a existência de alta correlação entre as variáveis, já que os valores mais próximos de 1 são favoráveis à aplicação da análise fatorial (Fávero *et al.*, 2009). O teste de esfericidade de Bartlett, aplicado para se verificar a hipótese de a matriz de correlação ser a matriz-identidade, apontou para a rejeição da hipótese (p-value = 0,0), reforçando a existência de correlação entre as variáveis e indicando a adequação dos dados à aplicação da análise fatorial.

Após a aplicação dos testes de Validação, partiu-se para a determinação da variância total explicada e dos valores próprios iniciais de cada variável, cujos resultados são mostrados na Tabela 3.

Tabela 3

Variância total explicada

Componente	Valores próprios iniciais			Somadas de extração de carregamentos ao quadrado		
	Total	% de variância	% cumulativa	Total	% de variância	% cumulativa
PAGS	5,8	98,1	98,1	5,8	98,1	98,1
PLVR	0,0	1,5	99,6			
CRCT	0,0	0,16	99,8			
FRSS	0,0	0,12	99,9			
SLBS	0,0	0,02	99,9			
PCPL	0,0	0,00	100,0			

Legenda: PAGS = Quantidade de páginas; PLVR = Quantidade de palavras; CRCT = Quantidade de caracteres; FRSS = Quantidade de frases; SLBS = Quantidade de sílabas; PCPL = Quantidade de palavras complexas (com mais de três sílabas). Método de extração: Análise de Componente Principal

Fonte: dados da pesquisa.

A Tabela 3 apresenta os valores próprios (autovalores ou eigenvalores) ordenados por dimensão, demonstrando a variância explicada por cada fator, ou seja, quanto cada fator consegue explicar da variância total. Fávero *et al.* (2009) destacam que a soma dos valores próprios obtidos resulta na quantidade de variáveis submetidas à análise fatorial, ou seja, seis variáveis, neste caso. A Tabela 3 demonstra ainda que o fator único obtido possui capacidade explicativa de 98,1% da variância dos dados originais, considerado um resultado satisfatório, de tal forma que é capaz de explicar com robustez todas as variáveis de tamanho previamente selecionadas.

O fator extraído passa, então, a ser utilizado para representar uma nova variável representativa do tamanho das notas explicativas, compondo as demais análises realizadas neste estudo. Posteriormente, aplicaram-se os testes de normalidade de Kolmogorov-Smirnov e Shapiro-Wilk, obtendo-se evidências para rejeitar a hipótese de normalidade dos dados relativos ao tamanho das notas explicativas.

Considerando o não atendimento ao critério de normalidade dos dados, foi operacionalizado o teste Não Paramétrico, de Mann-Whitney, com o objetivo de se identificar diferenças estatisticamente significantes entre as médias de tamanho das notas explicativas antes e depois da edição da OCPC07, conforme Tabela 4.

Tabela 4

Teste de diferenças entre médias

	TAMH
U de Mann-Whitney	1025,0
Wilcoxon W	1886,0
Z	-0,1
Significância Sig. (2 extremidades)	0,8

Nota. TAMH = Tamanho das notas explicativas (fator único).

Variável de Agrupamento: OCPC 07.

Nota. dados da pesquisa.

Na Tabela 4, verifica-se que não há diferença estatisticamente significativa entre as médias de tamanho das notas explicativas, quando comparados os períodos anteriores e posteriores à edição da OCPC 07. A partir desse achado, pode-se inferir que apesar de a OCPC 07 orientar no sentido de que as empresas reduzam o volume de informações contidas nas notas explicativas, ainda não se percebe o seu efetivo atendimento.

Ao identificar uma redução média de 10,0% no tamanho das notas explicativas das empresas não financeiras listadas na BM&FBOVESPA, entre 2013 e 2015, Santos (2016) esclarece que o enxugamento identificado não foi generalizado, portanto, para as empresas do setor de alimentos processados esse enxugamento não foi identificado.

No que se refere à legibilidade das notas explicativas, esta foi avaliada considerando duas variáveis já testadas em outros estudos sobre relatórios financeiros, no caso os índices Flesch (Martins *et al.*, 1996) e Fog (Loughran & McDonald, 2014; Martins *et al.*, 1996; Santos, 2016). A Tabela 5 apresenta, inicialmente, a estatística descritiva e inferencial das variáveis selecionadas para a legibilidade, mostrando o comparativo entre o período anterior e o posterior à edição da OCPC 07.

Tabela 5
Estatística descritiva das variáveis de legibilidade

Índice	Momento em relação à emissão da OCPC 07	Média	Mediana	Desvio-padrão	Mín	Máx
Flesch	Antes	9,5	9,8	1,2	6,9	12,4
	Depois	9,5	9,3	2,4	7,2	22,5
Fog	Antes	13,6	13,7	1,3	10,7	16,8
	Depois	13,0	13,3	1,0	10,9	15,2

Nota. dados da pesquisa.

Quando comparados os períodos anteriores e posteriores à OCPC 07, conforme Tabela 5, percebe-se que as médias da legibilidade de Flesch aumentaram, o que, à princípio, pode implicar o aumento da legibilidade. Já o índice Fog sofreu uma diminuição, podendo refletir melhoras da legibilidade, já que valores mais baixos são aqueles com melhores níveis.

Com relação ao teste de normalidade, este demonstrou que apenas o índice Fog apresenta distribuição normal. Definido esse critério, e como a distribuição dos dados correspondentes a essas variáveis apresentam comportamentos diferentes, os testes de diferenças entre médias foram aplicados separadamente. A Tabela 6 apresenta o teste de diferença entre médias aplicado para o índice Flesch.

Tabela 6
Teste de diferenças entre médias: Índice Flesch

	Índice Flesch
U de Mann-Whitney	861,5
Wilcoxon W	1722,5
Z	-1,4
Significância Sig. (2 extremidades)	0,1

Nota. Variável de Agrupamento: OCPC 07
 Nota. dados da pesquisa.

De acordo com a Tabela 6, o teste Não Paramétrico, de Mann-Whitney, aplicado para o índice Flesch, demonstrou que não são percebidas diferenças estatisticamente significantes ($p\text{-value} = 0,1$) entre os períodos anteriores e posteriores à edição da OCPC 07, o que gera evidências de que a legibilidade estimada pelo índice Flesch desses documentos ainda não acompanhou as orientações estabelecidas pelo CPC.

A despeito do índice Fog, considerando que essa variável apresentou distribuição normal dos dados, primeiramente foi aplicado o teste de Levene para igualdade de variâncias, o qual apresentou $p\text{-value} = 0,1$, possibilitando a aceitação da hipótese nula, indicando a homogeneidade das variâncias populacionais. A Tabela 7 apresenta o teste de Diferenças entre Médias aplicado para o índice Fog, dadas essas condições.

Tabela 7

Teste de diferenças entre médias: Índice Fog

	teste-t para Igualdade de Médias						
	t	df	Sig. (2 extremidades)	Diferença média	Erro-padrão de diferença	95% Intervalo de Confiança da Diferença	
						Inferior	Superior
Variâncias iguais assumidas	2,0	90	0,0	0,5	0,2	0,0	1,0

Nota. dados da pesquisa.

Com relação ao índice Fog, a Tabela 7 mostra que as diferenças percebidas entre as médias de legibilidade são estatisticamente diferentes ($p\text{-value} = 0,0$), quando comparados os períodos anteriores e posteriores à edição da OCPC 07. O resultado apresentado fornece indícios de que a legibilidade dos documentos foi sensivelmente melhorada após a divulgação desse normativo.

O índice Fog também foi aplicado por Santos (2016), identificando redução da legibilidade após a edição da OCPC 07, contrariando os achados do estudo. O resultado aqui encontrado pode representar, então, um avanço no que diz respeito ao aumento da qualidade informacional nas notas explicativas, sinalizando o efeito da OCPC 07, em uma amplitude temporal maior.

Loughran e McDonald (2014), em pesquisa acerca da legibilidade dos relatórios 10-K, encontraram melhoras na legibilidade entre 1994 e 2011, corroborando os achados deste estudo. Os autores utilizaram o índice Fog como *proxy* para legibilidade, analisando mais de 66 mil relatórios. Vale esclarecer que a discussão internacional acerca da qualidade informacional dos relatórios contábil-financeiros envolvendo, inclusive, o volume de informações, já vem ocorrendo desde meados de 2011 e esse resultado pode estar associado a tais discussões.

Já a similaridade das notas explicativas foi analisada considerando dois focos principais, a saber: a similaridade com pronunciamentos ou leis e a similaridade com outras notas explicativas, a qual, por sua vez, foi subdividida em duas categorias: a similaridade com as notas explicativas da mesma empresa, mas de exercícios anteriores ou posteriores; e a similaridade com as notas explicativas das demais empresas do subsetor selecionado. A Tabela 8 discrimina o resultado da estatística descritiva e inferencial para os percentuais de similaridade dos documentos.

Tabela 8

Estatística descritiva e inferencial para similaridade

Categorias de análise para a similaridade	Momento em relação à emissão da OCPC 07	Média (%)	Mediana (%)	Variância (%)	Desvio-padrão (%)	Mín (%)	Máx (%)
1 Similaridade Geral (SGER)	Antes	36,4	30,0	355,9	18,9	18,0	99,0
	Depois	34,8	28,0	404,4	20,1	15,0	99,0
1.1 Similaridade com pronunciamentos ou leis (SPLE)	Antes	6,0	5,5	6,5	2,5	2,7	17,4
	Depois	6,4	6,0	9,5	3,1	1,9	14,5
1.2 Similaridade com outras notas explicativas (SONE)	Antes	4,9	4,3	3,8	1,9	2,5	12,5
	Depois	5,0	4,6	5,5	2,3	1,8	10,8
1.2.1 Similaridade com outras notas explicativas da mesma empresa (SNEM)	Antes	2,8	2,3	2,0	1,4	1,0	7,7
	Depois	2,8	2,4	2,2	1,5	0,9	7,0
1.2.2 Similaridade com outras notas explicativas de diferentes empresas (SNED)	Antes	2,1	1,9	0,7	0,8	1,0	4,7
	Depois	2,3	1,9	1,7	1,3	0,5	6,3

Nota. dados da pesquisa.

Na Tabela 8, verifica-se inicialmente a redução no percentual de similaridade geral quando comparados os períodos anteriores e posteriores à OCPC 07, indicando que houve redução da repetição literal de trechos de outros documentos, como pronunciamentos, leis e outras notas explicativas. Entretanto, apesar de a similaridade geral haver demonstrado redução, duas subcategorias apresentaram aumento após a edição da OCPC 07. O percentual de similaridade das notas explicativas com pronunciamentos contábeis ou leis e o percentual de similaridade com as notas explicativas de diferentes empresas aumentaram, sinalizando que as empresas aparentam seguir padrões de elaboração semelhantes na formatação das notas explicativas.

Com relação à similaridade das notas explicativas, destaca-se que Santos (2016) realizou um comparativo semelhante, ao utilizar a nota-modelo disponibilizada pela empresa de auditoria, encontrando também indícios de redução da similaridade geral, corroborando o resultado desta pesquisa.

Prosseguindo com a análise referente à similaridade das notas explicativas, constatou-se que os dados não apresentam distribuição normal. Após definido o critério de normalidade dos dados, com base nesse resultado, aplicou-se o teste Não Paramétrico, de Mann-Whitney, para se comparar as médias obtidas, conforme explicitado na Tabela 9.

Tabela 9

Teste de médias das variáveis de similaridade

	SGER	SPLE	SONE	SNEM	SNED
U de Mann-Whitney	989,5	964,0	1011,5	1041,0	1019,0
Wilcoxon W	1850,5	2290,0	2337,5	1902,0	1880,0
Z	-0,4	-0,6	-0,2	-0,0	-0,2
Significância Sig. (2 extremidades)	0,6	0,5	0,7	0,9	0,8

Nota. SGER = Similaridade geral; SPLE = Similaridade com pronunciamentos ou leis; SONE = Similaridade com outras notas explicativas; SNEM = Similaridade com outras notas explicativas da mesma empresa; SNED = Similaridade com outras notas explicativas de diferentes empresas. Variável de Agrupamento: OCPC 07

Nota. dados da pesquisa.

Pela Tabela 9, não se percebem mudanças estatisticamente significantes nas médias de similaridade após a OCPC 07, permitindo inferir que as diretrizes estabelecidas por esse normativo ainda não se consolidaram, ou seja, mesmo após a edição da OCPC 07, os valores das médias de similaridade calculadas antes e depois de sua emissão permanecem estatisticamente inalterados, sinalizando a falta de adoção das orientações por parte das empresas.

Santos (2016) também estudou a similaridade das notas explicativas, em uma amostra reunindo todas as empresas não financeiras listadas na BM&FBOVESPA. O resultado revelou uma melhoria quase imperceptível da similaridade, quando comparadas as notas explicativas das empresas com a nota-modelo do auditor, considerando-se os exercícios de 2013 e 2014.

Vale ressaltar que a OCPC 07 (CPC, 2014) recomenda que na redação das notas explicativas não deve haver, na medida do possível, a repetição de fatos, políticas e outras informações, para não desviar a atenção do usuário.

Considerando-se as inferências resultantes da análise da forma sob a perspectiva do tamanho, da legibilidade e da similaridade das notas explicativas, optou-se por testar, por meio de regressão linear múltipla, a capacidade de explicação da OCPC 07 e de variáveis costumeiramente usadas em estudos acerca do *disclosure* sobre a forma das notas explicativas, visando ao atendimento ao segundo objetivo específico da pesquisa. Essa etapa resultou em três modelos, cujos resultados são mostrados na Tabela 10.

Tabela 10

Análise de regressão

Modelo 1	TAMH = $\beta_0 + \beta_1\text{NMER} + \beta_2\text{ADBF} + \beta_3\text{TACP} + \beta_4\text{EADR} + \beta_5\text{OCPC} + \varepsilon$		
Modelo 2	LEGB = $\beta_0 + \beta_1\text{NMER} + \beta_2\text{ADBF} + \beta_3\text{TACP} + \beta_4\text{EADR} + \beta_5\text{OCPC} + \varepsilon$		
Modelo 3	SIML = $\beta_0 + \beta_1\text{NMER} + \beta_2\text{ADBF} + \beta_3\text{TACP} + \beta_4\text{EADR} + \beta_5\text{OCPC} + \varepsilon$		
	TAMH	LEGB	SIML
NMER	0,4 (2,4)**	-0,4 (-1,3)	-0,1 (-3,5)**
ADBF	0,3 (2,5)**	-0,4 (-1,5)	0,1 (3,0)**
TACP	-0,0 (-6,0)**	-0,0 (0,9)	0,0 (0,2)
EADR	0,9 (5,8)**	-0,3 (-0,8)	0,3 (6,2)**
OCPC	-0,0 (-0,7)	-0,4 (-2,0)**	-0,0 (-0,4)
Constante	-0,0 (-0,3)	13,9 (34,1)**	0,2 (4,7)**
N	92	92	92
F	57,7**	5,3**	8,3**
Prob>F	0,0	0,0	0,0
R ²	0,7	0,2	0,3

Nota. NMER = Participação no Novo Mercado; ADBF = Auditada por *Big Four*; TACP = Tempo de abertura do capital, em anos; EADR = Emissor de ADR; OCPC = Presença da OCPC 07; TAMH = Tamanho das notas explicativas (fator único); LEGB = Legibilidade das notas explicativas (índice Fog); SIML = Similaridade das notas explicativas (similaridade geral). ** = nível de significância de 5%. Valor entre parênteses: resultado do teste *t*. Nota. dados da pesquisa.

De acordo com a Tabela 10, o poder explicativo do modelo que considera o tamanho como variável dependente, utilizando, para tanto, o fator único obtido por meio da análise fatorial, alcança 77,1%. As variáveis independentes participação no Novo Mercado, auditada por Big Four e emissor de ADR apresentam associação positiva significativa com o tamanho das notas explicativas. Esses resultados corroboram os achados de Santos (2016), que também identificou correlação entre a emissão de ADR, a participação no Novo Mercado e o tamanho das notas explicativas, junto com outras variáveis explicativas, como porte e setor. Já o tempo de abertura do capital apresentou associação negativa significativa com o tamanho das notas explicativas, permitindo afirmar que o tamanho dos documentos tende a reduzir com o tempo de mercado e a expertise das empresas. No que tange ao efeito da OCPC 07 sobre o tamanho das notas explicativas, não se verificou associação significativa, levando a concluir que o normativo não explicativa as variações de tamanho das notas explicativas.

Com relação à legibilidade, a Tabela 10 demonstra também que o poder explicativo para o modelo foi calculado em 23,7%, destacando-se como significativa a associação negativa com a variável explicativa relacionada com a presença da OCPC 07. O resultado confirma os achados do teste de médias, o qual já havia demonstrado a melhora da legibilidade quando comparados os períodos anteriores e posteriores à edição da OCPC 07. A emissão desse normativo se associa de forma inversa à legibilidade, haja vista que os menores valores de Fog implicam maior legibilidade e, conseqüentemente, a presença da OCPC 07. Vale ressaltar que o índice Fog foi utilizado nesta etapa da pesquisa para representar a legibilidade dos documentos porque apresentou diferenças estatisticamente significantes quando comparados os períodos anteriores e posteriores à OCPC 07, resultado não obtido pra o índice Flesch.

Esse achado pode ser um indício de que as mudanças percebidas na legibilidade das notas explicativas estão diretamente relacionadas com a OCPC 07. No tocante às demais variáveis selecionadas para esse modelo, observa-se que não apresentaram significância, logo, não possuem associação com a legibilidade. Santos (2016) também analisou a legibilidade das notas explicativas, obtendo resultados que corroboram os deste estudo, ao identificar que mais da metade das empresas listadas na BM&FBOVESPA apresentaram melhoras na legibilidade entre 2013 e 2014.

No que diz respeito à similaridade, as variáveis independentes selecionadas possuem poder explicativo de 32,6%. A Tabela 10 demonstra que as empresas auditadas por *Big Four* e emissoras de ADR apresentaram associação positiva significativa com a similaridade das notas explicativas, levando a inferir que as notas explicativas dessas empresas acabam registrando um maior percentual de similaridade. Vale ressaltar que a prática de *copy-past* é facilitada quando as empresas de auditoria divulgam uma estrutura-modelo de notas explicativas, servindo para orientá-las (Santos, 2016). Já a variável participação no Novo Mercado apresentou associação negativa significativa, apontando para relação inversa entre esse segmento de listagem e a similaridade entre as notas explicativas. Dessa forma, percebe-se que as empresas adeptas de padrões mais rígidos de governança corporativa (participantes do Novo Mercado) acabam assinalando um menor percentual de similaridade entre as notas explicativas. No que tange às demais variáveis selecionadas para esse modelo, ou seja, o tempo de abertura de capital e a presença da OCPC 07, os resultados não apontaram para significância, logo, essas variáveis não possuem associação com a similaridade entre as notas explicativas.

Em sentido geral, analisando os aspectos levantados para a forma das notas explicativas, verifica-se baixa influência da OCPC 07 sobre a qualidade da informação contábil no âmbito das empresas do segmento de alimentos processados. Apesar de não se observarem mudanças na forma das notas explicativas impactadas pela OCPC 07, este estudo constatou relevantes interações com relação às variáveis de controle levantadas na literatura, a seguir explanados.

No que diz respeito ao tamanho das notas explicativas, percebeu-se a ocorrência de correlação positiva com a emissão de ADR, o que leva a concluir que o processo de internacionalização acaba expondo as empresas a uma crescente demanda por informações, dadas as necessidades e a complexidade do mercado externo, motivados também por um maior *enforcement* por parte dos órgãos fiscalizadores.

A participação no Novo Mercado, outra variável que apresentou correlação positiva com o tamanho das notas explicativas, está ligada ao fato de as empresas participantes desse grupo estarem sujeitas ao atendimento de práticas de governança corporativa além daquelas já exigidas pelo mercado e pelos órgãos fiscalizadores, gerando um maior volume de informações que devem ser evidenciadas nos relatórios contábeis.

Constatou-se ainda que o fato de a empresa ser auditada por uma das *Big Four* também está positivamente correlacionado com o tamanho das notas explicativas, haja vista que essas empresas de auditoria divulgam uma nota modelo, servindo para orientar as empresas na preparação de suas próprias notas explicativas.

Com relação ao tempo de abertura de capital, percebeu-se uma correlação inversa ao tamanho das notas explicativas, que possivelmente está relacionada ao *know-how* das empresas, adquirido com a experiência no mercado conquistada em médio e longo prazo, levando à redução do tamanho das notas explicativas, ao se divulgar em apenas fatos de utilidade para os *stakeholders*.

No que diz respeito à similaridade das notas explicativas, verificou-se que as empresas emissoras de ADR e aquelas auditadas por *Big Four* acabam apresentando níveis mais altos de *copy-past*, prática que também é facilitada pela divulgação das notas explicativas, segundo o modelo do auditor, como mencionado anteriormente, o que gera uma tendência de padronização dos relatórios contábeis, criando uma maior semelhança entre as notas explicativas das empresas.

Já a despeito da participação no Novo Mercado, essa variável influencia negativamente a similaridade, apresentando evidências de que a adoção das práticas de governança acaba se tornando um diferencial ao ponto de reduzir a similaridade entre as notas explicativas das empresas.

Em sentido geral, o estudo contribui para enriquecimento da literatura sobre a temática da Contabilidade, propondo um enfoque que considera aspectos qualitativos das notas explicativas (tamanho, legibilidade e similaridade) que estão no centro das discussões atuais sobre a qualidade da informação contábil. Além disso, é importante entender como as empresas estão se comportando diante das determinações da OCPC 07 e quais fatores impactam diretamente sobre a forma das notas explicativas.

5. Conclusão

O presente estudo teve como objetivo analisar o comportamento das empresas brasileiras diante das atuais orientações de divulgação estabelecidas pelas entidades normatizadoras, considerando os aspectos da forma das suas notas explicativas, em face da publicação da OCPC 07. Os aspectos relacionados à forma das notas explicativas foram levantados com base nas diretrizes estipuladas pela própria OCPC 07, segmentados em: tamanho, legibilidade e similaridade, sendo, posteriormente, comparados os períodos anteriores e posteriores à OCPC 07 através de teste de diferença entre médias. Adicionalmente, foram levantadas na literatura sobre *disclosure* variáveis explicativas que sinalizavam alguma ligação com a forma das notas explicativas, as quais foram testadas através da técnica de regressão linear múltipla.

Constatou-se melhoria da legibilidade dos documentos analisados após a OCPC 07, especificamente no índice de Fog, refletindo melhoras nos critérios de divulgação adotados pelas empresas. Não se perceberam alterações significativas no tamanho e na similaridade das notas explicativas entre os períodos comparados, refletindo que, apesar da melhora identificada na legibilidade, as empresas ainda precisam avançar em outros aspectos relativos à forma desses documentos, evidenciando apenas o que é relevante aos usuários. Logo, a hipótese formulada para este estudo foi atendida parcialmente.

A análise sobre a capacidade explicativa das variáveis levantadas na literatura foi realizada por meio de testes de Regressão Linear Múltipla, os quais demonstraram a existência de associação significativa entre a presença da OCPC 07 e a legibilidade dos documentos, comprovando as inferências obtidas nos testes de Diferenças entre Médias.

De forma conclusiva, após análise dos aspectos levantados para a forma das notas explicativas, pode-se identificar pouca influência da OCPC 07 sobre a qualidade da informação contábil no âmbito das empresas do segmento de alimentos processados, no que se refere ao tamanho, legibilidade e similaridade. No entanto, vale ressaltar que a presente pesquisa considera as empresas pertencentes a um único subsetor e, por isso, os resultados encontrados não podem ser generalizados, dadas as especificidades de cada subsetor e segmento de atuação e, conseqüentemente, de cada contexto operacional.

Como limitação desta pesquisa, destaca-se, então, a abordagem de um segmento econômico específico, o que resulta em uma reduzida amostra. Nesse sentido, os resultados aqui apresentados refletem o comportamento de um grupo de empresas com contextos operacionais semelhantes, de tal forma que estender os achados para outros setores e/ou subsetores requer atenção especial. Por fim, propõe-se, para pesquisas futuras, a ampliação da amostra analisada, concentrando mais setores e subsetores. Recomenda-se ainda a realização de um comparativo internacional, com o objetivo de se entender como o Brasil se enquadra no contexto mundial.

Referências

- Amorim, C. D., Brito, G. N. S., Costa, P. A. D., Gonçalves, S. C. & Silva Júnior, M. F. (2015). Legibilidade de artigos científicos da área de “ciências ambientais”. *Ambiência*, 11(3), pp. 733-750. doi: <https://doi.org/10.5935/ambiencia.2015.03.16nt>
- Barbosa, J. S., Scherer, L. M., Scarpin, J. E. & Murcia, F. D. (2015). Construção de métrica para avaliação da qualidade da informação contábil sob a ótica de analistas fundamentalistas. *Revista de Contabilidade e Organizações*, 9(24), pp. 47-55. doi: <https://doi.org/10.11606/rco.v9i24.79534>
- Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo*. (1ª ed.) São Paulo: Edições.
- Biddle, G. C., Hilary, G. & Verdi, R. S. (2009). How does financial reporting quality relate to investment efficiency? *Journal of accounting and economics*, 48(2), pp. 112-131. doi: <https://doi.org/10.1016/j.jacceco.2009.09.001>
- Bloomfield, R. J. (2002). The “incomplete revelation hypothesis” and financial reporting. *Accounting Horizons*, 16(3), pp. 233-243. doi: <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.312671>
- Borges, E. G., Silva, E. C., Rech, I. J. & Carvalho, L. F. (2016). Efeito da divulgação de informações contábeis sobre o desempenho das ações de empresas que migraram para o nível de governança corporativa Novo Mercado. *Revista Eletrônica de Administração e Turismo – ReAT*, 8(4), pp. 870-889.
- Camargo, R. C. C. P. & Alberton, L. (2015). A percepção dos usuários sobre materialidade: mapeamento e análise sistêmica da literatura. *Revista Contabilidade Vista e Revista*, 26(3), pp. 1-24.
- Campos, C. & Lemes, S. (2013). Ensino de notas explicativas nos cursos de Ciências Contábeis de universidades públicas brasileiras. *Revista de Administração, Contabilidade e Economia - RACE*, 12(1), pp. 249-282.
- Chizzotti, A. (2006). *Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais*. (6ª ed.) Petrópolis: Vozes.
- Coelho, A. C. D. & Lopes, A. B. (2007). Avaliação da prática de gerenciamento de resultados na apuração de lucro por companhias abertas brasileiras conforme seu grau de alavancagem. *Revista de Administração Contemporânea*, 11(2), pp. 121-144. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S1415-65552007000600007>
- Coelho, C. M. P., Niyama, J. K. & Rodrigues, J. M. (2011). Análise da qualidade da informação contábil frente a implementação dos IFRS: uma pesquisa baseada nos periódicos internacionais (1999 a 2010). *Sociedade, Contabilidade e Gestão*, 6(2), pp. 7-20. doi: http://dx.doi.org/10.21446/scg_ufrj.v6i2.13235
- Collis, J. & Hussey, R. (2005). *Pesquisa em administração: um guia prático para alunos de graduação e pós-graduação*. (2ª ed.) Porto Alegre: Bookman.
- Comitê de Pronunciamentos Contábeis. (2014). *Orientação técnica OCPC 07 – Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral*. Recuperado em 27 de Setembro, 2018 de http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/488_OCPC_07_Orienta%C3%A7%C3%A3o.pdf
- Confederação Nacional da Indústria. (2014). *Alimentos e bebidas*. Recuperado em 27 de Setembro, 2018 de <http://www.portaldaindustria.com.br/cni/iniciativas/programas/brazil4-business/2014/09/1,60192/alimentos-e-bebidas.html>
- Costa, F.M., Goldner, F. & Galdi, F. C. (2007, julho). *Análise dos fatores que influenciam no disclosure dos maiores bancos brasileiros*. Anais do Congresso USP de Contabilidade e Controladoria. São Paulo, SP, Brasil, 7. Recuperado em 27 de Setembro, 2018 de <http://www.congressousp.fipecafi.org/anais/artigos72007/default.asp?con=1>
- Cunha, J. V. A. & Ribeiro, M. (2008). Divulgação voluntária de informações de natureza social: um estudo nas empresas brasileiras. *Revista de Administração - Eletrônica*, 1(1), pp. 1-23.

- Dougal, C., Engelberg, J., García, D. & Parsons, C. A. (2012). Journalists and the stock market. *Review of Financial Studies*, 25(3), pp. 639-679. doi: <https://doi.org/10.1093/rfs/hhr133>
- European Financial Reporting Advisory Group. (2012). *Towards a disclosure framework for the notes - discussion paper*. Recuperado em 27 de Setembro, 2018 de <https://frc.org.uk/Our-Work/Publications/Accounting-and-Reporting-Policy/Feedback-Statement-Discussion-Paper-Towards-a-Discussion-Paper-Towards-a-Disclosure-Framework-fo.aspx>
- Fávero, L. P., Belfiore, P., Silva, F. L. & Chan, B. L. (2009). *Análise de Dados: Modelagem Multivariada para a Tomada de Decisões*. (4ª ed). Rio de Janeiro: Campus.
- Financial Accounting Standards Board. (1999). *International accounting standard setting: a vision for the future the (report of the Fasb)*. Recuperado em 27 de Setembro, 2018 de <https://www.rutgers.edu.Accounting/raw/fasb/map/index.html>
- Gatsios, R. C., Silva, J. M., Ambrozini, M. A., Assaf Neto, A. & Lima, F. G. (2016). Impacto da adoção do padrão IFRS no custo de capital próprio das empresas de capital aberto no Brasil. *Revista de Administração Mackenzie*, 17(4), pp. 85-108. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/1678-69712016/administracao.v17n4p84-107>
- Ghoul, S., Guedhami, O. & Pittman, J. (2016). Cross-country evidence on the importance of Big Four auditors to equity pricing: the mediating role of legal institutions. *Accounting, Organizations and Society*, 54(1), pp. 60-81. doi: <https://doi.org/10.1016/j.aos.2016.03.002>
- Gonçalves, A. A. F. (2016). *Impactos da adoção do padrão contábil IFRS no Brasil: houve redução na percepção do risco de seleção adversa pelos credores não bancários das empresas de capital aberto brasileiras?* Dissertação de Mestrado do Programa Multi-institucional e Inter-regional de Pós-graduação em Ciências Contábeis, Universidade de Brasília, Universidade Federal da Paraíba, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasília, DF, Brasil.
- Hendriksen, E. S. & Van Breda, M. F. V. (1999). *Teoria da contabilidade*. (1ª ed.) São Paulo: Atlas.
- Hirshleifer, D. & Teoh, S. H. (2003). Limited attention, information disclosure, and financial reporting. *Journal of accounting and economics*, 36(1), pp. 337-386. doi: <https://doi.org/10.1016/j.jacceco.2003.10.002>
- International Accounting Standards Board. (2013). *Discussion forum – financial reporting disclosure, feedback statement..* Recuperado em 27 de Setembro, 2018 de <http://www.ifrs.org/Alerts/PressRelease/Documents/2013/Feedback-Statement-Discussion-Forum-Financial-Reporting-Disclosure-May-2013.pdf>
- KPMG. (2011). *Disclosure overload and complexity: hidden in plain sight*. Recuperado em 27 de Setembro, 2018 de https://home.kpmg.com/br/pt/home/misc/search.html?q=Disclosure%20overload%20and%20complexity&sp_p=any
- Lawrence, A. (2013). Individual investors and financial disclosure. *Journal of Accounting and Economics*, 56(1), pp. 130-147. doi: <https://doi.org/10.1016/j.jacceco.2013.05.001>
- Lehavy, R., Li, F. & Merkley, K. (2011). The effect of annual report readability on analyst following and the properties of their earnings forecasts. *The Accounting Review*, 86(3), pp. 1087-1115. doi: <https://doi.org/10.2308/accr.00000043>
- Li, F. (2008). Annual report readability, current earnings, and earnings persistence. *Journal of Accounting and economics*, 45(2), pp. 221-247. doi: <https://doi.org/10.1016/j.jacceco.2008.02.003>
- Lima, J. B. N. (2010). *A relevância da informação contábil e o processo de convergência para as normas IFRS no Brasil*. Tese de Doutorado, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade – Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.
- Loughran, T. & McDonald, B. (2014). Measuring readability in financial disclosures. *The Journal of Finance*, 69(4), pp. 1643-1671. doi: <https://doi.org/10.1111/jofi.12162>

- Macedo, A. F. P., Oliveira, A. M., Lobre, L. N., Brito, S. G. & Quandt, C. O. (2015). Governança corporativa e evidência de capital intelectual em empresas brasileiras. *Revista Evidenciação Contábil & Finanças*, 3(1), pp. 18-33. doi: 10.18405/RECFIN 20150102
- Mapurunga, P. V. R., Morais, C. R. F., Ponte, V. M. R., Rebouças, S. M. D. P. & Carneiro, A. R. A. (2015). Disclosure de informações acerca do pagamento baseado em ações e sua associação com os atributos das firmas. *Contabilidade, Gestão e Governança*, 18(1), pp. 5-25.
- Martins, D. (2011, outubro 25). Adoção de IFRS dobrará notas explicativas do BNDES. *Jornal Valor Econômico*, Finanças. Recuperado em 27 de Setembro, 2018 de <http://www.valor.com.br/financas/1067800/adocao-de-ifrs-dobrara-notas-explicativas-no-balanco-do-bndes>
- Martins, G. A. & Theóphilo, C. R. (2009). *Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas*. (2ª ed.) São Paulo: Atlas.
- Martins, T. B. F., Ghiraldelo, C. M., Nunes, M. G. V. & Oliveira Júnior, O. N. (1996). *Readability formulas applied to textbooks in brazilian portuguese*. Notas do Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação – ICMSC-USP, São Carlos, SP, Brasil.
- Martins, V. G., Oliveira, A. S., Niyama, J. K. & Diniz, J. A. (2014). Níveis diferenciados de governança corporativa e a qualidade da informação contábil durante o processo de convergência às normas internacionais de contabilidade. *Contexto*, 14(27), pp. 23-42.
- Medeiros, O. R. (2015). Social disclosure e retornos anormais: um estudo de eventos em empresas brasileiras abertas no período de 2005 a 2012. *Revista de Contabilidade e Organizações*, 9(24), pp. 56-70. doi: <https://doi.org/10.11606/rco.v9i24.81136>
- Miller, B. P. (2010). The effects of disclosure complexity on small and large investor trading. *The Accounting Review*, 85(6), pp. 2107-2143. doi: <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.1473863>
- Monga, V. & Chasan, E. (2015). *The 109,894 – Word Annual Report Wall Street*. Recuperado em 27 de Setembro, 2018 de <https://www.wsj.com/articles/the-109-894-word-annual-report-1433203762>
- Murcia, F. D. & Santos, A. (2010, julho). *Teoria do disclosure discricionário: evidências do mercado brasileiro no período 2006-2008*. Anais do Encontro da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Contábeis. Natal, RN, Brasil, 4.
- Oliveira, K. P. S. (2013). *Assimetria informacional, qualidade da informação contábil e governança corporativa: características institucionais e organizacionais no mercado de capitais brasileiro*. Dissertação de Mestrado, Programa Multi-institucional e Inter-regional de Pós-graduação em Ciências Contábeis, Universidade de Brasília, Universidade Federal da Paraíba, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, João Pessoa, PB, Brasil.
- Oliveira, V. A. & Lemes, S. (2011). Nível de convergência dos princípios contábeis brasileiros e norte-americanos às normas do IASB: uma contribuição para a adoção das IFRS por empresas brasileiras. *Revista Contabilidade & Finanças*, 22(56), pp. 155-173. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S1519-70772011000200003>
- Póvoa, A. C. S. & Nakamura, W. T. (2014). Homogeneidade versus heterogeneidade da estrutura de dívida: um estudo com dados em painel. *Revista Contabilidade & Finanças*, 25(64), pp. 19-32. doi: <https://doi.org/10.1590/S1519-70772014000100003>
- Rigo, V. P., Godoy, N. & Scarpin, J. E. (2016). Comportamento dos custos nas empresas do segmento de alimentos listadas na BM&FBovespa. *ABCustos*, 10(2), pp. 20-43.
- Santos, E. S. (2011, julho). *Full IFRS x lei 11.638 (1ª fase) x lei 6.404: impacto esperado nos resultados de 2010 a partir das empresas que se anteciparam*. Anais do Congresso USP de Controladoria e Contabilidade. São Paulo, SP, Brasil, 11.

- Santos, E. S. (2016). Impacto da OCPC 07 no enxugamento das notas explicativas das companhias brasileiras. *Anuário de Pesquisa 2016-2017 - GV Pesquisa*. Recuperado de em 27 de Setembro, 2018 <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/apgvpesquisa/article/viewFile/72807/69995>
- Santos, E. S., Ponte, V. M. R., Holanda, S. S. P. & Adachi, R. A. (2016). Disclosure under IFRS, legal-accounting traditions and enforcement: comparing ADRs issuers on the Nyse with only locally listed firms. *Anais do American Accounting Association Annual Meeting*. Nova York, NY, Estados Unidos, 100.
- Santos, E. S., Ponte, V. M. R., Mapurunga, P. V. R. & Ribeiro, M. S. (2014). Disclosure versus materiality: compliance with the first-time IFRS adoption disclosure requirements (IFRS 1) versus impacts on Brazilian firms' results. *Anais do American Accounting Association Annual Meeting*. Atlanta, GA, Estados Unidos, 98.
- Silva, A. A. & Costa, F. M. (2016). Nível de disclosure x características das pequenas e médias empresas no processo de convergência. *Revista de Auditoria, Governança e Contabilidade - RAGC*, 4(16), pp. 1-16.
- Silva, C. A. T. & Fernandes, J. L. T. (2009). Legibilidade dos fatos relevantes no Brasil. *Revista de Administração Contemporânea - RAC Electronica*, 3(1), pp. 142-159.
- Smith, M. & Taffler, R. (1992). Readability and understandability: different measures of the textual complexity of accounting narrative. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 5(4), pp. 459-472. doi: <https://doi.org/10.1108/09513579210019549>
- Takamatsu, R. T., Lamounier, W. M. & Colauto, R. D. (2008). Impactos da divulgação de prejuízos nos retornos de ações de companhias participantes do Ibovespa. *Revista Universo Contábil*, 4(1), pp. 46-63. doi: <http://dx.doi.org/10.4270/ruc.20084>
- Tavares, T. N. (2016). *A implementação do IFRS 15 no Brasil: análise das mudanças nos processos e controles internos para reconhecimento da receita nos contratos de construção*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Ciências Contábeis, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, SP, Brasil.
- Tonetto Filho, V. & Fregonesi, M. S. F. A. (2010, julho). *Análise da variação nos índices de endividamento e liquidez e do nível de divulgação das empresas do setor de alimentos processados com a adoção das normas internacionais*. Anais do Congresso USP de Controladoria e Contabilidade. São Paulo, SP, Brasil, 14.

Gastos Públicos e Produtividade nos Serviços de Saúde de Média e Alta Complexidade nos Estados Brasileiros

Resumo

Objetivo: Verificar em que medida o volume de gastos públicos em saúde tem influenciado o aumento da eficiência e da produtividade dos serviços de média e alta complexidade nos Estados brasileiros.

Método: Com base na Análise Envoltória de Dados (DEA) e no Índice de Produtividade de Malmquist, desenvolveu-se um trabalho teórico-empírico, com abordagem quantitativa, utilizando como unidades de análise os estados brasileiros que divulgaram informações no Datasus, no período 2008 a 2015.

Resultados: Os principais achados evidenciaram que os estados com maior volume de recursos, em média, não puderam ser considerados os mais eficientes, indicando que pode haver uma relação negativa entre crescimento dos gastos públicos e eficiência nos serviços oferecidos. Além disso, nos estados que aumentaram os gastos em saúde, no período de 2009 e 2015, a produtividade não foi diretamente proporcional ao volume de recursos utilizado.

Contribuições: A pesquisa traz elementos empíricos que evidenciam a necessidade de buscar melhores resultados para o sistema de saúde, no contexto da atenção de média e alta complexidades, a partir do aumento da eficiência e da produtividade dos serviços oferecidos sem que, a princípio, novos recursos sejam disponibilizados para o setor.

Palavras-chave: Gastos Públicos. Saúde Pública. Eficiência. Produtividade.

Jailson Manoel Silva Duarte

Mestre em Ciências Contábeis pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Federal da Paraíba (PPGCC/UFPB). **Contato:** Cidade Universitária, s/n – Castelo Branco, João Pessoa (PB). Centro de Ciências Sociais Aplicadas, CEP: 58051-900.
E-mail: jailsonduarte@hotmail.com

Josedilton Alves Diniz

Doutor em Contabilidade e Controladoria pela Universidade de São Paulo. Professor do PPGCC/UFPB. Auditor de Contas Públicas do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba. **Contato:** Cidade Universitária, s/n – Castelo Branco, João Pessoa (PB). Centro de Ciências Sociais Aplicadas, CEP: 58051-900.
E-mail: josedilton@gmail.com

1. Introdução

O sistema de saúde brasileiro, instituído na Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988), buscou fundamento nos princípios da igualdade e da universalidade para permitir que qualquer pessoa, independentemente de contribuição, pudesse ter acesso à saúde. A partir desse momento, os serviços públicos de saúde passaram por um processo de descentralização para favorecer o atendimento integral e a assistência à saúde a quem deles necessitar (Brasil, 1990), resultando em uma das mais importantes conquistas no campo social, no momento que o Brasil buscava sua redemocratização (Marques & Mendes, 2012).

Para garantir maior amplitude de acesso, o Sistema Único de Saúde (SUS) foi estruturado em blocos de financiamento de acordo com as especificidades de suas ações e serviços pactuados (Brasil, 2007). O bloco de financiamento dos procedimentos de Média e Alta Complexidade são aqueles que consomem a maior parte dos recursos (Junior & Mendes, 2015) por estar inserido em uma área que demanda a utilização de tecnologia de ponta e de profissionais com maior qualificação. Porém, nos últimos anos, o acesso a esse tipo de serviço tem sido apontado como um dos entraves para a integralidade do SUS (Spedo, Pinto & Tanaka, 2010), pois tem priorizado apenas o atendimento básico e direcionado os demais serviços à iniciativa privada (Santos & Gerschman, 2004; Spedo *et al.*, 2010).

A Lei nº.8.080/1990 (Brasil, 1990) atribui, prioritariamente, a operacionalização desses serviços aos estados federados, que passaram a demandar maior percentual de gastos em ações mais especializadas, com alto custo operacional e elevado padrão tecnológico (Junior & Mendes, 2015). No entanto, tem-se observado que os estados precisam enfrentar alguns desafios para viabilizar a execução destes serviços. Piola e Vianna (2002), Santos (2007), Koerich, Drago, Andrade e Erdmann (2016) mostraram que esses desafios podem estar relacionados à baixa quantidade de recursos aplicada no setor.

Por outro lado, estudos têm apontado que a problemática no setor saúde não está somente relacionada ao volume de gastos efetuado (Gupta, Davoodi & Tiongson, 2001; Makuta & O'Hare, 2015; Novignon, Olakojo & Nonvignon, 2012) especialmente sub-Saharan Africa (SSA, sendo uma condição necessária, mas não suficiente para melhorar a qualidade dos serviços (Giuffrida, 1999). A quantidade de recursos aplicada pode ser um fator importante para determinar a qualidade, mas não é garantia de que os serviços oferecidos impactarão positivamente os indicadores de saúde (Gupta *et al.*, 2001). Logo, tem-se apontado a eficiência no uso destes recursos como um dos aspectos que também precisa ser considerado para buscar as melhorias desejadas para a saúde (Giuffrida, 1999; Makuta & O'Hare, 2015).

Diante disso, considerando as responsabilidades constitucionais definidas para os estados brasileiros na execução dos serviços de média e alta complexidade, cabe verificar o nível de eficiência dos gastos públicos em saúde nestes entes e em que medida os recursos são suficientes para atender às demandas da população. Assim, na perspectiva de que uma gestão eficiente dos recursos públicos possa aumentar a produtividade dos bens e serviços oferecidos à população, sem que seja preciso aumentar a quantidade dos recursos alocados, propõem-se o seguinte problema de pesquisa: **Em que medida maior quantidade de gastos públicos influencia no aumento da eficiência e da produtividade dos serviços de saúde de média e alta complexidade nos estados brasileiros?**

Com isso, este estudo teve o objetivo de verificar em que medida o volume de gastos públicos tem influenciado no aumento da eficiência e da produtividade dos serviços de saúde de média e alta complexidade ofertados pelos estados brasileiros. Justifica-se a realização desta pesquisa tendo em vista a necessidade de observar, empiricamente, se a proposta de melhoria para o sistema de saúde, sobretudo a nível de média e alta complexidade, fundamenta-se na necessidade de elevação dos gastos públicos (Koerich *et al.*, 2016; Piola & Vianna, 2002; Santos, 2007) ou se a eficiência na execução desses serviços, acompanhada do aumento da produtividade, são elementos essenciais para acrescentar melhorias ao sistema (Gupta *et al.*, 2001; Makuta & O'Hare, 2015; Novignon *et al.*, 2012) especialmente sub-Saharan Africa (SSA).

Portanto, este estudo apresentou evidências empíricas que sinalizam para a possibilidade de encontrar melhorias para o sistema de saúde sem que, a princípio, sejam colocados novos recursos no SUS. Embora muitos defendam que aumentar as receitas seria a solução mais viável para a saúde pública nos estados brasileiros, este estudo mostra que, antes disso, faz-se necessário melhorar os gastos público dos recursos já disponíveis, aumentando a produtividade pela eficiência da gestão e, não, necessariamente pela ampliação das receitas.

Ao mesmo tempo, o estudo motiva uma reflexão sobre a importância de usar informações de natureza contábil do setor público, em conjunto com variáveis socioeconômicas, para determinar a capacidade de atuação governamental frente às demandas por saúde na sociedade. E, com estas informações, apresentar ao gestor público as prioridades que precisam ser observadas no momento de definir políticas públicas que, efetivamente, otimizem os gastos públicos, buscando reduzir os problemas da saúde no Brasil.

2. Revisão da Literatura

A literatura que trata dos gastos públicos em saúde tem procurado entender as relações entre a quantidade de recursos empregada e o reflexo na qualidade dos serviços e nos indicadores específicos de saúde. Filmer & Pritchett (1999) avaliaram o impacto das despesas públicas e dos fatores econômicos, educacionais e culturais na determinação da taxa de mortalidade de crianças menores de cinco anos nos países em desenvolvimento. Observaram uma lacuna entre o aparente potencial das despesas em melhorar as condições de saúde e o desempenho atual da saúde nesses países, sugerindo que a quantidade de recursos não é o fator mais importante para melhorar a qualidade da saúde de um país.

Gupta, Verhoeven e Tiongson (2003) estimaram o impacto da despesa sobre a saúde dos países considerados pobres. Mostraram que esses países possuem, significativamente, menor nível de saúde do que os países desenvolvidos. Concluíram que a saúde nas regiões mais pobres é mais fortemente afetada pelas despesas públicas do que nos países ricos. Os resultados mostram novas evidências de que as despesas públicas são mais importantes para os pobres, de modo que, aumentando-se em 1% o nível de gastos em saúde, reduziria a mortalidade infantil em duas ou mais mortes nesses países. Entretanto, os resultados apontam que o aumento da despesa pública, por si só, não é suficiente para melhorar o estado de saúde.

Bokhari, Gai e Gottret (2007) corroboraram essas evidências estudando o impacto das despesas governamentais sobre o resultado da saúde, utilizando como medida de qualidade a taxa de mortalidade de crianças menores de 5 anos e a taxa de mortalidade materna. Usando uma técnica de variável instrumental, eles estimaram a elasticidade média da taxa de mortalidade para crianças com menos de 5 anos em relação à despesa pública em saúde chegando a - 33%. Já para a mortalidade materna, a elasticidade média ficou em torno de - 50%.

Estas evidências têm sugerido, empiricamente, não haver uma relação direta entre quantidade de recursos e qualidade da saúde. No entanto, pouco se tem discutido acerca dessa relação, consoante apontam Beauvais e Wells (2006) que revisaram a literatura produzida no período de 1980 a 2005 e buscaram distinguir quais aspectos do financiamento em saúde afetam diferentes dimensões da qualidade. Identificaram, nesse período, 16 estudos empíricos analisando como as finanças das organizações de saúde afetam a qualidade. Os autores observaram pouca ocorrência de estudos, investigando se o comportamento de fatores adicionais modifica a relação entre finanças e qualidade.

Na perspectiva de encontrar os determinantes do impacto do gasto público em saúde nos países em desenvolvimento, Makuta e Hare (2015) analisaram a qualidade da governança nas condições de saúde em 43 países da África Subsaariana. Os resultados confirmaram a hipótese de que as despesas públicas em saúde não têm impacto, estatisticamente, significativo na melhoria dos resultados da saúde. Mas, ao inserir a variável de governança no modelo, o impacto das despesas sobre a saúde melhorou os resultados em cerca de 17 a 19 pontos percentuais. Esses resultados, segundo os autores, podem ser atribuídos ao aumento da eficiência devido à presença de melhor índice de governança.

Como pode ser observado, há evidências de que o aumento dos gastos públicos pode não resultar em melhorias no sistema de saúde. Isso abre a possibilidade para investigar se o montante de recursos, por si só, é fator determinante para aumentar a produtividade nos serviços de saúde pública, ou se a gestão eficiente destes recursos seria um dos fatores preponderantes para assegurar melhor qualidade nos resultados da saúde.

2.1 Eficiência dos Gastos Públicos e Produtividade na Saúde

A qualidade na saúde, segundo Donabedian (1988), pode ser classificada sob os aspectos da estrutura, do processo e dos resultados. Como estrutura, a qualidade denota os atributos pelos quais acontecem os cuidados médicos, ou seja, tratam-se dos recursos materiais, humanos e organizacionais. Como processo, indica o que realmente é feito para garantir os cuidados médicos. São as atividades do paciente na busca por melhorias em seu estado de saúde e as ações dos profissionais na implementação de um tratamento. Já os resultados correspondem aos efeitos das ações de saúde sob a vida dos pacientes ou da população.

Com base nesses aspectos, a saúde pode ter sua qualidade avaliada por meio dos atributos da eficácia, efetividade, eficiência, otimização, aceitabilidade, legitimidade e equidade (Donabedian, 2003). Entretanto, escolheu-se para este trabalho uma avaliação estrutural da qualidade com base apenas no atributo da eficiência aplicada ao contexto dos gastos públicos em saúde de Média e Alta Complexidade nos Estados brasileiros.

A eficiência é a capacidade de reduzir os custos dos serviços sem diminuir a melhoria das condições de saúde (Donabedian, 2003). Sendo assim, aumenta-se a eficiência para um determinado nível de custos quando há um incremento na melhoria das condições de saúde da população. Nesse sentido, a eficiência pode ser observada verificando-se o nível de bens e serviços produzidos e oferecidos à população (Donabedian, 2003), ou seja, observando se os recursos são organizados e gerenciados de modo a minimizar os custos dos serviços, bem como se o pessoal, suprimentos e equipamentos são pagos por valores que representam seus custos sob a melhor alternativa (Aday, Begley, Lairson & Slater, 2004)

Dois abordagens fundamentais são geralmente utilizadas para mensurar a eficiência de uma unidade produtiva e podem ser baseadas em métodos paramétricos ou em modelos não paramétricos (Seiford & Thrall, 1990). Aquelas que usam métodos paramétricos são as mais comuns, embora tenham como desvantagem a necessidade de utilizar uma relação funcional previamente conhecida para a tecnologia de produção e a suposição de normalidade para a distribuição dos termos de ineficiência (Seiford & Thrall, 1990).

Já os métodos não paramétricos são normalmente elaborados por meio da *Data Envelopment Analysis* (DEA): uma ferramenta desenvolvida por Charnes, Cooper e Rhodes (1981; 1978) construída com base na eficiência produtiva desenvolvida por Farrell (1957) e ampliada para mensurar a eficiência de Unidade Tomadora de Decisão (*Decision Making Unit* – DMU) a partir de múltiplos insumos e múltiplos produtos, não necessitando relação funcional entre as variáveis e a eficiência de uma DMU; pode ainda ser mensurada de maneira relativa a todas as outras com a simples restrição de que as DMUs estão na fronteira de eficiência ou abaixo dela (Seiford & Thrall, 1990).

Farrell (1957) destacou que a eficiência de uma unidade produtiva é composta de dois componentes: a eficiência técnica, que demonstra a capacidade de uma DMU obter o máximo de *output* a partir de um conjunto de *inputs*; e eficiência alocativa, que reflete a capacidade de uma firma usar os *inputs* em uma proporção otimizada dado seus respectivos preços e a tecnologia de produção, Tecnologia de produção, segundo Farrell (1957), é o conjunto de insumos que tem a capacidade de gerar um produto). Estas duas medidas são combinadas para determinar a eficiência econômica total de uma unidade tomadora de decisão (Coelli, Rao, O'Donnell & Battese, 2005).

Uma DMU é considerada 100% eficiente se, e somente se, a performance das outras DMUs não indicar que alguns dos seus *inputs* ou *outputs* podem ser melhorados sem que haja necessidade de reduzir alguns dos seus insumos ou produtos (Cooper, Seiford & Zhu, 2011). Dessa forma, a eficiência não requer o conhecimento dos preços dos insumos ou dos produtos, concentrando-se apenas nos diferentes *inputs* e *outputs*. Deste modo, para determinar a eficiência dos estados em oferecer produtos e serviços de saúde de média e alta complexidade, não se faz necessário obter os preços dos insumos utilizados, apenas dados relativos à despesas e aos serviços ofertados.

Entretanto, deve-se observar que a performance de uma DMU pode sofrer mudanças ao longo do tempo. Por isso, mensurar essas modificações podem ser relevantes para compreender como as entidades se modificaram ao longo do tempo e o quanto elas foram impactadas pela mudança tecnológica, ou ainda, para observar se as melhorias nos resultados das DMUs podem ser atribuídas as suas próprias iniciativas que a impulsionaram a melhorar sua performance relativamente à tecnologia existente (Bogetoft & Otto, 2011). A principal metodologia para verificar a dinâmica da eficiência ao longo do tempo, conforme Begotoff e Otto (2011), é o *Malmquist Index*, pois não faz uso dos preços para agregar os diferentes insumos e produtos.

O *Malmquist Index* (Índice de Produtividade de Malmquist), desenvolvido por Caves, Christensen e Diewert (1982), com base em Malmquist (1953), é construído pela mensuração da distância radial do vetores de *outputs* e de *inputs* observados entre dois períodos, relativamente à mudança de tecnologia da DMU. Como a distância pode ser orientada conforme os *inputs* e *outputs*, esse índice pode mensurar a produtividade com orientação aos *outputs* a partir do nível máximo de produtos que foram produzidos usando um determinado vetor de *inputs* e uma dada tecnologia de produção relativa ao nível de produtos observados. Quando direcionado aos *inputs*, o índice de produtividade está relacionado ao nível de insumos necessários para produzir um vetor de *outputs* em relação a uma tecnologia de produção de referência.

Empiricamente, diversos trabalhos usaram esses indicadores para avaliar a produtividade nos serviços de saúde. Färe, Grosskopf, Lindgren e Poullier (1997) compararam o crescimento da produtividade no setor saúde para uma amostra de países integrantes da *Organization for Economic Cooperation and Development* com base no índice de produtividade de Malmquist. Segundo eles, é mais vantajoso utilizar esse indicador, pois pode-se trabalhar com múltiplos insumos e múltiplos produtos sem a necessidade de saber os preços dos *inputs* e *outputs* usados. Isso faz com que o método seja viável para trabalhar com a produtividade dos sistemas de saúde.

Giuffrida (1999) empregou esse índice para analisar o sistema de saúde do Reino Unido; avaliou a mudança na produtividade decompondo o indicador em três partes: índice de mudança de eficiência técnica pura, mudança de eficiência de escala e mudança tecnológica; e concluiu que o aumento na produtividade pode ser atribuído a melhoria na eficiência técnica pura e na mudança positiva na eficiência de escala. Porém, a mudança tecnológica não foi significativa.

Allin, Grignon e Want (2016) observaram elevados níveis de ineficiência no sistema de saúde canadense. Perceberam que havia possibilidade, com base nos recursos disponíveis, de apresentar melhorias nos resultados em torno de 18 e 35%, reduzindo os indicadores de mortalidade para as causas tratáveis. Além disso, verificaram que as ineficiências estavam relacionadas a três aspectos: fatores de gestão (como, por exemplo, internações hospitalares), fatores de saúde pública (como obesidade e tabagismo) e fatores ambientais, como renda média da população.

Souza e Barros (2013), ao avaliarem a eficiência na alocação de recursos públicos destinados à assistência hospitalar nos estados brasileiros nos anos 2009 e 2010, usaram como variáveis *inputs* as despesas com assistência hospitalar e como *outputs* os números de leitos, a quantidade de profissionais da área de saúde e de estabelecimentos de saúde. Concluíram que apenas seis estados foram considerados eficientes em 2009 e sete deles tiveram eficiência de 100% em 2010, ou seja, a maior parte dos estados não conseguiu maximizar os resultados dos serviços oferecidos à população.

Usando também a medida da eficiência e da produtividade, outros estudos buscaram evidenciar os aspectos da qualidade na saúde: Ferrari (2006), Löthgre e Tambour (1999), Lyrودي, Glaveli, Koulakiotis e Angelidis (2006), Sola e Prior (2001) e outros. Portanto, verifica-se que a literatura tem dado bastante ênfase em mensurar a produtividade nos serviços de saúde. No entanto, este estudo amplia essa discussão ao fazer uso de informações contábeis do setor público no Brasil para mensurar a eficiência e a produtividade do sistema de saúde de média e alta complexidade e relacioná-las com o aumento dos gastos públicos em saúde nos estados brasileiros.

3. Metodologia

Para responder ao problema de pesquisa, realizou-se um estudo teórico-empírico, fazendo-se uso de métodos quantitativos, para analisar em que medida o aumento no nível de gastos públicos influencia a eficiência e a produtividade dos serviços de saúde de média e alta complexidade. Assim sendo, adotou-se como unidade de análise os estados da Federação, e o Distrito Federal, cujas informações sobre saúde pública estavam disponíveis na base do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (Datasus).

A análise considerou os dados de 2008 a 2015, período no qual as informações no Datasus estavam classificadas segundo o processo de Pactuação de Diretrizes, Objetivos, Metas e Indicadores de 2013 – 2015 (Brasil, 2013) e organizadas por uma série histórica de 2008 a 2015. Portanto, optou-se por utilizar este período para manter a uniformidade dos dados e as definições dos indicadores disponíveis no sistema Datasus.

No primeiro momento do estudo, realizou-se uma análise da eficiência dos estados brasileiros em relação aos gastos públicos em saúde no bloco de atenção de média e alta complexidade. Para isto, fez-se uso da DEA que, segundo Lobo e Lins (2016) e Hollingsworth (2003), é a metodologia mais frequentemente escolhida para abordagem de eficiência em saúde. Adotou-se o modelo de Banker, Charnes e Cooper (1984) com orientação voltada aos *outputs* por considerar que, nos serviços públicos de saúde, não se espera que sejam diminuídos os recursos, mas que sejam maximizados os bens e serviços oferecidos à população a partir de um conjunto de *inputs* já disponíveis (Marinho & Façanha, 2001).

As variáveis usadas no modelo DEA foram selecionadas com vistas a englobar os aspectos mais relevantes destacados pela literatura e que podem ser adotadas para avaliar a prestação de serviços em saúde na modalidade de média e alta complexidade. Fez-se também o controle do número de *inputs* e *outputs* para não ultrapassar os pressupostos básicos da DEA que condiciona o número de variáveis ao número de DMUs: Hollingsworth e Peacock (2008) recomendam que a quantidade de DMU não deve ser menor do que três vezes o número de variáveis de *input* e *output*. Em vista disso, o modelo foi desenvolvido com duas variáveis de *input* e duas variáveis de *output*, conforme Tabela 1:

Tabela 1

Descrição das variáveis de *input* e *output* para o modelo DEA

Variável	Descrição	Fundamentação
Despesa Total (DT)*	Variável de input que corresponde a soma das Despesas Hospitalares e Ambulatoriais financiadas pelo Fundo de Ações Estratégicas e Compensações (FAEC) com as despesas financiamento pelo MAC - Média e Alta Complexidade Hospitalares e Ambulatoriais.	(Evans, Tandon, Murray & Lauer, 2000; Marinho, 2003)
Número de Estabelecimentos (NE)	Variável de input que corresponde ao Número de Estabelecimentos hospitalares e ambulatoriais de média e alta complexidade sob responsabilidade dos Estados da Federação e mantidos pelo FAEC e MAC.	(Queiroz, Silva, Figueiredo & Vale, 2013; Ribeiro, 2008)
Procedimentos Hospitalares (PH)	Variável de output que corresponde a quantidade de procedimentos hospitalares do SUS, por local de internação, aprovados por ano de atendimento por Unidade da Federação.	(Marinho, 2003; Souza, Scatena & Kehrig, 2016).
Procedimentos Ambulatoriais (PA)	Variável de output que corresponde a quantidade de procedimentos Ambulatoriais do SUS, por local de internação, aprovados por ano de atendimento por Unidade da Federação.	(Marinho, 2003)

Nota: * Os valores da Despesa Total foram deflacionados pelo Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna, metodologia desenvolvida pela Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Fonte: Elaborado pelos autores (2016).

Após analisar a eficiência dos estados brasileiros no que diz respeito aos gastos públicos em procedimentos de média e alta complexidade, o passo seguinte foi avaliar o comportamento desses gastos ao longo do período, observando se houve crescimento no volume de recursos aplicado e se isso impactou o aumento da produtividade dos bens e serviços oferecidos.

Inicialmente, fez-se o cálculo da diferença percentual entre os recursos gastos em 2008 e 2015. Com isso, pode-se identificar os estados que aumentaram a quantidade de recursos nesse período, e, em seguida, fez-se uma análise comparativa usando teste de médias entre os estados mais eficientes e o que tiveram maior aumento percentual nos recursos. Dessa forma, pode-se inferir se o crescimento médio dos recursos foi acompanhado por significativo aumento na eficiência dos gastos em média e alta complexidade.

Na segunda etapa do estudo, fez-se o cálculo da produtividade dos Estados em relação aos gastos públicos nos serviços de saúde por meio do índice de Produtividade de Malmquist. Este indicador, desenvolvido por Caves, Christensen e Diewert (1982), com base em Malmquist (1953), é, segundo Färe, Grosskopf, Norris e Zhang (1994), utilizado para fazer comparações em diversas situações, sendo construído por meio da função distância de *inputs* e *output*, onde as abordagens baseadas em *input* requerem que as DMUs maximizem as receitas e as baseadas em *outputs* trabalham na minimização dos custos.

Färe *et al.* (1994) especificaram um modelo para o índice de Mudança de Produtividade, de Malmquist orientado ao *output* considerando a produtividade no ponto relativa a produção no ponto com a seguinte equação:

$$M_0^{t+1}(x^{t+1}, y^{t+1}, x^t, y^t) = \left[\frac{D_0^t(x^{t+1}, y^{t+1})}{D_0^t(x^t, y^t)} \frac{D_0^{t+1}(x^{t+1}, y^{t+1})}{D_0^{t+1}(x^t, y^t)} \right]^{\frac{1}{2}} \quad [1]$$

Este índice corresponde a uma média geométrica entre dois *outputs*, de modo que os valores obtidos que forem maiores do que 1 (um) serão considerados aumento positivo na produtividade das DMUs. Sendo assim, na abordagem adotada neste estudo, determinou-se o respectivo índice de Produtividade para cada estado, considerando-se que houve aumento na produção de bens e serviços quando o índice de Malmquist, calculado pela equação [1], apresentou valor maior do que 1). Com isto, foram obtidos indicadores para diversos aspectos da produtividade, conforme Coelli *et al.* (2005):

- a. Variação na Eficiência Técnica: trata-se da mudança no índice de eficiência técnica de cada estado no período com base nos insumos utilizados considerando-se retornos constantes de escala;
- b. Variação Tecnológica: corresponde à mudança na fronteira de produção, permitindo identificar o aumento na produtividade por causa da melhoria na tecnologia de produção usada por cada ente estadual;
- c. Variação na Eficiência Técnica Pura: corresponde à variação na produtividade dos estados com base na eficiência técnica calculada a partir de retornos variáveis de escalas, ou seja, trata-se do aumento dos serviços oferecidos com base nos insumos utilizados;
- d. Variação na Eficiência de Escala: representa a mudança de eficiência com base na escala de produção, possibilitando identificar se um ente estadual opera em seu nível ótimo de produção relativamente aos demais entes;
- e. Produtividade Total dos Fatores de Produção: trata-se do índice de Malmquist, que define a produtividade total de uma DMU, conjugando a mensuração da eficiência técnica com a eficiência de escala.

Depois de definidos os índices de produtividade para cada estado, determinou-se a variação percentual da produtividade e dos gastos em saúde. Para isso, utilizou-se a técnica de Análise Horizontal, que, segundo Martins, Diniz e Miranda (2012), é uma ferramenta importante para analisar a evolução das contas das demonstrações contábeis ao longo do tempo. Neste trabalho, utilizou-se o valor dos gastos públicos em média e alta complexidades e a respectiva variação ao longo do tempo em cada estado da Federação, com base no ano de 2008. Por fim, fez-se um estudo comparativo entre as variáveis, testando se as médias apresentadas por elas foram consideradas iguais e estatisticamente significante. Com isso, buscou-se identificar se um aumento médio no nível de recursos tenderia a ser estatisticamente igual a um aumento médio na produtividade dos serviços realizados.

4. Resultados

Analisando os gastos públicos em saúde, no período 2008 a 2015, observaram-se disparidades no valor médio aplicado pelos estados na subfunção média e alta complexidades. Neste período, houve ente que só gastou 53 milhões de reais, conforme pode ser verificado na Tabela 2, enquanto outros empregaram mais de 9 bilhões. Esses valores podem ser reflexo das diferenças regionais no Brasil (Albuquerque, Viana, Lima, Ferreira, Fusaro & Iozzi, 2017), evidenciando que em algumas localidades há maior concentração de estabelecimentos de saúde com maior grau de especialização para atender aos serviços mais complexos, demandando maior percentual de recursos.

Tabela 2

Estatística descritivas das variáveis no período 2008 a 2015

Variável	Média	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
Despesa Total*	1.187.677	1.666.779	9.096.352	53.093
Número de Estabelecimentos	1.086	1.351	6.094	68
Procedimentos Hospitalares	426.843	492.235	2.507.111	24.703
Procedimentos Ambulatoriais	44.008.825	65.374.565	404.188.787	2.461.161
População Estadual	7.252.559	8.503.830	44.396.484	412.783

Notas: * Valores em milhares de reais.

Fonte: organizado pelos autores com base nos dados do DATASUS (2016)

O Número de Estabelecimentos hospitalares e ambulatoriais também evidenciou disparidades, de modo que o estado com menor quantidade de centros públicos para atendimento de média e alta complexidade dispõe somente de 68 unidades. Por outro lado, há estados com cerca de 6 mil hospitais e ambulatorios. Logo, observa-se nos dados coletados que se trata de uma amostra heterogênea com especificidades inerentes a cada entidade. No entanto, tendo em vista que a metodologia empregada para mensurar a eficiência foi baseada na DEA com retornos variáveis de escala (que concilia diferentes níveis de escala de produção), essa disparidade não influenciou nos resultados da pesquisa.

Os valores *per capita* dessas variáveis, conforme Tabela 3, retratam os gastos públicos considerando-se os efeitos demográficos nos estados. Segundo Varela, Martins e Fávero (2012), menor densidade populacional pode fazer com que os custos da prestação dos serviços de saúde sejam mais elevados por demandar maior esforço para chegar até a população mais longínquas. Sendo assim, esta avaliação destacou que a Despesa Total média por habitante varia de 69,25 reais a 219,34 reais, indicando que há estados, proporcionalmente ao número de habitantes, com menor quantidade de gastos em serviços de média e alta complexidade.

Tabela 3

Estatística descritivas das variáveis em valores *per capita* em relação ao período 2008 a 2015

Variável	Média	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo	Mediana
Despesa Total Per Capita	149,86	30,71	69,25	219,34	146,24
Número de Estabelecimentos*	0,22	0,28	0,01	1,57	0,15
Procedimentos Hospitalares*	5,99	0,86	3,94	7,82	6,01
Procedimentos Ambulatoriais	5,77	1,50	3,45	9,68	5,33

Notas: * Valores relativos a cada 1000 habitantes.

Fonte: organizado pelos autores com base nos dados do Datasus (2016).

Outra variável que reforça algumas das fragilidades do sistema de saúde de média e alta complexidades nos estados brasileiros foi o Número de Estabelecimentos, que chegou a 0,01 para cada mil habitantes (dados referentes ao Estado do Rio de Janeiro, seguindo-se da Paraíba com valor mínimo de 0,02). Dessa forma, nos últimos oito anos, em média, há disponível nestes estados 1 (um) estabelecimento de média e alta complexidades para cada 100 mil habitantes, dados que corroboram os achados de Souza e Barros (2013) ao elencarem o Rio de Janeiro entre os estados com maior dispersão entre número de habitantes e o número de estabelecimentos de saúde em 2009. Revelam-se sinais de que há neste estado maior volume de pacientes por estabelecimentos de média e alta complexidade demandando serviços de saúde.

As demais variáveis seguiram a tendência de desigualdade entre os estados, com valores máximos e mínimos muito discrepantes. No entanto, também se registrou que o número de procedimentos hospitalares apresentou valor médio menor do que a mediana, e o desvio padrão menor do que uma unidade. Assim, há indícios de que em meio as desigualdades na quantidade de recursos, os estados estão tendo de realizar, proporcionalmente, a mesma quantidade de serviços. Logo, podem existir entes estaduais cujos sistemas de saúde estão sobrecarregados, tendo de atender a uma demanda maior do que sua capacidade e, para isso, precisam ser mais eficientes no uso dos recursos.

4.1 Eficiência dos Estados nos Serviços de Saúde de Média e Alta Complexidade

Feita a caracterização das variáveis, discorre-se sobre a eficiência dos estados brasileiros ao oferecerem serviços de saúde de média e alta complexidade. Foram obtidas medidas da eficiência correspondentes a cada ano, conforme Figura 1. Em média, houve crescimento na eficiência durante o período, com 2013 sendo o ano com a maior índice de eficiência nos gastos públicos.

Em 2008 e 2009 os Estados de Rondônia, Amazônia, Roraima, Pará, Amapá, Ceará, Bahia e São Paulo estiveram na fronteira de eficiência, com escore de 100%. A partir de 2010, Rio de Janeiro passou a fazer parte deste grupo e nos anos 2013 e 2014 Paraíba e Goiás também se apresentaram tecnicamente eficientes. Por esses resultados, observa-se que a maior parte dos estados eficientes estão localizados na região Norte, confirmando os achados de Souza e Barros (2013).

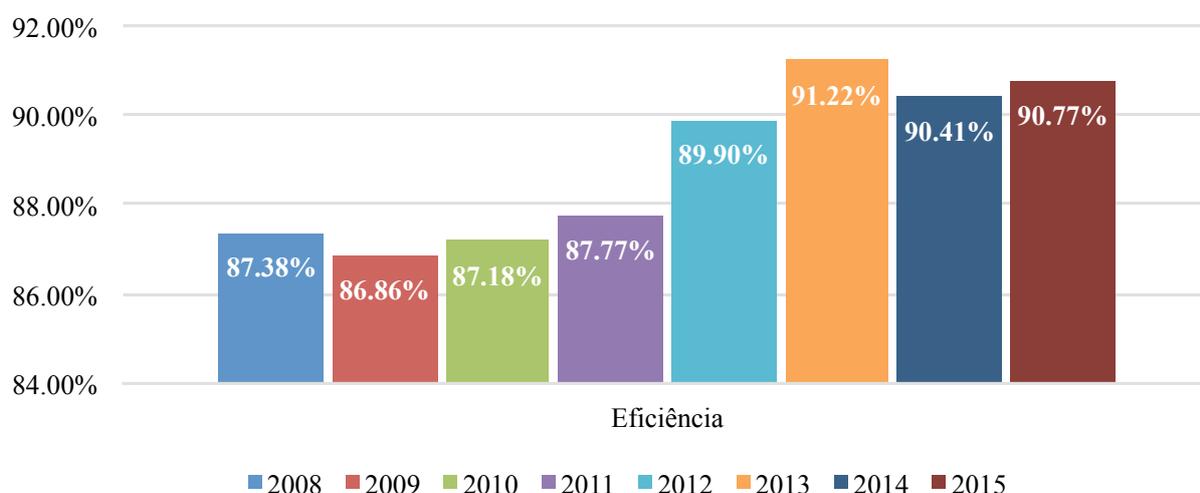


Figura 1. Média da Eficiência dos Estados no período 2008 - 2015

Para observar se há alguma relação entre o aumento dos gastos público em saúde na subfunção média e alta complexidades e a eficiência no uso desses recursos, fez-se o teste de média entre essas variáveis. Para isso, foi criado um grupo com os estados mais eficientes, ou seja, aqueles cujos escores de eficiência foram maiores ou iguais a mediana dos valores da eficiência (89,7%, dados não tabulados) e outro com os estados não eficientes (com escores menores do que 89,7%). Em seguida, comparou-se a média dos gastos *per capita* em cada um desses grupos.

O teste Kolmogorov-Smirnov para Amostras Independentes, apresentado na Tabela 4, revelou que, ao nível de significância de 5%, há indícios de a eficiência média dos estados que gastaram mais ser diferente da eficiência dos que gastaram menos recursos.

Tabela 4

Teste de Kolmogorov-Smirnov para eficiência e gastos em saúde nos Estados brasileiros

Grupos	Estatística do Teste	P-valor
Estados considerados ineficientes ^a	0,028	0,919
Estados considerados eficientes ^b	-0,381	0,000
Combinado (Kolmogorov-Smirnov)	0,381	0,000

Nota: (a) corresponde aos Estados com eficiência (E) menor do que a mediana ($E < 89,7\%$); (b) corresponde aos Estados com eficiência maior que a mediana ($E > 89,7\%$);

Fonte: elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa (2016).

Na primeira linha da Tabela 4, testa-se a hipótese de que o grupo dos estados definido como ineficiente não contém menor valor para os gastos em saúde do que o grupo considerado eficiente. Com 2,8% de diferença entre as distribuições de frequências e p-valor de 0,919, há fortes indícios que levam a não rejeitar a hipótese nula. Portanto, há evidências que permitem conjecturar que os estados não eficientes não foram, necessariamente, os que gastaram menos.

Corroborando-se estas observações, a segunda linha da Tabela 4 verifica a hipóteses de que os gastos são maiores para o grupo dos estados eficientes. Os resultados sugerem que o conjunto dos estados considerados eficientes não realizaram maior quantidade de gastos *per capita*. A menor diferença entre as duas as variáveis (-0,381) e o p-valor da distribuição (0,000), ao nível de 5%, motivam a necessidade de se rejeitar a hipótese nula de que há igualdade entre as médias dessas variáveis. Portanto, deve-se assumir que as distribuições são estatisticamente diferentes, indicando que não se pode possível concluir que os estados eficientes são aqueles que usam maior quantidade de recursos.

Estes resultados podem ser corroborados ao observar a estatística descritiva dos gastos per capita e dos índices de eficiência para os dois grupos (Eficientes e Não Eficientes), conforme Figura 2. Verifica-se que entre os estados não eficientes os gastos médios *per capita* em saúde, no bloco de média e alta complexidades foram maiores do que no grupo dos Estados Eficientes. Não obstante isso, os estados que empregaram 12% menos recursos públicos, conseguiram ser 20% mais eficientes.

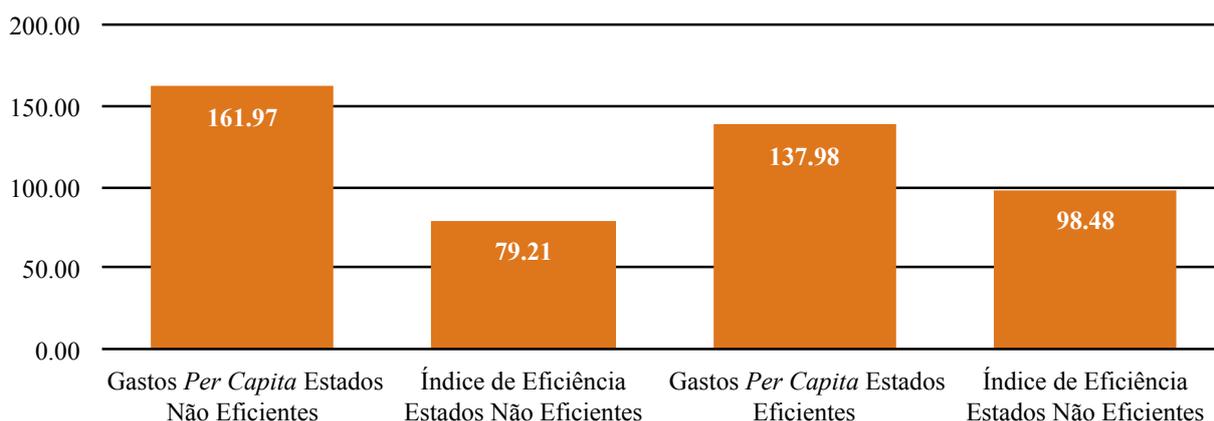


Figura 2. Eficiência e Gastos Públicos dos Grupos Eficientes e Não Eficientes

Esses resultados possibilitam inferir que maior eficiência não necessariamente está relacionada a maior quantidade de recursos disponíveis, constatações que corroboram os resultados proposto por Filmer e Pritchett (1999), Gupta *et al.* (2003), Bokhari *et al.* (2007) e Makuta e O'hare (2015). Ao mesmo tempo, esses resultados apontam que os estados com maior quantidade de recursos em termos *per capita* podem figurar entre os que possuem menor eficiência. Assim, sugerindo que havia a possibilidade de ampliação dos serviços ambulatoriais e hospitalares em nível de média e alta complexidades nos estados sem que novos recursos fossem aportados para o setor.

Esses achados podem estar indicando alguma fragilidade na saúde pública de média e alta complexidades. Dada a essencialidade desses serviços, esperava-se maior grau de eficiência na sua execução, já que é um setor que dispõe de recursos humanos com maior qualificação e com equipamentos de maior sofisticação tecnológica. Porém, os resultados têm apontado outra direção, mostrando indícios de ineficiência no SUS entre o período 2008 e 2015 mesmo nos entes que receberam maior volume de recursos.

4.3 Produtividade dos Estados nos Serviços de Saúde de Média e Alta Complexidades

Uma vez analisada a eficiência em relação aos gastos públicos em saúde de média e alta complexidades, passa-se a discorrer sobre a mudança de produtividade dos estados ao longo do período 2008-2015. A Tabela 5 apresenta os valores médios para o período 2008 a 2015.

Tabela 5

Índice de Produtividade de Malmquist para os estados brasileiros no período 2008 a 2015

Ano	Variação na Eficiência Técnica	Variação Tecnológica	Eficiência Pura	Eficiência de Escala	Produtividade Total
2009	0,979	0,939	0,994	0,985	0,919
2010	1,002	1,106	1,003	0,999	1,108
2011	1,014	1,022	1,007	1,007	1,036
2012	1,010	1,067	1,026	0,984	1,077
2013	0,999	1,020	1,016	0,983	1,019
2014	0,977	1,049	0,990	0,987	1,025
2015	1,018	1,084	1,005	1,013	1,103

Fonte: dados da pesquisa.

Com base no índice de Malmquist, foram obtidas cinco medidas de produtividade: Variação na Eficiência Técnica, Variação Tecnológica, mudança de Eficiência Técnica Pura, mudança de Eficiência de Escala e variação na Produtividade Total dos fatores. Observa-se que não houve resultados em 2008, pois o índice de Produtividade, de Malmquist, usa o primeiro ano da série como base para a formação dos indicadores. Para os anos seguintes, houve crescimento na variação da Eficiência Técnica, aumentando de 0,979 para 1,018. Este resultado implica que os estados brasileiros aumentaram a produtividade em 1,8% nos serviços ofertados por causa do aumento na eficiência na execução dos gastos públicos.

Já, para a variação tecnológica, o aumento mais significativo foi de 10,6% em 2010 e os demais anos, exceto 2009, apresentaram variação crescente. Isso pode ser interpretado considerando-se que houve melhorias na tecnologia de produção, ou seja, nos insumos utilizados pelos hospitais e ambulatórios que prestam serviços de média e alta complexidades. Por outro lado, a eficiência de escala não apresentou significativas modificações, com redução entre 2012 e 2014 e pequeno aumento em 2011 e 2015. Assim, verificou-se que os estados estão trabalhando abaixo da sua capacidade produtiva, com possibilidade de ampliação dos serviços apenas pelo aumento na escala de produção.

Finalmente, a produtividade total aumentou em torno de 10% nos anos 2010 e 2015, enquanto que, nos demais períodos, esse resultado foi menos significativo, ficando entre 1,9% e 3,6%; já em 2012 a produtividade total aumentou 7,7% em relação a 2008. Com isso, percebe-se que os estados, apesar de aumentarem a produtividade, não continuaram com esse desempenho ao longo dos períodos, evidenciando possíveis fragilidades na gestão dos recursos da saúde.

Após utilizarem-se da técnica de análise horizontal para os gastos públicos em saúde nos serviços de média e alta complexidades e para a produtividade total dos estados, escolheram-se dois momentos distintos da série para fazer a comparação do comportamento dessas variáveis. Foi escolhido 2010 como ano inicial, pois o ano base da análise horizontal da produtividade foi 2009. E, para o momento final, escolheu-se o ano de 2015. A Figura 3 mostra a variação dos gastos e da produtividade total em relação ao ano base da análise horizontal.

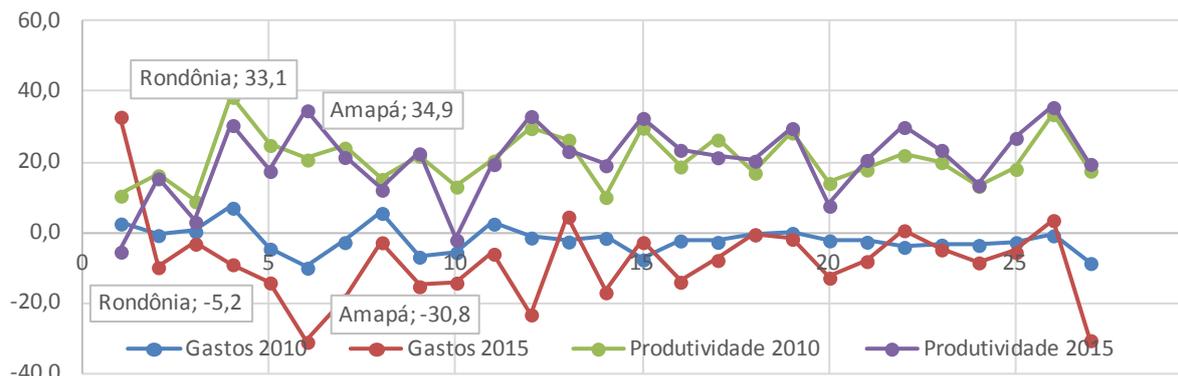


Figura 3. Relação entre Gastos e Produtividade Total no período 2009 e 2015

Esta análise revelou como ocorreu a variação dos Gastos em saúde e a variação no índices de Produtividade Total para cada estado. Para exemplificar como foi esse comportamento, escolheu-se os dados referentes ao Estado do Amapá, que apresentou a menor variação dos gastos em 2015 comparado ao ano base 2009 da análise horizontal. Para este estado, verificou-se que em 2010 houve redução nos gastos em 9,7% com relação ano- base (2009), mas a produtividade cresceu 20,9%. Já em 2015, apesar de uma redução de 30,8% nos gastos, esse estado ampliou sua produtividade para 34,8%. Isso coloca como indício a existência de relação não proporcional entre gastos públicos e produtividade de modo que, com a redução dos recursos, os estados precisam suprir suas demandas buscando alternativas gerenciais para atender às necessidades da população.

Ao fazer essa análise para o Estado de Rondônia, verificou-se um comportamento desproporcional entre gastos e produtividade. Enquanto os recursos utilizados por esse estado cresceu de 2,8% para 33,1% em relação ao ano base (2009), o índice de produtividade apresentou redução de 10,7% em 2010 para 2,8% em 2015, mais uma vez indicando não haver uma relação direta entre gasto e produtividade. Assim, há sinais de que aumentar os gastos públicos em saúde não necessariamente torna o ente mais produtivo e com condições de oferecer maior quantidade de serviços.

Para ampliar o escopo dessa discussão, realizou-se o teste de Médias Não Paramétrico, verificando a hipótese de que os estados com maior crescimento médio de gastos *per capita* em saúde de média e alta complexidade possuem igual crescimento médio no índice de Produtividade de Total de Malmquist. A Tabela 6 apresenta os resultados do teste de Kolmogorov-Smirnov para essa relação.

Tabela 6

Teste de Kolmogorov-Smirnov para produtividade e gastos em saúde nos estados brasileiros

Grupos	Estatística do Teste	P-valor
Estados que não aumentaram os gastos entre 2008 e 2015	0,167	0,654
Estados que não aumentaram os gastos entre 2008 e 2015	-0,148	0,718
Combinado (Kolmogorov-Smirnov)	0,167	0,963

Fonte: elaborado pelos autores.

Considerando que a hipótese estatística nula foi definida como sendo não haver diferenças entre a média de crescimento dos gastos e a média de crescimento na produtividade, o teste Não Paramétrico, de Kolmogorov-Smirnov, evidenciou que há uma probabilidade de 16,7% de não haver igualdade entre essas médias. Além disso, o p-valor de 0,963 indica a possibilidade de, ao nível de 5%, não se rejeitar a hipótese nula. Logo, não há significância estatística suficiente para confirmar que aumento médio no gasto é acompanhado pelo aumento médio no índice de Produtividade. Portanto, mais uma vez, evidencia-se que, dentro do escopo da subfunção de média e alta complexidade nos estados da Federação e sob as limitações definidas pelas escolhas das variáveis usadas no modelo do DEA utilizado neste estudo, aumentar o gasto público não necessariamente se espera aumentar a produtividade dos serviços oferecidos. Como consequência, não se espera que haja uma relação direta e proporcional no aumento da quantidade de serviços oferecidos à população.

5. Considerações Finais

Este estudo teve como objetivo verificar em que medida maior quantidade de gastos públicos influencia o aumento da eficiência e da produtividade dos serviços de saúde de média e alta complexidade nos estados brasileiros. O pressuposto básico para realizar esta pesquisa foi considerar que para buscar melhorias para o SUS não é suficiente a ampliação do nível de gastos em saúde, mas também a eficiência no uso destes recursos é um dos aspectos que precisa ser considerado. Sendo assim, com base na Análise Envoltória de Dados e no Índice de Produtividade de Malmquist, desenvolveu-se um estudo teórico-empírico, com abordagem quantitativa, utilizando-se como unidade de análise os estados brasileiros que disponibilizaram informações no sistema Datasus entre 2008 e 2015.

Os principais resultados apontaram desigualdade nos gastos em saúde entre os Estados brasileiros, de modo que a Despesa Total *per capita* apresentou muita variabilidade. Mesmo assim, pode-se observar que, nos entes com menor relação entre gastos com saúde por habitante, houve desempenho semelhante aos entes que tiveram maior gasto *per capita*. Isso revela uma possível ineficiência na utilização dos recursos público, de maneira que os Estados com menor quantidade de recursos tiveram de se esforçar gerencialmente para manter o nível de atendimento ambulatorial e hospitalar nos padrões dos estados que gastaram mais.

Além disso, observou-se que nos entes que gastaram mais a eficiência nos serviços oferecidos, em média, permaneceu abaixo da fronteira de eficiência. Assim, percebe-se que não houve um equilíbrio entre o crescimento dos gastos e a quantidade dos serviços oferecidos. Isso ficou mais evidente ao verificar se a média de gastos e a média de eficiência poderiam ser consideradas estatisticamente iguais. Os testes indicaram não haver significância estatística que corroborasse essa hipótese. Com isso, pode-se verificar a tendência de que o estado com maior despesa em saúde nem sempre é o mais eficiente.

Quando se avaliou a produtividade, os resultados assemelharam-se aos do estudo da eficiência. Nos estados que aumentaram os gastos entre 2009 e 2015, o impacto na produtividade não foi diretamente proporcional ao recurso utilizado. Alguns deles até aumentaram o índice de Produtividade, mas a maior parte teve redução nesse indicador. Finalmente, o teste de hipótese revelou não haver igualdade entre as médias de gastos *per capita* e índice Total de Produtividade.

Diante desses resultados, percebe-se que muitos desafios precisam ainda ser superados no SUS para garantir que os estados desempenhem melhor os serviços de média e alta complexidades. Há sinais de que os recursos utilizados não estão sendo suficientes para modificar o estado de saúde da população. No entanto, em período de crise fiscal e redução nos gastos públicos, como vem ocorrendo no Brasil, espera-se que medidas gerenciais sejam tomadas para melhorar a utilização dos recursos, tornando os serviços de saúde mais eficientes e menos dispendiosos para o setor público. Logo, espera-se que com a melhoria da gestão pública nos estados possa aumentar a produtividade e a ampliação da oferta de saúde, ampliando o acesso aos serviços e melhorando a qualidade da saúde pública brasileira.

Portanto, nesta perspectiva, este estudo, fazendo-se uso de informações de natureza contábil disponível para o setor público, vem colaborar com os formuladores de políticas públicas em saúde, mostrando a necessidade de melhoria no SUS a partir de medidas complementares que tornem os serviços mais eficientes e menos custoso para os cidadãos contribuintes. Ao mesmo tempo, traz aos pesquisadores da contabilidade pública recursos metodológicos que podem ser utilizados na avaliação de políticas públicas em diversos setores no sentido de identificar a produtividade dos entes federados no uso dos recursos públicos.

Embora os resultados aqui apresentados possam servir de base para outros estudos de análise de eficiência e produtividade, há de se ressaltar as limitações encontradas no desenvolvimento dessa pesquisa. Trabalhou-se apenas a saúde no contexto da média e alta complexidades em nível de estado e não se levou em consideração o papel desempenhado pelos municípios. Sendo assim, sugere-se que seja incluído em estudos futuros a participação dos entes municipais no desenvolvimento dos serviços básicos de saúde.

Referências

- Aday, L., Begley, C., Lairson, D., & Slater, C. (2004). *Evaluating the healthcare system: effectiveness, efficiency, and equity* (3rd ed.). Washington: Health Administration Press.
- Albuquerque, M. V. de, Viana, A. L. d'Ávila, Lima, L. D. de, Ferreira, M. P., Fusaro, E. R. & Iozzi, F. L. (2017). Desigualdades regionais na saúde: mudanças observadas no Brasil de 2000 a 2016. *Ciência & Saúde Coletiva*, 22(4), 1055–1064. doi: 10.1590/1413-81232017224.26862016
- Allin, S., Grignon, M. & Wang, L. (2016). The determinants of efficiency in the Canadian health care system. *Health Economics, Policy and Law*, 11(01), 39–65. doi: 10.1017/S1744133115000274
- Banker, R. D., Charnes, A. & Cooper, W. W. (1984). Some Models for Estimating Technical and Scale Inefficiencies in Data Envelopment Analysis. *Management Science*, 30(9), 1078–1092. doi: 10.1287/mnsc.30.9.1078
- Beauvais, B. & Wells, R. (2006). Does Money Really Matter? A Review of the Literature on the Relationships between Healthcare Organization Finances and Quality. *Hospital Topics*, 84(2), 20–29. doi: 10.3200/HTPS.84.2.20-29
- Bogetoft, P. & Otto, L. (2011). *Benchmarking with DEA, SFA, and R* (1st ed., Vol. 157). New York, NY: Springer New York. doi: 10.1007/978-1-4419-7961-2
- Bokhari, F. A. S., Gai, Y. & Gottret, P. (2007). Government health expenditures and health outcomes. *Health Economics*, 16(3), 257–273. doi: 10.1002/hec.1157
- Brasil. (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988*. Brasília - DF: Diário Oficial da República Federativa do Brasil.
- Brasil. (1990). *Lei nº 8080/1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências*. Brasília - DF: Diário Oficial da União.
- Brasil. (2007). *Portaria Nº 204 /GM de 29 de janeiro de 2007. Regulamenta o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde, na forma de blocos de financiamento, com o respectivo monitoramento e controle*. Ministério da Saúde. Brasília: Ministério da Saúde.
- Brasil. (2013). *Caderno de Diretrizes, Objetivos, Metas e Indicadores : 2013 – 2015*. Brasília: Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa.
- Caves, D. W., Christensen, L. R. & Diewert, W. E. (1982). The Economic Theory of Index Numbers and the Measurement of Input, Output, and Productivity. *Econometrica*, 50(6), 1393. doi: 10.2307/1913388

- Charnes, A., Cooper, W. W. & Rhodes, E. (1978). Measuring the efficiency of decision making units. *European Journal of Operational Research*, 2(6), 429–444. doi: 10.1016/0377-2217(78)90138-8
- Charnes, A., Cooper, W. W. & Rhodes, E. (1981). Evaluating Program and Managerial Efficiency: An Application of Data Envelopment Analysis to Program Follow Through. *Management Science*, 27(6), 668–697. doi: 10.1287/mnsc.27.6.668
- Coelli, T., Rao, D. S. P., O'Donnell, C. J. & Battese, G. E. (2005). *An Introduction to Efficiency and Productivity Analysis* (2nd ed.). Boston, MA: Springer US. doi: 10.1007/b136381
- Cooper, W. W., Seiford, L. M. & Zhu, J. (2011). Data Envelopment Analysis: History, Models, and Interpretations. In W. W. Cooper, L. M. Seiford, & J. Zhu (Eds.), *Handbook on Data Envelopment Analysis* (2nd ed., Vol. 108, pp. 29–66). New York: Springer US. doi: 10.1007/978-1-4419-6151-8_1
- Donabedian, A. (1988). The quality of care. How can it be assessed? *JAMA : The Journal of the American Medical Association*, 260(12), 1743–1748. doi: 10.1001/jama.260.12.1743
- Donabedian, A. (2003). *An introduction to quality assurance in health care*. New York: Oxford University Press.
- Evans, D. B., Tandon, A., Murray, C. J. L. & Lauer, J. A. (2000). The comparative efficiency of national health systems in producing health : an analysis of 191 countries. *Global Programme on Evidence for Health Discussion Paper Series: No. 29*. World Health Organization.
- Färe, R., Grosskopf, S., Lindgren, B. & Poullier, J. P. (1997). Productivity growth in health-care delivery. *Medical Care*, 35(4), 354–66.
- Färe, R., Grosskopf, S., Lindgren, B. & Roos, P. (1994). Productivity developments in swedish hospitals: a Malmquist output index approach. In A. Charnes, W. W. Cooper, A. Y. Lewin, & L. M. Seiford (Eds.), *Data Envelopment Analysis: Theory, Methodology, and Application* (1st ed.). New York: Kluwer Academic Publishers.
- Färe, R., Grosskopf, S., Norris, M. & Zhang, Z. (1994). Productivity Growth, Technical Progress, and Efficiency Change in Industrialized Countries. *The American Economic Review*, 84(1), 66–83. doi: 2117971
- Farrell, M. J. (1957). The Measurement of Productive Efficiency. *Journal of the Royal Statistical Society. Series A (General)*, 120(3), 253–290. doi: 10.1016/S0377-2217(01)00022-4
- Ferrari, A. (2006). Market oriented reforms of health services: A non-parametric analysis. *The Service Industries Journal*, 26(1), 1–13. doi: 10.1080/02642060500358720
- Filmer, D., & Pritchett, L. (1999). The impact of public spending on health: does money matter? *Social Science & Medicine*, 49(10), 1309–1323. doi: 10.1016/S0277-9536(99)00150-1
- Giuffrida, A. (1999). Productivity and efficiency changes in primary care: a Malmquist index approach. *Health Care Management Science*, 2(1), 11–26. doi: 10.1023/A:1019067223945
- Gupta, S., Davoodi, H. R. & Tiongson, E. (2001). Corruption and the provision of health care and education services. In A. K. Jain (Ed.), *The Political Economy of Corruption* (pp. 124–154). Routledge. doi: 10.1093/brain/aww118
- Gupta, S., Verhoeven, M. & Tiongson, E. R. (2003). Public spending on health care and the poor. *Health Economics*, 12(8), 685–696. doi: 10.1002/hec.759
- Hollingsworth, B. (2003). Non-Parametric and Parametric Applications Measuring Efficiency in Health Care. *Health Care Management Science*, 6(4), 203–218. doi: 10.1023/A:1026255523228
- Hollingsworth, B. & Peacock, S. (2008). *Efficiency Measurement in Health and Health Care. Efficiency Measurement in Health and Health Care*. Routledge. doi: 10.4324/9780203486566

- Junior, A. P. & Mendes, A. N. (2015). O Fundo Nacional de Saúde e a Prioridade da Média e Alta Complexidade. *Argumentum*, 7(2), 161–177. doi: 10.18315/argumentum.v7i2.10510
- Koerich, C., Drago, L. C., Melo, T. A. P., Andrade, S. R. & Erdmann, A. L. (2016). Financiamento em Saúde: análise da produção científica no período 2007-2013. *Revista Baiana de Enfermagem*, 30(3), 1–15. doi: 10.18471/rbe.v30i3.16429
- Löthgren, M. & Tambour, M. (1999). Productivity and customer satisfaction in Swedish pharmacies: A DEA network model. *European Journal of Operational Research*, 115(3), 449–458. doi: 10.1016/S0377-2217(98)00177-5
- Lyrouti, K., Glaveli, N., Koulakiotis, A. & Angelidis, D. (2006). The productive performance of public hospital clinics in Greece: a case study. *Health Services Management Research*, 19(2), 67–72. doi: 10.1258/095148406776829059
- Makuta, I. & O’Hare, B. (2015). Quality of governance, public spending on health and health status in Sub Saharan Africa: a panel data regression analysis. *BMC Public Health*, 15(1), 932. doi: 10.1186/s12889-015-2287-z
- Malmquist, S. (1953). Index numbers and indifference surfaces. *Trabajos de Estadística*, 4(2), 209–242. doi: 10.1007/BF03006863
- Marinho, A. (2003). Avaliação da eficiência técnica nos serviços de saúde nos municípios do Estado do Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Economia*, 57(3), 515–534. doi: 10.1590/S0034-71402003000300002
- Marinho, A. & Façanha, L. O. (2001). Hospitais universitários: Avaliação Comparativa de eficiência técnica. *IPEA, Instituto de Pesquisa Economica Aplicada*.
- Marques, R. M. & Mendes, Á. (2012). A problemática do financiamento da saúde pública brasileira: de 1985 a 2008. *Economia e Sociedade*, 21(2), 345–362. doi: 10.1590/S0104-06182012000200005
- Martins, E., Diniz, J.A. & Miranda, G. J. (2012). *Análise avançada das demonstrações contábeis: uma abordagem crítica*. São Paulo: Atlas.
- Novignon, J., Olakojo, S. A. & Nonvignon, J. (2012). The effects of public and private health care expenditure on health status in sub-Saharan Africa: new evidence from panel data analysis. *Health Economics Review*, 2(1), 22. doi: 10.1186/2191-1991-2-22
- Piola, S. F. & Vianna, S. M. (2002). Economia da Saúde: Conceito e contribuição para a gestão da saúde. *Ipea*, 294.
- Queiroz, M. de F. M. de, Silva, J. L. M. da, Figueiredo, J. de S. & Vale, F. F. R. do. (2013). Eficiência no Gasto Público com Saúde : Uma análise nos Municípios do Rio Grande do Norte. *Revista Econômica Do Nordeste*, 44(3), 761–776.
- Ribeiro, M. B. (2008). *Desempenho e eficiência do gasto público: uma análise comparativa entre o Brasil e um conjunto de países da América Latina* (Texto para Discussão N° 1368). IPEA. Rio de Janeiro.
- Santos, N. R. Dos. (2007). Desenvolvimento do SUS, rumos estratégicos e estratégias para visualização dos rumos. *Ciência & Saúde Coletiva*, 12(2), 429–435. doi: 10.1590/S1413-81232007000200019
- Santos, & Gerschman, S. (2004). As segmentações da oferta de serviços de saúde no Brasil: arranjos institucionais, credores, pagadores e provedores. *Ciênc.Saúde Coletiva*, 9(3), 795–806. doi: 10.1590/S1413-81232004000300030
- Seiford, L. M. & Thrall, R. M. (1990). Recent developments in DEA. *Journal of Econometrics*, 46(1–2), 7–38. doi: 10.1016/0304-4076(90)90045-U
- Silva, M. Z. da, Moretti, B. R. & Schuster, H. A. (2016). Avaliação da Eficiência Hospitalar por Meio da Análise Envoltória de Dados. *Revista de Gestão Em Sistemas de Saúde*, 5(2), 100–114. doi: 10.5585/rgss.v5i2.248

- Sola, M. & Prior, D. (2001). Measuring Productivity and Quality Changes Using Data Envelopment Analysis: An Application to Catalan Hospitals. *Financial Accountability and Management*, 17(3), 219–245. doi: 10.1111/1468-0408.00129
- Souza, F. J. V. de & Barros, C. da C. (2013). Eficiência na alocação de recursos públicos destinados à assistência hospitalar nos estados brasileiros. *Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade*, 3(1), 71–89.
- Souza, P. C. de, Scatena, J. H. G. & Kehrig, R. T. (2016). Aplicação da Análise Envoltória de Dados para avaliar a eficiência de hospitais do SUS em Mato Grosso. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 26(1), 289–308. doi: 10.1590/S0103-73312016000100016
- Spedo, S. M., Pinto, N. R. D. S. & Tanaka, O. Y. (2010). O difícil acesso a serviços de média complexidade do SUS: o caso da cidade de São Paulo, Brasil. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 20(3), 953–972. doi: 10.1590/S0103-73312010000300014
- Varela, P. S., Martins, G. de A. & Fávero, L. P. L. (2012). Desempenho dos municípios paulistas: uma avaliação de eficiência da atenção básica à saúde. *Revista de Administração*, 47(4), 624–637. doi: 10.5700/rausp1063

Externalização: a Academia responde às dúvidas da sociedade?

Resumo

Objetivo: Embasado no cenário brasileiro que debate os potenciais impactos da externalização das atividades organizacionais, diante da iminente decisão política, o objetivo deste estudo é abordar as atuais discussões sobre externalização, por meio dos resultados de estudos empíricos acadêmicos.

Método: Para isso, foram levantados e analisados os artigos publicados em revistas brasileiras de Administração e Ciências Contábeis no período de 2011 a junho de 2015. Os 44 artigos analisados foram coletados das revistas com Qualis A1, A2 e B1, pelas palavras: externalização e terceirização. Após, estabelecidos os assuntos mais frequentes nas discussões sobre o tema no Brasil, tomando por base abordagens da mídia, realizou-se uma análise sob a ótica da teoria dos *Stakeholders*.

Resultados: Mostram que há uma produção acadêmica bastante significativa referente aos assuntos abordados e que as evidências reforçam mais o ponto de vista contrário à externalização do que os defensores da prática.

Contribuições: O estudo contribui para a discussão sobre o tema diante da emergência do assunto para a sociedade brasileira, consolidando diversas evidências empíricas que contrapõem a decisão política atual, e permite que grupos da sociedade possam fundamentar suas discussões e decisões.

Palavras-chave: externalização. terceirização. estudo bibliográfico.

Gabriel Grubel Bandeira

Mestre em Ciências Contábeis pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). **Contato:** Santa Rita de Cássia 1.500, 202, Coloninha, Florianópolis (SC), CEP: 88090-352.
E-mail: gabrielpericiaccontabil@gmail.com

Luiz Henrique Figueira Marquezan

Doutor em Ciências Contábeis pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos) e Professor na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). **Contato:** Rua dos Salsos, 115, Res. Lopes. Pinheiro Machado. Santa Maria (RS), CEP: 97030-770.
E-mail: luizmarquezan@gmail.com

Carlos Alberto Diehl

Doutor em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e Professor na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). **Contato:** Déa Coufal, 1380, Casa 12, Ipanema, Porto Alegre (RS), CEP: 91760-020.
E-mail: carlosadiehl@gmail.com

Maicon Manoel Benin

Mestre em Ciências Contábeis pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos) e Professor na Universidade de Passo Fundo (UPF). **Contato:** Av. Brasil Oeste, 677, apto. 1006, Centro, Passo Fundo (RS), CEP: 99025-001
E-mail: maicon.benin@gmail.com
maiconb@upf.br

1. Introdução

Com a tramitação e a aprovação, em abril de 2015, na câmara de deputados do Projeto de Lei nº. 4.330 (2004), que regulamenta a terceirização no Brasil, a discussão sobre este tema se tornou frequente nos veículos de notícias e redes sociais. Pautado em discussões políticas com visível polarização de posicionamentos e defesa de interesses, o texto final foi promulgado pelo Presidente da República em março de 2017 (Lei nº. 13.429, 2017). Terceirização, conceito ligado à transferência de atividades internas para um agente externo (Schneider, Diehl & Hansen 2011) é a forma mais comum de externalização e o termo utilizado pela mídia e fora das discussões e textos acadêmicos, sendo esse - mais amplo - utilizado como base para este estudo.

Os apoiadores da nova legislação, como mostra o jornalista da BBC Brasil, Luís Guilherme Barrucho (Barrucho, 2015), alegam que esta alinha o Brasil às mais modernas práticas trabalhistas do mundo, acabando com a insegurança jurídica, aumentando a competitividade das empresas e gerando mais empregos. De outro lado, quem é contra a aprovação alega que esta regulamentação levaria a redução no salário dos empregados, perda de qualidade nos serviços prestados, aumento de acidentes de trabalho, redução de direitos e piora nas condições de trabalho. Os temas de interesse identificados na mídia nacional envolvem, principalmente, a externalização como forma de modernização das atividades, com preocupações ligadas ao vínculo que o funcionário terá e consequências para ele, empregador direto e contratante. Ainda, aparecem as relações sindicais e a qualidade das condições para realização da atividade laboral.

No mundo, a terceirização também é pauta de discussão. No site da BBC internacional, a jornalista Natália Antelava (Antelava, 2015) aborda outro ponto: o retorno dos empregos aos EUA. Consta que em 2003, 150.000 empregos foram enviados para fora do país, enquanto 2.000 destes retornaram. Em 2013 o número ficou em 40.000 vagas para fora e 40.000 retornando ao país. Este retorno, segundo a matéria, se deu pela procura de mão de obra qualificada. Entretanto, isso não ocorreu livre de consequências aos americanos. Robert Reich (Reich, 2015), ex-secretário do trabalho na administração de Clinton, relata em seu blog que a economia flexível em vigor nos EUA, uma resposta aos baixos custos chineses, resulta em um “inferno” para a vida dos trabalhadores: trata-se da prática do *Just-in-time scheduling*, que, resumidamente, significa pagar ao trabalhador somente as horas de trabalho prestadas.

Analisando a situação atual das discussões sobre externalização no Brasil e nos EUA verifica-se uma discrepância sobre as fases de cada uma. Enquanto no Brasil a terceirização está em estágios iniciais, como a regulamentação, nos EUA esta discussão já se encontra em estágios mais avançados, como o retorno de empresas terceirizadas e medidas para reduzir a diferença de custo de mão de obra entre EUA e países de destino das terceirizadas. Entretanto, ações de externalização de atividades já ocorrem em organizações no Brasil e estudos científicos sobre suas motivações e efeitos são encontrados na literatura acadêmica. Assim, as discussões em nível político, na mídia, nas organizações e na sociedade, podem se utilizar de tais evidências, motivação central deste estudo.

Na academia, estudos empíricos vêm abordando a prática como opção na redução de custos, tais como os de Lacity e Hirschheim (1993b), Baron e Kreps (1999), Hoecht e Trott (2006). Estes defendem a visão de terceirização baseada no conceito de externalização com o foco direcionado à maximização da riqueza do investidor (visão da organização), em detrimento de uma abordagem ampla, procurando discutir os impactos para a empresa, empregados, clientes, fornecedores, entre outros, que são impactados por decisões de externalizar ou internalizar atividades, abordando diferentes *stakeholders*.

Nessa linha, estudos apontam que existe insatisfação com a externalização, incluindo perda de controle sobre as atividades (Veltri, Saunders & Kavan, 2008; Whitten & Leidner, 2006), dependência do fornecedor (Alexander & Young, 1996) e risco de perda de identidade dos funcionários com a empresa (Belcourt, 2006). Nesses, a visão de redução de custos permeava as análises, porém é possível identificar as relações com outros atores, especialmente com os funcionários. Tais evidências apontam para a diversidade de interessados, o que remete à teoria dos *Stakeholders* como lastro para a pesquisa, pautado na necessidade de as decisões organizacionais considerarem os impactos nos diferentes grupos de interesse.

Sendo assim, o objetivo deste estudo é abordar as atuais discussões sobre externalização, por meio dos resultados de estudos acadêmicos empíricos. Dessa forma, permite uma leitura de escopo amplo dos efeitos da externalização, pela visão científica, compilando os resultados de diversos trabalhos realizados no Brasil. Tal abordagem permite contribuir para a temática, em virtude de apresentar resultados que divergem da decisão política, e promove melhor base para discussões e decisões dos grupos da sociedade, especialmente gestores e funcionários de organizações. Ainda, contribui para a literatura ao trazer uma abordagem sob diferentes aspectos ligados à externalização e por compilar estudos que visem esclarecer demandas da sociedade. Ao final recomendações são feitas aos atores envolvidos.

O estudo segue a seguinte divisão, além desta seção. A seção 2, revisão de literatura, aonde são tratados estudos sobre externalização e a percepção desta pela teoria dos *Stakeholders*; seção 3, procedimentos metodológicos, discorre-se sobre os procedimentos utilizados para o desenvolvimento da pesquisa; seção 4, resultados e discussões, onde abordam-se os principais resultados com as discussões sobre externalização no Brasil; e seção 5, as considerações finais sobre o estudo, seguida da lista de obras analisadas.

2. Externalização pela visão da teoria dos *Stakeholders*

Inicialmente, algumas definições de externalização se fazem necessárias para melhor compreensão e discussão. Externalização é o ato de substituição de uma atividade, executada internamente, pela execução por um agente externo, de forma sistemática, contando com o suporte técnico do contratante (Lacity & Hirschheim, 1993a). Ainda, para Besanko, Dravone, Shanley e Schaefer (2007), na cadeia de valor, a decisão entre produzir ou comprar serviços ou produtos determina a internalização ou externalização para a empresa, também vista como uma forma de estratégia da gestão operacional (Schneider *et al.*, 2011), caracterizada pela contratação de terceiros para a execução de trabalhos pertinentes às atividades das empresas contratantes.

Neste sentido, o termo “externalização” se enquadra melhor ao que se constata nas discussões no Brasil e apresenta conceito mais abrangente, sendo utilizado no estudo, em detrimento do uso do termo terceirização, enquanto o termo “externalização” abrange desde decisão entre comprar ou fazer até transferir a execução de serviços para o ambiente externo, enquanto a terceirização limita o conceito na transferência de atividades internas para um agente externo (Schneider *et al.*, 2011).

Em decorrência do objetivo do trabalho, a abordagem escolhida foi justamente para dar voz aos grupos primários de interesse afetados por estas decisões: investidores (organização) e funcionários. A teoria dos *Stakeholders* considera que a direção dos efeitos das ações da empresa não deve ser unilateral, tal como proposto por teorias que buscam a maximização do desempenho organizacional e precisam ponderar incertezas, perdas e ganhos aos demais grupos que podem receber tais impactos. O fato de considerar pontos de vista de todos aqueles que são afetados não é por acaso, pois estas perspectivas auxiliam os gestores a terem uma visão mais completa de sua estratégia, proporcionando informações que resultam em análise mais detalhada das ações organizacionais (Freeman & McVea, 2000).

Em particular a este estudo, há de se perceber ao menos os *stakeholders* primários (Donaldson & Preston, 1995) diante da ideia de externalizar uma atividade, sendo estes a empresa (*proxy* da figura dos acionistas) e os trabalhadores. Esta percepção pode ser reforçada, em detrimento das críticas à teoria, pela corrente de estudos ligados à temática da teoria relacionada às estratégias corporativas, discutindo o alinhamento dos interesses dos *stakeholders* para que se obtenha sucesso (Freeman & McVea, 2000). A teoria procura contrariar a noção de hierarquia de interesses a serem defendidos em uma organização, e a conciliação entre interesses das organizações e trabalhadores parece ser o eixo central das discussões sobre a externalização de atividades. Tendo esta premissa de análise mais abrangente, a pesquisa discute algumas evidências em foco menos restrito, procurando identificar os múltiplos impactos destas decisões.

Esta visão ampla é necessária, pois o foco das pesquisas é direcionado aos interesses financeiros das organizações, uma vez que a externalização surgiu com o objetivo primário de redução de custos, tendo como pano de fundo especialmente a teoria dos Custos de Transação. Neste sentido estudos empíricos, como de Lacity e Hirschheim (1993a), mostram que a redução de custos é um dos principais benefícios gerados pela externalização, e as atividades secundárias da empresa são alternativas mais adequadas para isso. A busca pela identificação de atividades propícias à externalização se tornou relevante e objeto de pesquisas, como em Baron e Kreps (1999), que desenvolveram um modelo para diagnóstico de atividades principais e secundárias.

Alinhados a esta visão, Hoecht e Trott (2006) afirmam que a externalização estava confinada a serviços periféricos, sem ligação com a atividade principal da empresa. Porém, passou-se a externalizar tais atividades, configurando-se um dos motivos principais da redução de custos (Jennings, 1997; Quélin & Duhamel, 2003). No entanto, Quélin e Duhamel (2003) atentam para fatores indicativos de condições necessárias à redução de custos, como, por exemplo, haver economia de escala na empresa externalizada. Isto pode ser atingido quando a empresa desenvolve as mesmas atividades para várias outras (Belcourt, 2006).

Outro ponto é que externalizar proporciona ao gestor compartilhar o risco de empenhar recursos, proporcionando mobilidade, ao não empregar capital em uma atividade (Quélin & Duhamel, 2003). Ao optar pela externalização, a empresa fica mais leve, ágil para se adaptar a mudanças repentinas, incluindo, por exemplo, inovações na tecnologia da informação que ocorre em prazos curtos. Empenhar recursos no desenvolvimento de tecnologias para atingir o mesmo nível de mercado pode ser inviável, caso em que a externalização promove o acesso à tecnologia e *expertise* do mercado (Kakabadse & Kakabadse, 2002). Souza, Bacic e Rabelo (1995) atentam para o fato de que esta vantagem estratégica não se limita à flexibilidade de resposta a eventos futuros, mas também como estratégia de ampliar opções de investimentos. Sob a ótica da redução de custos e, por consequência, visão da empresa, uma alternativa de externalização que represente menor empenho de capital resulta economia de recursos e consequente redução de custos, corroborando o entendimento de Alexander e Young (1996).

Além disso, o acesso a melhor tecnologia do mercado é considerado um dos efeitos da externalização, potencial redução de custo pelo ganho de escala (Belcourt, 2006). Contudo, as empresas não devem ficar obcecadas em cortar custos e transferir sua produção, pois isso pode acarretar em perda de inovação dos produtos, resultando em implicações para acompanhar tendências de mercado e inovações dos concorrentes. Alternativamente, a empresa deve focar em desenvolvimento de produtos e serviços a partir da tecnologia que dominam em combinação com a tecnologia do mercado (Hoecht & Trott, 2006). Gilley, Greer e Rasheed (2004) constataram inovação ligada a externalizações das áreas de recursos humanos, treinamento e folha de pagamento, demonstrando inovações no desempenho e eficiência da empresa, como, por exemplo, *know-how* e novas tecnologias, fruto da *expertise* da empresa prestadora do serviço.

Por outro lado, é necessário analisar os fracassos e riscos vinculados à externalização. Fracassos nesta decisão estão relacionados à visão de apenas reduzir custos, com problemas de relacionamento entre as partes, qualidade dos serviços e perda de controle dos fatores críticos à atividade (Freytag, Clarke & Ewald, 2012). Lacity e Hirschheim (1993a) destacam que se o objetivo for apenas redução de custos, uma alternativa a ser considerada é a reestruturação da empresa para prestar o mesmo serviço de maneira mais eficiente.

Esta outra face da externalização inclui o risco social, que consiste na perda de identidade da empresa, resultando na percepção dos funcionários em sua desvalorização, com impactos na prestação do serviço. Ainda, há o risco de transferência de tecnologia, que pode levar à criação de competidores (Belcourt, 2006) e transferência de informações entre concorrentes atendidos pela mesma empresa, fatos ligados, principalmente, à externalização de atividades principais (Jennings, 1997; Quélin & Duhamel, 2003).

Neste sentido, Hamel (1991) atenta para perda de diferencial competitivo, uma vez que o serviço prestado por uma empresa externalizada para todo o mercado transforma o diferencial em padrão, situação visualizada por Bower e Keogh (1997). Ainda, ligado à questão tecnológica, a dependência excessiva de atividades centrais pode levar a perda do *know-how* da empresa contratante, resultando em estagnação na inovação (Quinn & Hilmer, 1994).

Ainda, há a necessidade de contratar o fornecedor correto, que preste o serviço por longa data e avance em tecnologia e mercado (Earl, 1996). Por outro lado, um contrato de longa duração pode levar à perda da flexibilização que a externalização proporciona (Belcourt, 2006). Também, em estudos como o de Bielski (2006) e Shahani (2007), demonstram-se algumas controvérsias na sustentabilidade da cadeia produtiva, questionando a capacidade de atendimento da empresa externalizada em suprir a demanda de serviços da cadeia.

Em movimento contrário das empresas, os estudos de Veltri *et al.* (2008) e Whitten e Leidner (2006) constataram o desejo pela internalização de atividades externalizadas. Isso se deve, principalmente, pela perda de controle, mau relacionamento entre as empresas e problemas contratuais. Exemplo recente é encontrado na Lenovo, pela incorporação do suporte técnico de pós-venda a domicílio (Li, Huang, Cheng, Zheng & Ji, 2014).

3. Procedimentos Metodológicos

3.1 Classificação da pesquisa e coleta dos materiais

Quanto à análise dos artigos publicados, este estudo se caracteriza como uma pesquisa bibliográfica, pois utiliza referenciais teóricos publicados para obter as contribuições científicas sobre um assunto (Cervo & Bervian, 2002), em particular, sobre externalização. Para isso, analisou 44 publicações (Tabela 1), divulgadas entre 2011 e junho de 2015, artigos nacionais, com o objetivo de verificar se os assuntos debatidos pela sociedade brasileira, tomando por base os assuntos recorrentes na mídia, estão também sendo discutidos na academia, analisados sob a ótica da teoria dos *Stakeholders*, promovendo um paralelo entre as discussões sobre terceirização e os assuntos tratados pela academia no Brasil, coletados em julho de 2015. Os procedimentos da presente pesquisa envolveram três fases de desenvolvimento:

- a. Etapa 1: delimitação do escopo de análise. Inclui o tema (externalização) e a decisão de utilizar revistas científicas, em conformidade com o objetivo da pesquisa, resultando na etapa de seleção de revistas científicas por dois critérios, qualidade (estratos Qualis A1, A2 e B1 da área de Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo) e nacionalidade (brasileira);
- b. Etapa 2: seleção dos artigos, a partir das palavras: externalização; terceirização. A busca foi realizada através do ISSN das revistas selecionadas no site de periódicos Capes;
- c. Etapa 3: coleta dos dados. Após os primeiros mapeamentos, foram verificados a autoria e os temas empregados nos artigos, visando o direcionamento do tema. Seguindo, mapearam-se os objetivos, método e principais contribuições dos artigos para, por fim, compará-los com os temas discutidos na mídia.

Tabela 1

Artigos nacionais sobre externalização 2011 – jun/2015

Autor(es)	Ano	Título	Dados do periódico
Albuquerque, Morais & Lima	2015	Contratualização em saúde: arena de disputa entre interesses públicos e privados	Ciência & Saúde Coletiv, 20(6), pp. 1825-1834
Almeida, Morrone & Ribeiro	2014	Tendências na incidência e mortalidade por acidentes de trabalho no Brasil, 1998 a 2008	Cadernos de Saúde Pública, 30(9), pp. 1957-1964
Almeida & Porto	2014	Manutenção de expertise: uma abordagem interdisciplinar baseada em aprendizado, conhecimento e memória organizacionais	Informação & Sociedade: Estudos, 24(2), pp. 19-33
Assunção & Camara	2011	A precarização do trabalho e a produção de acidentes na colheita de árvores	Caderno CRH, 24(62), pp. 385-396
Augusto, Souza & Cario	2013	Estruturas de governança e recursos estratégicos em destilarias do estado do Paraná: uma análise a partir da complementaridade da ECT e da VBR	Revista de Administração, 48(1), pp. 179-195
Bandeira, Mello & Maçada	2012	Elementos de flexibilidade em contratos de terceirização logística: o caso de uma empresa de telecomunicações	Produção, 22(2), pp. 237-248
Brito, Marra & Carrieri	2012	Práticas discursivas de trabalhadores terceirizados e construções sociais da identidade de exclusão	Revista de Ciências da Administração, 14(32), pp. 77-91
Calderón & Lourenço	2011	Ensino superior privado: expansão das cooperativas de mão de obra docente	Cadernos de Pesquisa, 41(143), pp. 642-659
Carnevali, Miguel & Salerno	2013	Aplicação da modularidade na indústria automobilística: análise a partir de um levantamento tipo survey	Production, 23(2), pp. 329-344
Cerra, Maia, Alves Filho & Nogueira	2014	Cadeias de suprimentos de montadoras dos setores automobilístico e de linha branca—uma análise comparativa por meio de estudos de caso	Gestão & Produção, 21(3), pp. 635-647
Furtado, Carrieri & Bretas	2014	Humor na internet: trabalhadores utilizam nova estratégia para protestar contra demissões e terceirizações	Revista de Administração, 49(1), p. 33-44
Giampaoli	2013	Serviço social em empresas: consultoria e prestação de serviço	Serviço Social & Sociedade, 114, pp. 266-289
Guimarães & Carvalho	2012	Terceirização em cuidados continuados—uma abordagem de gestão de risco	Ciência & Saúde Coletiva. 17(5), pp. 1179-1190
Guiraldelli	2012	Adeus à divisão sexual do trabalho?: desigualdade de gênero na cadeia produtiva da confecção	Sociedade e Estado, 27(3), pp. 709-732
Hirata	2011	Tendências recentes da precarização social e do trabalho: Brasil, França, Japão	Caderno CRH, 24(1), pp. 15-22
Lacorte, Vilela, Silva, Chiesa, Tulio, Franco & Bravo	2013	Os nós da rede para erradicação do trabalho infanto-juvenil na produção de joias e bijuterias em Limeira – SP	Revista Brasileira de Saúde Ocupacional, 38(128), pp. 199-215
Magalhães, Carvalho Neto & Saraiva	2011	Práticas gerenciais relacionadas à qualificação de trabalhadores terceirizados: um estudo de caso no setor de mineração	Organizações & Sociedade. 18(57), pp. 227-244
Marcelino & Cavalcante	2012	Por uma definição de terceirização	Caderno CRH. 25(65), pp. 331-346
Marsiglia	2011	Perfil dos trabalhadores da atenção básica em saúde no município de São Paulo: região norte e central da cidade	Saúde e Sociedade, 20(4), pp. 900-911
Martins & Xavier	2011	Atributos do serviço de transporte no relacionamento indústria-varejo	Revista Brasileira de Gestão de Negócios, 13(39), pp. 193
Mathias, Kubota & Miguel	2012	Uma análise das publicações sobre modularidade no setor automotivo nos principais periódicos sobre engenharia de produção no Brasil	Exacta, 10(2), pp. 223-236
Oliveira Neto, Contador, Shibao & Vendrametto	2013	Método para hierarquizar os critérios e indicadores de desempenho para contratação de operador logístico: estudo de caso no ramo metalúrgico	Exacta, 11(3), pp. 259-283

Autor(es)	Ano	Título	Dados do periódico
Osterne & Miranda	2014	Análise dos modelos de gestão adotados no Instituto Presídio Professor Olavo Oliveira II (IPPOO-II) na gestão compartilhada e pelo estado do Ceará	Revista Meta: Avaliação, 6(16), pp. 1-28
Padilha	2014	Nojo, humilhação e controle na limpeza de shopping centers no Brasil e no Canadá	Caderno CRH, 27(71), pp. 329-346
Paiva & Souza	2012	Modelo de contrato de terceirização de manutenção: uma abordagem principal-agente	Production, 22(4), pp. 796-806
Peixoto & Bastos	2012	Uso e efetividade de práticas de gestão da produção e do trabalho: um survey da indústria brasileira	Revista Eletrônica de Administração, 18(2), pp. 372-399
Pessanha & Artur	2013	Direitos trabalhistas e organização dos trabalhadores num contexto de mudanças no mundo do trabalho: efeitos sobre os trabalhadores da saúde	Revista Ciência & Saúde Coletiva, 18(6), pp. 1569-1580
Pinto, Gouvêa & Oliveira	2014	Avaliação da qualidade de serviço terceirizado de manutenção em edifício comercial: o caso de uma organização pública	Gestão & Produção, 21(2), pp. 389-403
Prado & Cristofoli	2012	Resultados da terceirização da tecnologia da informação em organizações brasileiras	Gestão & Regionalidade, 28(84), pp. 77-88
Prieto & Miguel	2011	Adoção da estratégia modular por empresas do setor automotivo e as implicações relativas à transferência de atividades no desenvolvimento de produto: um estudo de casos múltiplos	Gestão e Produção, 18(2), pp. 425-442
Sanchez & Martins	2013	Percepção de valor nos anúncios de terceirização de infraestrutura de TI: um estudo de eventos com empresas brasileiras	Revista Base, 10(2), pp. 154-168
Santos & Campos	2013	Modelo de outsourcing para gestão da oferta e operação de serviços de TI: múltiplos casos de aplicação	Gestão & Produção, 20(1), pp. 218-233
Santos, Moraes & Passos	2012	Indicadores de desempenho e decisão sobre terceirização em rede pública de laboratórios	Revista de Saúde Pública, 46(3), pp. 456-465
Saraiva & Mercês	2013	Terceirização na gestão da manutenção: estudo de caso de uma mineradora	Revista de Administração da Unimep, 11(1), pp. 1-24
Sato, Martins, Kato, Martins & Silva	2013	O processo de terceirização de serviços hoteleiros: motivações e fundamentos teóricos	Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo, 7(1), pp. 129-148
Silveira, Martins, Lopes & Alves	2013	Antecedentes da eficiência produtiva na manufatura: experiências do setor moveleiro brasileiro	Revista de Ciências da Administração, 1(1), pp. 154-169
Souza & Rozemberg	2013	As macropolíticas educacionais e a micropolítica de gestão escolar: repercussões na saúde dos trabalhadores	Educação e Pesquisa, 39(2), pp. 433-447
Stal & Morganti	2012	Multinacionais brasileiras em tecnologia de informação: produção de software e terceirização de serviços	RAI: Revista de Administração e Inovação, 8(4), pp. 182-205
Takahashi, Silva, Lacorte, Ceverny & Vilela	2012	Precarização do trabalho e risco de acidentes na construção civil: um estudo com base na análise coletiva do trabalho (ACT)	Saúde e Sociedade, 21(4), pp. 976-988
Tavares Neto & Godinho Filho	2013	Otimização por colônia de formigas para o problema de sequenciamento de tarefas em uma única máquina com terceirização permitida	Gestão & Produção, 20(1), pp. 76-86
Tigre & Noronha	2013	Do mainframe à nuvem: inovações, estrutura industrial e modelos de negócios nas tecnologias da informação e da comunicação	Revista de Administração, 48(1), pp. 114-127
Vanalle	2011	Relacionamento cliente-fornecedor: evidências de estudos sobre a indústria automobilística	Exacta, 9(1), pp. 13-28
Vanalle, Santos & Santos	2011	Práticas de gestão de pessoas: um estudo de casos múltiplos em empresas de bens de capital	Exacta, 9(2), pp. 179-196
Zilber & Koga	2011	Mercado de créditos de carbono no Brasil e o papel dos agentes intermediários: desafios e oportunidades	Organizações Rurais & Agroindustriais, 13(1), pp. 139-153

Fonte: dados do estudo.

3.2 Categorias de análise

Este tópico tem por objetivo delimitar os assuntos que são discutidos no país, sobre o tema externalização, em período paralelo à primeira votação do projeto de lei na Câmara dos Deputados, estabelecendo as categorias de análise do trabalho, lastreadas na percepção dos *stakeholders* primários: investidores (organizações) e funcionários. Para isso, foram lidas reportagens sobre a temática terceirização (termo genérico utilizado pela mídia), no período pré-coleta dos artigos (julho de 2015), em que as dúvidas e discussões se assemelham. Aqui são citadas algumas destas reportagens, de diferentes organizações de mídia, base para definição das categorias.

Inicialmente, em seu *website* de notícias, o jornal Estadão (Skaf & Freitas, 2015) aponta como um dos temas polêmicos a externalização das atividades-fim da empresa; os empresários alegam que é impossível modernizar a atividade econômica sem facilitar a externalização.

Outro ponto polêmico levantado por Marta Cavallini (Cavallini, 2015), no site G1, é a qual empresa estes empregados estão vinculados. Conforme notícia referida, a lei determina a subsidiariedade da empresa contratante sobre os direitos trabalhistas, contudo, os direitos trabalhistas não seriam mais negociados com os sindicatos das categorias originais dos serviços prestados, mas, sim, feita com o sindicato dos terceirizados. Neste ponto, verifica-se a questão da perda de identidade do trabalhador, tanto em relação à empresa quanto à categoria profissional.

Outro elemento levantado pelos adversários da regulamentação é a alegação de aumento nos acidentes de trabalho, conforme notícia do Diário do Centro do Mundo (Terceirizado, 2015). A notícia, vinculada ao site da Central Única dos Trabalhadores (CUT), denota que os acidentes de trabalho com terceirizados aumentam, significativamente, devido à precarização de trabalho, aumento de horas laboradas e falta de equipamentos de proteção individual, resultado das alterações nas condições de trabalho. Estas alegações podem explicar a perda de qualidade, perda de controle e insatisfação de algumas empresas com os serviços externalizados. Também explicaria algumas decisões de internalização de empresas, e um diagnóstico equivocado no momento da externalização por algumas empresas, o que pode ser identificado nos estudos supracitados, levando à investigação da satisfação sobre os resultados da decisão.

Com base nessas notícias, juntamente com análise de outras mídias consultadas, com o intuito de abranger a maior parte de pontos de vista mídias posicionadas com ideologias a favor e contra o tema foram consultadas, incluindo website dos jornais Estadão e Folha de S. Paulo, e da revista Carta Capital, verificou-se os temas mais abordados, sendo as categorias do estudo:

- modernização de atividades através da externalização;
- vinculação do empregado (relação trabalhista, empresa e sindicato);
- condições para a atividade laboral;
- satisfação com a decisão de externalização.

Alguns estudos analisados abordam mais de uma categoria, visto que a presença de uma não implica a exclusão de outra. Uma categoria secundária também foi analisada, relacionada ao posicionamento do artigo, se este é “favorável” ou “desfavorável” à externalização, com escalas intermediárias de “neutro”, “neutro favorável” ou “neutro desfavorável”.

Para ser classificado como “favorável”, o artigo deve expressar abertamente em seus resultados, quando relatar a opção pela externalização, que esta é uma forma de “modernizar as atividades” por exemplo, ou “reduzir os acidentes de trabalho” ou ainda “apontar a externalização como uma decisão acertada”. Para ser desfavorável, deve expressamente apontar a externalização como causa de precarização, aumento de acidentes, ineficiência do serviço, perda de vínculo ou ineficiência em modernizar a empresa contratante.

Para ser considerado artigo “neutro”, é necessário que mencione a externalização como uma alternativa existente na literatura, não fazendo julgamento de mérito se é bom ou ruim. A classificação de “Neutro Favorável” será quando o artigo mencionar que a externalização pode ser uma alternativa para melhora dos problemas enfrentados. Tendo esse julgamento com base na literatura e, não, nos resultados do próprio artigo. O “Neutro desfavorável” segue o mesmo raciocínio, porém, inverso ao “Neutro favorável”, quando há algum apontamento de que a externalização é prejudicial, com base na literatura, não com constatação no próprio artigo.

4. Resultados e Discussões

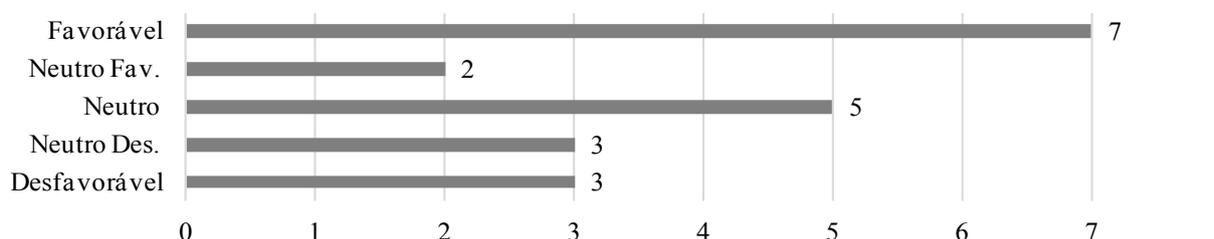
4.1 Produção científica sobre e o tema abordado

Foram pesquisadas revistas A1, A2 e B1, pelas palavras-chave descritas na metodologia, resultando em 24 periódicos com, ao menos, um artigo identificado, e total de 65 publicações. Após a leitura do resumo e análise dos artigos, foram descartadas as publicações em que: (a) a palavra-chave estava empregada em um sentido diverso ao da pesquisa, 15 artigos, estudos de psicologia, por exemplo; (b) 6 artigos em línguas estrangeiras também foram descartados, pois, embora em revistas brasileiras, estes têm foco internacional. No total, restaram 44 artigos para análise, sendo que apenas dois deles não abordaram as categorias de análise (tópico 3.2).

A produção científica sobre o tema externalização teve seu pico no ano de 2013 e, a partir daí, houve queda para metade da produção no ano seguinte, e pouquíssima produção em 2015 (primeiro semestre), ano que apresentou apenas 1 artigo. A opção pela manutenção do ano de 2015 se deu pelo fato do assunto ter grande presença nas mídias neste ano. Os próximos tópicos discorrem sobre as categorias de análise.

4.2 Modernização por meio da externalização

A modernização por meio da externalização parece ser um dos argumentos mais utilizados por seus defensores, aparecendo em 20 artigos, com o viés mais favorável entre as 4 categorias. Em 45% destes artigos, o tema apareceu com um viés positivo, abordado como uma das soluções para inovações e fator importante para modernização, seja de práticas ou de novas tecnologias. A Figura 1 demonstra como ficou a divisão de opinião sobre o tema.



Fonte: dados do estudo.

Figura 1. Distribuição da opinião sobre modernização através da externalização (20 artigos)

Entretanto, mesmo tendo viés favorável, ainda há uma parcela de artigos que apontam falhas na busca por modernização pela externalização. É o exemplo do estudo de Osterne e Miranda (2014), que realizaram uma pesquisa sobre a externalização da administração do sistema carcerário no Estado do Ceará, com o intuito de redução de custos. A externalização seria uma maneira de administrar o bem público com uma maior eficácia, com a expectativa de que o *know-how* da administradora possibilitasse a redução de custos que o ente público não conseguiria adotar, por um motivo ou outro.

Porém, o estudo constatou que não só a melhoria de qualidade esperada não aconteceu, como houve uma precarização do bem público administrado. O motivo da escolha pela externalização é a redução do custo de administração do estado; de outra parte, o resultado esperado não foi alcançado, as modernizações de práticas administrativas trazidas pela empresa concessionária não se realizaram. O estudo de Quélin e Duhamel (2003) já alertava sobre condições específicas para redução de custo pelo prestador do serviço e, ao contrário do que foi alegado, os administradores parecem não ter atingido o *know-how* para prestar o serviço de forma eficaz.

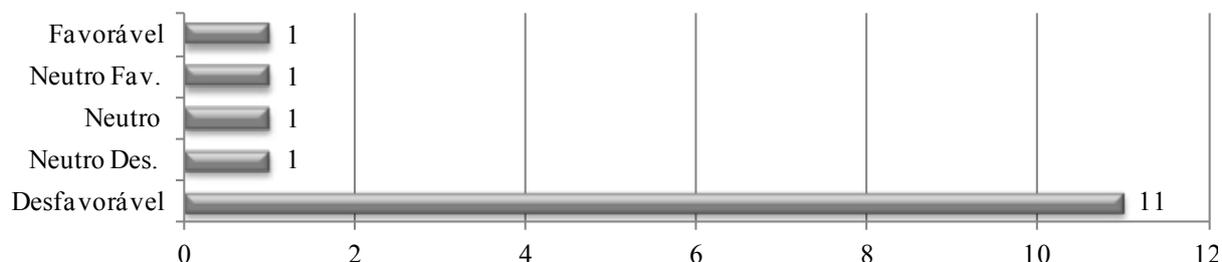
Por outro lado, o estudo de Martins e Xavier (2011), sobre a logística de uma cadeia de suprimentos, constatou que a inserção de mais elos na cadeia (mais empresas terceirizadas) a torna mais moderna, ágil e eficiente; também elimina custos de manutenção de estoques, suprimindo a necessidade de infraestrutura específica para isso, diluindo o investimento entre os demais membros, fato que corrobora com a visão de pulverização do risco de investimentos, encontrados no estudo de Quélin e Duhamel (2003).

O estudo de Carnevalli, Miguel e Salerno (2013) explica a relação entre fornecedores e empresas do ramo automobilístico e demonstra que, quando há terceirização, combinada com a técnica de modularidade, há redução no custo de montagem, mão de obra e no investimento fixo na linha de produção, o que proporciona às empresas maior poder de investimento, ou, como visto, uma diluição do risco do investimento em modernização. Ainda, mesmo identificada como vantagem, a diluição do risco de problemas na linha de montagem, a redução de custos foi o fator principal da externalização, não se constatando o aproveitamento das empresas para a modernização de seus fatores de produção. Também, cabe destacar o risco de transferência de tecnologia e perda de *know-how* em situações desta natureza (Belcourt, 2006; Jennings, 1997; Quélin & Duhamel, 2003).

Mais esclarecedor é o artigo de Oliveira Neto, Contador, Shibao e Vendrametto (2013), que trata de estratégias para a terceirização de operadores logísticos; constata que as práticas de externalização no Brasil não estão atualizadas com as práticas do resto do mundo. Enquanto aqui se prioriza a redução de custos, em outros países há preocupação do alinhamento com a estratégia da empresa e da terceirizada. Aproveitando essa observação, destaca-se que estas diferenças entre pesquisas, foco na redução de custos contra externalização com foco estratégico, sugerem o sucesso da externalização ou seu completo fracasso. Verifica-se que no primeiro caso apresentado neste tópico, há o Poder Público envolvido, enquanto, no segundo caso, há apenas empresas privadas, e essa diferença entre os casos e o êxito e o fracasso merece uma análise mais aprofundada, e uma comparação entre esses dois casos poderia contribuir para o melhor entendimento dos elementos de sucesso da externalização.

4.3 Vínculo empregatício

Outro ponto em discussão, por ambos, defensores e opositores a externalização, é o vínculo empregatício. Entre os artigos analisados, 15 abordam este o tema, sendo que 11 com abordagens de cunho desfavorável. A Figura 2 ilustra a distribuição de posicionamento.



Fonte: dados do estudo.

Figura 2. Distribuição de opinião em relação ao vínculo empregatício (15 artigos)

Pela Figura 2, verifica-se que as opiniões constantes nos artigos, sobre o vínculo dos empregados, é amplamente desfavorável em relação à externalização. Em seu estudo, Calderón e Lourenço (2011) abordam o surgimento da contratação de professores do ensino superior por cooperativas, com o intuito exclusivo de redução de custos. A pesquisa aponta que a prática teve início no Estado de São Paulo, com repercussão negativa na mídia paulista, apontando como precarização do sistema de ensino, fato corroborado pelo estudo. Mesmo que a qualidade do fornecedor seja um fator importante para o sucesso na externalização (Earl, 1996), Calderón e Lourenço (2011) demonstram um caso de externalização de atividade-fim com níveis mais baixos de qualidade dos agentes, por problemas de formação e preparo dos professores, e da empresa, por maior passivo trabalhista gerado.

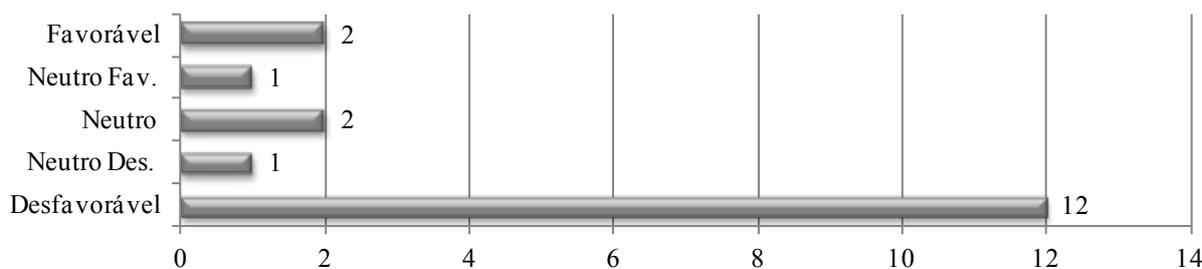
Outro ponto negativo destacado por Lacorte *et al.* (2013), ao analisar uma cadeia de suprimentos de fabricação de joias e bijuterias, foi o aumento do trabalho infantil, em que as empresas contratantes alegavam que não poderiam fiscalizar suas terceirizadas, isentando-se da culpa. Não houve qualquer melhora no vínculo dos empregados neste caso e, ao contrário, o estudo destaca o objetivo de redução de custos com reflexos em riscos de passivos trabalhistas e, no caso de trabalho infantil, criminalização, com processos jurídicos mais severos.

O único artigo que aponta posição favorável sobre as relações de trabalho foi desenvolvido por uma revisão de literatura sobre a indústria automobilística brasileira, que verifica a adoção da estratégia de modularidade como um benefício ao vínculo empregatício, tornando os fornecedores mais fortes economicamente, sugerindo como consequência o vínculo fornecedor mão de obra como benéfico. Entretanto, não entra em detalhes de como o vínculo empregatício se torna melhor após a externalização (Vanalle, 2011). Ressalva para a transferência dos cargos extintos na empresa externalizadora para os fornecedores, e, como o estudo não entrou neste detalhe, a ressalva se fez necessária. Outro destaque é o fortalecimento do fornecedor, alinhado a Earl (1996).

No estudo de Marsiglia (2011), na área da saúde, com o objetivo de levantar o perfil profissional do trabalhador de hospitais da cidade de São Paulo, na comparação entre uma unidade de saúde com a adoção da terceirização e uma sem terceirização, não constatou quaisquer desvantagens de um profissional em relação ao outro, apresentando resultados neutros. Entretanto, Pessanha e Artur (2013), em estudo sobre os profissionais da saúde, constataram a diferença de direitos entre os profissionais contratados e os terceirizados. Esta diferença de direitos é sugerida como forma de redução de custos de mão de obra para os hospitais e o estudo de Belcourt (2006) apresenta como uma das causas de perda de identidade com a empresa, acarretando em redução na qualidade do serviço prestado.

4.4 Condições para a atividade laboral

As condições para o trabalho, com destaque aos acidentes laborais e precarização das condições no trabalho foram abordados por 18 artigos, também com alta representatividade, e novamente, com grande parcela (12 pesquisas) sendo desfavoráveis em relação à externalização. Suas conclusões apontam para a causa de aumento de acidentes e precarização de condições à opção pela terceirização. A Figura 3 apresenta a distribuição de opiniões dos artigos.



Fonte: dados do estudo.

Figura 3. Demonstrativo de opinião sobre o acidente de trabalho e precarização (18 artigos)

Novamente há destaque para a ampla maioria de artigos contrários à externalização. No artigo de Assunção e Camara (2011), constatou-se que houve não só a precarização do trabalho no setor madeireiro, como também aumento nos acidentes após a externalização, destacando que as empresas contratadas, por ter foco exclusivo na redução de custos, muitas vezes não disponibilizavam equipamentos de segurança essenciais às atividades. Surge, novamente, a necessidade de condições específicas na externalização para haver redução de custo, sem comprometer a segurança dos empregados, como foi o caso observado.

O artigo de Hirata (2011) reforça essa visão da precarização como resultado do corte excessivo de custos, com o objetivo exclusivo de aumentar o lucro das empresas, o comportamento de perda de identidade e de insatisfação dos empregados é destacado em sua abordagem. Neste sentido, Hoecht e Trott (2006) destacam que a obsessão pela redução de custo não é o melhor caminho para as empresas, o que poderia ser resolvido por reestruturações internas (Lacity & Hirschheim, 1993a).

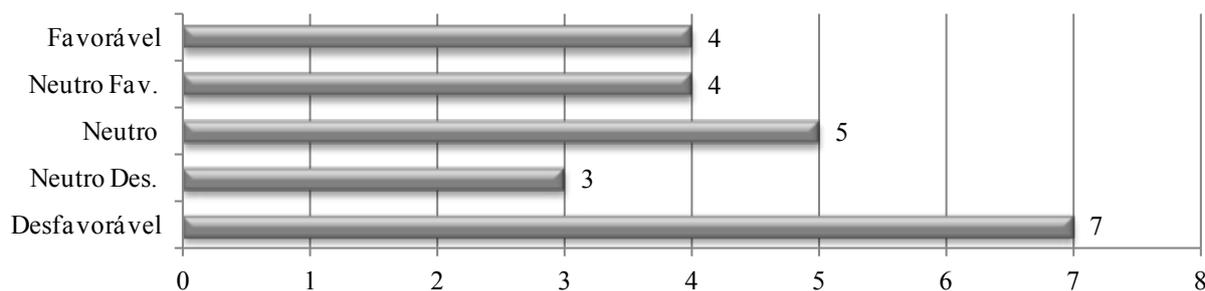
O estudo de Padilha (2014) utilizou entrevistas com empregados terceirizados do Brasil e do Canadá, e verificou a precarização nos dois países, guardando similaridades com as notícias abordadas na introdução deste artigo. No Brasil, o estudo trata essa precarização como consequência da redução de custos ao máximo e seus níveis salariais, pelo salário mínimo. No Canadá verificou outra condição salarial, embora o autor não tenha demonstrado a realidade salarial canadense para comparação.

Na contramão dos demais, o trabalho de Almeida, Morrone e Ribeiro (2014) aponta como um dos fatores que auxiliaram na redução dos acidentes de trabalho a externalização. Entretanto, este estudo é um dos poucos que levanta a possibilidade dessa correlação. Em resumo, há uma quantidade de evidências empíricas mais propícias a relacionar o aumento de acidentes e precariedade do trabalho do que a redução destes fatores, e pode estar relacionado ao diagnóstico enviesado das empresas, de observarem apenas os custos que seriam reduzidos, negligenciando outros aspectos da decisão (Freytag *et al.*, 2012).

4.5 Satisfação com a externalização

Artigos que abordaram o tema de satisfação sobre a externalização totalizam 23, sendo, portanto, o tema mais comentado nas pesquisas, com sete trabalhos indicando insatisfação em relação à externalização. A preocupação com o desempenho da externalização é um tema natural, uma vez que a empresa está interessada na qualidade do serviço contratado, enquanto os empregados alegam haver uma perda de qualidade na prestação do serviço, sendo esse um argumento forte contra a externalização, por desinteressar as duas partes. A Figura 4 demonstra a distribuição de opinião sobre o assunto abordado.

Destaque da distribuição para os artigos que falam de forma desfavorável sobre a satisfação das empresas em relação à externalização, ou seja, uma experiência negativa. E sobre os artigos neutros, que alertam para os riscos da externalização e para o cuidado com a prestação de serviço quanto à sua qualidade.



Fonte: dados do estudo.

Figura 4. Distribuição de opinião sobre a satisfação quanto a externalização (24 artigos)

O estudo de Magalhães, Carvalho Neto e Saraiva (2011) sobre a empresa Vale do Rio Doce apresenta a preocupação contratual de incluir cláusulas que discorriam sobre a qualidade do serviço contratado, alinhado a Bielski (2006), Earl (1996) e Shahani (2007), no sentido do resguardo da qualidade. Esta preocupação com a qualidade, no estudo de Vanalle (2011), resultou em satisfação por parte das montadoras e dos fornecedores terceirizados, corroborando o estudo anterior. Ainda, Guimarães e Carvalho (2012) demonstraram, por um estudo de caso, que uma abordagem com gestão de risco, monitorando o contrato de externalização, pode ser uma alternativa para evitar a insatisfação com a decisão.

No estudo de Santos, Moraes e Passos (2012), uma análise sobre a terceirização no setor público da saúde demonstra que não houve melhora significativa nos custos nas prestações de serviços. Tal constatação é um contraponto ao estudo de Marsiglia (2011), o qual não observou a precarização decorrente da externalização. Cabe destacar que a opinião tratada diz respeito à satisfação da empresa contratante em relação à empresa externalizada, portanto, esta opinião refere-se aos gestores das contratantes. Essa observação demonstra que a externalização malsucedida não é ocasional.

Dos estudos desfavoráveis, destacam-se Prado e Cristofoli (2012), com foco na externalização de Tecnologia da Informação (TI). Utilizando questionários com usuários de serviços externalizados de TI, verificou que há grande insatisfação por parte desses; nem sempre os usuários que investem mais em externalização de TI tem um rendimento melhor nesse setor. Este estudo aborda um contraponto à expectativa de externalização como fonte de modernização, pois houve insatisfação pela falta de modernização. Seus achados corroboram estudos de Veltri *et al.* (2008) e Whitten e Leidner (2006) sobre a insatisfação com a externalização e desejo de retornar as atividades para a condução direta pela empresa.

4.6 Consolidação dos posicionamentos

Constatou-se, nos estudos analisados, que apenas um dos pontos de discussão atual é favorável à externalização: os efeitos positivos de modernização. Porém, ainda existem argumentos contra esta afirmativa, como no estudo sobre TI e na experiência com a externalização da administração do sistema carcerário do Ceará. Entre os artigos favoráveis à externalização, à exceção do artigo Almeida, Marrone e Ribeiro (2014) nenhum aborda o ponto de vista do empregado, somente se referindo a resultados para a empresa. Desta forma, se o objetivo era “modernizar” ou “reduzir custos” e esse foi alcançado, ocorreu uma interpretação positiva do fato. Esta visão unilateral não se preocupou em observar efeitos para os empregados (da contratante e da contratada), arrecadação de tributos, geração de emprego e renda, impactos ao ambiente, entre outros fatores que tornariam a análise multifocal, divergindo da linha proposta pela teoria dos *Stakeholders*.

Já o ponto de vista dos críticos à externalização, que abordam muito mais as questões de vínculo empregatício e precarização das condições laborais, todos os estudos apontam para fatores negativos em ambos os assuntos, alguns, inclusive relacionando à insatisfação da empresa com o serviço externalizado pela má qualidade e precariedade de condições de trabalho. Outro ponto importante é que os estudos desfavoráveis, em sua maioria, apontam que a externalização percebida com a miopia de exclusivamente reduzir custos como um dos causadores destes fatores negativos reforça a necessidade de uma abordagem ampla dos impactos nos participantes do processo de externalização.

Por fim, é perceptível a lacuna a ser preenchida com novas pesquisas, relacionando o motivo principal da externalização com o sucesso ou fracasso dessa prática, ou seja, quando o fator motivador da decisão pode atrapalhar no julgamento do gestor na detecção do real problema. Tendo por base a teoria discutida nesta pesquisa, uma abordagem multifocal é necessária para entender a qualidade da decisão, tanto sobre os aspectos da motivação, da análise realizada previamente ao ato, bem como a manutenção dos processos em modelo externalizado.

Em particular, um ponto que merece atenção é a associação da precarização à exclusividade da busca por redução de custos, fato que parece intrinsecamente ligado à gestão estratégica de custos, como demonstrado em Souza *et al.* (1995). A externalização deve ser encarada de forma estratégica para a empresa, sendo assim, não pode ser limitada a uma visão restrita de redução de custos, solicitando análises estruturadas pela teoria dos *Stakeholders*.

5. Considerações Finais

Com o propósito de verificar se os assuntos sobre externalização, diante do momento de decisão política, em pauta de discussões no Brasil também são temas de pesquisas acadêmicas no âmbito nacional, este estudo mostra que, dos 44 artigos identificados, apenas dois não abordaram as categorias de análise destacadas na pesquisa. Assim, pode-se afirmar que os temas em discussão no Brasil também são objeto de análise acadêmica, colaborando para a sinergia entre a ciência e a sociedade.

Analisando os resultados de tais estudos, ficou claro que o objetivo principal das empresas, ao adotarem a externalização, é a redução de custos, sendo aparentemente o único motivo considerado. Este ponto de vista é reforçado pelas conclusões dos estudos em haver detectado uma efetiva redução de custo por parte das empresas, demonstrando tais dados ou coletando a percepção dos envolvidos em uma visão unilateral (empresa), o que esta pesquisa procurou contemporizar com efeitos em outro *stakeholder* próximo - o funcionário. Considerando este comportamento, evidencia-se que as empresas que optaram pela externalização negligenciaram outros aspectos desta decisão, tal como cláusulas de qualidade, verificação do potencial do fornecedor, impactos nas relações de trabalho, entre outros.

Outro ponto abordado é a perda de controle, que é destaque nos artigos que abordaram o tema de “satisfação com externalização”, os quais apontam que a falta de controle sobre o serviço é uma das principais causas da insatisfação. São indicadas como solução, por exemplo, cláusulas contratuais específicas sobre níveis de qualidade. Ainda, ferramentas ligadas à Gestão Interorganizacional de Custos poderiam suprir tais dificuldades, sendo o controle compartilhado possível mesmo em relações de mercado, sendo sugerido para as empresas preverem em seus contratos e pesquisadores as utilizarem em novos estudos.

Um item que merece novos estudos é identificado em Furtado, Carrieri e Bretas (2014), no qual os autores analisaram a insatisfação dos trabalhadores em relação à externalização. Os relatos indicam que e os empregados se demonstraram traídos pela empresa, sentimento de “filhos abandonados pela mãe”, muito semelhante à reportagem de Antelava (2015), a qual demonstrou sentimento similar nos trabalhadores americanos.

Por fim, cabe destacar a contribuição deste estudo. Além de colocar em pauta este assunto, demonstrou que as discussões, quando não analisadas considerando a contribuição científica trazida pelas pesquisas, podem resultar nas mesmas consequências verificadas nos EUA. Este assunto é amplo e ainda há escassez de evidências empíricas que demonstrem a externalização como benefício mútuo para empresa e empregados, aparentemente os dois principais *stakeholders*, pelo impacto direto diante das decisões de externalização e internalização. Uma visão mais ampla poderá contribuir para o aumento de segurança jurídica e modernização das empresas, com efeitos benéficos à qualidade dos serviços prestados e das relações profissionais de trabalho e entre empresas, visto que, atualmente, os argumentos dos críticos possuem maior evidência empírica do que dos defensores.

Ainda, pelas análises realizadas, o artigo contribui para a literatura sobre externalização, compilando e comparando as respostas de diversos estudos sobre quatro aspectos diferentes. Esta visão ampla da externalização é contributiva para as discussões sobre seus efeitos perante os diferentes *stakeholders*, especialmente empresas e trabalhadores, com resultados também para os consumidores de produtos e serviços. Desta forma, contribui para a sociedade em suas discussões, fundamento opiniões e decisões com base em análises científicas. Entretanto, cabe aos acadêmicos ampliar a visão quando discutem tal temática, diminuindo possíveis vieses de foco em redução de custos e na visão exclusiva da empresa ou do trabalhador.

As limitações deste estudo repousam nas escolhas metodológicas, pela abordagem qualitativa e seus dados, por ser uma interpretação de artigos os dados são secundários, o que resulta em uma “interpretação de interpretação”. Contudo, tendo conhecimento destas limitações, procurou-se compensar com maior rigor na coleta, tratamento e análise dos dados.

Referências

- Alexander, M. & Young, D. (1996). Outsourcing: where's the value? *Long Range Planning*, 29(5), pp. 728-730. [https://doi.org/10.1016/0024-6301\(96\)00069-6](https://doi.org/10.1016/0024-6301(96)00069-6)
- Almeida, F. S. e S. de, Morrone, L. C., & Ribeiro, K. B. (2014). Tendências na incidência e mortalidade por acidentes de trabalho no Brasil, 1998 a 2008. *Cadernos de Saúde Pública*, 30(9), pp. 1957-1964. <http://dx.doi.org/10.1590/0102-311X00009213>
- Antelava, N. (2015). *Made in America: are outsourced jobs really coming back?* Recuperado em 15 fevereiro, 2015, de <http://www.bbc.com/news/world-us-canada-31447904>
- Assunção, A. A., & Camara, G. R. (2011). A precarização do trabalho e a produção de acidentes na colheita de árvores. *Caderno CRH*, 24(62), pp. 385-396. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-49792011000200010>
- Baron J. N. & Kreps D. M. (1999). *Strategic human resources: frameworks for general managers*. New York: Wiley.
- Barrucho, L. G. (2015). *Câmara vota projeto que regulamenta terceirização*. Recuperado em 21 junho, 2015, de http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/04/150402_projeto_lei_terceirizacao_ms_lgb

- Belcourt, M. (2006). Outsourcing - the benefits and the risks. *Human resource management review*, 16(2), pp. 269-279. <https://doi.org/10.1016/j.hrmmr.2006.03.011>
- Besanko, D., Dravone, D., Shanley M. & Schaefer, S. (2007). *A economia da estratégia*. Porto Alegre: Bookman Companhia Editora.
- Bielski, L. (2006). Outsourcing success: it's all in the governance: making deals work daily takes a long-term view. *ABA Banking Journal*, 98, pp. 38-42.
- Bower, D. J. & Keogh, W. (1997). Conflict and cooperation in technology based alliances. *International Journal of Innovation Management*, 1(4), pp. 387-409. <https://doi.org/10.1142/S136391969700019X>
- Calderón, A. I., & Lourenço, H. da S. (2011). Ensino superior privado: expansão das cooperativas de mão de obra docente. *Cadernos de Pesquisa*, 41(143), pp. 642-659. <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-15742011000200015>
- Carnevalli, J. A., Miguel, P. A. C., & Salerno, M. S. (2013). Aplicação da modularidade na indústria automobilística: análise a partir de um levantamento tipo survey. *Production*, 23(2), pp. 329-344. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-65132012005000040>
- Cavallini, M. (2015). Entenda o projeto de lei da terceirização aprovado na Câmara. Recuperado em 21 junho, 2015, de <http://g1.globo.com/concursos-e-emprego/noticia/2015/04/entenda-o-projeto-de-lei-da-terceirizacao-que-sera-votado.html>
- Cervo, A. L & Bervian, P. A. (2002). *Metodologia científica* (5a ed.). São Paulo: Prentice Hall.
- Donaldson, T. & Preston, L. (1995). The stakeholder theory of the corporation: concepts, evidence and implications. *Academy of Management Review*, 20(1), pp. 65-91. <https://doi.org/10.2307/258887>
- Earl, M. (1996). *The risks of outsourcing IT*. *MIT Sloan Management Review*, pp. 26-32. Recuperado em 23 junho, 2015, de <http://sloanreview.mit.edu/article/the-risks-of-outsourcing-it/>
- Freeman, R. & McVea, J. (2000). A stakeholder approach to strategic management. In: Hitt, M.; Freeman, R. & Harrison, J. *Handbook of Strategic Management*. Oxford: Blackwell Publishing, pp. 189-207.
- Freytag, P. V., Clarke H. A. & Evald, M. R. (2012). Reconsidering outsourcing solutions. *European Management Journal*, 30(2), pp. 99-110.
- Furtado, R. A., Carrieri, A. de P., & Bretas, P. F. F. (2014). Humor na internet: trabalhadores utilizam nova estratégia para protestar contra demissões e terceirizações. *Revista de Administração*, 49(1), p. 33-44. <http://dx.doi.org/10.5700/rausp1129>
- Gilley, K. M., Greer, C. R. & Rasheed, A. A. (2004). Human resource outsourcing and organizational performance in manufacturing firms. *Journal of Business Research*, 57(3), pp. 232-240. [https://doi.org/10.1016/S0148-2963\(02\)00304-1](https://doi.org/10.1016/S0148-2963(02)00304-1)
- Guimarães, C. M., & Carvalho, J. C. de. (2012). Terceirização em cuidados continuados—uma abordagem de gestão de risco. *Ciência & Saúde Coletiva*. 17(5), p. 1179-1190. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232012000500012>
- Hamel, G. (1991). Competition for competence and interpartner learning within international strategic alliances. *Strategic Management Journal*, 12, pp. 83-103.
- Hirata, H. (2011). Tendências recentes da precarização social e do trabalho: Brasil, França, Japão. *Cadernos CRH*, 24(1), pp. 15-22. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-49792011000400002>
- Hoecht, A. & Trott, P. (2006). Innovation risks of strategic outsourcing. *Technovation*, 26(5-6), pp. 672-681. <https://doi.org/10.1016/j.technovation.2005.02.004>
- Jennings, D. (1997). Strategic guidelines for outsourcing decisions. *Journal of Strategic Change*, 6, pp. 85-96. [https://doi.org/10.1002/\(SICI\)1099-1697\(199703\)6:2%3C85::AID-JSC260%3E3.0.CO;2-U](https://doi.org/10.1002/(SICI)1099-1697(199703)6:2%3C85::AID-JSC260%3E3.0.CO;2-U)

- Kakabadse, A. & Kakabadse, N. (2002). Trends in outsourcing: contrasting USA and Europe. *European Management Journal*, 20(2), pp. 189-198. [https://doi.org/10.1016/S0263-2373\(02\)00029-4](https://doi.org/10.1016/S0263-2373(02)00029-4)
- Lacity, M. & Hirschheim, R. (1993a). The information systems outsourcing bandwagon. *Sloan Management Review*, pp. 73-86.
- _____. (1993b). *Information systems outsourcing*. Wiley: New York.
- Lacorte, L. E. C., Vilela, R. A. G., Silva, R. de C., Chiesa, A. M., Tulio, E. S., Franco, R. R., & Bravo, E. S. (2013). Os nós da rede para erradicação do trabalho infanto-juvenil na produção de joias e bijuterias em Limeira – SP. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, 38(128), pp. 199-215. <http://dx.doi.org/10.1590/S0303-76572013000200009>
- Lei 13.429, de 31 de março de 2017 (2017). Altera dispositivos da Lei no 6.019, de 3 de janeiro de 1974, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e dá outras providências; e dispõe sobre as relações de trabalho na empresa de prestação de serviços a terceiros. Diário Oficial da União. Brasília, DF: Presidência da República.
- Li, G., Huang, F. F., Cheng, T. C. E., Zheng, Q.; & Ji, P. (2014). Make-or-buy service capacity decision in a supply chain providing after-sales service. *European Journal of Operational Research*, 239(2), pp. 377-388. <https://doi.org/10.1016/j.ejor.2014.05.035>
- Magalhães, Y. T., Carvalho Neto, A., & Saraiva, L. A. S. (2011). Práticas gerenciais relacionadas à qualificação de trabalhadores terceirizados: um estudo de caso no setor de mineração. *Organizações & Sociedade*. 18(57), pp. 227-244.
- Martins, R. S., & Xavier, W. S. (2011). Atributos do serviço de transporte no relacionamento indústria-varejo. *Revista Brasileira de Gestão de Negócios*, 13(39), pp. 193-204.
- Marsiglia, R. M. G. (2011). Perfil dos trabalhadores da atenção básica em saúde no município de São Paulo: região norte e central da cidade. *Saúde e Sociedade*, 20(4), pp. 900-911. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-12902011000400008>
- Oliveira Neto, C. de, Contador, J. C., Shibao, F. Y., & Vendrametto, O. F. (2013). Método para hierarquizar os critérios e indicadores de desempenho para contratação de operador logístico: estudo de caso no ramo metalúrgico. *Exacta*, 11(3), pp. 259-283. <http://dx.doi.org/10.5585/ExactaEP.v11n3.4266>
- Osterne, M. do S. F., & Miranda, F. da S. (2014). Análise dos modelos de gestão adotados no Instituto Presídio Professor Olavo Oliveira II (IPPOO-II) na gestão compartilhada e pelo estado do Ceará. *Revista Meta: Avaliação*, 6(16), pp. 1-28.
- Padilha, V. (2014). Nojo, humilhação e controle na limpeza de shopping centers no Brasil e no Canadá. *Caderno CRH*, 27(71), pp. 329-346. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-49792014000200008>
- Pessanha, E. G. da F., & Artur, K. (2013). Direitos trabalhistas e organização dos trabalhadores num contexto de mudanças no mundo do trabalho: efeitos sobre os trabalhadores da saúde. *Revista Ciência & Saúde Coletiva*, 18(6), pp. 1569-1580. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232013000600009>
- Prado, E. P. V., & Cristofoli, F. (2012). Resultados da terceirização da tecnologia da informação em organizações brasileiras. *Gestão & Regionalidade*, 28(84), pp. 77-88.
- Projeto de Lei 4.330, de 20 de outubro de 2004 (2004). Dispõe sobre os contratos de terceirização e as relações de trabalho deles decorrentes. Recuperado em 01 maio, 2015, de <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=267841>
- Quelin, B. & Duhamel F. (2003). Bringing together strategic outsourcing and corporate strategy: outsourcing motives and risks. *European Management Journal*, 2(5), pp. 647-661. [https://doi.org/10.1016/S0263-2373\(0\)00113-0](https://doi.org/10.1016/S0263-2373(0)00113-0)

- Quinn, J. & Hilmer, F. (1994). Strategic outsourcing. *Sloan Management Review*. Summer, pp. 43-55.
- Reich, R. (2015). *How the New Flexible Economy is Making Workers' Lives Hell*. Recuperado em 21 junho, 2015, de <http://robertreich.org/post/116924386855>
- Santos, M. A. B. dos, Moraes, R. M. de, & Passos, S. R. L. (2012). Indicadores de desempenho e decisão sobre terceirização em rede pública de laboratórios. *Revista de Saúde Pública*, 46(3), pp. 456-465. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-89102012005000028>
- Schneider, L. C., Diehl C. A. & Hansen, P. B. (2011). Análise da cadeia de valor em duas empresas do setor calçadista. *Revista Gestão Industrial*. 7(3), pp. 179-198. <https://doi.org/10.3895/S1808-04482011000300011>
- Shahani, R. (2007). Good outsourcing requires good governance. *Supply Chain Management Review*. 11, pp. 15-16.
- Skaf, P. & Freitas, V. (2015). *O Projeto que amplia a terceirização traz benefícios?* Recuperado em 21 junho, 2015, de <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,o-projeto-que-amplia-a-terceirizacao-traz-beneficios-imp-,1670701>
- Souza, M. C., Bacic, J. M. & Rabelo, F. M. (1995). Flexibilidade, exploração de inter-relações e aprendizado organizacional: referências para a gestão estratégica de custos. *Anais do II Congresso Brasileiro de Custos*, Campinas, SP, Brasil.
- Terceirizado (2015). *Terceirizado 'trabalha 3 horas a mais, ganha 25% a menos e fica 3,1 anos a menos no emprego'*. Recuperado em 23 junho, 2015, de <http://www.diariodocentrodomundo.com.br/essencial/terceirizado-trabalha-3-horas-a-mais-ganha-25-a-menos-e-fica-31-anos-a-menos-no-emprego/>
- Vanalle, R. M. (2011). Relacionamento cliente-fornecedor: evidências de estudos sobre a indústria automobilística. *Exacta*, 9(1), pp. 13-28.
- Veltri, N. F., Saunders, C. S. & Kavan, C. B. (2008). Information systems back sourcing: Correcting problems and responding to opportunities. *California Management Review*, 51(1), pp. 50-76. <https://doi.org/10.2307%2F41166468>
- Whitten, D. & Leidner, D. (2006). Bringing IT back: an analysis of the decision to backsource or switch vendors. *Decision Sciences*. 37(4), pp. 605-621. <https://doi.org/10.1111/j.1540-5414.2006.00140.x>

Teoria Institucional: uma análise bibliométrica na pesquisa em Contabilidade

Resumo

Objetivo: Analisar como os estudos embasados pela Teoria Institucional nas pesquisas em contabilidade têm sido realizados.

Método: A busca utilizou o *Knowledge Development Process-Constructivist*, delimitada nos artigos publicados nos anos de 1993 a 2018. Foram utilizadas sete bases de dados e selecionado um Portfólio Bibliográfico com 148 artigos referentes ao tema.

Resultados: O trabalho encontrou (i) 27 estudos teóricos e 121 empíricos; (ii) a maioria dos estudos é qualitativo; (iii) técnicas mais utilizadas foram as entrevistas semiestruturadas e análise de documentos; (iv) a maioria utilizou a Nova Sociologia Institucional; (v) os autores destaques das correntes foram Burns e Scapens (2000) (OIE), Williamson (2000) (NIE) e DiMaggio e Powell (1983) (NIS); (vi) a teoria da Agência e teoria da Estruturação foram as que mais apareceram além da teoria Institucional; e (vii) as sugestões para futuros trabalhos apontam para alteração da técnica de coleta e análise utilizada na pesquisa, mudança do contexto analisado, exploração de ambientes heterogêneos, utilização de estudos longitudinais e métodos quantitativos.

Contribuições: O estudo traz contribuições ao fazer a análise de como a teoria Institucional está sendo aplicada nos estudos de diversas áreas de pesquisa em Contabilidade, identificando os principais estudos de cada corrente teórica, os métodos utilizados, sugestões dos trabalhos e apontando caminhos, assim, servindo de base teórica para futuras pesquisas empíricas nesta área.

Palavras-chave: Teoria Institucional; Pesquisa Contábil; Contabilidade Financeira; Contabilidade Gerencial; Revisão de Literatura.

Igor Pereira da Luz

Especialista em Metodologia no Ensino Superior pela Universidade Norte do Paraná e Mestrando na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). **Contato:** Rua Luiz Oscar de Carvalho, nº. 75, Bloco B10 Ap.34. Trindade. Florianópolis (SC). CEP: 88036-400. E-mail: i.pereiradaluz@gmail.com

Felipe Veck Lisboa

Pós-Graduação Lato Sensu em Análise Tributária na Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI) e Analista em Auditoria no Ministério Público de Santa Catarina. **Contato:** Rua Professor Clementino de Brito, nº. 405, Ap. 1402ª. Estreito. Florianópolis (SC). CEP: 88070-150. E-mail: felipeveck@gmail.com

Carlos Eduardo Facin Lavarda

Doutor pela Universitat de Valencia, Espanha e Professor Adjunto na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). **Contato:** R. Eng. Agrônomo Andrei Cristian Ferreira, s/nº., CCN/CSE. Trindade. Florianópolis (SC). CEP: 88040-900. E-mail: eduardo.lavarda@ufsc.br

Ernesto Fernando Rodrigues Vicente

Doutor pela Universidade de São Paulo (USP) e Professor Associado III na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). **Contato:** Rua Ferreira Lima, 107, Apto. 1101. Centro. Florianópolis (SC). CEP: 88015-420. E-mail: ernesto.vicente@ufsc.br

1. Introdução

A turbulência do ambiente (Vamosi, 2003), tendências econômicas, sociais, organizacionais (Scapens, 2006), harmonização de normas (Irvine, 2008) e a burocracia imposta pelos governos (Tagesson, 2007) são alguns dos fatores que levam as organizações a não se manterem estáticas e passarem por adaptações em suas rotinas e processos (Zoni, Dossi & Morelli, 2012). Esse cenário tem afetado as lógicas institucionais das organizações (Kantola & Järvinen, 2012) e como elas desenvolvem e implementam suas estratégias (Ma & Tayles, 2009), causando a institucionalização e desinstitucionalização de práticas e artefatos nas organizações (Russo, Parisi & Pereira, 2016) levando a processos de mudança em busca da sobrevivência em um ambiente de grande competitividade (Zoni *et al.*, 2012).

Os processos de mudança atraíram considerável atenção das pesquisas organizacionais, explorando as questões de resistência e as conseqüências dessas mudanças (Angonese & Lavarda, 2014; Lukka, 2007). Essas alterações são ocasionadas por diversos fatores e afetam também as práticas contábeis realizadas pelas organizações, tanto no processo de geração de informações de gestão para a tomada de decisões em busca de mais eficiência (Halbouni & Hassan, 2012) quanto na realização dos demonstrativos financeiros apresentados a investidores e governos, que são influenciados por normas e pressões externas (Irvine, 2008; Phang & Mahzan, 2017).

DiMaggio e Powell (1983) destacam que, cada vez mais, essas mudanças são direcionadas pela burocratização, em vez de serem orientadas pela busca da eficiência ou eficácia das organizações. Esse processo tem institucionalizado as práticas das organizações, tornando-as mais similares, como é o caso da harmonização dos padrões contábeis e adoção da *International Financial Reporting Standards* (IFRS) (Guerreiro, Rodrigues & Craig, 2012; Irvine, 2008; Judge, Li & Pinsker, 2010; Phang & Mahzan, 2017).

Uma instituição pode se caracterizar como uma forma de pensamento que se incorpora nos hábitos e se torna parte da rotina de um grupo, nesse caso as organizações e suas práticas contábeis (Scapens, 2006). Nessa perspectiva de mudança e suas instituições, uma corrente teórica que ganhou força e está sendo bastante utilizada nos estudos é a teoria Institucional. A teoria Institucional baseia-se na premissa de que as organizações influenciam e são influenciadas pelo contexto em que estão operando. Uma perspectiva institucional pode trazer conhecimentos acerca dos efeitos que as instituições dominantes e as condições estruturais exercem sobre as ações das organizações (Mantzari, Sigalas & Hines, 2017).

A teoria Institucional tem sido amplamente utilizada na literatura gerencial, principalmente sobre novas tecnologias da Contabilidade para a gestão e sua implementação (Lukka, 2007). Além da literatura gerencial, a teoria é cada vez mais utilizada na pesquisa contábil financeira para compreender as influências nas estruturas internas das organizações (Hassan, Rankin & Lu, 2014).

Com a consolidação de várias correntes da teoria Institucional nos estudos das práticas contábeis, o desafio atual e para o futuro é usar este entendimento teoricamente explorado para melhorar as práticas na Contabilidade e fornecer informações relevantes e úteis para investidores e gestores, como principais usuários das informações contábeis (Guerreiro, Frezatti & Casado, 2006).

Diante desse contexto, origina-se a seguinte pergunta de pesquisa: **Como a literatura atual tem abordado a teoria Institucional nas pesquisas em Contabilidade?** Desse modo, o objetivo deste artigo é analisar como os estudos embasados pela teoria Institucional têm sido realizados, nas pesquisas em Contabilidade, visando à geração de conhecimento nessa área. Com o intuito de buscar as pesquisas mais recentes, a pesquisa se limitou aos últimos vinte e cinco anos.

Para buscar uma melhor compreensão da utilização dessa teoria nas práticas contábeis, faz-se importante descobrir como a teoria está sendo aplicada nos estudos. Considerando a necessidade da construção de pontes entre teorias para expandir níveis de análise (Yazdifar, Zaman, Tsamenyi & Askarany, 2008), faz-se importante também identificar quais outras teorias estão sendo aplicadas junto à teoria Institucional para a melhor compreensão e análise das práticas contábeis na realidade organizacional.

Dessa forma, este estudo almeja contribuir com a literatura, analisando como têm sido realizadas as pesquisas embasadas pela teoria Institucional, apresentando os métodos de coleta de dados, correntes teóricas utilizadas, demais teorias e sugestões de futuras pesquisas, contribuindo para a discussão da literatura de pesquisa em Contabilidade e servindo de base teórica para futuras pesquisas.

A realização do presente estudo justifica-se ainda pela sua originalidade, pois, após fazer um levantamento em bases de dados internacionais, não foram localizados artigos, publicados em periódicos científicos, os quais analisassem como a teoria Institucional é aplicada nos estudos das áreas de pesquisa em Contabilidade. O estudo ainda atende ao chamado de Cunha, Santos Beuren (2015), ampliando a pesquisa bibliométrica da teoria Institucional e Contabilidade para mais bases de dados e um maior escopo dentro dos tópicos de pesquisa em contabilidade.

2. Referencial Teórico

Esta seção apresenta o referencial teórico, que embasa este estudo referente à teoria Institucional e suas correntes teóricas.

2.1 Teoria Institucional

A teoria Institucional surgiu da crítica de autores sobre a teoria Econômica Neoclássica da Firma que considera o comportamento racional e maximizador dos indivíduos tomadores de decisões (Guerreiro *et al.*, 2006) e tem seus pressupostos fundamentados na racionalidade econômica do indivíduo e no equilíbrio de mercado (Burns & Scapens, 2000).

A teoria Econômica Neoclássica da Firma relata as mudanças causadas na Contabilidade como um produto do comportamento racional para a otimização dos lucros das organizações por meio da geração de novas informações, sendo fundamentada por modelos matemáticos que levam em consideração a total racionalidade das pessoas em suas escolhas (Guerreiro *et al.*, 2006).

A teoria Neoclássica foi uma das primeiras bases teóricas na pesquisa em Contabilidade Gerencial. Posteriormente, os pesquisadores começaram a utilizar a teoria da contingência, especialmente na pesquisa comportamental na Contabilidade. No entanto, a partir da década de 1980, pesquisadores mudaram para o campo da sociologia e da economia institucional para o estudo da Contabilidade Gerencial (Zarifah & Siti-Nabiha, 2012).

A partir da divergência dessas ideias e na mudança para um foco sociológico, começava a se desenvolver a teoria Institucional, que considera a Contabilidade uma instituição que passa por transformações vindas de pressões tanto internas quanto externas e tem como função dar sentido a um determinado grupo social.

Os estudos que tentam explorar as questões de mudanças, institucionalização e desinstitucionalização de práticas organizacionais têm explorado a teoria Institucional nas seguintes correntes teóricas: Velha Economia Institucional (*Old Institutional Economics - OIE*), Nova Economia Institucional (*New Institutional Economics - NIE*) e Nova Sociologia Institucional (*New Institutional Sociology - NIS*) (Scapens, 2006).

A Velha Economia Institucional (OIE) parte de questionamentos referentes à teoria Econômica Neoclássica. Em vez de assumir o equilíbrio perfeito e a total racionalidade, a corrente considera a racionalidade limitada e o oportunismo das pessoas, e tenta explorar o porquê desse oportunismo, e como esse determina os tipos de comportamentos econômicos (Scapens, 2006).

A OIE permite uma visão mais próxima das organizações e se concentra nas suas pressões internas, buscando entender o que molda as práticas organizacionais (Scapens, 2006). A corrente reconhece que as pessoas operam em um ambiente social com regras e valores institucionalizados e tenta explorar as instituições que moldam os comportamentos dentro desse ambiente. O foco está no ambiente organizacional e nessa institucionalização em nível micro (Burns & Scapens, 2000; Scapens, 2006). Para isso, essas práticas são abordadas dentro das organizações por meio da institucionalização e desinstitucionalização de hábitos, rotinas e regras (Burns & Scapens, 2000).

Burns e Scapens (2000) discorrem que os hábitos são características individuais de disposição ou tendência a realizar uma ação, adquiridas anteriormente. Já as rotinas são padrões que são habitualmente adotados por um conjunto de pessoas. As regras são os procedimentos formalizados, enquanto as rotinas são os procedimentos que realmente já são utilizados. Os supracitados autores elaboraram um *framework* para estudar as mudanças na Contabilidade Gerencial.

O *framework* inicia-se com a codificação de princípios institucionais em regras e rotinas. Em seguida, os atores aderem às regras e rotinas delineadas na etapa inicial. A terceira fase ocorre com a repetição dos comportamentos, que leva a uma reprodução das rotinas. A última fase é a institucionalização das regras e rotinas, as quais foram reproduzidas por meio do comportamento dos atores individuais e, deste modo, as regras e rotinas tornam-se, simplesmente, a maneira como as coisas são. Como esse é um processo cíclico, as instituições serão então novamente codificadas nas regras e rotinas em curso, que moldarão novas regras, e assim por diante (Burns & Scapens, 2000).

As demais abordagens teóricas da teoria Institucional têm seu olhar voltado para o ambiente externo das organizações. Tanto NIE quanto NIS abordam as pressões externas, respectivamente econômicas e institucionais, sobre as organizações e suas práticas. As correntes tentam compreender a natureza dessas pressões, fazendo análises a nível macro e micro das organizações. Todavia, apesar do mesmo foco, essas duas correntes têm abordagens bem distintas (Scapens, 2006).

A Nova Economia Institucional (NIE) não quebra o raciocínio econômico, porém assume alguns elementos que tornam o modelo neoclássico da firma mais restrito. É considerada a racionalidade limitada e o oportunismo nos interesses das pessoas (Williamson, 2000). O foco está no ambiente institucional e nessa institucionalização, tanto a nível micro quanto macro, e tenta explicar o comportamento dos agentes econômicos (Scapens, 2006).

Liszbinski, Kronbauer, Macagnan e Zardin Patias (2014) explicam que a NIE foca mais nas relações econômicas no contexto das organizações e busca explicações ao problema do equilíbrio do mercado, uma vez que este possui falhas, e as organizações buscam supri-las por meio de instrumentos que as resguardem das incertezas.

A corrente utiliza o raciocínio econômico para investigar a diversidade de formas de arranjos institucionais e suas propriedades. Explora esse raciocínio para tentar explicar as ações das pessoas, a institucionalização de práticas organizacionais em ambientes diferentes e se preocupa com as estruturas utilizadas para governar transações econômicas (Scapens, 2006).

Essa institucionalização está diretamente ligada a um dos conceitos base da corrente, o Custo de Transação (Williamson, 2000). Esse foi desenvolvido por Coase (1937) e significa que toda transação econômica tem seus custos, que podem ocorrer antes ou depois dessa transação. Nesse ponto que entra a importância das instituições. As instituições são criadas para minimizar as incertezas e reduzir essa limitação da racionalidade e o oportunismo das pessoas (North & Hart, 2006; Williamson, 2000). Além disso, elas limitam as interações humanas, estruturando relações econômicas e sociais e determinando o preço desses custos de transação (North & Hart, 2006).

A Nova Sociologia Institucional, por sua vez, tem o foco no ambiente organizacional que forma estruturas e sistemas organizacionais e nas pressões por parte desse ambiente nas organizações (Scapens, 2006). A corrente busca explorar por que organizações em situações similares se tornam semelhantes, por meio de contextos e procedimentos socialmente institucionalizados (Meyer & Rowan, 1977).

Outro ponto abordado pela corrente é a questão da legitimação perante o ambiente, que estaria ligada à aceitação desses procedimentos socialmente institucionalizados. As organizações buscam essa legitimação pelas facilidades que ela poderia trazer na obtenção de recursos e sobrevivência em seus ambientes (Meyer & Rowan, 1977).

DiMaggio e Powell (1983) explicam que as organizações tendem a adotar as mesmas práticas e estruturas de outras organizações que estão em contexto similares, em resposta às pressões institucionais exercidas sobre a organização. Esse processo de homogeneização das organizações é nomeado de isomorfismo e tem sido utilizado em vários estudos (Hassan, Rankin & Lu, 2014; Nurunnabi, 2015) para investigar as questões das mudanças das organizações. DiMaggio e Powell (1983) classificam o isomorfismo em três tipos: isomorfismo coercivo, isomorfismo mimético e isomorfismo normativo.

O isomorfismo coercitivo é resultante das pressões formais e informais exercidas sobre uma organização por *stakeholders*, das quais ela seja dependente. As fontes para coerção incluem as regulamentações governamentais e as pressões sociais, culturais e políticas exercidas sobre uma organização (DiMaggio & Powell, 1983).

O segundo processo de isomorfismo é o mimético. Devido às incertezas do ambiente organizacional, as organizações tendem a copiar as práticas de outras organizações. Quando as tecnologias utilizadas estão defasadas, quando os objetivos são ambíguos, ou quando ambiente cria uma incerteza, organizações podem se modelar às outras organizações (DiMaggio & Powell, 1983).

O último isomorfismo é o normativo, o qual decorre da profissionalização dos agentes da organização. A profissionalização é definida como a busca coletiva dos membros para definir as condições e os métodos de seu trabalho; controlar “a produção de produtores”; e estabelecer uma base cognitiva e legitimação para sua autonomia ocupacional (DiMaggio & Powell, 1983).

Na literatura foram encontrados alguns estudos que fazem a análise bibliométrica dos artigos científicos e utilizam a teoria Institucional na pesquisa em Contabilidade. Cunha, Santos e Beuren (2015) analisaram os artigos que relacionam a Teoria Institucional com a Contabilidade Gerencial e descobriram que as publicações não ultrapassam dois artigos por ano. Os periódicos *Management Accounting Research e Accounting Organizations and Society* foram os que tiveram o maior número de publicações e a maioria dos artigos utiliza a Nova Sociologia Institucional.

Vailatti, Rosa e Vicente (2017) analisaram as abordagens e metodologias utilizadas em pesquisas que utilizaram a teoria Institucional para avaliar aspectos das práticas de Contabilidade Gerencial, no período de 2006 a 2015, tendo a abordagem da Nova Sociologia Institucional como a que mais apareceu nos estudos. Porém, esses trabalhos se limitaram a estudos de Contabilidade Gerencial e não foi encontrado em nossa pesquisa nenhum trabalho que faça uma revisão de toda a pesquisa em Contabilidade ligada à teoria Institucional.

3. Procedimentos Metodológicos

Esta seção apresenta o enquadramento metodológico da pesquisa, o instrumento de intervenção selecionado e os procedimentos de coleta e análise dos dados.

3.1 Enquadramento Metodológico

Este estudo caracteriza-se como descritivo (Richardson, 1999), quanto aos procedimentos técnicos como pesquisa bibliométrica (Chueke & Amatucci, 2015) e com abordagem do problema quantitativa (Richardson, 1999). O instrumento de coleta de dados selecionado foi o processo estruturado de revisão bibliográfica *Development Process-Constructivist (ProKnow-C)*, detalhado no item 3.2.

3.2 Knowledge Development Process-Constructivist (ProKnow-C)

Visando atender ao objetivo da pesquisa, foi selecionado o instrumento *ProKnow-C*, cujo objetivo é construir conhecimento sobre um determinado tema segundo uma visão construtivista. Outros objetivos do instrumento são identificar um Portfólio Bibliográfico (PB) relevante sobre um determinado tema, realizar uma análise crítica e identificar lacunas na literatura do tema (Ensslin, Ensslin & Pinto, 2013).

O *Proknow-C* consiste em quatro etapas: seleção do Portfólio Bibliográfico, análise bibliométrica, análise sistêmica e apontamento de desafios para futuras pesquisas. Nessa pesquisa serão operacionalizadas as duas primeiras etapas. A primeira etapa do Proknow-C, a seleção do portfólio, objetiva definir o PB, com os artigos considerados relevantes na área de pesquisa e que estão alinhados à percepção do pesquisador, conforme delimitações previamente definidas (Ensslin, Ensslin & Pacheco, 2012).

A outra etapa que será operacionalizada neste estudo, a análise Bibliométrica, consiste na quantificação das informações e apresentar as características das publicações (Ensslin, Ensslin & Pinto, 2013). Nesta etapa foram consideradas as seguintes variáveis: (i) o tipo da pesquisa: se é teórica ou empírica; (ii) a abordagem da pesquisa (qualitativa ou quantitativa); (iii) as técnicas empregadas nas pesquisas; (iv) a corrente teórica da teoria Institucional utilizada como base no estudo: Velha Economia Institucional (OIE), a Nova Economia Institucional (NIE) ou a Nova Sociologia Institucional (NIS); (v) os principais autores citados, de acordo com as correntes teórica; (vi) as demais teorias utilizadas para embasar os artigos; e (vii) as sugestões de futuras pesquisas apontadas pelos estudos.

3.3 Procedimentos de Coleta de Dados

Para o procedimento de coleta de dados, foi selecionado um Portfólio Bibliográfico (PB) operacionalizando a primeira etapa do *ProKnow-C*. O tema foi dividido em dois eixos de pesquisa e selecionadas as palavras-chave que os representassem. O comando de busca foi escolhido na língua inglesa por sua maior quantidade de resultados em relação aos demais idiomas, sendo também o idioma dos melhores periódicos em nível mundial e foi utilizado em sete bases de dados.

Com o intuito de buscar na literatura os artigos mais recentes referentes ao tema proposto, foi delimitada a busca nas publicações dos últimos vinte e cinco anos, de 1993 a 2018. Os artigos que apareceram foram filtrados de acordo com o seu alinhamento na seguinte sequência: alinhamento do título, alinhamento do resumo, disponibilidade do artigo e alinhamento integral do artigo. A Figura 1 apresenta o processo de busca e filtragem do PB.

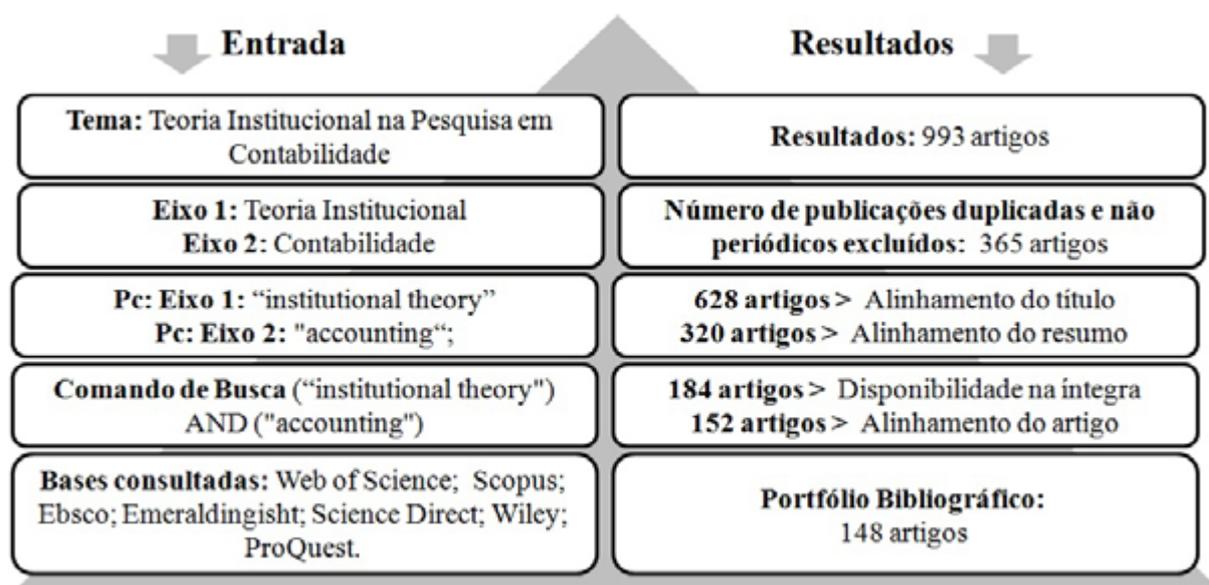


Figura 1. Processo de Coleta de dados

A coleta de dados ocorreu no dia 25 de abril de 2018. O PB sobre o fragmento da literatura referente ao tema teoria Institucional na pesquisa em contabilidade selecionado foi composto por 148 artigos.

3.4 Procedimentos para Análise de Dados

Após definido o Portfólio Bibliográfico (PB) sobre o tema “Teoria Institucional” na pesquisa em Contabilidade, composto por 148 artigos, identificados na primeira etapa do *ProKnow-C*, será realizada a segunda etapa, a análise bibliométrica dos artigos.

O objetivo da análise bibliométrica é gerar conhecimento sobre pontos relevantes do tema em estudo e, para isso, são selecionadas algumas características a serem investigadas, por meio da identificação de sua ocorrência e, posteriormente, por meio da busca de informações adicionais para subsidiar as argumentações do pesquisador.

Para a realização das análises, o PB foi separado em áreas e subáreas de pesquisa, para facilitar a análise de acordo com temas comuns. A primeira área identificada foi a de Contabilidade Financeira; foram classificadas nelas os artigos com os temas: reforma Contábil, Governança, Implementação das IFRS, Divulgação de Relatórios, Contabilidade Pública, Sustentabilidade e Auditoria. A segunda área de pesquisa é a de Contabilidade Gerencial, composta pelos artigos que tratam de Sistemas de Avaliação de Desempenho, Práticas Orçamentárias, Sistemas de Controle Gerencial, Sistemas de Custeio, Práticas de Contabilidade Gerencial e Contabilidade Ambiental. Os demais artigos por se abordarem temas gerais como a profissão contábil, educação contábil e práticas na pesquisa contábil, foram classificadas como pesquisa em contabilidade.

Após a separação dos artigos, de acordo com seus temas de pesquisa, os estudos foram analisados de acordo com suas áreas. A primeira análise foi à separação dos artigos em teóricos, em que é discutida, comprovada ou revisada a teoria, e empíricos que buscam alguma comprovação ou negação prática dentro do estudo. Em relação aos artigos teóricos, foram identificados dois métodos de pesquisa, o ensaio teórico e a revisão de literatura, em que foi feita a análise de artigos científicos sobre o tema. Quanto aos artigos de revisão de literatura, foram buscadas as variáveis analisadas nesses estudos para o conhecimento do que já foi pesquisado e base para a realização das análises dessa pesquisa.

Na análise dos artigos empíricos, foi utilizado o mesmo método utilizado por Helden, Johnsen e Vakkuri (2008). Para a identificação dos métodos de pesquisa utilizados, foram classificadas como quantitativos os estudos que buscam explicação de alguma variável em uma população por meio do estudo de uma amostra, e como qualitativos os estudos que se aprofundam em um determinado caso.

Posteriormente, como um dos quesitos para o artigo ser considerado alinhado era que a teoria de base fosse a teoria Institucional, foram buscados nos artigos qual corrente teórica dessa teoria foi utilizada, sendo dividida em Velha Economia Institucional (OIE), Nova Economia Institucional (NIE) e Nova Sociologia Institucional (NIS), após a identificação da corrente teórica, foi buscado nos artigos qual modelo e quais os autores referências apresentados nos estudos, buscando os autores destaques da teoria.

Em seguida, foram buscadas nos artigos as demais teorias de base apresentadas nos artigos com o intuito de identificar quais são as teorias que estão sendo aproximadas da teoria Institucional para a realização e análise dos estudos.

Por fim, foram analisadas nos artigos as sugestões de pesquisa apresentadas após a realização dos estudos, para identificar o que têm sido apontados como possíveis lacunas nos estudos e na teoria, para apontar possíveis caminhos de futuros estudos.

4. Resultados

Esta seção apresenta os resultados da pesquisa em termos da análise bibliométrica das variáveis divididas pelos estudos de Contabilidade Financeira, Contabilidade Gerencial e Pesquisa em Contabilidade e, posteriormente, são apresentadas as discussões dos resultados.

4.1 Análise Bibliométrica: artigos de contabilidade financeira

Primeiramente, foram analisados os artigos sobre Contabilidade Financeira e teoria Institucional, e os resultados aparecem na Figura 2.



Figura 2. Resultados da análise - artigos de Contabilidade Financeira

O portfólio de artigos que abordam a Contabilidade Financeira é composto por 74 artigos, os quais foram divididos em artigos teóricos e empíricos, sendo 64 estudos empíricos e 10 artigos teóricos.

Os trabalhos com abordagem teórica abordam assuntos como Governança Corporativa, convergência a IFRS, sustentabilidade e divulgação de relatórios. Os artigos teóricos empregaram dois métodos de pesquisa: o ensaio teórico, como o utilizado no trabalho de Ball e Craig (2010), e a análise de conteúdo (análise de artigos e análise de documentos) os quais se destacam o estudo de Cohen, Krishnamoorthy e Wright (2008) que apresenta teorias que podem ser úteis na pesquisa sobre Governança Corporativa. Neste trabalho, além da teoria Institucional são abordadas a teoria da Agência (*Agency Theory*) teoria da Dependência de Recursos (*Resource Dependence Theory*) e teoria da Hegemonia Gerencial (*Managerial Hegemony Theory*).

Os artigos empíricos foram separados de acordo com a abordagem e a análise de suas variáveis. A maioria dos estudos é qualitativa e emprega como ferramenta para coleta dos dados, principalmente, as entrevistas semiestruturadas e a análise de documentos para explorar temas de auditoria, convergência às normas internacionais de contabilidade (IFRS), mudanças das práticas contábeis em países, contabilidade pública e sustentabilidade. Destes artigos, destacam-se os estudos de Touron (2005), que, a partir da teoria Institucional, estuda o porquê de as empresas da França aderirem ao US GAAP (Padrões Contábeis Norte-Americanos) e o trabalho de Albu, Albu, Bunea, Calu e Girbina (2011), o qual, à luz da teoria Institucional, aborda a implementação das IFRS na Romênia.

Já os estudos empíricos quantitativos utilizaram métodos estatísticos, a partir de dados obtidos em questionários, base de dados e documentos oficiais. O artigo de Judge, Li e Pinsker (2010), o qual objetivou compreender o motivo de alguns países adotarem rapidamente os padrões IFRS, enquanto outros demoram ou ainda não adotaram, utilizam técnicas de regressão estatística para avaliar o efeito das três pressões isomórficas, na adoção das IFRS, a partir de diversas bases de dados.

Verificou-se, também, qual a corrente teórica da teoria Institucional foi utilizada como arcabouço teórico para os estudos. A Velha Economia Institucional (OIE) foi aplicada em apenas dois estudos (Alsharari & Abougamos, 2017; Jones, Baskerville, Sriram & Ramesh, 2017). Destaca-se que os dois artigos são recentes e utilizaram os conceitos estudados por Burns e Scapens (2000).

Irvine (2011), além dos conceitos da OIE, de Burns e Scapens (2000), utiliza a NIS para examinar o processo de mudança em uma organização australiana sem fins lucrativos para a contabilidade pelo regime de competência. A decisão pela mudança foi tomada por pressões institucionais, porém o novo sistema não foi institucionalizado.

Com a relação à Nova Economia Institucional (NIE), verificou-se que esta foi utilizada apenas no artigo de Liszbinski *et al.* (2014), o qual utilizou as teorias propostas por North (1995) e Williamson (2000) como base teórica. Este artigo buscou relacionar como os regramentos adotados pelas empresas são impactados pelas mudanças das práticas contábeis, que neste estudo foi o reconhecimento dos ativos intangíveis. Como explicado pelos autores do artigo a utilização da teoria Institucional é relevante, especialmente, pela possibilidade de comparar as modificações que ocorreram na instituição, a uma nova estrutura formal de regramento que ampara os novos procedimentos contábeis.

A maioria dos artigos de Contabilidade Financeira utilizou a Nova Sociologia Institucional (NIS), ao utilizar a abordagem do isomorfismo institucional e pressões coercitiva, normativa e mimética, relacionadas a questões de Contabilidade. Os estudos de DiMaggio e Powell (1983), Covaleski, Dirsmith e Michelman (1993) e Scott (2001) foram os autores mais referenciados nestes trabalhos. Como exemplo, o trabalho de Irvine (2008), que aplicou a NIS nos Emirados Árabes, para verificar quais as pressões (coercitiva, mimética ou normativa) contribuíram para a adesão às normas internacionais de contabilidade no país.

Foram buscadas nos artigos outras teorias aplicadas em conjunto com a teoria Institucional. A teoria da Agência foi a mais utilizada nos estudos do PB, sendo aplicada em seis estudos. Além desta, a teoria da Dependência baseada em Recursos, de Pfeffer e Salancik (1978) foi abordada em três trabalhos; a teoria da Estruturação, de Giddens (1984) e a teoria da Contabilidade Positiva, de Watts & Zimmerman (1978, 1979, 1986), foram empregadas em dois artigos.

Finalmente, foram buscadas as sugestões para futuros trabalhos que foram apresentados nas pesquisas em Contabilidade Financeira. Constatou-se que as sugestões são bastante heterogêneas, e as mais comuns concentram-se na alteração da técnica utilizada na pesquisa, mudança do contexto analisado e utilização de estudos longitudinais. Visto que a maioria dos trabalhos se baseiam na Nova Sociologia Institucional, principalmente no isomorfismo coercitivo, pesquisa poderiam focar como os fatores isomórficos influenciam a adoção as IFRS, governança corporativa a relatórios de auditoria.

Guerreiro *et al.* (2012), os quais realizaram o estudo em Portugal, visando também esses fatores sugerem como futuras perguntas de pesquisa: em que medida as forças coercivas e miméticas podem superar a resistência normativa na adoção das IFRS, em outros países? Em que ponto o comportamento coercivo e mimético se torna um comportamento normativo? Já Pilcher (2011), que estudou o impacto das IFRS no governo local no âmbito da Nova Gestão Pública, sugere que futuras pesquisas realizem um estudo longitudinal para determinar os problemas experimentados pelo governo no processo isomórfico de convergência.

Os estudos podem buscar também como os governos respondem às pressões isomórficas de padrões contábeis geralmente aceitos, utilizando o modelo conceitual de Oliver elaborado a partir da teoria da Dependência baseada em Recursos, como sugere Carpenter e Feroz (2011). Para que, deste modo, seja possível entender a evolução do processo de convergência e como a mudança dos valores coercitivos, miméticos e normativos ocorre em outros contextos.

4.2 Análise Bibliométrica: artigos de contabilidade gerencial

Em seguida, foram analisados os artigos cujo tema era relacionado à Contabilidade Gerencial, que apresentaram o seguinte resultado:



Figura 3. Resultados da análise bibliométrica – artigos de Contabilidade Gerencial

Tal como foi realizada nos artigos de Contabilidade Financeira, os artigos de Contabilidade Gerencial foram divididos entre artigos teóricos e empíricos. Foram encontrados 60 artigos que utilizam a teoria Institucional e estão ligados a temas de Contabilidade Gerencial, dentre esses 10 foram artigos teóricos e 50 empíricos.

Os estudos teóricos trouxeram dois métodos de pesquisa. O primeiro método utilizado foi o ensaio teórico, que apareceu apenas no artigo de Guerreiro *et al.* (2006), que, além da teoria Institucional, se baseou na teoria da Personalidade e abordagem da cultura organizacional para investigar porque as organizações não utilizam na prática os modelos desenvolvidos na teoria.

O segundo método de pesquisa encontrado foi a revisão da literatura, fazendo a análise do perfil de artigos científicos publicados em periódicos que relacionam temas, como Sistemas de Avaliação de Desempenho, Orçamento e estudos sobre temas gerais da Contabilidade Gerencial, analisando variáveis como autores, periódicos (Cunha *et al.*, 2015), métodos de pesquisa utilizados (Helden *et al.*, 2008), teoria de base dos estudos (Helden *et al.*, 2008; Cunha *et al.*, 2015), e identificando teorias, entre elas a teoria Institucional (Baxter & Chua, 2003).

Destaca-se, por fim, entre os estudos teóricos, o artigo de Alsharari, Dixon e Youssef (2015), que utiliza a Velha Economia Institucional e a Nova Sociologia Institucional, além da Estrutura de Mobilização de Poder e Política, de Hardy (1996), para criar um *framework* para explicar os processos de mudança contábil da administração em várias organizações. E o estudo de Scapens (2006) que analisa as mudanças que ocorreram na pesquisa contábil de gestão nos últimos 35 anos, com o apoio da teoria Institucional, além de fazer uma revisão bem detalhada de toda a teoria.

Quanto aos estudos empíricos, foram apresentados artigos que tratavam da mudança em sistemas de avaliação de desempenho, sistemas de controle gerencial, práticas orçamentárias, sistemas de custo, práticas de contabilidade gerencial e práticas ambientais.

A primeira característica buscada foi o método utilizado na pesquisa. A maioria dos estudos foi abordada por meio de uma análise qualitativa, sendo 41 artigos, entre esses apresentam estudos de casos, estudos de casos múltiplos, estudos de casos longitudinais e pesquisas etnográficas, a título de exemplo o artigo de Van der Steen (2011), que investiga e procura fornecer uma compreensão sobre a dinâmica no surgimento e mudança de rotinas contábeis de gerenciamento, com um estudo durante o período de quatro anos.

Outro método empírico que apareceu em dois estudos foi o estudo de caso histórico que utiliza da análise de documentos para explorar determinadas práticas em um determinado período de tempo, como o caso do estudo de Noguchi e Boyns (2012), que examina o papel do estado japonês no desenvolvimento de orçamentos dentro de “empresas especiais” no setor de Transporte entre 1928 e 1945.

Esses estudos variam entre as seguintes técnicas de coleta de dados: entrevistas abertas, observação direta, observação participante, análise de documentos e entrevistas semiestruturadas, sendo essas duas últimas as mais utilizadas. Os outros nove artigos fazem abordagens quantitativas de suas variáveis, sendo oito deles realizados por questionários. A exceção é o artigo de Blaskovich e Mintchik (2011), que realiza um experimento para investigar as influências internas e externas nas recomendações de os executivos de contabilidade terceirizarem a infraestrutura de TI.

Em seguida, foi verificada, nessa seção de artigos, qual corrente teórica da teoria Institucional foi utilizada como base dentro dos estudos. Onze artigos utilizaram a Velha Economia Institucional (OIE) e, entre esses estudos, o trabalho mais utilizado foi o de Burns e Scapens (2000). Destaca-se que nenhum artigo da linha de Contabilidade Gerencial utilizou a Nova Economia Institucional (NIE). A maioria dos artigos novamente utilizou os conceitos da Nova Sociologia Institucional (NIS), tendo a maioria deles utilizados como base os estudos de DiMaggio e Powell (1983), Covaleski, Dirsmith e Michelman (1993) e Scott (2001).

Ademais, sete dos estudos utilizaram ao mesmo tempo a corrente NIS e OIE, todos eles qualitativos, como, por exemplo, o artigo de Ma e Tayles (2009), que investiga os fatores de mudança nos sistemas de controle gerenciais para torná-los mais estratégicos. O estudo de Yazdifar *et al.* (2008), assim como o estudo de Alsharari *et al.* (2015), utiliza além das duas correntes a Estrutura de mobilização de poder e política (Hardy, 1996), nesse caso para investigar a mudança na Contabilidade Gerencial imposta de uma subsidiária, imposta por sua matriz.

Na próxima análise, foram buscadas as demais teorias que apareceram na construção e análise dos estudos, além da teoria Institucional. Além da já citada Estrutura de Mobilização de Poder e Política de Hardy (1996), as teorias que mais apareceram nos estudos foram a teoria da Estruturação de Giddens (1984), com três aparições; e a teoria da Contingência com duas. Outras teorias que apareceram na área de estudos de contabilidade gerencial são a teoria da Legitimidade, de Dowling e Pfeffer (1975), e teoria da Dependência, baseada em Recursos de Pfeffer e Salancik (1978).

Por fim, foram buscadas nos artigos as sugestões de futuras pesquisas visando à teoria Institucional ligada à Contabilidade Gerencial. Com uma quantidade considerável de estudos nas mudanças das práticas de Contabilidade Gerencial, algumas questões ainda precisam ser mais exploradas como estudos que relacionem os diferentes conceitos de rotina (Van der Steen, 2011), e avaliar a resistência que está presente no processo de implementação ou mudança dos artefatos (Angonese & Lavarda, 2014).

Os estudos têm buscado e sugerido para novos estudos, também, a exploração de ambientes heterogêneos para buscar novas descobertas como setores terceirizados (Nicholson & Aman, 2012), subsidiárias (Yazdifar *et al.*, 2008) e, ambientes de economias emergentes (Cohen *et al.*, 2008). Ao contrário dos estudos em Contabilidade Financeira, os estudos em Contabilidade Gerencial têm um foco maior no isomorfismo mimético. A partir desses estudos, surgem alguns problemas de pesquisa: como o isomorfismo afeta os sistemas de controles gerenciais nas organizações? Como o isomorfismo mimético afeta as configurações organizacionais? Quais os motivos que levam as organizações a adoção de sistemas de controles gerenciais? Como no estudo de Chen, Duh, Chan e Xiao (2011).

A grande maioria dos trabalhos ainda aponta para a necessidade de realizar o mesmo estudo em diferentes contextos e localizações para dar robustez aos resultados encontrados ou aplicar métodos quantitativos para possíveis generalizações desses resultados.

4.3 Análise Bibliométrica: artigos de pesquisa em Contabilidade

Foram considerados os artigos em pesquisa em Contabilidade, os demais artigos que trataram dos temas caminhos da pesquisa em Contabilidade e Ensino Contábil, sendo encontrados nessa área apenas 14 artigos, que foram do mesmo modo separados em teórico e empírico, sendo classificados sete em cada classe.

Quanto aos estudos teóricos, todos abordam sobre questões da pesquisa em Contabilidade, e trazem a teoria Institucional para a análise das mudanças e como solução para futuros casos, como o estudo de da Silva, Martins e Lemes (2016), que busca criar um framework sobre uma possível teoria para as escolhas contábeis, utilizando, além da teoria Institucional, a teoria Contratual da Firma e a teoria Positiva da Contabilidade. Outras teorias utilizadas nos estudos teóricos são a teoria da Estruturação, de Giddens (1984), e a teoria Crítica.

Os artigos empíricos também são bem homogêneos, sendo todos eles abordados de uma forma qualitativa e realizando estudos de caso. As técnicas para a coletas de dados foram entrevistas semiestruturadas e análise de documentos, e todos eles tratam de ensino em Contabilidade. Como exemplo, citamos o trabalho Dumitru, Stanciu, Dumitru e Feleaga (2014), que analisa as mudanças no currículo de uma faculdade de Contabilidade e Sistemas de Informação Gerenciais na Romênia. Todos os artigos são baseados pela Nova Sociologia Institucional, tendo como destaque nesses artigos novamente o trabalho de DiMaggio e Powell (1983) - e nenhum desses trabalhos fazem referências a outras teorias.

Nas sugestões de futuras pesquisas, com o tema de pesquisa em Contabilidade, foram encontrados apenas o pedido de estudo empíricos para reforçar os resultados apresentados nos artigos teóricos (Silva *et al.*, 2016) e a chamada para futuras pesquisas utilizando a teoria Institucional na análise de mudança no currículo dos cursos em Contabilidade (Dumitru *et al.*, 2014).

4.4 Discussão dos Resultados

A partir dos respectivos resultados classificados em Contabilidade Financeira, Contabilidade Gerencial e Pesquisa em Contabilidade, o estudo apresenta as discussões desses resultados apontando possíveis caminhos para novos estudos.

Os principais temas relacionados à Contabilidade Financeira são: auditoria, reforma contábil e adoção das IFRS, são provenientes de pressões externas que os meios exercem sobre as organizações. Nesse contexto, justifica-se a utilização da maioria dos estudos pela Nova Sociologia Institucional, tentando compreender quais são as pressões institucionais que influenciam essas áreas e como elas afetam a organização.

O tópico que mais se destaca é a adoção as IFRS. Os estudos têm explorado o isomorfismo proveniente de sua adoção, apresentando resultados em múltiplos contextos, como nos países latinos (Carneiro, Rodrigues & Craig, 2017), Portugal (Guerreiro *et al.*, 2012), Romênia (Albu *et al.*, 2011), Malásia (Phang & Mahzan, 2017), Iraque (Hassan, *et al.*, 2014), Austrália (Pilcher *et al.* 2011).

Os estudos constataram que o incentivo inicial da adoção é o isomorfismo coercitivo, porém o processo é melhor institucionalizado quando acompanhado pelo isomorfismo mimético de parceiros comerciais; e o isomorfismo normativo de profissionais preparados para a adoção (Albu *et al.*, 2011; Carneiro *et al.*, 2017; Hassan, *et al.*, 2014).

Um caminho para as pesquisas é, além das questões isomórficas, se aprofundar nos fatores de resistência, testando em diferentes contextos culturais (Nurunnabi, 2015) e buscando auxiliar o processo de adoção. A ideia também pode ser utilizada em outras reformas contábeis, padronização de auditorias e contabilidade no setor público.

Na Contabilidade Gerencial, mesmo os principais temas estando ligados às questões internas das organizações como sistemas de controle, orçamento e avaliação de desempenho, a maioria dos estudos visam aos fatores externos que levam a mudanças nas práticas da organização, investigando também a questão do isomorfismo e a sua causalidade. Esses resultados confirmam os estudos anteriores (Cunha *et al.*, 2015; Vailatti *et al.*, 2017) com a utilização da NIS na maioria dos estudos ligados à Contabilidade Gerencial.

Os estudos têm explorado as mudanças dos múltiplos sistemas de controle gerencial (Granlund, 2001), visando aos isomorfismos que afetam esse sistema (Chen, Duh, Chan & Xiao, 2011), como os tornar mais estratégicos (Ma & Tayles, 2009) e o porquê de os modelos desenvolvidos na teoria não serem utilizados na prática (Guerreiro *et al.*, 2006).

Nesse contexto, é preciso aprofundar os estudos de como o isomorfismo afeta a institucionalização (Chen *et al.*, 2011) e quais lógicas institucionais podem auxiliar no processo (Kantola & Järvinen, 2012), verificando novamente contextos diferentes para uma robustez dos resultados. Outra possibilidade é dar continuidade aos estudos que tratam dos fatores internos e externos que afetam as mudanças nos sistemas (Zoni *et al.*, 2011), unindo pressupostos da OIE e NIS, assim como o trabalho de Yazdifar *et al.* (2008).

No ensino da Contabilidade, o foco também tem sido nas pressões externas. Destaca-se, porém, que essa é uma área pouco explorada. Para todos esses temas, as proposições de DiMaggio e Powell (1983) tem se mostrado uma importante ferramenta com o intuito de explorar e entender a pressão externa e os mecanismos isomórficos que levam a mudanças e novas instituições. Entretanto, percebe-se que, apesar do desenvolvimento da literatura da teoria Institucional na pesquisa em Contabilidade, ainda há muito a ser explorado.

Primeiramente, faltam estudos quantitativos na área que possam reforçar os achados encontrados a partir do aprofundamento dos contextos estudados. Um passo seria a exploração dos conceitos por meio de análises estatísticas buscando a relação das variáveis estudadas em uma população e uma melhor compreensão dos fenômenos institucionais. Outra possibilidade é a realização de mais estudos em contextos heterogêneos, focando os mesmos pressupostos, realizando uma linha de pesquisa que possa reforçar as conclusões.

A aproximação da teoria Institucional com outras teorias também é um bom caminho a ser seguido. A teoria da Agência somada à teoria Institucional pode auxiliar nas pesquisas em auditoria e governança, para melhorar a compreensão sobre a qualidade dos relatórios apresentados (Cohen *et al.*, 2008). A teoria da Estruturação pode ser utilizada na compreensão da interligação entre os fatores humanos e institucionais nos processos de mudança dos sistemas contábeis (Granlund, 2001). A teoria da Dependência de Recursos pode contribuir no entendimento de quais são as respostas estratégicas dos envolvidos nas pressões institucionais (Abernethy & Chua, 1996).

Nesse contexto, a realização de ensaios teóricos aproximando a teoria Institucional dessas outras teorias pode contribuir para o melhor entendimento dos contextos estudados, porém é importante uma sequência de estudos que possam comprovar esses pressupostos e reforçar a teoria, como a série de estudos baseados na Velha Economia Institucional, Nova Sociologia Institucional e Estrutura de mobilização de poder e política de Alsharari *et al.* (2015), Alsharari e Abougamos (2017) e Alsharari e Youssef (2017).

Essas são algumas alternativas que podem auxiliar no desenvolvimento da teoria Institucional na pesquisa em contabilidade, reforçando o entendimento teoricamente explorado e com o objetivo de melhorar as práticas na Contabilidade, atendendo ao chamado de Scapens (2006) e Guerreiro . (2006).

5. Conclusões

O presente estudo teve por objetivo analisar como os estudos embasados pela teoria Institucional nas pesquisas em Contabilidade têm sido realizados, visando à geração de conhecimento nessa área. O objetivo foi alcançado com a utilização do instrumento *ProKnow-C* para a seleção de um Portfólio Bibliográfico de publicações científicas referentes ao tema proposto, sendo aplicada a análise bibliométrica que gerou os resultados da pesquisa.

Primeiro, foi realizada a análise bibliométrica dos artigos de Contabilidade Financeira que encontrou 74 artigos alinhados com a linha de pesquisa proposta no estudo. Destes, dez artigos são teóricos e realizaram principalmente ensaios teóricos. Entre os artigos empíricos, os que utilizaram uma abordagem qualitativa empregaram como principais ferramentas para a coleta dos dados entrevistas semiestruturadas e a análise de documentos. Os artigos quantitativos, por sua vez, utilizaram questionários, base de dados e documentos oficiais.

Com relação à corrente teórica da teoria Institucional, constatou-se que a maioria dos trabalhos utiliza a Nova Sociologia Institucional (NIS), a partir, principalmente, dos estudos de DiMaggio e Powell (1983), Covaleski, Dirsmith e Michelman (1993) e Scott (2001). A Velha Economia Institucional (OIE) foi utilizada em três artigos, baseada no artigo de Burns e Scapens (2000). Já a Nova Economia Institucional (NIE) foi utilizada em apenas um artigo e utilizou os estudos de North e Hart (2006) e Williamson (2000) como base teórica. Por fim, na verificação de quais outras teorias foram abordadas em conjunto com a teoria Institucional, constatou-se que a teoria da Agência foi a mais utilizada nos artigos do PB, sendo aplicada em seis estudos. As sugestões para futuros trabalhos concentram-se na alteração da técnica de coleta e análise, mudança do contexto analisado e utilização de estudos longitudinais.

A análise bibliométrica dos artigos de Contabilidade Gerencial identificou 60 artigos, entre esses, dez artigos teóricos, que utilizaram os métodos de ensaio teórico e revisão da literatura; os outros 50 foram estudos empíricos. A maioria desses qualitativos, que desenvolvem estudos de casos, estudos de casos múltiplos, estudos de casos longitudinais, pesquisas etnográficas e estudo de caso histórico. Nesses estudos, foram encontradas as ferramentas de coleta de dados: entrevistas abertas, observação direta, observação participante, análise de documentos e entrevistas semiestruturadas. Os artigos quantitativos apresentam questionários ou experimento.

A maioria dos estudos utiliza a Nova Sociologia Institucional (NIS), com destaque nas referências os estudos de Di Maggio e Powell (1983), Covaleski, Dirsmith e Michelman (1993) e Scott (2001). Outros utilizaram a Velha Economia Institucional (OIE), com destaque nas referências para Burns e Scapens (2000); e seis estudos utilizaram das duas teorias. Na análise das demais teorias que foram abordadas nos estudos, as teorias que mais apareceram foram a teoria da Estruturação, de Giddens (1984), e a teoria da Contingência. Nas sugestões de futuras pesquisas, os estudos têm sugerido a exploração de ambientes heterogêneos para buscar novas descobertas e a necessidade de realizar o mesmo estudo em diferentes contextos ou aplicar métodos quantitativos.

Entre os artigos considerados em pesquisa em Contabilidade, foram classificados sete como teóricos. Os outros sete estudos foram considerados como empíricos, todos qualitativos, como ferramentas para a coleta de dados: entrevistas semiestruturadas e análise de documentos. Todos os artigos são baseados pela Nova Sociologia Institucional, tendo como destaque nesses artigos novamente o trabalho de DiMaggio e Powell (1983), e não apareceu nesses trabalhos nenhuma outra teoria. Nas sugestões futuras, foram encontradas indicações de estudos empíricos para reforçar os resultados apresentados nos artigos teóricos e a chamada para pesquisas na análise de mudança no currículo dos cursos em Contabilidade.

Deste modo, com base no Portfólio Bibliográfico do estudo, conclui-se que a teoria Institucional tem sido amplamente utilizada em pesquisas na área de Contabilidade, com o intuito de entender as mudanças organizacionais, explorar o processo e as consequências dessas mudanças e por que elas ocorrem. Os trabalhos exploram o entendimento teórico das práticas em Contabilidade e buscam compreender os diversos contextos cujas práticas contábeis estão inseridas para fornecer informações úteis para os seus *stakeholders*.

Na tentativa da melhor compreensão do contexto organizacional dos estudos, algumas pesquisas têm buscado, ainda, aumentar seu escopo, buscando a aproximação de outras teorias com os conceitos sociológicos da teoria Institucional nas suas distintas correntes. O desafio tem sido utilizar o entendimento já explorado para melhorar as práticas nos ambientes reais, e entender os diversos contextos emergentes das organizações atuais. A busca de profundidade nos contextos estudados tem dado um passo importante para melhor compreensão de como as organizações funcionam, assim como a busca do aperfeiçoamento das práticas contábeis em favor dessas organizações.

O estudo, contudo, apresenta algumas limitações: (i) a busca bibliográfica restringiu-se aos artigos publicados em periódicos científicos; (ii) o procedimento de busca para formação do PB considerou apenas sete bases de dados, considerando apenas os artigos disponibilizados integralmente; e (iii) a análise dos artigos com relação às variáveis investigadas foi informada pelo julgamento e interpretação dos autores da pesquisa, podendo não corresponder às conclusões dos autores originais dos estudos.

Tendo em vista os estudos analisados, para a realização de futuras pesquisas, sugere-se, à luz da teoria Institucional na área de Contabilidade Financeira, trazendo para o contexto brasileiro (i) analisar como as firmas de auditorias institucionalizam os seus métodos, procedimentos e rotinas, para a emissão do novo modelo de relatório do auditor independente (NBC TA 700 e 701); (ii) examinar os fatores de isomorfismo; e/ou (iii) a mudança nas regras e rotinas na implementação das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

Para a pesquisa em Contabilidade Gerencial, sugere-se, em um contexto geral: (i) avaliar quais os possíveis fatores de motivação e resistência que podem influenciar a institucionalização de um modelo de avaliação de desempenho em empresas e órgãos públicos; (ii) explorar a motivação; e/ou (iii) o isomorfismo para implementação das práticas de contabilidade gerencial no contexto das micros e pequenas empresas.

Na pesquisa em Contabilidade, por fim, sugere-se (i) realização de mais ensaios teóricos que possam aproximar a teoria institucional de outras teorias sociológicas, comportamentais ou econômicas; (ii) identificar perante os alunos de Contabilidade a mudança nas rotinas em sala de aula com a implementação de novas metodologias de ensino e avaliação nos cursos de graduação e pós-graduação em Contabilidade; e (iii) e explorar os fatores de isomorfismo que leva a mudanças de currículos nesses cursos.

Referências

- Abernethy, M. A. & Chua, W. F. (1996). A field study of control system “redesign”: the impact of institutional processes on strategic choice. *Contemporary Accounting Research*, 13(2), pp. 569-606. <https://doi.org/10.1111/j.1911-3846.1996.tb00515.x>
- Albu, N., Albu, C. N., Bunea, Ş., Calu, D. A. & Girbina, M. M. (2011). A story about IAS/IFRS implementation in Romania. *Journal of Accounting in Emerging Economies*, 1(1), pp.76-100. <https://doi.org/10.1108/20421161111107868>
- Alsharari, N. M. & Abougamos, H. (2017). The processes of accounting changes as emerging from public and fiscal reforms: An interpretive study. *Asian Review of Accounting*, 25(1), pp. 2-33. <https://doi.org/10.1108/ARA-01-2016-0007>
- Alsharari, N. M. & Youssef, M. A. E. A. (2017). Management accounting change and the implementation of GFMIS: a Jordanian case study. *Asian Review of Accounting*, 25(2), pp. 242-261. <https://doi.org/10.1108/ARA-06-2016-0062>
- Alsharari, N. M., Dixon, R. & Youssef, M. A. E. A. (2015). Management accounting change: critical review and a new contextual framework. *Journal of Accounting & Organizational Change*, 11(4), pp. 476-502. <https://doi.org/10.1108/JAOC-05-2014-0030>
- Angonese, R. & Lavarda, C. E. F. (2014). Analysis of the factors affecting resistance to changes in management accounting systems. *Revista Contabilidade & Finanças*, 25(66), pp. 214-227. <http://dx.doi.org/10.1590/1808-057x201410810>
- Ball, A. & Craig, R. (2010). Using neo-institutionalism to advance social and environmental accounting. *Critical Perspectives on Accounting*, 21(4), pp. 283-293. <https://doi.org/10.1016/j.cpa.2009.11.006>
- Baxter, J. & Chua, W. F. (2003). Alternative management accounting research—whence and whither. *Accounting, organizations and society*, 28(2), pp. 97-126. [http://dx.doi.org/10.1016/S0361-3682\(02\)00022-3](http://dx.doi.org/10.1016/S0361-3682(02)00022-3)
- Blaskovich, J. & Mintchik, N. (2011). Accounting executives and IT outsourcing recommendations: an experimental study of the effect of CIO skills and institutional isomorphism. *Journal of Information Technology*, 26(2), pp. 139-152. <http://dx.doi.org/10.1057/jit.2010.19>
- Burns, J. & Scapens, R. W. (2000). Conceptualizing management accounting change: an institutional framework. *Management accounting research*, 11(1), pp. 3-25. <https://doi.org/10.1006/mare.1999.0119>

- Carneiro, J., Rodrigues, L. L. & Craig, R. (2017). Assessing international accounting harmonization in Latin America. *Accounting Forum*, 41(3), pp. 172-184. <https://doi.org/10.1016/j.accfor.2017.06.001>
- Carpenter, V. L. & Feroz, E. H. (2001). Institutional theory and accounting rule choice: an analysis of four US state governments' decisions to adopt generally accepted accounting principles. *Accounting, organizations and society*, 26(7-8), pp. 565-596. [https://doi.org/10.1016/S0361-3682\(00\)00038-6](https://doi.org/10.1016/S0361-3682(00)00038-6)
- Chueke, G. V. & Amatucci, M. (2015). O que é bibliometria? uma introdução ao fórum. *Internext*, 10(2), pp. 1-5. <https://doi.org/10.18568/1980-4865.1021-5>
- Chen, H., Duh, R. R., Chan, H. C. L. & Xiao, J. Z. (2011). Determinants and performance effects of management consultancy adoption in listed Chinese companies. *Asian Business & Management*, 10(2), pp. 259-286. <https://doi.org/10.1057/abm.2011.5>
- Coase, R. H. (1937). The nature of the firm. *economica*, 4(16), 386-405.
- Cohen, J. R., Krishnamoorthy, G. & Wright, A. M. (2008). Form versus substance: The implications for auditing practice and research of alternative perspectives on corporate governance. *Auditing: A Journal of Practice & Theory*, 27(2), pp. 181-198. <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.1010201>
- Covaleski, M. A., Dirsmith, M. W. & Michelman, J. E. (1993). An institutional theory perspective on the DRG framework, case-mix accounting systems and health-care organizations. *Accounting Organizations and Society*, 18(1), pp. 65-80.
- Cunha, P. R., Santos, V. & Beuren, I. M. (2015). Artigos de periódicos internacionais que relacionam teoria institucional com contabilidade gerencial. *Perspectivas Contemporâneas*, 10(2), pp. 01-23.
- DiMaggio, P. & Powell, W. W. (1983). The iron cage revisited: Collective rationality and institutional isomorphism in organizational fields. *American Sociological Review*, 48(2), pp. 147-160. DOI: 10.1016/S0742-3322(00)17011-1
- Dowling, J. & Pfeffer, J. (1975). Organizational legitimacy: Social values and organizational behavior. *Pacific sociological review*, 18(1), pp. 122-136. <https://doi.org/10.2307/1388226>
- Dumitru, V. F., Stanciu, A., Dumitru, M. & Feleaga, L. (2014). Pressure and isomorphism in business education. *Amfiteatru Economic*, 16(37), p. 784.
- Ensslin, L., Ensslin, S. R. & Pinto, H. M. (2013). Processo de investigação e Análise bibliométrica: Avaliação da Qualidade dos Serviços Bancários. *RAC-Revista de Administração Contemporânea*, 17(3), pp. 325-349. <http://dx.doi.org/10.1590/S1415-65552013000300005>
- Ensslin, L., Ensslin, S. R. & Pacheco, G. C. (2012). Um estudo sobre segurança em estádios de futebol baseado na análise bibliométrica da literatura internacional. *Perspectivas em Ciência da Informação*, 17(2), pp. 71-91. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-99362012000200006>
- Giddens, A. (1984). The constitution of society: Outline of the structuration theory. *Cambridge: Polity*.
- Granlund, M. (2001). Towards explaining stability in and around management accounting systems. *Management accounting research*, 12(2), pp. 141-166. <https://doi.org/10.1006/mare.2000.0151>
- Guerreiro, M. S., Rodrigues, L. L. & Craig, R. (2012). Voluntary adoption of International Financial Reporting Standards by large unlisted companies in Portugal—Institutional logics and strategic responses. *Accounting, Organizations and Society*, 37(7), pp. 482-499. <http://dx.doi.org/10.1016/j.aos.2012.05.003>
- Guerreiro, R., Frezatti, F. & Casado, T. (2006). Em busca de um melhor entendimento da contabilidade gerencial através da integração de conceitos da psicologia, cultura organizacional e teoria institucional. *Revista Contabilidade & Finanças-USP*, 17, pp. 7-21. <https://doi.org/10.1590/S1519-70772006000400002>
- Halbouni, S. S. & Hassan, M. K. (2012). The domination of financial accounting on managerial accounting information: An empirical investigation in the UAE. *International Journal of Commerce and Management*, 22(4), pp. 306-327. <https://doi.org/10.1108/10569211211284502>

- Hardy, C. (1996). Understanding power: *bringing about strategic change*. *British Journal of Management*, 7, S3-S16.
- Hassan, E. A., Rankin, M. & Lu, W. (2014). The development of accounting regulation in Iraq and the IFRS adoption decision: an institutional perspective. *The International Journal of Accounting*, 49(3), pp. 371-390. <https://doi.org/10.1016/j.intacc.2014.07.001>
- Helden, G. J. V., Johnsen, Å. & Vakkuri, J. (2008). Distinctive research patterns on public sector performance measurement of public administration and accounting disciplines. *Public Management Review*, 10(5), pp. 641-651. <https://doi.org/10.1080/14719030802264366>
- Irvine, H. (2008). The global institutionalization of financial reporting: The case of the United Arab Emirates. *Accounting Forum*, 32(2), pp. 125-142. <http://dx.doi.org/10.1016/j.accfor.2007.12.003>
- Irvine, H. (2011). From go to woe: How a not-for-profit managed the change to accrual accounting. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 24(7), pp. 824-847. <https://doi.org/10.1108/09513571111161611>
- Jones, K. K., Baskerville, R. L., Sriram, R. S. & Ramesh, B. (2017). The impact of legislation on the internal audit function. *Journal of Accounting & Organizational Change*, 13(4), pp. 450-470. <https://doi.org/10.1108/JAOC-02-2015-0019>
- Judge, W., Li, S. & Pinsker, R. (2010). National adoption of international accounting standards: An institutional perspective. *Corporate Governance: An International Review*, 18(3), pp. 161-174. <https://doi.org/10.1111/j.1467-8683.2010.00798.x>
- Kantola, H. & Järvinen, J. (2012). Analysing the institutional logic of late DRG adopters. *Financial Accountability & Management*, 28(3), pp. 269-285. <https://doi.org/10.1111/j.1468-0408.2012.00545.x>
- Liszbinski, B. B., Kronbauer, C. A., Macagnan, C. B. & Zardin Patias, T. (2014). Conformidade no reconhecimento de ativos intangíveis: um estudo na perspectiva da teoria institucional. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, 11(24). <http://dx.doi.org/10.5007/2175-8069.2014v11n24p85>
- Lukka, K. (2007). Management accounting change and stability: loosely coupled rules and routines in action. *Management Accounting Research*, 18(1), pp. 76-101. <http://dx.doi.org/10.1016/j.mar.2006.06.006>
- Ma, Y. & Tayles, M. (2009). On the emergence of strategic management accounting: an institutional perspective. *Accounting and Business Research*, 39(5), pp. 473-495. <https://doi.org/10.1080/00014788.2009.9663379>
- Mantzari, E., Sigalas, C. & Hines, T. (2017). Adoption of the International Financial Reporting Standards by Greek non-listed companies: The role of coercive and hegemonic pressures. In *Accounting Forum*. <https://doi.org/10.1016/j.accfor.2017.04.003>
- Meyer, J. W. & Rowan, B. (1977). Institutionalized organizations: Formal structure as myth and ceremony. *American journal of sociology*, 83(2), pp. 340-363.
- Nicholson, B. & Aman, A. (2012). Managing attrition in offshore finance and accounting outsourcing: Exploring the interplay of competing institutional logics. *Strategic Outsourcing: An International Journal*, 5(3), pp. 232-247. <https://doi.org/10.1108/17538291211291765>
- Noguchi, M. & Boyns, T. (2012). The development of budgets and their use for purposes of control in Japanese aviation, 1928-1945: The role of the state. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 25(3), pp. 416-451. <https://doi.org/10.1108/09513571211209590>
- North, D. C. & Hart, E. (2006). *Custos de transação, instituições e desempenho econômico*. Rio de Janeiro: Instituto Liberal.
- Nurunnabi, M. (2015). The impact of cultural factors on the implementation of global accounting standards (IFRS) in a developing country. *Advances in Accounting*, 31(1), pp. 136-149. <http://dx.doi.org/10.1016/j.adiac.2015.03.015>
- Pfeffer, J. & Salancik, G. R. (1978). The external control of organizations: A resource dependence approach. *New York: Harper and Row*.

- Phang, S. Y. & Mahzan, N. (2017). The responses of Malaysian public listed companies to the IFRS convergence. *Asian Journal of Business and Accounting*, 6(1).
- Pilcher, R. (2011). Implementing IFRS in local government: institutional isomorphism as NPM goes mad?. *Local Government Studies*, 37(4), pp. 367-389. <http://dx.doi.org/10.1080/03003930.2011.588702>
- Richardson, R. J. (1999) *Pesquisa Social: métodos e técnicas* (3ª ed.) (São Paulo: Atlas)
- Russo, P., Parisi, C. & Pereira, C. A. (2016). Evidências das forças causais críticas dos processos de institucionalização e desinstitucionalização em artefatos da contabilidade gerencial. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, 13(30). <https://doi.org/10.5007/2175-8069.2016v13n30p3>
- Scapens, R. W. (2006). Understanding management accounting practices: A personal journey. *The British Accounting Review*, 38(1), pp. 1-30. <https://doi.org/10.1016/j.bar.2005.10.002>
- Scott, R. W. 2001: *Institutions and Organizations*.
- Silva, D. M., Martins, V. A. & Lemes, S. (2016). Escolhas Contábeis: reflexões para a pesquisa. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, 13(29), pp. 129-156. <https://doi.org/10.5007/2175-8069.2016v13n29p129>
- Tagesson, T. (2007). Does legislation or form of association influence the harmonization of accounting? A study of accounting in the Swedish water and sewage sector. *Utilities Policy*, 15(4), pp. 248-260. <https://doi.org/10.1016/j.jup.2007.05.004>
- Touron, P. (2005). The adoption of US GAAP by French firms before the creation of the International Accounting Standard Committee: an institutional explanation. *Critical Perspectives on Accounting*, 16(6), pp. 851-873. <http://dx.doi.org/10.1016/j.cpa.2003.08.011>
- Vailatti, J. L., Silva Rosa, F. & Vicente, E. F. R. (2017). A Teoria Institucional aplicada à Contabilidade Gerencial: análise da contribuição teórica e metodológica de publicações internacionais ocorridas no período de 2006 a 2015. *Revista Catarinense da Ciência Contábil*, 16(47). <http://dx.doi.org/10.16930/2237-7662/rccc.v16n47p97-111>
- Vamosi, T. (2003). The role of management accounting in a company in transition from command to market economy. *Journal of Small Business and Enterprise Development*, 10(2), pp.194-209. <https://doi.org/10.1108/14626000310473210>
- Van der Steen, M. (2011). The emergence and change of management accounting routines. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 24(4), pp. 502-547. <https://doi.org/10.1108/09513571111133072>
- Watts, R. L. & Zimmerman, J. L. (1978). Towards a positive theory of the determination of accounting standards. *Accounting review*, pp. 112-134.
- Watts, R. L. & Zimmerman, J. L. (1979). The demand for and supply of accounting theories: the market for excuses. *Accounting Review*, pp. 273-305.
- Watts, R. L. & Zimmerman, J. (1986). Positive accounting theory.
- Williamson, O. E. (2000). The new institutional economics: taking stock, looking ahead. *Journal of economic literature*, 38(3), pp. 595-613. doi: 10.1257/jel.38.3.595
- Yazdifar, H., Zaman, M., Tsamenyi, M. & Askarany, D. (2008). Management accounting change in a subsidiary organisation. *Critical Perspectives on Accounting*, 19(3), pp. 404-430. <http://dx.doi.org/10.1016/j.cpa.2006.08.004>
- Zarifah, A. & Siti-Nabiha, A. K. (2012). Analysing accounting and organisational change: the theoretical development. *International Journal of Managerial and Financial Accounting*, 4(1), pp. 29-46. <https://doi.org/10.1504/IJMFA.2012.044835>
- Zoni, L., Dossi, A. & Morelli, M. (2012). Management accounting system (MAS) change: field evidence. *Asia-Pacific Journal of Accounting & Economics*, 19(1), pp. 119-138. <https://doi.org/10.1080/16081625.2012.668062>

Estilos de aprendizagem e desempenho de estagiários em Contabilidade

Resumo

Objetivo: O objetivo deste estudo foi descobrir os impactos de estilos de aprendizado no desempenho de estudantes que fizeram estágios obrigatórios e não obrigatórios em Contabilidade.

Método: Os estilos de aprendizagem de 247 alunos foram medidos usando o Inventário de Estilo de Aprendizagem de Kolb, enquanto os alunos autoavaliaram seu desempenho.

Resultados: Com o uso das estatísticas de qui-quadrado e escore médio, os resultados indicam que o desempenho não difere entre os tipos de estágio e que o estilo de aprendizagem dos alunos não afeta o desempenho do estágio.

Contribuições: Estes resultados são contrários às expectativas e indicam que os alunos que se encaixam em qualquer estilo de aprendizagem podem usar com sucesso o componente curricular de estágio supervisionado. Ao contrário de outras disciplinas em que os estilos de aprendizagem e sua relação com o desempenho foram investigados, o estágio tem suas próprias características que parecem não exercer influência sobre como os alunos aprendem, considerando os estilos de aprendizagem de Kolb. Verificou-se que os estágios são um valioso método de emprego para os estudantes de contabilidade.

Palavras-chave: estágios; estilos de aprendizado; teoria da Aprendizagem Experiencial; Contabilidade

Lucas Merotti Barbosa

Mestre pela Universidade Estadual de Maringá (UEM) e Professor do Centro Universitário de Maringá (UniCesumar).
Contato: Rua Chile 1593, Apt 105, Jd. Alvorada, Maringá (PR), CEP: 87033-370.
E-mail: merottibarbosa@hotmail.com

Kelly Cristina Mucio Marques

Doutora pela Universidade de São Paulo (FEA-USP) e Professora Adjunta da Universidade Estadual de Maringá (UEM). **Contato:** Av. Colombo, n.5790, Jd. Universitário, Maringá (PR), CEP: 87020-900.
E-mail: kcmmarques@gmail.com

1. Introdução

Terminados os anos da faculdade, muitos recém-formados não se sentem dispostos a fazer os exames de qualificação profissional para os quais foram preparados durante quatro ou cinco anos na faculdade. O estudo de Siegel e Sorensen (1994) destaca que os recém-formados não se elevam às expectativas profissionais, entre outros motivos, devido à falta de experiência prática. A experiência é vista como tão importante que Jones e Abraham (2007) descobriram que os estudantes consideram que a experiência de trabalho anterior é o fator mais importante que influencia seu potencial de contratação ou não contratação. Os alunos podem se sentir como se o fato de estarem ou terem sido empregados temporariamente e possam adicionar essa experiência ao seu currículo seja mais importante do que o conhecimento adquirido durante o próprio programa de estágio.

Para piorar o cenário, existe uma disparidade visual entre a educação contábil e a prática contábil. Em um estudo, Grumet (2001) lembra que, enquanto a comunidade acadêmica de Contabilidade é bem-sucedida em ensinar o lado teórico da profissão, desde então, ela vem se distanciando da vida real da contabilidade. Kavanagh e Drennan (2008) descobriram que tanto os empregadores quanto os estudantes concordam que as universidades não estão desenvolvendo adequadamente as habilidades não técnicas e profissionais. Portanto, o objetivo das Instituições de Ensino Superior (IES) é formar cidadãos que possuam não apenas domínio técnico, mas também uma perspectiva crítica e habilidades autônomas de aprendizado, sendo essas características necessárias para se adaptarem às novas exigências profissionais à medida que surgem. Santos, Sobral, Correa, Antonovz e Santos (2011) acreditam que as IES que cuidam de seus futuros profissionais devem oferecer uma formação capaz de responder a essa demanda. Isto é mais fácil dizer do que fazer. Algumas IES confiaram desesperadamente em estágios para reduzir essa lacuna, muitos deles sem consultar a literatura e sem pensar sobre como as coisas deveriam ser.

É nesse sentido que os estágios, na forma de aprendizado experimental, passam a preencher a lacuna existente entre teoria e prática. Autores brasileiros (Torres, Silva & Falk, 2011) e internacionais (Bakar, Harun, Yusof & Tahir, 2011), por exemplo, apontam inúmeros benefícios para todos os agentes envolvidos no estágio, que são acadêmicos, empresas e a academia. Esses benefícios incluem, por exemplo, integração entre teoria e prática, confirmação, ou não, da escolha profissional, menores custos para as empresas e a integração entre a academia e o mercado. Está comprovado que os estágios também tornam os alunos mais comercializáveis (Pasewark, Stawser & Wilerson, 1989). Esses benefícios tornam os estágios atraentes para se estudar e compreender, coletando *feedback* sobre como melhorar a experiência. Há também outras vantagens, bem como desvantagens, que serão abordadas mais adiante neste artigo.

Sabendo que os estágios podem realmente ser benéficos para os alunos, como brevemente mencionado no parágrafo anterior, também é interessante ver qual estilo de aprendizes poderia se beneficiar ainda mais de tais programas. Hipoteticamente, se a maioria dos alunos aprende melhor mais aspectos teóricos e está realizando tarefas de experiência mais concretas, pode haver um problema. Se os estilos de aprendizagem são conhecidos e um panorama dos programas de estágio puder ser construído, é possível avaliar se os resultados desses programas beneficiaram, ou não, a maioria dos alunos, dando também oportunidade de melhorar as experiências de estágio para se chegar a outros tipos de aprendizes.

Kolb e Kolb (2005b) citam padrões de comportamento associados aos quatro estilos básicos de aprendizagem. Esses padrões ocorrem por transação com o ambiente em cinco níveis diferentes: personalidade, especialização educacional, carreira profissional, cargo atual e competências adaptativas. A partir do modelo, emergem quatro tipos de aprendizes, que são: divergentes, assimiladores, convergentes e acomodatórios.

Nogueira e Espejo (2015) constataram que houve predomínio do estilo de aprendizagem assimilador entre os alunos investigados e também que os testes estatísticos não evidenciaram impacto entre diferentes estilos de aprendizagem sobre o desempenho em Introdução à Contabilidade e em Contabilidade Gerencial. Leite Filho, Batista, Paulo Júnior e Siqueira (2008) também realizaram pesquisa sobre estilos de aprendizagem e desempenho acadêmico; no entanto, esses autores analisaram as notas dos alunos em algumas disciplinas em relação a seus estilos de aprendizagem e não encontraram correlação.

Geiger (1992) realizou uma pesquisa sobre os estilos de aprendizagem de estudantes de Contabilidade Introdutória e descobriu que os alunos com estilos de aprendizagem semelhantes aos dos seus instrutores tiveram melhor desempenho. Stout e Ruble (1991) também pesquisaram o tema e descobriram que as disciplinas de Contabilidade possuem diferentes estilos de aprendizagem em relação aos estudantes de graduação em administração.

Alguns trabalhos mapearam estilos de aprendizagem em Contabilidade, como os mencionados anteriormente, mas nenhum deles os observou em relação aos estágios, que são componentes importantes nos currículos pedagógicos e sobre os quais pouco se sabe. Se, por exemplo, um tipo específico de aluno parece estar obtendo melhores resultados com estágios, enquanto outros tipos de alunos não estão, os coordenadores do programa têm a oportunidade de compreender por que isso está acontecendo e alterar algumas configurações, de modo a permitir outros tipos de aprendizes a alcançarem resultados semelhantes.

Outra razão para conduzir esta pesquisa é que, segundo Alpert, Heaney & Kuhn (2009), há pouca evidência empírica sobre os detalhes dos estágios. Esses autores destacam que questões, tais como o que os estágios devem realizar, como podem ser estruturados e como os alunos devem ser avaliados, permanecem desconhecidas. Muitos trabalhos têm focado em captar as percepções dos agentes envolvidos no processo de estágio, como Alpert *et al.* (2009) e Bakar *et al.* (2011), mapeando os benefícios e deficiências de tais programas para os agentes envolvidos.

A tarefa de preparar um bom profissional é árdua e algumas IES têm confiado desesperadamente em estágios para atingir seus objetivos, muitas vezes sem consultar a literatura e agir por impulso. O caso da instituição anfitriã (Universidade Estadual de Maringá - UEM) é apropriado para essa pesquisa. O projeto pedagógico torna obrigatório que todos os alunos façam um estágio de pelo menos 432 horas. Os alunos também podem fazer um estágio opcional se o escolherem a qualquer momento no curso a partir do segundo ano. A avaliação final não leva em consideração o relatório do supervisor no local e é baseada somente nas habilidades de apresentação do estagiário. Atualmente, os estágios de Contabilidade estão sendo discutidos dentro do departamento e mudanças devem ser feitas.

Bakar *et al.*, (2011) e Torres *et al.* (2011) citam os inúmeros benefícios para todos os agentes envolvidos nos estágios, que são os alunos, empresas e a própria academia. Esses benefícios incluem, por exemplo, integração entre teoria e prática, confirmação, ou não, da escolha profissional, menores custos para as empresas e integração entre a academia e o mercado. Estágios também provaram tornar os estudantes mais comercializáveis Pasewark *et al.*, 1989).

Sabendo que os estágios podem, de fato, ser benéficos para os alunos, é interessante verificar qual estilo de aprendiz pode potencialmente se beneficiar mais desses programas. Hipoteticamente, se a maioria dos alunos aprende melhor por aspectos teóricos e está realizando tarefas com experiências mais concretas, pode haver um problema de subutilização da capacidade de aprendizagem.

Nesse sentido, a questão de pesquisa é: **Quais são os impactos dos estilos de aprendizagem no desempenho de alunos que fizeram estágios contábeis obrigatórios e opcionais?**

O principal objetivo desta pesquisa é **verificar os impactos dos estilos de aprendizagem no desempenho de alunos que realizaram estágios de Contabilidade obrigatórios e opcionais**. Medindo o estilo de aprendizagem dos formandos, a premissa é que os coordenadores do programa dos departamentos de Contabilidade podem ter uma melhor visão de qual tipo de estágio; se o estágio está funcionando melhor; e como implementar estratégias de melhores práticas para melhorar o programa de estágio para outros tipos de alunos, caso disparidades sejam encontradas.

A parte fundamental em estágios é que eles não devem ser considerados uma mera atividade compulsória para se obter um diploma, mas um ator fundamental no desenvolvimento de habilidades necessárias (trabalho em equipe, comunicação, análise crítica e resolução de problemas) para se engajar no mercado profissional. Tais habilidades, como citadas neste parágrafo, normalmente não são apresentadas aos alunos na sala de aula. Assim, a maioria dos programas de graduação é tipicamente centrada no desenvolvimento do conhecimento técnico e não no contexto em que esse conhecimento é aplicado (Bayerlein, 2015).

Por causa do poder dos estágios sobre os agentes envolvidos e da importância que a educação sempre teve na sociedade, esta pesquisa justifica-se porque aborda um tema extremamente relevante que todos os olhos precisam focar para se obterem profissionais mais qualificados formandos no ensino superior. Além disso, é importante aprimorar o desenvolvimento de habilidades, o que certamente contribuirá para a evolução dos alunos e, conseqüentemente, dos futuros profissionais.

As empresas podem se beneficiar enormemente de programas de estágio, pois receberão esses futuros profissionais. As empresas podem se beneficiar enquanto os estudantes estão fazendo programas de estágio (profissionais de baixo custo e sem vícios) e esses estudantes saem da faculdade e entram no mercado de trabalho com experiência. Os alunos se beneficiam via oportunidade de aprender e reunir experiências, bem como para decidir se estão fazendo a escolha certa de área. As IES também ganham por meio de maior aproximação com o mercado, permitindo assim maior alinhamento com problemas práticos. Se conduzido adequadamente, os estágios podem ser benéficos para todos os agentes envolvidos. Para tanto, tentar entender se os estilos de aprendizagem afetam o desempenho do estágio é importante para todos os *stakeholders*. A principal intenção deste artigo é desvendar o papel dos estágios na formação deste profissional, o que contribuem, efetivamente, para a aprendizagem dos formandos e sua formação e desempenho profissional subsequente.

Os resultados indicaram que o desempenho não difere entre os tipos de estágio; que o estilo de aprendizagem dos alunos não afeta o desempenho do estágio; e que os estilos de aprendizagem não diferem entre os diferentes tipos de estágio. Estes resultados são contrários às expectativas e indicam que os alunos que se encaixam em qualquer estilo de aprendizagem podem usar com sucesso o componente curricular estágio supervisionado. Ao contrário de outras disciplinas em que estilos de aprendizagem e sua relação com o desempenho foram investigados, o estágio tem suas próprias características, que parecem não exercer influência sobre como os alunos aprendem, tendo em vista os estilos de aprendizagem de Kolb.

2. Revisão de Literatura

2.1 O perfil contábil profissional

Em muitos países, a profissão contábil tem sido associada à padronização, com uma variedade de associações representando os profissionais. No Brasil, quando o curso de Contabilidade foi separado do curso de Ciências Atuariais, na década de 1940, e regulamentado pouco depois, esses profissionais de Contabilidade eram rotulados como contadores, trabalhadores regulamentados que registravam principalmente transações financeiras de maneira dupla. Nesse cenário, o “bom contador” tinha capacidade de avaliar os impostos a serem pagos e estruturar as demonstrações financeiras até o final de períodos financeiros longos e tensos (Machado & Nova, 2008).

A evolução tecnológica contribuiu para a evolução do contador, pois muitas das atividades que eram de exclusiva responsabilidade do contador passaram a ser substituídas por sistemas de informação. Hoje, os gerentes possuem planilhas de dados contábeis que permitem vários tipos de análise que o usuário pode realizar sozinho, fazendo com que o contabilista deixe de ser um funcionário obrigatório por causa das habilidades de computação do capacidade de lidar com números (Boer, 2000).

O contador contemporâneo precisa ser capaz de interagir com outras culturas (usando outras linguagens, além de ter conhecimentos em contabilidade internacional), dominar e impor novas técnicas e ferramentas, bem como sistemas de gestão, não apenas registrando e analisando, mas prevendo e sugerindo, atuando mais como um gerenciador de informações do que um unificador de dados (Machado & Nova, 2008).

O contador do presente trabalha para ser um sócio estratégico do negócio, não só apoiando tomada de decisão, mas também sugerindo e dando sugestões nos caminhos que a companhia deve tomar. Isso é algo muito diferente do que foi visto na década de 1980, quando o profissional da contabilidade sequer participava do processo decisório (Siegel & Sorensen, 1999).

Em estudo publicado em 2004, Oliveira e Arruda revelaram que o mercado de trabalho busca contadores com um conjunto de habilidades, que vão desde domínio técnico, conhecimento de outras línguas, habilidades de liderança, espírito de trabalho em equipe, desejo de estar sempre atualizado, aprimoramento profissional até o conhecimento técnico contábil.

Mais contribuições poderiam ser feitas para este assunto, mas há uma falta de estudos empíricos sobre as competências do contador (Marin, Lima & Nova, 2014). Os trabalhos acadêmicos ainda não revelaram as habilidades exatas dos contadores, pois os trabalhos têm se concentrado mais em suas funções (Cardoso, Souza & Almeida, 2006). Em seguida, o tema discutido é o estágio contábil.

2.2 Estágio de Contabilidade supervisionado

O estágio supervisionado serve como uma ferramenta importante no desenvolvimento profissional. Nos corredores das universidades, é ouvido que os estágios preenchem a lacuna entre teoria e prática. Este é também um consenso entre muitos autores, incluindo Nevett (1985), Beard (1998) e Mihail (2006).

Pode-se dizer que o estágio é uma prática necessária na formação acadêmica, requisito para a formação dos alunos, permitindo assim as aplicações práticas do conhecimento adquirido na academia (Fundação Brasileira de Contabilidade, 2009).

Estudos como Maelah, Muhammaddun Mohamed, Ramli e Aman (2014) descobriram que os alunos se beneficiam do aprendizado de habilidades técnicas e comportamentais exigidas no mercado. Experiências práticas de trabalho são úteis quando os estudantes consideram que sua carreira é a dimensão mais importante (Bakar, *et al.* 2011). Além disso, os alunos acham que ter a experiência é um fator determinante em suas futuras carreiras (Jones & Abraham, 2007).

Estágios proporcionam uma experiência de “aprender fazendo” em uma situação real de negócios. Na prática dos estágios, esses alunos estão engajados em situações profissionais da vida real, como, por exemplo, resolvendo problemas e interagindo com outros profissionais (Alpert, Heaney & Kuhn, 2009). É muito improvável que isso ocorra dentro das salas de aula, onde a maior parte do conteúdo é ministrada em palestras, devido ao fato de que há muitos relatos de alunos reclamando que as aulas são muito teóricas e carecem de *insights* profissionais. Goodman (1982) relatou que muitos estagiários são ofertados e, eventualmente, aceitam cargos em tempo integral nas empresas onde realizam seus estágios. Além do melhor posicionamento profissional futuro, os alunos com experiência de estágio apresentam no semestre após os estágios desempenho significativamente melhor do que aqueles sem experiência de estágio (English & Koeppen, 1993).

Entre outros benefícios que os estágios proporcionam aos estudantes, vale destacar a exposição à tecnologia, inédita no ambiente de sala de aula (Bakar *et al.*, 2011). É certo que a maioria dos cursos de Contabilidade tem uma disciplina de sistema de informação contábil, mas é no local de trabalho que a experiência prática acontece. Outro benefício segundo Bakar *et al.* (2011), é a autoconfiança desenvolvida durante o programa, pois os alunos identificam capacidades, habilidades e talentos.

Os estudantes não são os únicos que se beneficiam de estágios. Para as empresas, os estágios representam uma valiosa ferramenta de contratação. Quando as empresas contratam estagiários, elas provavelmente estão reduzindo os custos (Maslen, 1996) devido a salários mais baixos em comparação com a contratação de profissionais graduados. As empresas também têm a oportunidade de ensinar aos alunos e, uma vez terminado o estágio, eles podem contratar estagiários para trabalhar em período integral. Em tais casos, o estágio é uma maneira econômica de treinar futuros trabalhadores. Para as empresas, há também uma oportunidade de integração com a instituição de ensino, pois os profissionais das empresas podem entrar em contato com os professores.

As empresas também podem se beneficiar de outras maneiras. Gibson (2001) descobriu que a presença de um pode impactar as redes da empresa e outros elementos da cultura da empresa. Com a chegada do estagiário, os funcionários podem ter que ter um desempenho melhor e pensar nos processos com mais precisão, a fim de ensinar ou explicar como um determinado processo funciona. Tais processos for-

necem à equipe da empresa uma compreensão mais profunda do conteúdo do local de trabalho (Herron & Morozzo, 2008). Em certas ocasiões, os estagiários trazem novas energias e ideias para o local de trabalho (Bakar *et al.*, 2011), motivando assim outros profissionais. Assim, mesmo as empresas que não receberam estagiários podem se beneficiar da contratação de um trabalhador com experiência de estágio, já que profissionais que já foram estagiários podem ter superado academicamente aqueles que nunca o foram, (Hauck, Allen & Rondinelli, 2000) e isso poderia levar também a um melhor desempenho do trabalho.

As instituições de ensino também se beneficiam de programas de estágio. De acordo com Gibson (2001), os membros do corpo docente se beneficiam de estágios obtendo palestrantes convidados (que são das empresas para as quais eles enviam os *trainees*); a conexão com as empresas locais aumenta o respeito dos alunos; e os estudantes que passam por estágios são mais eficazes após esses programas. Herron e Morozzo (2008) destacam que o corpo docente também pode se beneficiar do uso do banco de dados da empresa para pesquisa e usar a empresa como outros meios de ensino pode ser aplicável. Por exemplo, há casos em que as empresas começam a hospedar estudos de caso. Estágios também podem afetar o currículo e o ensino, pois informações atualizadas e exemplos práticos do mundo real para compartilhar com os alunos serão abundantes se os professores participarem dos programas. Da mesma forma, Beard (2007) destaca que os programas de Contabilidade se beneficiam de melhores oportunidades de colocação para seus graduados, melhor aprendizado, apoio da indústria e feedback sobre seus programas. Outros estudos, como os de Herron e Morozzo (2008) e Gibson (2001), confirmam essas percepções. Bakar *et al.* (2011) também destacam que um programa de estágio pode fortalecer os laços do estudante com a universidade quando a faculdade facilita a experiência.

Além das vantagens, também existem desvantagens em relação aos estágios dos diversos agentes envolvidos nos programas. Muitas das desvantagens que serão apresentadas podem ser atribuídas à falta de planejamento e supervisão cuidadosos (Hanson, 1984). Para as universidades, algumas deficiências podem ser a falta de supervisão do que realmente está acontecendo, porque as atividades acontecem fora do campus, além do controle direto dos membros do corpo docente (Alm, 1996). Para os estudantes, os estágios consomem tempo e energia, exigindo grande esforço físico e mental. Outra desvantagem é que alguns alunos não se envolvem em trabalhos significativos e não se sentem como se fizessem parte da equipe (Thiel & Hartley, 1997). Para as empresas, alguns efeitos negativos dos estágios são a interrupção do ambiente de trabalho normal e o choque cultural (Anthony, 1981).

Tendo em mente que os estágios consomem tempo e energia e oferecem potencial de emprego e aquisição de habilidades para os alunos, a UEM possui estágios obrigatórios e não obrigatórios. Entende-se que os alunos podem desempenhar melhor no tipo não obrigatório do que obrigatório porque o aluno está fazendo isso por vontade própria. Assim, surge a seguinte hipótese:

H1: Desempenho de estágio em Contabilidade não obrigatório é diferente do desempenho de estágio obrigatório de contabilidade.

Os resultados dessas comparações podem ser analisados e levar a mudanças com vistas à implementação de estratégias de melhores práticas. A próxima seção explora a teoria usada na pesquisa.

2.3 Teoria da Aprendizagem Experiencial

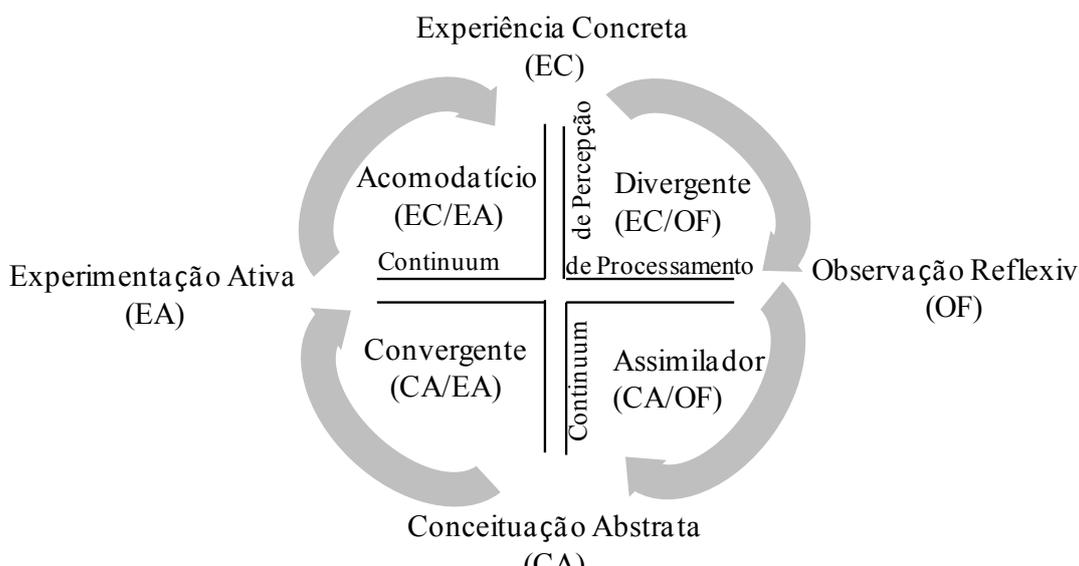
Muitas teorias diferentes foram levantadas e de alguma forma aplicadas à educação desde a década de 1950. Uma que recebeu muita atenção é a teoria de Aprendizagem Experiencial (ELT), de David A. Kolb, de 1984. Para Kolb (1984), a aprendizagem pode ser vista como um processo contínuo baseado em experiências e oportunidades para refletir sobre essas experiências. Em resumo, provavelmente o aspecto mais importante do ELT é que o aprendizado é considerado um processo e não um resultado em si. O ELT como o conhecemos hoje integra as obras de estudiosos como Kurt Lewin, John Dewey, Jean Piaget, entre outros.

O ELT compila seis proposições, citadas por Kolb e Kolb (2008), que são:

- a. Aprendizagem é mais bem concebida como um processo, não em termos de resultados: o foco deve estar em envolver os alunos em um processo que melhore sua própria aprendizagem com *feedback* sobre a eficácia de seus esforços. Os alunos desempenham um papel central em sua própria aprendizagem;
- b. Todo aprendizado é reaprendizado: as crenças do aluno devem ser examinadas, testadas e integradas a ideias novas e mais refinadas. A aprendizagem é um processo contínuo, o refinamento requer passar pelo ciclo de aprendizagem muitas vezes;
- c. Aprender requer a resolução de conflitos entre modos de adaptação dialeticamente opostos ao mundo: coisas como conflitos, diferenças e discordâncias conduzem o processo de aprendizagem. Durante esse processo, o aprendiz deve ir e voltar entre posições opostas de reflexão, ação, sentimento e pensamento;
- d. A aprendizagem é um processo holístico de adaptação: a aprendizagem envolve o funcionamento integrado da pessoa completamente (pensar, sentir, perceber e comportar-se);
- e. Aprendizagem de resultados de transações sinérgicas entre a pessoa e o meio ambiente: as pessoas se modelam de acordo com a escolha das situações reais pelas quais passam;
- f. Aprendizagem é o processo de criação de conhecimento: o conhecimento social é criado e recriado no conhecimento pessoal do aprendiz.

As premissas acima da ELT são contrárias ao modelo de transmissão de outras teorias da Aprendizagem. Portanto, o ELT é uma teoria construtivista. Kolb (1984) diz que os indivíduos constroem conhecimento através da transformação de experiências em estruturas cognitivas, fazendo com que os indivíduos mudem a maneira como pensam e se comportam.

Para mapear a teoria, Kolb (1984) desenvolveu um modelo de aprendizagem como visto na Figura 1. Este modelo abrange os diferentes estilos de aprendizagem que os indivíduos possuem e como os indivíduos apreendem e transformam essas experiências.



Fonte: Adaptado de ALQahtani, D. A. & Al-Gahtani (2014)

Figura 1. ELT de Kolb

Para que o aprendizado efetivo ocorra, o aprendiz precisa passar por todo o ciclo, embora seja possível entrar no ciclo em qualquer etapa, de acordo com Kolb (1984). O ciclo de aprendizagem, como visto na Figura 1, pode ser comparado visualmente a uma bússola devido às dimensões opostas polares. O eixo vertical mostra como compreendemos ou pensamos sobre as coisas, por meio da experiência concreta (CE) e da conceituação abstrata (AC). O eixo horizontal também contém dimensões opostas em relação à forma como transformamos ou fazemos as coisas, que são a observação reflexiva (RO) e a experimentação ativa (AE).

Kolb (1984) define cada modo da seguinte maneira:

Experiência concreta: a orientação EC se concentra em envolver-se em experiências e lidar com situações humanas imediatas de maneira pessoal. Ele enfatiza sentir mais do que pensar; uma preocupação com a singularidade e complexidade da realidade presente em detrimento de teorias e generalizações; uma abordagem intuitiva e “artística” sobre uma abordagem sistemática e científica dos problemas.

Observação reflexiva: uma orientação RO se concentra em entender o significado de ideias e situações observando-as e descrevendo-as cuidadosamente. Ela enfatiza a reflexão e compreensão sobre a ação e aplicação prática; uma preocupação com o que é verdade ou como as coisas acontecem mais do que com o que vai funcionar.

Conceituação abstrata: uma orientação AC se concentra no uso de lógica, ideias e conceitos. Ele enfatiza o pensamento em vez do sentimento; uma preocupação em construir teorias gerais em vez de compreender intuitivamente áreas únicas e específicas; uma abordagem científica mais que artística dos problemas.

Experimentação ativa: uma orientação AE se concentra em influenciar ativamente as pessoas e mudar as situações. Ela enfatiza as aplicações práticas como distintas da compreensão reflexiva; uma preocupação pragmática com o que funciona e não com o que é verdade absoluta; uma ênfase em fazer, mais do que observar.

Kolb (1993) também destaca aspectos-chave que os aprendizes encontram em cada etapa do ciclo e, por isso, as etapas apresentadas nos parágrafos seguintes não seguem nenhuma ordem específica.

Na etapa CE, a aprendizagem ocorre por meio de experiências específicas, relacionadas a outras pessoas e sendo sensível a sentimentos e pessoas (Kolb, 1993). Baker, Simon e Bazeli (1987) complementam que, nessa etapa, o objetivo é apresentar aos alunos amostras de objetos, artefatos, processos de comportamento ou fenômenos encontrados na prática. A etapa CE também engloba a capacidade de envolver-se total e abertamente, sem preconceitos, em novas experiências (Sutherland & Wolcott, 2002).

Na etapa AE, os indivíduos aprendem mostrando a capacidade de realizar tarefas, assumindo riscos e influenciando pessoas e eventos por meio de ações (Kolb, 1993). Nessa etapa, há a aplicação do que foi aprendido em relação aos problemas práticos à medida em que os praticantes os encontram. Em outras palavras, é a parte de síntese do ciclo de aprendizado (Baker, Simon & Bazeli, 1987). Isso requer o uso de teorias para tomar decisões e resolver problemas (Sutherland & Wolcott, 2002).

Na etapa AC, a aprendizagem ocorre por meio da análise lógica de ideias, planejamento sistemático e ação sobre uma compreensão intelectual da situação (Kolb, 1993). Essa etapa é quando o aluno é obrigado a desempenhar um papel mais ativo no processo de aprendizagem e geralmente é feito por meio de problemas ou casos de trabalhos de casa. Recomenda-se que seja criado um ambiente de laboratório para o aluno ter discussões com outros (Baker, Simon & Bazeli, 1987). Sutherland e Wolcott (2002) complementam que esse é o lugar onde a capacidade de criar conceitos que integram observações em teorias lógicas sólidas se tornam úteis.

Por último, na etapa RO, o aprendizado acontece observando-se cuidadosamente antes de fazer julgamentos, visualizando questões de diferentes perspectivas e procurando o significado das coisas (Kolb, 1993). Baker, Simon e Bazeli (1987) citam que, após os estudantes observarem conceitos, esses são comprovadamente dedutíveis, expandidos e adicionados a conceitos e generalizações relacionados. A etapa RO também é o lugar da habilidade na qual se observa e se reflete sobre experiências de uma variedade de perspectivas (Sutherland e Wolcott, 2002).

Passando por todo o ciclo, o aluno vai sentir, observar, pensar e fazer. De acordo com o ELT, o aluno precisa tocar em todas as bases (CE, AC, RO e AE) em um processo em resposta à situação de aprendizado e também ao que está sendo aprendido. Kolb e Kolb (2008, p. 5) relatam que no ciclo de aprendizagem:

[...] as experiências imediatas ou concretas são a base para observações e reflexões. Essas reflexões são assimiladas e destiladas em conceitos abstratos a partir dos quais novas implicações para a ação podem ser desenhadas. Essas implicações podem ser ativamente testadas e servem como guias na criação de novas experiências.

De acordo com McCarthy (2010), para que o aprendizado efetivo ocorra, o aprendiz precisa escolher continuamente qual conjunto de habilidades de aprendizagem usar em uma situação de aprendizado específica, sendo o ciclo composto de diferentes estágios, e cada um desses estágios pode ser usado em qualquer momento para uma ocasião específica de aprendizado. Kolb e Kolbe (2008) complementam que a aprendizagem envolve uma tensão criativa entre os quatro modos de aprendizagem que respondem às demandas contextuais. Além disso, a posição do aprendiz é determinada por uma combinação de disposição individual e características do ambiente de aprendizagem (Kolb & Kolb, 2008).

O trabalho de Kolb tem sido considerado de grande importância, pois esclarece as preferências de aprendizagem e indica que existem diferentes abordagens para diferentes estratégias de aprendizagem. Na seção seguinte, uma parte decisiva da teoria da Aprendizagem experiencial de Kolb será apresentada: estilos de aprendizagem.

2.4 Estilos de aprendizagem de Kolb

McCarthy (2010) descreve que os alunos geralmente terão uma preferência por um estilo de aprendizagem específico e que, à medida que o processo de aprendizagem se desenvolve, sua preferência pode mudar. O modelo descrito nos parágrafos anteriores pressupõe que há dois *continuums* ou dimensões - percebendo, até que ponto um indivíduo enfatiza abstração sobre concretude (*continuum* AC-CE); e processamento, que é a medida em que um indivíduo enfatiza a ação sobre a reflexão (*continuum* AE-RO). O estilo de aprendizagem de um indivíduo representa uma combinação dessas duas dimensões independentes (Manolis, Burns, Assudani & Chinta, 2013). Do modelo emergem quatro tipos de aprendizes, que são: divergentes, assimiladores, convergentes e acomodatórios.

O estilo de aprendizagem divergente corresponde a indivíduos que aprendem (percebem a aprendizagem) por meio de experiências concretas e processam a aprendizagem através da observação reflexiva. As pessoas desse estilo de aprendizagem experimentam uma situação e, em seguida, analisam a situação de várias perspectivas, aprendendo com cada uma delas. Eles são criadores de problemas imaginativos que preferem sentir e assistir (DiMuro & Terry, 2007). Esses alunos tendem a gostar de testes que incluem perguntas desconhecidas e sintetizam o conteúdo do curso (DiMuro & Terry, 2007). Felder (1996) complementa que esses alunos estão interessados em saber por que é importante que eles aprendam o material do curso e como ele se relaciona com suas futuras carreiras.

O estilo de aprendizado do assimilador determina as pessoas que aprendem por meio de conceituação abstrata e processam informações por meio da observação reflexiva. As pessoas desse estilo de aprendizagem preferem reflexão individual às discussões de classe. Na resolução de problemas individuais, os assimiladores se sentem menos à vontade para identificar usos práticos para teorias e conceitos. Na preparação para testes, os assimiladores gostam de informações detalhadas sobre o escopo e não gostam de surpresas (DiMuro & Terry, 2007). Kolb e Kolb (2008) acham que as pessoas com esse estilo de aprendizado são melhores para entender uma ampla gama de informações e colocá-las em uma forma mais concisa e lógica. Esses indivíduos estão mais interessados em ideias e conceitos abstratos. Em situações de aprendizagem informal, os assimiladores preferem leituras, palestras, explorando modelos analíticos e tendo tempo para pensar sobre as coisas; esses tipos de alunos são importantes nas carreiras científicas (Kolb & Kolb, 2008).

O estilo de aprendizagem convergente corresponde a indivíduos que aprendem por meio de conceitualização abstrata e processam sua aprendizagem pela experimentação ativa. Segundo O’Leary e Stewart (2013), a maior força dos convergentes está na aplicação prática de ideias para resolver problemas e tomar decisões; esses alunos também usam raciocínio dedutivo hipotético para se concentrar em problemas específicos e executar melhor em situações em que há uma resposta correta. De acordo com Kolb e Kolb (2008), as pessoas com este estilo de aprendizagem são melhores em encontrar usos práticos para ideias e teorias; esses alunos preferem lidar com tarefas e problemas técnicos, e não com questões sociais e interpessoais. Convergentes são particularmente importantes para a eficácia das carreiras de tecnologia, como Engenharia e Contabilidade (Kolb & Kolb, 2008).

O estilo de aprendizagem acomodatório relaciona-se com indivíduos que aprendem pela Experiência Concreta e a processam através da Experimentação Ativa. De acordo com DiMuro & Terry (2007), esses indivíduos têm sua força em fazer as coisas, conduzindo planos e assumindo riscos para se destacar em novas situações. Kolb e Kolb (2008) dizem que esses indivíduos valorizam a experiência “prática” e tendem a atuar sobre os sentimentos de intuição em vez de analisar a lógica. Além disso, esses alunos confiam mais nas pessoas para obter informações do que em suas próprias análises técnicas (Kolb & Kolb, 2008). Este estilo de aprendizagem é eficaz para carreiras orientadas para a ação, como *marketing* ou vendas (Kolb & Kolb, 2008).

Kolb e Kolb (2008) também citam padrões de comportamento associados aos quatro estilos básicos de aprendizagem. Esses padrões ocorrem por transação com o ambiente em cinco níveis diferentes: personalidade, especialização educacional, carreira profissional, cargo atual e competências adaptativas. Esses comportamentos e padrões de aprendizado são exibidos na Tabela 1.

Tabela 1

Relação entre Estilos de Aprendizagem e Cinco Níveis de Comportamento

Nível Comportamental	Divergente	Assimilativo	Convergente	Acomodatício
Tipos de personalidade	Sentimento Introverso	Intuição introversa	Pensamento Extroverso	Sensação Extroversa
Especialização Educacional	Artes, Inglês, História, Psicologia	Matemática, Ciências Físicas	Engenharia, Medicina	Educação, Comunicação, Enfermagem
Carreira profissional	Serviço Social, Artes	Ciências, pesquisa, informação	Engenharia, Medicina, Tecnologia	Vendas, Serviço Social, Educação
Empregos atuais	Empregos Pessoais	Empregos de informação	Empregos Técnicos	Empregos executivo
Competências Adaptativas	Valorização de Competências	Habilidades de pensamento	Habilidades de decisão	Habilidades de Ação

Fonte: Kolb e Kolb (2008)

Na próxima seção, a literatura sobre estilos de aprendizagem em contabilidade será discutida.

2.5 Estilos de aprendizagem em Contabilidade

Muitos estudos diferentes na área de Contabilidade usaram o Inventário de Estilos de Aprendizagem (LSI). Kolb e Kolb (2008) citam que, somente no período 1971-1999, 22 estudos foram realizados e publicados. A maioria dos estudos descobriu que contadores tendem a ser convergentes (McKee, Mock & Ruud, 1992; Baker, Simon & Bazeli, 1986). Kolb e Kolb (2008) afirmam eles próprios que os contadores são na maioria convergentes.

Outros estudos obtiveram resultados diferentes dos convergentes ao mapear os estilos de aprendizagem dos estudantes de contabilidade. Nogueira e Espejo (2010) verificaram em suas pesquisas (com estudantes brasileiros) que houve predominância do estilo de aprendizagem assimilador entre os alunos pesquisados e também que os testes estatísticos não evidenciaram impacto de diferentes estilos de aprendizagem no desempenho nas disciplinas Contabilidade Introdutória e Contabilidade Gerencial. .

Valente, Abib e Kusnik (2007) realizaram pesquisas com o objetivo de comparar os estilos de aprendizagem de alunos e professores em uma universidade pública brasileira em busca de um correspondente. Os resultados indicaram que há uma discrepância entre os alunos e o modo de aprendizagem preferido dos professores. Em outras palavras, os professores tendiam a ensinar por intermédio de conceitos e fundamentos, enquanto os alunos preferiam aprender por meio do encorajamento de seu aprendizado experimental e autodescoberta. Os resultados também indicaram uma predominância do estilo de aprendizagem acomodatório entre os estudantes.

Geiger (1992) constatou que, entre os 157 entrevistados que participaram de sua pesquisa (instituição americana), 68 eram assimiladores, 19 divergentes, 42 convergentes e 28 eram acomodatórios. O estilo de aprendizagem também foi significativamente relacionado ao desempenho e os assimiladores superaram todos os outros tipos de aprendizes.

Leite *et al.* (2008) pesquisaram a relação entre estilos de aprendizagem e desempenho acadêmico em estudantes afiliados a uma instituição pública brasileira. Os resultados indicam a predominância de divergentes em 55% dos alunos que compareceram às aulas no período da manhã e em 76% dos alunos que tiveram aulas no período noturno. Alunos com nota média A eram em sua maioria divergentes. Nenhuma indicação de relações entre desempenho acadêmico e estilos de aprendizagem foi encontrada em um nível mais geral.

Auyeung e Sands (1996) realizaram estudo intercultural dos estilos de aprendizagem dos estudantes de Contabilidade. Os autores compararam os estilos de aprendizagem de estudantes na Austrália, Hong Kong e Taiwan. Os resultados mostraram que os estudantes australianos eram predominantemente acomodatórios, enquanto os estudantes de Hong Kong e Taiwan provaram ser mais do estilo de assimilação. Os autores concluíram que os estudantes australianos representavam mais a cultura individualista ocidental e eram, portanto, mais concretos e ativos, enquanto os estudantes de Hong Kong e Taiwan retratavam melhor a cultura coletivista chinesa, sendo mais abstrata e reflexiva.

Baker, Simon e Bazeli (1987) realizaram pesquisa com estudantes do primeiro ano de Contabilidade (em uma instituição americana) e ficaram surpresos com a diversidade encontrada nos estilos de aprendizagem dos alunos da amostra. Os resultados indicaram que 44% dos alunos eram assimiladores, 31% convergentes, 13% divergentes e 13% acomodatórios. Um ponto interessante que os autores citaram é que uma aula com uma grande diversidade de estilos de aprendizagem levanta um desafio incomum para o instrutor, já que alcançar todos os alunos ao mesmo tempo não será possível.

Como os estilos de aprendizagem em Contabilidade foram mapeados em diferentes estilos e nenhum estudo correlacionou estilos de aprendizagem e desempenho de estágio, este estudo procurou descobrir se diferentes estilos de aprendizagem causam impacto no desempenho do estágio em Contabilidade. Por exemplo, o estilo de aprendizagem acomodatório corresponde a indivíduos que aprendem pela experiência concreta, processam seu aprendizado por meio da experimentação ativa e priorizam a experiência “prática”. Então, esse ou outro estilo de aprendizagem mais ligado ao conhecimento prático poderia estar associado ao desempenho superior no estágio. Isso contribuiu para a seguinte hipótese:

H2: Estilos de aprendizagem impactam o desempenho do estágio contábil.

Outro aspecto relevante a ser analisado em relação aos estilos de aprendizagem é se existe alguma relação entre a escolha da modalidade de estágio e o estilo de aprendizagem. Não foram encontrados estudos ou evidências que apoiassem pesquisas sobre se os estilos de aprendizagem impactam no tipo de estágio, mesmo que essa informação possa ser importante para sinalizar a diferença de estilos entre alunos que fazem e não fazem estágio não obrigatório, o que levou à seguinte hipótese:

H3: Os estudantes que fazem estágio obrigatório têm diferentes estilos de aprendizagem predominantes quando comparados com seus colegas não obrigatórios.

3. Método

Esta pesquisa possui desenho descritivo. Segundo Bhattacharjee (2012), esse tipo de pesquisa é mais indicado para fazer observações cuidadosas e documentação detalhada de um fenômeno de interesse. Kothari (2004) complementa que o objetivo principal dos estudos descritivos é a descrição do atual estado de coisas e retratar com precisão as características de um indivíduo, situação ou grupo ou, em outras palavras, mapear o terreno de um fenômeno específico. Como as informações foram coletadas para classificar os indivíduos pelos estilos de aprendizagem e outras variáveis foram mapeadas e posteriormente analisadas, justifica-se o delineamento deste estudo como descritivo. Este estudo adota uma abordagem positivista. Estudos que utilizam a abordagem positivista visam encontrar características de determinada população ou fenômeno, estabelecendo relações entre variáveis e tratando dados com técnicas estatísticas (Martins, 1997).

A coleta de dados foi realizada por meio de uma pesquisa, mais especificamente com o auxílio de dois instrumentos de pesquisa distintos (questionários). O primeiro questionário foi o Inventário de Estilo de Aprendizagem de Kolb (*Learning Style Inventory - KLSI*) v. 3.1. O KLSI v 3.1 é gerenciado pelo HayGroup®. Para obter o questionário, entramos em contato com o HayGroup® via e-mail para solicitar permissão para usar seu instrumento para fins acadêmicos, com uma resposta positiva. Devido a aspectos contratuais estabelecidos pelo HayGroup®, sujeito à assinatura de um documento de acordo de uso condicional, o questionário não pode ser modificado e publicado neste documento, sendo que esse último deve preservar os direitos sobre o produto. A versão original traduzida em português foi utilizada como instrumento nesta pesquisa. Como esse questionário foi utilizado, aperfeiçoado e validado nas últimas décadas, não foi necessário aplicar um pré-teste. Este instrumento foi proposto por Kolb e utilizado na maioria dos estudos citados sobre estilos de aprendizagem.

Esse instrumento consiste em três páginas. O primeiro é o questionário em si. A segunda e a terceira páginas são usadas para o mapeamento gráfico do estilo de aprendizado de acordo com as respostas dadas na primeira página.

Em termos do construto para o Inventário de Estilo de Aprendizagem, os detalhes sobre a construção e como o questionário mede os estilos de aprendizagem por meio da escala não podem ser divulgados, sendo propriedade do HayGroup®.

A segunda parte da coleta de dados foi realizada por meio de outro questionário para medir a auto percepção do desempenho do aluno no estágio (Tabela 2).

Tabela 2

Construção de avaliação de desempenho

Respondido pelo aluno		Medida	Fonte
Avaliação geral de desempenho	Escala		
Excelente	5		
Muito Bom	4		
Médio	3	Selecione a melhor alternativa	Autores (2017)
Abaixo da média	2		
Insatisfatório	1		

Fonte: Desenvolvido pelos autores (2017)

O tratamento de dados é quantitativo. O tratamento estatístico foi feito usando o software SAS e R. Como este estudo enfoca os estilos de aprendizagem e desempenho de estágio dos estudantes de contabilidade na UEM, adotamos as seguintes variáveis:

- Dependente (y): desempenho do estágio, conforme indicado pelo aluno.
- Independente (x): Estilos de Aprendizagem do Aluno, que foram obtidos aplicando o KLSI v. 3.1.

Com as variáveis em mente, este estudo compara o desempenho de estágios obrigatórios e não obrigatórios, considerando a premissa de que um sistema de livre iniciativa inclina naturalmente apenas alunos que se interessam em criar programas de estágio para prospectar e selecionar uma empresa que melhor proponha um plano de estágio que mais adequadamente lhes convém. Então, o objetivo principal é verificar se o estilo de aprendizado do aluno afeta o desempenho ou não.

Por fim, esta pesquisa procurou confirmar se os estilos de aprendizagem predominantes dos alunos que se envolvem em programas de estágio obrigatórios e não obrigatórios são diferentes, com base na premissa de que um perfil específico ou determinado buscaria estágios opcionais, pois os estágios obrigatórios já estão em vigor.

Para responder às premissas sobre desempenho e estilo de aprendizagem e desempenho ao longo das modalidades de internação (H2 e H1), utilizou-se a técnica de escore médio, na qual as pontuações $\mathbf{a} = (a_1, a_2, \dots, a_r)$ são atribuídas ao nível da variável resposta, perfazendo assim um escore médio \bar{f}_i para cada nível da covariável, possibilitando o exame das alterações no escore médio (Stokes, Davis & Koch, 2000). Isso é feito pelo uso da seguinte fórmula:

Onde:

- a_j é a pontuação do j -ésimo tratamento;

$$\bar{f}_i = \sum_{j=1}^r \frac{a_j n_{ij}}{n_{i+}} \quad i = 1, \dots, s$$

- n_{ij} é a observação na categoria i da covariável (X) e categoria j da variável resposta (Y);
- n_{i+} total marginal da linha i .

Em termos estatísticos, esta hipótese pode ser expressa por:

$$\begin{cases} H_0: \bar{f}_1 = \dots = \bar{f}_s \text{ (não há alterações na pontuação média)} \\ H_1: \bar{f}_i \neq \bar{f}_j \text{ (pelo menos uma pontuação média difere do resto)} \end{cases}$$

Sobre a hipótese nula, H_0 Stokes et. al. (2000) argumentam que a esperança e a variância de \bar{f}_i são dadas respectivamente por:

Onde $\mu_{\mathbf{a}}$ e $\nu_{\mathbf{a}}$ são, respectivamente, a média e a variância populacional do escore \mathbf{a} . A quantidade f_i possui uma distribuição normal aproximada de acordo com o teorema do limite central. Assim, a estatística da pontuação média é definida como:

$$\begin{aligned} \mathbb{E} \left[\bar{f}_i \mid H_0 \right] &= \sum_{j=1}^r a_j \frac{n_{+j}}{n} = \mu_{\mathbf{a}}, \\ \mathbb{V} \left[\bar{f}_i \mid H_0 \right] &= \frac{n - n_{i+}}{n_{i+} (n - 1)} \sum_{j=1}^r (a_j - \mu_{\mathbf{a}})^2 \left(\frac{n_{+j}}{n} \right) = \frac{(n - n_{i+})}{n_{i+} (n - 1)} \nu_{\mathbf{a}}. \end{aligned}$$

Onde μ_{α} e ν_{α} são, respectivamente, a média e a variância da população de escore α . A quantidade \bar{f}_i tem distribuição aproximadamente normal de acordo com o Teorema do Limite Central. Portanto, o escore médio estatístico é definido como:

$$Q_S = \frac{n-1}{n} \frac{\sum_{i=1}^s n_{i+} (\bar{f}_i - \mu_{\alpha})}{\nu_{\alpha}}$$

Nessa fórmula, Q_S tem distribuição aproximada de chi-quadrado com $(s-1)$ graus de liberdade.

A hipótese nula é rejeitada, com nível de significância de $\alpha\%$, se $Q_S > X^2(\alpha, s-1)$, em que $X^2(\alpha, s-1)$ é o percentil $100 \times \alpha$ de uma distribuição qui-quadrado com $(s-1)$ graus de liberdade.

Para testar a terceira premissa (modalidade de estágio e estilo de aprendizagem, H3) foi utilizada a estatística qui-quadrado. Mais especificamente, a técnica do qui-quadrado foi usada como teste de homogeneidade (Bussab & Morettin, 2010).

É importante notar que esta técnica estatística vem com requisitos, que são:

- Nível de medição em pelo menos uma escala nominal;
- Frequências esperadas acima de 5;

Por uma questão de melhor compreensão, considere a seguinte notação:

- i indica o número da linha;
- j indica o número da linha;
- O_{ij} indica os valores observados da i -ésima linha j -ésima coluna;

Em termos estatísticos, as hipóteses são dadas por:

$$\begin{cases} H_0: P_1 = P_2 \text{ (A distribuição de probabilidade das linhas é a mesma)} \\ H_1: P_1 \neq P_2 \text{ (A distribuição de probabilidade das linhas é a diferente)} \end{cases}$$

De acordo com Stokes et. al. (2000), a estatística qui-quadrado é dada por:

$$Q_p = \sum_{i=1}^s \sum_{j=1}^r \frac{(O_{ij} - E_{ij})^2}{E_{ij}}$$

Onde:

- s é o número de linhas
- r é o número de colunas

Supondo que H_0 seja verdadeiro, nota-se que a estatística Q_p tem distribuição chi-quadrado com $(s-1)(r-1)$ graus de liberdade. A hipótese nula é rejeitada ao nível de significância α , se $Q_p > X^2(\alpha, (s-1)(r-1))$, no qual $X^2(\alpha, (s-1)(r-1))$ é o percentil $100 \times \alpha$ de uma distribuição chi-quadrado com $(s-1)(r-1)$ graus de liberdade.

A população deste estudo é composta por todos os alunos matriculados em Ciências Contábeis na UEM no ano de 2016, correspondendo a 533 alunos. O questionário foi aplicado a 247 estudantes. Dos 247 entrevistados, 160 não haviam realizado ou ainda estavam fazendo estágios e, portanto, foram excluídos da amostra. Assim, 87 foi a amostra final que respondeu aos questionários.

4. Análise e Interpretação dos Resultados

Primeiro, as estatísticas descritivas são apresentadas sobre todas as 247 observações. A grande maioria dos estudantes tem menos de 23 anos de idade. Apenas dois alunos que responderam ao questionário têm mais de 35 anos de idade.

Há também um predomínio de estudantes do sexo feminino (60%) entre os entrevistados. Isso está de acordo com um estudo do Conselho Federal de Contabilidade (2016) desenvolvido em 2016, que mostra que a Contabilidade se tornou um curso predominantemente feminino.

Em relação aos estilos de aprendizagem das 247 respostas, a maioria dos alunos é identificada como Assimiladores (111%). O segundo estilo de aprendizado mais popular entre os respondentes são os Convergentes (57%), seguidos pelos Divergentes (46%). Finalmente, o estilo de aprendizagem com o menor número de representantes dentro da amostra corresponde aos Acomodatícios com 33 observações (13%). Os dados estão disponíveis na Tabela 3. De acordo com o estudo de Kolb e Kolb (2005b), contadores são em maioria Convergentes, que é o segundo estilo de aprendizagem mais popular no grupo de estudantes de Contabilidade da UEM.

Tabela 3

Distribuição dos estilos de aprendizagem predominantes dentro dos sexos

Sexo	Estilos				Total
	Acomodatício	Assimilador	Convergente	Divergente	
Masculino	11	49	27	13	100
Feminino	22	62	30	33	147
Total	33	111	57	46	247
%	13%	45%	23%	19%	100%

Fonte: desenvolvido pelos autores (2017)

Esse resultado em relação à maioria dos estudantes que estão Assimiladores está em conformidade com o estudo de Nogueira e Espejo (2010), que foi feito coincidentemente com estudantes de uma universidade do mesmo estado e a apenas 500 quilômetros da UEM. Resultados semelhantes em termos de estilos de aprendizagem predominantes também foram encontrados nos estudos de Baker, Simon e Bazeli (1987), envolvendo estudantes de uma IES americana, Geiger (1992) e parcialmente no estudo de Au-yeung e Sands (1996), executado com estudantes da Austrália, Taiwan e Hong Kong.

Como a maioria dos alunos são assimiladores, é interessante fazer valer palestras e trabalhos, sendo assim que os assimiladores aprendem melhor segundo Kolb e Kolb (2008). Por outro lado, para beneficiar a maioria dos alunos, um professor teria que se abster de simulações, estudos de caso, cooperação mútua e atividades práticas, o que beneficiaria uma pequena parcela dos alunos que adotam o estilo de aprendizado oposto, sendo acomodaticios (Kolb & Kolb, 2008).

Há muitas áreas específicas do campo da Contabilidade nas quais os alunos fizeram estágios. Dos 163 alunos que já haviam realizado ou ainda estavam em estágio, 80 trabalhavam com Contabilidade Tributária. Esse número elevado já era esperado, já que os escritórios de contabilidade fiscal representam a maioria dos empregadores dos estudantes de contabilidade da UEM. No espectro de gestão, 40 desses 163 alunos relataram fazer algum trabalho de Contabilidade Gerencial. No setor público, 22 estudantes trabalharam em prefeituras, departamentos de educação, departamentos de receita e outras instituições públicas que fazem contabilidade pública. Em relação à folha de pagamento, 17 dos 163 alunos relataram atividades relacionadas ao cálculo de salários, demissões de funcionários e outras tarefas relacionadas à folha de pagamento. Por fim, oito estudantes relataram trabalhar com contabilidade no terceiro setor. Esses oito alunos trabalharam em Organizações Não Governamentais (ONGs) ou escritórios de contabilidade, fazendo suas contabilidades. Os alunos poderiam responder que eles trabalharam com muitas áreas diferentes simultaneamente.

Para testar a primeira hipótese, utilizou-se a técnica de escore médio:

H1: O desempenho do estágio contábil não obrigatório difere do desempenho obrigatório do estágio contábil.

Quando testados, os seguintes resultados surgem:

Tabela 4

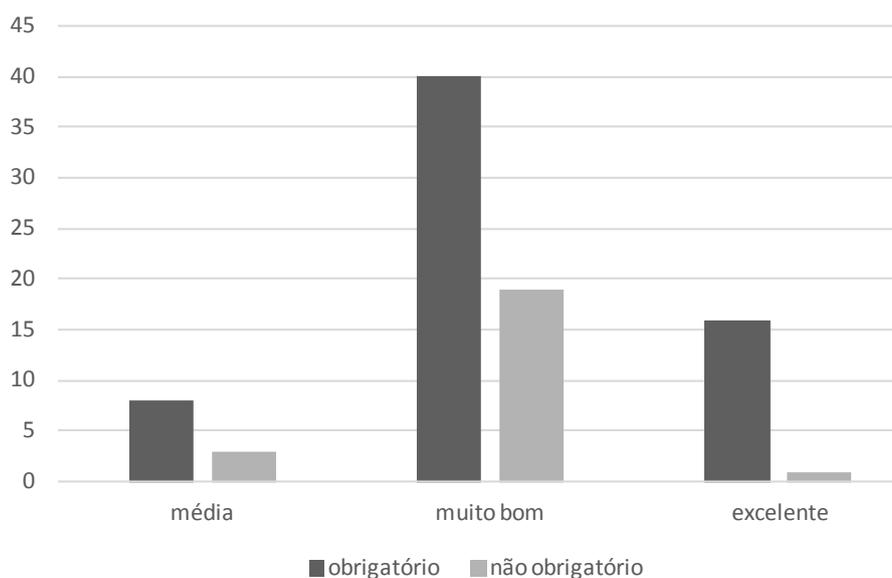
Desempenho e modalidade de estágio

Modalidade de estágio	Performance			Total
	Media	Muito bom	Excelente	
Obrigatório	8	40	16	64
Não mandatário	3	19	1	23
Total	11	59	17	87
Estatísticas Qs = 2.5245		p-value = 0,1121		

Fonte: desenvolvido pelos autores (2017)

Os resultados não alcançaram significância estatística. Os resultados apresentados na Tabela 4 mostram que rejeitamos a hipótese (H1) ou, em outras palavras, o desempenho do estágio não está de forma alguma relacionado à modalidade de estágio. Mais uma vez, isso vai contra a premissa que originou as hipóteses, que é que, em um sistema de livre iniciativa, onde um aluno pudesse escolher se ele gostaria de fazer um estágio ou não, isso impactaria o desempenho. Vale a pena argumentar que a existência de estágios obrigatórios desencoraja os estudantes a tentarem buscar uma experiência que agregue mais valor. Isso pode ser visto apenas observando a proporção de alunos que fazem estágios opcionais em relação àqueles que aceitam os obrigatórios (todos os alunos). Se um número mais equivalente de alunos fizesse estágios opcionais, mais comparações poderiam ser feitas.

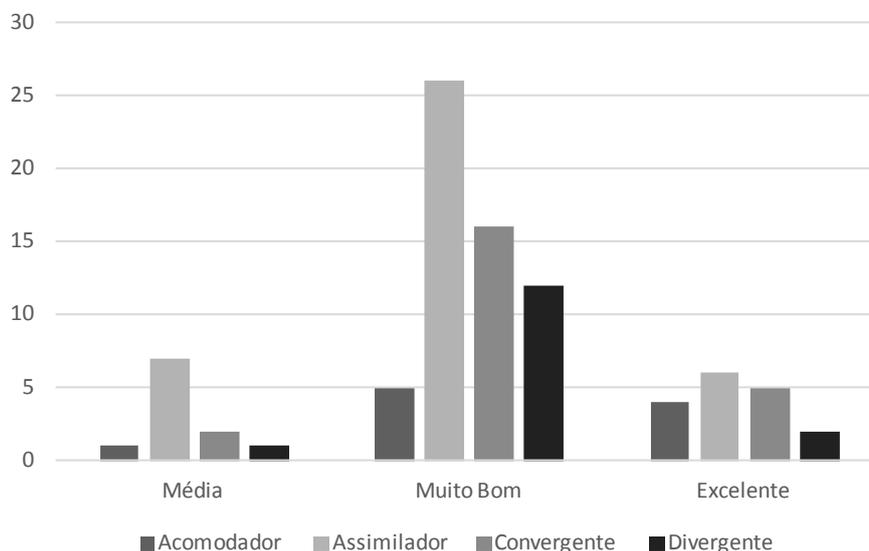
No que diz respeito ao desempenho, é importante notar que nenhum dos 87 entrevistados que tiveram e terminaram seus estágios se classificaram abaixo da média. Todas as respostas indicaram média, muito boa ou excelente, ou seja, há variação limitada nos resultados. A Figura 2 mostra a avaliação dos alunos sobre sua modalidade de estágio e desempenho.



Fonte: desenvolvido pelos autores (2017)

Figura 2. Modalidade de estágio e desempenho, considerando 87 observações

A baixa variação nas respostas quanto ao desempenho auto percebido indica que os alunos aprovam seu desempenho e sentem como se estivessem atendendo aos requisitos. Essas respostas podem ser vistas na Figura 3, ao lado dos estilos de aprendizagem. O bom desempenho geral pode ser explicado pela baixa complexidade das tarefas dos estagiários.

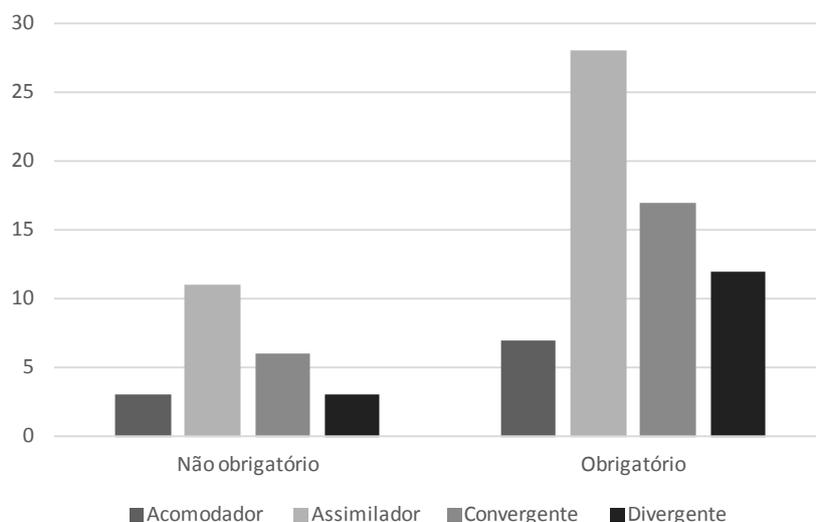


Fonte: desenvolvido pelos autores (2017)

Figura 3. Estilos de aprendizagem e autoavaliação do desempenho, considerando 87 observações

Outro benefício explorado dos estágios diz respeito à empregabilidade. Excluindo os sete estudantes que trabalham em escritórios públicos, que têm contratos de tempo limitado sem potencial de renovação, cerca de 80% dos alunos tiveram a oportunidade de continuar na empresa como um trabalhador efetivo em tempo integral. Mais questionamentos revelaram que cerca de 60% dos estudantes que tiveram chances de permanecer na empresa recusaram o convite. As razões para as recusas ou aceitações não foram exploradas no estudo.

Em relação à modalidade Estágio entre os 87 respondentes, a maioria deles passou por estágios obrigatórios, como mostra a Figura 4, juntamente com os estilos de aprendizagem.



Fonte: desenvolvido pelos autores (2017)

Figura 4. Estilos de aprendizagem e modalidade Estágio, considerando 87 observações

Em seguida, os resultados apresentados nas figuras acima serão testados e analisados posteriormente por meio de ferramentas estatísticas. Para testar as hipóteses sobre desempenho de estágio e estilos de aprendizagem, utilizou-se a técnica estatística de escores médios, na qual a seguinte hipótese foi:

H2: Os estilos de aprendizagem impactam o desempenho dos estágios de contabilidade.

Quando testados, os seguintes resultados foram obtidos:

Tabela 5

Desempenho de estágio e estilo de aprendizagem

Estilo de aprendizado	Performance			Total
	Média	Muito bom	Excelente	
Acomodatício	1	5	4	10
Assimilador	7	26	6	39
Convergente	2	16	5	23
Divergente	1	12	2	15
Total	11	59	17	87
Estatística Qs = 3,0748		p-value = 0,3802		

Fonte: desenvolvido pelos autores (2017)

Os resultados não alcançaram significância estatística. Os resultados apresentados na Tabela 6 destacam que rejeitamos a hipótese H2. Assim, verificamos que o estilo de aprendizagem não impacta o desempenho do estágio para a amostra testada. Esses resultados são contrários à premissa de que o estilo de aprendizagem de um indivíduo afeta diretamente seu desempenho nos estágios, o que levou à criação dessas hipóteses. A baixa variação do desempenho em si já sugeriria que os estilos de aprendizagem não desempenham um papel significativo no desempenho do estágio. Há duas explicações possíveis que podem ter afetado esse resultado. Em primeiro lugar, o tamanho da amostra de 87 entrevistados poderia ser um fator chave para explicar a variação de baixo desempenho. O segundo e mais importante aspecto a observar é o tipo de trabalho que os estagiários estão fazendo. A maioria dos alunos realiza atividades com baixa exigência de pensamento crítico e conhecimento técnico, simplesmente registrando transações financeiras em um sistema contábil. A baixa complexidade das atividades em si pode explicar o desempenho acima da média observado. Em suma, esses fatores ou a combinação de fatores podem ter levado à baixa variação de respostas e, conseqüentemente, à não relação entre estilos de aprendizagem e desempenho dos estágios.

A terceira hipótese testada foi:

H3: Estudantes de estágios obrigatórios têm diferentes estilos de aprendizagem predominantes de suas contrapartes não obrigatórias.

Para testar isso, utilizou-se a técnica do Qui-quadrado, pois os dados atendiam aos seus requisitos. Essa técnica verifica a distribuição de frequência (Tabela 6).

Tabela 6

Estilos de aprendizagem e modalidade de estágio

Modalidade de estágio	Estilo de aprendizagem				Total
	Acomodatício	Assimilador	Convergente	Divergente	
Não obrigatório	3	11	6	3	23
Obrigatório	7	28	17	12	64
Total	10	39	23	15	87
Estatística Qp = 0,4490		valor de p = 0,9299			

Fonte: desenvolvido pelos autores (2017)

Os resultados não alcançaram significância estatística, mas indicam que rejeitamos a hipótese H3. Em outras palavras, os alunos que fizeram estágios obrigatórios e não obrigatórios têm o mesmo estilo de aprendizado predominante. Isso é oposto à premissa que motivou a hipótese de que os estudantes que procuraram estágios não obrigatórios teriam um estilo de aprendizagem diferente. É óbvio que, se não houver vantagem em aceitar estágios não obrigatórios e se houver uma exigência legal de se fazer estágio, poucos estudantes passarão por uma experiência tão árdua e consumidora de energia. Na amostra pesquisada, apenas cerca de um quarto dos alunos decidiu fazer estágio não obrigatório. As razões para isso não foram exploradas neste estudo. Uma observação que pode ser tirada da Tabela 7 é que, diferentemente dos outros estilos de aprendizagem dos estudantes que fizeram estágios não obrigatórios, na proporção estimada de 1:3 ou 1:4, os acomodaticios eram mais propensos a se envolver em obrigatórios, para uma proporção estimada de 1:2.

Descobrimos que os estilos de aprendizagem dos alunos não afetaram seu desempenho no estágio, não havendo diferença estatística relevante entre os estilos de aprendizagem em relação ao desempenho na amostra. Esse resultado vai contra a premissa que motivou o estudo. Por outro lado, atende parcialmente ao estudo de Nogueira e Espejo (2010). O resultado desse teste de Hipóteses indica que qualquer tipo de estudante pode se beneficiar de estágios e não apenas estudantes que aprendem melhor com experiências concretas, que, em essência, são o que os estágios oferecem. Para a instituição de acolhimento, significa que não devem ser feitos esforços para adaptar diferentes tipos de estágios a estudantes com diferentes estilos de aprendizagem, a fim de melhorar o desempenho. Para as empresas anfitriãs, isso implica que o desempenho dos *trainees* não será alterado pelo que e como as experiências de trabalho são fornecidas.

Embora o estágio obrigatório tenha apresentado desempenho superior, não se pode inferir que seja estatisticamente relevante. Uma possível explicação pode ser que os estudantes que buscam estágios não obrigatórios podem encontrar trabalhos mais desafiadores e, conseqüentemente, ter um desempenho inferior devido à maior complexidade do trabalho realizado. Assim, o desempenho do estágio não está de forma alguma relacionado à modalidade de estágio. Esse resultado significa que a continuação de estágios obrigatórios pela UEM promove o emprego e o bom desempenho, já que a média de desempenho foi alta, tanto para estudantes quanto para supervisores. Para os estudantes, a implicação desse resultado é que a modalidade de estágio não é o fator determinante que afeta seu desempenho ou, em outras palavras, pode atingir altos níveis de desempenho nas duas modalidades de estágio. Como, tanto quanto sabemos, uma busca no banco de dados da Capes não revelou nenhum outro estudo com o escopo dessas hipóteses, não podemos comparar os achados.

Em relação ao desempenho como um todo, como foi extremamente bem avaliado e como a maioria dos estagiários trabalha com contabilidade tributária, isso pode indicar que o alto desempenho se deve ao baixo nível de complexidade envolvido nas atividades que os estagiários estão fazendo. A maior parte do tempo gasto no estágio é executar tarefas repetitivas de baixo esforço mental, como registrar faturas eletrônicas e outras transações comerciais no sistema com um código de barras.

O resultado do teste estatístico qui-quadrado revela que não existem diferenças no estilo de aprendizagem predominante dos estudantes que optam por diferentes modalidades de estágio.

As implicações deste resultado são que os estudantes não veem estágios não obrigatórios como essencialmente diferentes dos obrigatórios. Os alunos podem achar que não há vantagem em fazer estágios não obrigatórios, pois eles necessariamente terão que passar por um estágio obrigatório. Uma questão que pode ser mais investigada é que este sistema atual de colocações obrigatórias pode desencorajar os estudantes a buscarem oportunidades em empresas para estágios não obrigatórios. Em outras palavras, a modalidade Estágio não atrai a atenção dos alunos com base em seu estilo de aprendizagem, mas em outros aspectos, talvez com base em sua percepção da necessidade (financeira, talvez) e outros benefícios potenciais, como empregabilidade futura. Como, tanto quanto sabemos, uma busca no banco de dados da Capes não revelou nenhum outro estudo com o escopo dessas hipóteses, não podemos comparar os achados.

5. Conclusões e Recomendação

Este estudo procurou correlacionar o desempenho de estágios a estilos de aprendizagem. Para isso, inicialmente, uma amostra de 247 estudantes de Contabilidade foi pesquisada e, a partir de então, filtrada para 87 alunos. Embora o estágio obrigatório tenha apresentado desempenho superior, não se pode inferir que seja estatisticamente relevante. Assim, o desempenho do estágio não está de forma alguma relacionado à modalidade Estágio. Descobrimos também que os estilos de aprendizagem dos alunos não afetam o desempenho do estágio, pois não há disparidade estatística relevante entre os estilos de aprendizagem em relação ao desempenho na amostra. Esse resultado vai contra a premissa que motivou o estudo.

Em relação ao desempenho como um todo, como resultado do teste estatístico qui-quadrado, não existem diferenças no estilo de aprendizagem predominante dos estudantes que optam por diferentes modalidades de estágio. As implicações deste resultado são que os estudantes não veem estágios não obrigatórios como essencialmente diferentes dos obrigatórios. Esses resultados mostram que não há associação dos tipos de estágio com os estilos de aprendizagem e com o desempenho. Portanto, os estudos devem aprofundar a análise, talvez de forma qualitativa, a fim de captar os problemas e desafios com o objetivo de melhorar esse tipo de aprendizado.

Uma limitação do estudo é que os resultados são limitados à sua amostra e não podem ser generalizados. Recomenda-se que este estudo seja replicado para confirmar ou refutar os resultados obtidos. Como a amostra final foi pequena em número em relação à população, os dados podem estar distorcidos. Assim, seria interessante que os próximos estudos se concentrassem em obter uma amostra maior para minimizar esse efeito. Também seria gratificante se um estudo se concentrasse na escolha de estágios não obrigatórios e, assim, determinasse os motivos que levam os alunos a fazer estágios não obrigatórios, onde existe uma exigência legal para estágios obrigatórios.

Estudos com o mesmo método devem considerar outros cursos além da Contabilidade, como Administração de Empresas e Economia, a fim de comparar os estilos de aprendizagem predominantes e o desempenho dos estágios. Seria curioso testar os estilos de aprendizagem e o desempenho das disciplinas de crédito obrigatório e crédito opcional nos cursos de pós-graduação em Contabilidade, Economia e Administração de Empresas. Talvez em um nível acadêmico mais elevado, estilos de aprendizagem possam desempenhar um papel mais significativo no desempenho.

Para a IES onde este estudo foi desenvolvido, de acordo com os resultados, a exigência legal de estágios obrigatórios deve ser preservada, exceto para os estudantes que já estão empregados, pois as evidências mostram que os alunos aprovam seu desempenho e os benefícios desses programas são claros, especialmente em termos de desempenho auto percebido e potencial empregabilidade.

Pesquisas futuras também devem se concentrar no desenvolvimento de um estudo qualitativo sobre as contribuições que os estágios trazem ao conjunto de habilidades dos alunos, a melhoria dos laços entre a academia e o mundo dos negócios e os benefícios deixados para a empresa depois que o aluno terminou os programas.

Referências

- AICPA – Core Competency Framework. (2016). Retrieved on the 22nd of May, 2016, from <<http://www.aicpa.org/interestareas/accountingeducation/resources/pages/corecompetency.aspx>>
- Alm, C.T., (1996). Using student journals to improve the academic quality of internships. *Journal of Education for Business* 72(2), pp. 113–115.
- Alpert, F., Heaney, J. G. & Kuhn, K. A. L. (2009). Internships in marketing: Goals, structures and assessment—Student, company and academic perspectives. *Australasian Marketing Journal (AMJ)*, 17(1), pp. 36-45.
- ALQahtani, D. A. & Al-Gahtani, S. M. (2014). Assessing learning styles of Saudi dental students using Kolb's Learning Style Inventory. *Journal of dental education*, 78(6), pp. 927-933.

- Anthony, W. P. (1981). Using Internship for Action Learning. *Journal of European Industrial Training*, 5(1), pp. 11-16.
- Auyeung, P. & Sands, J. (1996). A cross cultural study of the learning style of accounting students. *Accounting & Finance*, 36(2), pp. 261-274.
- Bakar, M. J. A., Harun, R. J., Yusof, K. N. C. K. & Tahir, I. M. (2011). Business and Accounting Student's Perceptions on Industrial Internship Program. *Journal of Education and Vocational Research*, 1(3), pp. 72-79.
- Baker, R. E., Simon, J. R. & Bazeli, F.P. (1986). An assessment of the learning style preferences of accounting majors. *Issues in Accounting Education*, Spring, 1-12.
- Baker, R. E., Simon, J. R. & Bazeli, F. P. (1987). Selecting instructional design for introductory accounting based on the experiential learning model. *Journal of Accounting Education*, 5(2), pp. 207-226.
- Bhattacharjee, A. (2012). Social science research: principles, methods, and practices.
- Bayerlein, Leopold, (2015). Curriculum innovation in undergraduate accounting degree programmes through "virtual internships". *Education + Training*, 57(6), pp. 673 – 684. doi: <https://doi.org/10.1108/ET-09-2014-0110>.
- Beard, D. F. (1998). The Status Of Internships: Cooperative Education Experiences In Accounting Education. *Journal of Accounting Education*, 16(3/4), pp. 507-516.
- Beard, D. F. (2007). Assessment of internship experiences and accounting core competencies. *Accounting Education: an international journal*, 16(2), pp. 207-220.
- Boer, Germain de. (2000). Management in Accounting Education: Yesterday, Today and Tomorrow. *Issues in Accounting Education*, 15(2).
- Bussab, W. D. O. & Morettin, P. A. (2010). Estatística básica. Saraiva.
- Cardoso, J. L., Souza, M. D. & Almeida, L. B. (2006). Perfil do contador na atualidade: um estudo exploratório. *Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos*, 3(3), pp.275-284.
- Conselho Federal de Contabilidade (2016). Mulheres já representam 42% dos profissionais da contabilidade. Retrieved March 3rd, 2017, from <http://cfc.org.br/noticias/participacao-das-mulheres-avanca-na-contabilidade/>
- DiMuro, P. & Terry, M. (2007). A matter of style: Applying Kolb's learning style model to college mathematics teaching practices. *Journal of College Reading and Learning*, 38(1), pp. 53-60.
- Geiger, Marshall A. (1992). Learning Styles of Introductory Accounting Students: An Extension to Course Performance and Satisfaction. *The Accounting Educators' Journal*. 4(1), pp. 22-39.
- Gibson, D. C. (2001). Communication faculty internships. *Public Relations Review*, 27(1), pp. 103-117.
- Goodman, L. (1982). Internship programs: what CPA firms should know. *Journal of Accountancy*, 154(4), pp.112-114.
- Grumet, L. (2001). Bridging the education gap. *The CPA Journal*, 71(8), p.9.
- English, D. M., & Koeppen, D. R. (1993). The relationship of accounting internships and subsequent academic performance. *Issues in Accounting Education*, 8(2), pp.292-299.
- Felder, R. M. (1996). Matters of style. *ASEE Prism*, 6(4), pp.18-23.
- Fundação Brasileira de Contabilidade. (2009). Proposta nacional de conteúdo para o curso de graduação em ciências contábeis, 2. ed. ver. e atual, Brasília
- Hanson, J. (1984). Internships and the individual: Suggestions for implementing (or improving) an internship program. *Communication education*, 33(1), pp. 53-61.

- Hauck, A. J., Allen, S. Y. & Rondinelli, F. (2000). Impact of structured internship programmes on students' performance in construction management curricula. *Journal of Construction Education*, 5(3), pp. 272-287
- Herron, T. L. & Morozzo, M. M. (2008). The Value of Faculty Internships in Auditing. *Current Issues in Auditing*, 2(2), pp. A1-A9.
- Jones, G. & A. Abraham. (2007). Education Implications of the Changing Role of Accountants: Perceptions of Practitioners, Academics and Students. University of Wollongong, Research Online, Faculty of Commerce – Papers (Archive).
- Kavanagh, M. H. & L. Drennan. (2008). What Skills and Attributes Does an Accounting Graduate Need? Evidence From Student Perceptions and Employer Expectations. *Accounting & Finance*, 2(48), pp. 279-300.
- Kolb, D.A. (1984). *Experiential Learning: Experience as the Source of Learning and Development*. Englewood Cliffs, N.J.: Prentice-Hall.
- Kolb, D. A. (1993). Learning-style inventory: Self-scoring inventory and interpretation booklet: *Revised scoring*. TRG, Hay/McBer.
- Kolb, A. & Kolb, D. (2005a). Learning styles and learning spaces: enhancing experiential learning in higher education. *Acad. Manag. Learn. Educ*, 4(2), pp. 193-212.
- Kolb, A. & Kolb, D. A. (2005b). The Kolb Learning Style Inventory – version 3.1 2005 Technical Specifications.
- Kolb, A. & Kolb, D. A. (2008). *Experiential learning theory: A dynamic, holistic approach to management learning*. Education and Development Department of Organizational Behavior. Case. Western Reserve University Working Paper.
- Kothari, C. R. (2004). *Research methodology: Methods and techniques*. New Age International.
- Leite Filho, G. A., Batista, I. V. C., Paulo Junior, J., Siqueira, R. L. (2008). Estilos de aprendizagem x desempenho acadêmico - uma aplicação do teste de Kolb em acadêmicos no curso de Ciências Contábeis. *Anais do Congresso Usp de Iniciação Científica em Contabilidade*. São Paulo, SP, Brasil, 5
- Machado, V. S. A. & Nova, S. F. C. C.. (2008). Análise comparativa entre os conhecimentos desenvolvidos no curso de graduação em contabilidade e o perfil do contador exigido pelo mercado de trabalho: uma pesquisa de campo sobre educação contábil. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade*, 2(1), 1-23.
- Malah, R., Muhammaddun Mohamed, Z., Ramli, R. & Aman, A. (2014). Internship for accounting undergraduates: comparative insights from stakeholders. *Education + Training*, 56(6), pp.482 – 502.
- Manolis, C., Burns, D. J., Assudani, R. & Chinta, R. (2013). Assessing experiential learning styles: A methodological reconstruction and validation of the Kolb Learning Style Inventory. *Learning and Individual Differences*, 23, pp. 44-52.
- Marin, T. I. S, Lima, S. J. de & Nova, S. P. de C. C. (2014). Formação do contador - o que o mercado quer, é o que ele tem? Um estudo sobre o perfil profissional dos alunos de ciências contábeis. *Revista Contabilidade Vista & Revista*, 25(2), pp. 59-83.
- Martins, G. D. A. (1997). Abordagens metodológicas em pesquisas na área de administração. *Revista de Administração*, 32(3), pp. 5-12.
- Maslen, G. (1996). Australians share sandwich with Europe. *Times Higher Education Supplement*, 26(3).
- McCarthy, M. (2010). Experiential learning theory: From theory to practice. *Journal of Business & Economics Research*, 8(5), pp.131-139.
- McKee, T.E., Mock, T. J. & Ruud, T. F. (1992). A comparison of Norwegian and United States accounting students' learning style preferences. *Accounting Education*, 1(4), pp. 321-341.
- Mihail, Dimitrios M. (2006). Internships at Greek universities: an exploratory study. *Journal of Workplace Learning*, 18(1), pp. 28 – 41.

- Nevett, T., (1985). Work experience. The essential ingredient in British programs. *Journal of Marketing Education*, 7(1), pp. 13–18.
- Nogueira, D. R. & Espejo, M. M. D. S. B. (2010). O impacto do estilo de aprendizagem no desempenho acadêmico: um estudo empírico com alunos das disciplinas de contabilidade geral e gerencial na educação à distância. Anais do Congresso Anpcont, Natal (RN), 4.
- O’Leary, C. & Stewart, J. (2013). The interaction of learning styles and teaching methodologies in accounting ethical instruction. *Journal of business ethics*, 113(2), pp. 225-241.
- Oliveira, L. M. T. & Arruda, J. A. (2004). O perfil do profissional contábil de Unaí-MG. *Revista de Administração e Contabilidade*, Faculdade de Unaí/MG. (2), pp. 43-47.
- Pasewark, W. R., Stawser, J.R. & Wilerson, J.E.. (1989). An Empirical Examination of the Effect of Previous Internship Experience On Interviewing Success. *Journal of Accounting Education*, 7(1), pp. 25-39.
- Reis, L. G. dos, Paton, C. & Nogueira, D. R. (2012). Estilos de aprendizagem: uma análise dos alunos do curso de ciências contábeis pelo método Kolb. *Revista Enfoque: Reflexão Contábil*, 31(1), pp. 53-66.
- Santos, D. F. dos, Sobral, F. de S., Correa, M. D., Antonovz, T. & Santos, R. F. dos. (2011), Perfil do profissional contábil: estudo comparativo entre as exigências do mercado de trabalho e a formação oferecida pelas instituições de ensino superior de Curitiba. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, 8(16), pp. 137-152.
- Siegel, G. & Sorensen, J. (1994). What Corporate America Wants in Entry Level Accountants? *Institute of Management Accountants*, Montvale, N.J.
- Siegel, G. & Sorensen, J. (1999). Counting more, counting less: transformation in the management accounting profession. Retrieved on the 8th of October, 2015 from: <www.imanet.org/ima/docs/1600/1564.pdf>.
- Stokes, M. E., Davis, C. S. & Koch., G. G. (2000). *Categorical Data Analysis using the SAS System*. Second edition Cary. [S.l.]: NC: SAS Institute Inc.
- Stout, D.E. & Ruble, T.L. (1991). A reexamination of accounting student learning styles. *Journal of Accounting Education*, 9(2), pp. 341-541.
- Sutherland, T. & Wolcott, S. (2002). Exploring the implications of student characteristics. American Accounting Association CPE Workshop.
- Thiel, G.R. & Hartley, N.T., (1997). Cooperative education: a natural synergy between business and academia. S.A.M. *Advanced Management Journal*, 62(3), pp. 19–24.
- Torres, F. B. da S., Silva, A. P. F. da & Falk, J. A. (2011). Competências Profissionais Demandadas aos Contadores: adequação das atividades desenvolvidas através do estágio. *ConTexto*, 11(20), pp. 31-44.
- Valente, N. T. Z., Abib, D. B. & Kusnik, L. F. (2007). Análise dos Estilos de Aprendizagem dos Alunos e Professores do Curso de Graduação em Ciências Contábeis de uma Universidade Pública do Estado do Paraná com a Aplicação do Inventário de David Kolb. *Contabilidade Vista & Revista*, 18(1), pp. 51-74.

Disclosure frente à crescente intangibilização das empresas: Valor Contábil x Valor de Mercado

Resumo

Objetivo: Verificar se, com a progressiva “intangibilização” das empresas, a Contabilidade tem procurado desenvolver maneiras de manter a utilidade das informações contábeis para a tomada de decisão de investimentos.

Método: Trata-se de estudo exploratório com abordagem qualitativa. A pesquisa tem como base a lista das maiores empresas em valor de mercado, divulgada pela *Visual Capitalist*, em 2016. Analisou-se a evolução dos últimos 15 anos nas principais bolsas de valores do mercado norte-americano e constatou-se que, de 2001 até 2016, houve uma mudança no *ranking* das maiores empresas em valor de mercado de outros setores da economia para o setor de tecnologia, onde as cinco maiores empresas do mundo, em 2016, foram: Apple, Alphabet (*holding* da Google), Microsoft, Amazon e Facebook.

Resultado: Evidenciam que o valor do patrimônio líquido das empresas é inferior ao valor de mercado. O mercado considera que parte da diferença seja decorrente do não reconhecimento contábil dos intangíveis das empresas, principalmente no novo cenário da economia digital.

Contribuições: Como a solução não será atingida em curto prazo e a Contabilidade não pode deixar de manter sua característica informacional, defende-se a divulgação de seus itens intangíveis mesmo que em Notas Explicativas.

Palavras chave: Intangibilização, *Disclosure*, Valor de Mercado.

Verônica Andréa Lima Gouveia

Doutoranda em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Contato: Av. Pasteur, 250, Sala 251, Urca, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 22.290-240. E-mail: gouveia.veronica@hotmail.com

Tatiane Gomes Silva

Doutoranda em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Contato: Av. Pasteur, 250, Sala 251, Urca, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 22.290-240. E-mail: tatianegsilva@gmail.com

Natan Szuster

Pós-Doutor em Ciências Contábeis pela *University of Illinois at Urbana-Champaign* (UIUC) e Doutor em Controladoria e Contabilidade pela Universidade de São Paulo (USP). Contato: Av. Pasteur, 250, Sala 251, Urca, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 22.290-240. E-mail: nathan.nszuster@gmail.com

Fortunée Szuster

Mestre em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e Professora convidada da Fundação Getúlio Vargas (FGV-RJ). Contato: Praia de Botafogo, 190 - Botafogo, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 22.250-900. E-mail: szuster770@gmail.com

1. Introdução

O reconhecimento de ativos intangíveis nas demonstrações financeiras sempre foi um tema polêmico. O Pronunciamento Técnico CPC 04 (CPC, 2010) estabelece que um ativo intangível é um ativo não monetário identificável sem substância física. Alguns ativos intangíveis encontrados regularmente são: tecnologia, marcas, patentes, carteiras de clientes e capital intelectual. E a cada dia novos ativos surgem. Cada vez mais, os intangíveis ganham importância e apresentam impacto no valor da empresa, mas, em grande parte, não resultam em reconhecimento contábil.

O Pronunciamento estabelece que uma entidade deva reconhecer um ativo intangível apenas se determinados critérios forem atendidos. Também especifica como apurar o valor contábil dos ativos intangíveis, exigindo divulgações específicas sobre esses ativos.

A Contabilidade moldada para indústria e comércio de bens tangíveis se encontra, então, diante do desafio de prestar informação útil em um mercado que, cada vez mais, atribui valor a itens intangíveis e novos modelos de atividade empresarial, com maior base em ideias, tecnologia e valores agregados à marca do que em itens físicos valorados pelo custo de produção.

Neste contexto, pretende-se demonstrar que existe uma “intangibilização” cada vez maior das empresas e que a Contabilidade tem papel fundamental na evidenciação das informações necessárias para a tomada de melhores decisões.

Para tanto, foi analisada a evolução dos últimos 15 anos das maiores empresas do mundo em valor de mercado, representado pelo preço da ação, que é frequentemente utilizado pelos investidores para obter uma estimativa do valor da empresa considerado justo naquele momento. Estas empresas possuem suas ações negociadas nas principais bolsas de valores do mercado norte-americano.

A pesquisa tem como base a divulgação feita pela *Visual Capitalist* (empresa canadense especializada em tendências de negócios e investimentos) das maiores empresas em valor de mercado. Como resultado, constatou-se que, de 2001 até 2016, houve uma mudança no *ranking* das maiores empresas em valor de mercado de outros setores da economia (indústria, comércio, etc.) para o setor de tecnologia (Nova Economia), em que as cinco maiores empresas do mundo com ações negociadas no mercado norte-americano, em 2016, foram: Apple, Alphabet (*holding* da Google), Microsoft, Amazon e Facebook.

E o que estas cinco empresas têm em comum? Todas são do setor de tecnologia e desbancam empresas até então no topo da lista de maior valor de mercado nos anos anteriores como a Exxon, G&E, Total, Citibank, Petrochina, Shell, ICBC – Banco Industrial e Comercial da China e Walmart.

Diante do exposto, elabora-se a seguinte questão de pesquisa: **A informação contábil permanece útil para tomada de decisão sobre investimentos?**

Assim, o objetivo do estudo é verificar se, com a progressiva “intangibilização” das empresas, a Contabilidade tem procurado desenvolver maneiras de manter a utilidade das informações contábeis para a tomada de decisão de investimentos.

Conforme Beyer, Cohen, Lyz e Walther (2010), a informação contábil desempenha dois papéis importantes nas economias de mercado. Primeiro, permite que os provedores de capital (acionistas e credores) avaliem o potencial de retorno das oportunidades de investimento (o papel de avaliação das informações contábeis). Segundo, as informações contábeis permitem que os provedores de capital monitorem o uso de seu capital uma vez comprometido (o papel do *stewardship* da informação contábil).

É por meio da Contabilidade, como linguagem de negócios, que os usuários esperam obter informações úteis e relevantes para a tomada de decisões.

Em contrapartida, Lev (2016), contador e pesquisador de referência quando o tema é Ativo Intangível, destaca que fatores fundamentais para a determinação do valor de uma empresa não estão no Balanço Patrimonial e na Demonstração de Resultado e que tal situação não se restringe a empresas emergentes em tecnologia, pois, em qualquer ambiente competitivo, mesmo em indústrias tradicionais, é necessário inovar.

Apesar disso, Lev (2016) não recomenda eliminar os relatórios financeiros, pois “Os relatórios financeiros como documento histórico sempre serão importantes. Você precisa ter algum tipo de perspectiva histórica do negócio”. E finaliza considerando que há importância em conhecer o passado, porém, este não dá informações lineares sobre o que acontecerá no futuro, razão pela qual propõe mudanças na apresentação de informações.

Portanto, houve significativa mudança na avaliação das empresas, com distanciamento entre valor econômico e valor contábil, o que levou ao debate sobre diminuição da importância da informação contábil. Tal situação levou pesquisadores a buscarem alternativas para a ausência de identificação de ativos intangíveis no Balanço Patrimonial, como pode ser observado na sequência do estudo, que se apresenta estruturado da seguinte forma: fundamentação teórica, abordando evidenciação e ativo intangível; descrição da metodologia empregada; apresentação dos dados relativos às maiores empresas em valor de mercado e análise dos resultados; e as considerações finais.

2 Fundamentação Teórica

2.1 Evidenciação (*Disclosure*)

De acordo com Lopes (2004), a Contabilidade é considerada relevante somente se tiver impactos claros sobre as decisões econômicas dos seus usuários. O papel das informações contábeis na avaliação de empresas tem sido uma área ativa de pesquisa em Contabilidade.

Na Nova Economia, as empresas possuem mais ativos intangíveis que não são reconhecidos pela Contabilidade do que na Antiga Economia. Caminha-se para uma “intangibilização” cada vez maior das empresas. Desta forma, o *disclosure* ou evidenciação das demonstrações contábeis tem papel fundamental para uma maior compreensão e comparabilidade das informações divulgadas.

Para Iudícibus (2004), a evidenciação é um compromisso inalienável da Contabilidade com seus usuários e com os próprios objetivos. As formas de evidenciação podem variar, mas a essência é sempre a mesma: apresentar informação quantitativa e qualitativa de maneira ordenada, deixando o menos possível para ficar de fora dos demonstrativos formais, a fim de propiciar uma base adequada de informação para o usuário.

O valor da transparência contábil passa, indiscutivelmente, pela evidenciação do intangível. O futuro da Contabilidade está ligado a um cenário de objetividade nos números apresentados aos usuários da informação.

A Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil financeiro (*The Conceptual Framework for Financial Reporting*) do *International Accounting Standards Board* [IASB] (2011) define que o objetivo das demonstrações contábeis é fornecer informações contábil-financeiras da entidade que sejam úteis a investidores existentes e em potencial, a credores por empréstimos e a outros credores, quando da tomada de decisão ligada ao fornecimento de recursos para a entidade.

O *Disclosure* deve seguir os preceitos da Estrutura Conceitual que define como características qualitativas fundamentais das Demonstrações Contábeis: a Relevância e a Representação Fidedigna. A Relevância depende da *natureza* e também da *materialidade* (tamanho) do item em discussão. A Representação Fidedigna diz respeito a três atributos: a informação precisa ser completa, neutra e livre de erro. A informação precisa concomitantemente, ser relevante e representar com fidedignidade a realidade reportada para ser útil.

Além disso, no processo de evidenciação da informação, esta deve possuir as características qualitativas que melhoram a utilidade da informação que são a Comparabilidade, Verificabilidade, Tempestividade e Compreensibilidade.

Segundo Core (2001), há um consenso de que o modelo de relatório de negócios precisa se expandir para atender às necessidades de informação mutáveis do mercado e fornecer as informações necessárias para uma maior transparência e responsabilidade corporativa. Em todo o mundo, os reguladores veem o *disclosure* como a chave para alcançar a mudança desejada na qualidade dos relatórios corporativos.

Conforme Iatridis (2011), que investigou a qualidade do *disclosure* de empresas da Inglaterra, empresas que exibem evidências contábeis de alta qualidade geralmente possuem maior tamanho, rentabilidade e liquidez. Estudos feitos por Botosan (2006) demonstram que a conclusão primordial da pesquisa teórica e empírica existente é que um maior *disclosure* reduz o custo de capital.

Por fim, a qualidade do *disclosure* das empresas contribui para uma maior governança. Doige, Karolyi e Stulz (2007) afirmam que uma melhor governança permite que as empresas tenham acesso aos mercados de capitais em melhores condições, e que boas práticas de governança devem impactar positivamente o desempenho de avaliação e de mercado de uma empresa.

2.2 Ativo Intangível

Hendriksen e Van Breda (1999) indicam que os ativos intangíveis formam uma das áreas mais complexas da teoria da Contabilidade, em parte em virtude das dificuldades de definição, mas, principalmente, por causa das incertezas a respeito da mensuração de seus valores e da estimação de suas vidas úteis.

O Ativo Intangível é um ativo não monetário identificável sem substância física. Nos termos estabelecidos pelo Pronunciamento CPC 04 (CPC, 2010), uma entidade deve reconhecer um ativo intangível apenas se determinados critérios especificados naquela norma forem atendidos, considerando a necessidade de tal ativo ser identificável e a entidade deter o controle, definindo quando deve ser reconhecido e a forma de mensuração do seu valor.

A norma define que um ativo é identificável quando for separável, ou seja, puder ser separado ou dividido da entidade e vendido, transferido, licenciado, alugado ou trocado, seja individualmente ou em conjunto com um contrato, ativo ou passivo relacionado, ou resultar de direitos contratuais ou outros direitos legais, quer esses direitos sejam transferíveis quer sejam separáveis da entidade ou de outros direitos e obrigações.

O reconhecimento, por sua vez, deve ocorrer somente quando for provável que os benefícios econômicos futuros esperados atribuíveis ao ativo serão gerados em favor da entidade e o custo do ativo possa ser mensurado com segurança.

No Brasil, é vedado o reconhecimento do ativo intangível gerado internamente pela empresa, a partir de projetos ou mesmo o desenvolvimento de marca, uma vez que o Pronunciamento CPC 04 (CPC, 2010) indica que o ágio derivado da expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) gerado internamente não deve ser reconhecido como ativo. O Pronunciamento determina, ainda, que nenhum ativo intangível em fase de pesquisa deve ser reconhecido, mas é possível o reconhecimento quando está em fase de desenvolvimento, desde que atendida uma lista de critérios.

A norma equivalente internacional, IAS 38 (IASB, 2004), no entanto, prevê a possibilidade de reconhecimento de ativos intangíveis gerados internamente, em casos específicos e que resultam em poucas possibilidades de reconhecimento, mas representam maior possibilidade internacionalmente, em relação à norma brasileira.

Contudo, tanto a norma brasileira quanto a internacional indicam que marcas, títulos de publicações, listas de clientes e itens semelhantes gerados internamente não devem ser reconhecidos como ativos intangíveis.

No entanto, tal impossibilidade normativa de reconhecer esses ativos, em especial quando gerados internamente, não impede que o mundo dos negócios evolua e diversas empresas apresentem cada vez mais itens com características de intangíveis, situação demonstrada por levantamento realizado pela BrandZ (2016), plataforma de marca global que cobre mais de 100 mil marcas em 45 países, e no *ranking* das 100 marcas mais valiosas divulgado em 2016, apresentou que as cinco marcas mais valiosas são do segmento de tecnologia: Google, Apple, Microsoft, AT&T e Facebook. No *ranking* 2017 (BrandZ, 2017), a Amazon, classificada como Varejo, porém intensiva em tecnologia e inovação, substituiu a AT&T, na mesma posição.

Nesse sentido, Szuster, N., Szuster, F. R. e Szuster, F. R. (2005), ao tratar dos desafios da Contabilidade para reproduzir a atual realidade, sinalizaram que a riqueza das empresas não está mais centrada apenas em ativos tangíveis, mas nos ativos intangíveis próprios de cada setor da economia, assinalando a necessidade de serem evidenciados, mesmo que em Notas Explicativas.

Upton Jr. (2001), ao elaborar o *Special Report* sobre “Relatórios empresariais e financeiros, Desafios da Nova Economia” do *Financial Accounting Standards Board* (Fasb), no prefácio, destacou uma desconexão entre as informações fornecidas nas demonstrações financeiras e as necessidades de informação dos investidores e credores, situação caracterizada por alguns como uma desconexão entre empresas “*new economy*” (nova economia) e relatórios financeiros da “*old economy*” (antiga economia) e que haveria demanda dos usuários por maior divulgação de informações não financeiras, mais informações prospectivas e mais informações sobre ativos intangíveis. Destacou, ainda, que as demonstrações financeiras melhoradas da “nova economia” exigem atenção para o reconhecimento de ativos intangíveis gerados internamente em demonstrações financeiras e medidas melhoradas desses ativos, uso ampliado e sistemático de métricas de desempenho não financeiro e uso expandido de informações prospectivas.

Castro (2015), em sua pesquisa, destacou que os princípios contábeis para mensuração foram desenvolvidos em um cenário de economia primordialmente industrial, com foco nos ativos tangíveis. Contudo, nas últimas décadas, a presença de ativos intangíveis nas empresas aumentou de forma relevante, ao contrário das normas contábeis, que não acompanharam tal evolução.

Em estudo de Perez e Famá (2006), houve análise de amostra composta por 699 empresas nos Estados Unidos, para o período de 1997 a 2002. Como resultado, concluíram que os ativos intangíveis são relevantes no desempenho econômico da empresa, tendo sido evidente que empresas com maior parcela de ativos intangíveis geraram mais valor para seus acionistas. Consideraram, ainda, ser possível inferir, pela clareza dos resultados, que, no período analisado, os ativos tangíveis proveram às empresas apenas lucros normais e que a verdadeira criação de valor foi proporcionada pelos ativos intangíveis.

Outros estudos também relacionam os ativos intangíveis ao valor de mercado e/ou ao retorno da empresa, bem como à perda de poder informacional da Contabilidade, como pode ser verificado em Aboody e Lev (1998); Lev e Zarowin (1999); Lev e Radhakrishnan (2003); Oliveira, Rodrigues e Craig (2010); Decker, Esslin, Reina e Reina (2013); Basso, Oliveira, Kimura e Braune (2015); Chehab, Liu e Xiao (2016); e Clausen e Hirth (2016). Os estudos mais recentes apresentam propostas para o melhor tratamento dos intangíveis de forma que a Contabilidade tenha maior poder informacional.

Lev (2016) destacou que algumas pessoas consideram que apenas colocar o valor capitalizado no balanço não é suficiente e deveria ser estimado o valor adequado, posicionamento que ele não subscreve por ser difícil estimar o valor real adequado. A principal vantagem de capitalizar intangíveis seria corrigir as demonstrações de resultados. Apesar disso, descreve que há grandes forças trabalhando contra a mudança em relação à mensuração e à divulgação de informações sobre os intangíveis, especialmente em função da possibilidade de utilização dos gastos com Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) como ferramenta de manipulação de resultados.

O autor considera, então, que há deterioração da utilidade da informação financeira, situação que aumenta o risco dos investidores e, conseqüentemente, o custo de capital das empresas, reduzindo seus valores compartilhados.

Sob outro aspecto, embora boa parte dos estudos que relacionem ativo intangível e valor da empresa indiquem a necessidade de registros contábeis dos ativos intangíveis, convém apresentar a abordagem de Penman (2009). O autor questiona a necessidade de reconhecimento contábil, ressaltando que o valor dos intangíveis pode ser obtido a partir da Demonstração do Resultado do Exercício e do Balanço Patrimonial. Em seu estudo, ele demonstra a possibilidade de aproximar o valor contábil do valor de mercado da empresa, a partir de informações contábeis e do valor de ação negociado, considerando duas grandes empresas do segmento de informática. Na conclusão, indicou que não se deve desencorajar a investigação sobre a contabilização de ativos intangíveis, mas colocá-la em perspectiva.

Em evolução aos conceitos, no livro *The End of Accounting and the Path Forward for Investors and Managers*, em parceria com Gu Feng, Baruch Lev passa a observar ativos estratégicos em geral. Os autores desenvolveram um relatório voltado à melhoria na divulgação de informações, denominado *Strategic Resources and Consequences Report* (Relatório de Recursos Estratégicos e Consequências). Este relatório de uma ou, no máximo, duas páginas, consideraria itens estratégicos da empresa, com potencial de geração

de valor, concentrando-se em informações que faltam nas demonstrações financeiras. Tais itens não se apresentam aptos ao reconhecimento contábil, mas são estratégicos para a avaliação das empresas, como: resultados de ensaios clínicos da empresa biotecnológica e farmacêutica, reservas comprovadas de petróleo e gás das empresas de energia, novos clientes em empresas de tecnologia.

Kaufmann e Schneider (2004) realizaram uma síntese das pesquisas sobre intangíveis e concluíram que tal pesquisa foi caracterizada por uma grande variedade de pontos de vista e interpretações, indicando que, até aquele momento, as escolas de pensamento dominantes ainda não haviam se desenvolvido. Atualmente, no entanto, identifica-se nas pesquisas a confirmação da importância dos intangíveis para o valor da empresa, além de diversos estudos tendo como escopo propostas de melhoria do tratamento dos ativos intangíveis pela Contabilidade.

Assim, tem-se um cenário internacional de restrição normativa para o reconhecimento de ativos intangíveis, com ainda mais restrições no Brasil, em contraponto à capacidade do mercado de valorizar tais itens, com reflexo no valor de mercado das empresas, identificado a partir do preço da ação. Além disso, há intenso debate acadêmico buscando soluções para a maior representatividade dos ativos intangíveis pela Contabilidade, seja de forma direta, nos relatórios das Demonstrações Financeiras, ou mesmo no conjunto de informações qualitativas disponibilizado pelas empresas, em atenção à demanda dos usuários por mais informações que indiquem o valor da empresa ou permitam a sua estimativa, de forma a atender o nível de evidenciação esperado.

3. Metodologia

Quanto aos objetivos, esta pesquisa caracteriza-se como exploratória e possui uma abordagem qualitativa. Quanto aos procedimentos técnicos, é caracterizada como bibliográfica e documental.

Segundo Gil (2007), a pesquisa exploratória tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. Esta pesquisa procura familiarizar o leitor com a questão da progressiva “intangibilização” das empresas e o compromisso da Contabilidade em melhorar o *disclosure* das informações aos seus usuários.

Quanto à abordagem qualitativa, segundo Soares (2003), a pesquisa qualitativa objetiva, principalmente, descrever a complexidade de determinada hipótese ou problema; analisar a interação entre variáveis; compreender e classificar processos dinâmicos experimentados por grupos sociais; permitir a interpretação das particularidades dos comportamentos ou atitudes dos indivíduos; e interpretar dados, fatos, teoria e hipóteses. Esta pesquisa possui uma abordagem qualitativa, já que busca conhecer com maior profundidade a gestão do ativo intangível nas empresas.

Quanto aos procedimentos técnicos, segundo Marconi e Lakatos (2003), tanto a pesquisa bibliográfica como a documental são dicotômicas devido à origem de suas fontes, sendo a bibliográfica, fontes secundárias, ou seja, aquilo que já foi tornado público, por meio de revistas, pesquisas e outros; e a documental, fontes primárias, como documentos públicos, arquivos particulares e fontes estatísticas. O uso de tais técnicas tem por intuito não apenas apresentar uma repetição do conteúdo, e sim uma abordagem ainda não explorada. Esta pesquisa utiliza fontes de livros e artigos científicos por meios escritos e eletrônicos sobre o tema pesquisado.

4. Maiores Empresas em Valor de Mercado e Análise dos Resultados

A Figura 1 demonstra a mudança de cenário da antiga economia (com poucos intangíveis) para a nova economia (intensamente intangível) ao longo de 15 anos, desde 2001 a 2016.

A seguir estão as cinco maiores empresas do mundo de capital aberto por valor de mercado, classificadas nos setores de “Tecnologia” em verde e “Outro” em preto. É possível notar que, em 2001, existia somente uma empresa do setor de Tecnologia que era a Microsoft. Em 2006, o cenário permanece também somente com a Microsoft e em 2011, a Apple é classificada em segundo lugar com cerca de US\$376 bilhões de valor de mercado.



Fonte: Visual Capitalist (2016).

Figura 1. As Maiores Empresas em Valor de Mercado

Confirmando a questão de uma “intangibilização” cada vez maior das empresas, em 2016, as cinco maiores empresas do mundo de capital aberto por valor de mercado foram as seguintes:

Tabela 1
Classificação das cinco maiores empresas de capital aberto por valor de mercado em 2016

Cap Rank	Code	Company	Market Cap (US\$B)
1	AAPL	Apple	582
2	GOOGL	Alphabet	556
3	MSFT	Microsoft	452
4	AMZN	Amazon	364
5	FB	Facebook	359

Fonte: Elaborada pelos autores.

Estas cinco empresas juntas, todas de Tecnologia, respondem por um valor de mercado de \$2,3 trilhões de dólares no mundo inteiro. Todavia, o valor do patrimônio líquido das empresas se mostra distante do valor de mercado.

A Tabela 2 demonstra as informações extraídas das demonstrações financeiras das empresas pesquisadas, correspondentes à posição em 31/12/2016, e a comparação por valor de mercado (*Market Capitalization*).

Tabela 2

Valor de Mercado, Patrimônio Líquido, Total de Ativos e Intangíveis (US\$B) e suas participações percentuais na avaliação das empresas.

	Apple	Alphabet	Microsoft	Amazon	Facebook
Market Cap	582	556	452	364	359
Total stockholders' equity	128	139	72	19	59
Total assets	322	167	194	83	65
Intangible assets (with goodwill)	9	20	22	4	21
Total stockholders' equity/Market Cap (%)	22%	25%	16%	5%	16%
Intangible assets/Total assets (%)	3%	12%	11%	5%	32%

Fonte: Elaborada pelos autores.

Analisando os números, é possível verificar que o valor do patrimônio líquido das empresas é inferior em relação ao valor de mercado. Em termos percentuais, têm-se: Apple com 22%, Alphabet com 25%, Microsoft com 16%, Amazon com apenas 5% e Facebook com 16%.

Da mesma forma, demonstra-se o quanto é distante o valor do ativo intangível frente aos ativos totais de empresas que são altamente intangíveis, já que são do setor de Tecnologia. Em termos percentuais, têm-se: Apple com apenas 3%, Alphabet com 12%, Microsoft com 11%, Amazon com 5% e Facebook com 32%.

Um ponto que chama atenção na análise destes números é que embora o Facebook tenha um percentual de intangíveis de 32% frente aos seus Ativos Totais, que é maior do que o da Alphabet, que tem apenas 12%, este consegue explicar menos o seu valor de mercado. O valor do patrimônio líquido do Facebook é de 16% frente ao valor de mercado, já a Alphabet demonstra um percentual maior com 25% do seu patrimônio líquido em relação ao valor de mercado.

A seguir, tem-se a variação de valor de mercado das empresas entre 2015 e 2016.

Tabela 3

Diferença de Valor de Mercado entre os anos de 2015 e 2016 (US\$B)

	Apple	Alphabet	Microsoft	Amazon	Facebook
2015	668	361	395	143	225
2016	582	556	452	364	359
Difference Value	-86	195	57	221	134
Difference (%)	-13%	54%	14%	155%	60%

Fonte: Elaborada pelos autores.

A variação observada indica a volatilidade na precificação das empresas pelo mercado, que é fortemente influenciado por expectativas de ganhos ou perdas. Desta forma, o mercado atua considerando a especulação e atribuindo valor ainda não realizado às empresas. A Contabilidade, em contrapartida, requer representação fidedigna na apresentação dos fatos, tendo critérios específicos para a incorporação de valores na representação de um fenômeno econômico para a maximização das características da informação completa, neutra e livre de erro.

Por meio da análise das cinco maiores empresas do mundo, verifica-se que o mercado faz uma avaliação maior do valor destas empresas do que é apurado pela Contabilidade. Desta forma, é importante ressaltar que a Contabilidade mensura, mas não faz avaliação de mercado. Os relatórios financeiros auxiliam a estimar, mas não são elaborados para mostrar o valor econômico da entidade.

O reconhecimento de elementos no Balanço Patrimonial ou na Demonstração do Resultado do Exercício deve atender a alguns requisitos, entre os quais ter custo ou valor que possam ser mensurados com confiabilidade, conforme indicado pela Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Essa confiabilidade deve ser analisada sob pena de comprometer as informações divulgadas nas demonstrações financeiras.

As análises realizadas consideraram a comparação de informações do Balanço Patrimonial com o valor de mercado da empresa e demonstraram o significativo distanciamento entre esses valores. Penman (2009), no entanto, aponta que a omissão de ativos intangíveis no Balanço Patrimonial não é necessariamente uma deficiência, visto que o valor dos ativos intangíveis (e outros) podem ser apurados na Demonstração do Resultado, de forma mais ou menos precisa, e destaca que as demandas para reconhecimento dos ativos intangíveis no Balanço podem ser erroneamente interpretadas, considerando que balanços articulados funcionam em conjunto para indicar o valor da empresa e cada declaração pode corrigir as deficiências na outra.

Com dados da Microsoft para o exercício findo em junho de 2008, considerando o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado, além da taxa livre de risco, o prêmio de risco e o retorno esperado para a empresa foi calculado o valor de US\$23,03 por ação ou US\$ 210.718 milhões, ao passo que a ação era negociada por US\$25 por ação ou US\$228.775 milhões, após a publicação do relatório anual. Conforme disposto por Penman (2009, p. 367), em tradução livre:

Observe, no entanto, que os relatórios financeiros não relatam apenas ganhos e valores contábeis, eles também relatam informações financeiras mais detalhadas em itens de linha e, ao longo do tempo, vendas históricas, ganhos e taxas de crescimento do valor contábil. Esta informação pode ser explorada com análise de demonstrações financeiras. Para um preço de mercado de US\$25 para a Microsoft, a taxa de crescimento implícita (que reverte o modelo de ganhos residuais) é de 0,84 por cento. O analista desafia essa taxa de crescimento implícita usando mais análises de demonstrações financeiras e outras informações.

Com isso, tem-se que a Contabilidade tem poder informativo para instrumentalizar a tomada de decisão, considerando-se o conjunto das demonstrações financeiras, mesmo quando não há o reconhecimento explícito de ativos intangíveis no Balanço Patrimonial. No caso observado, as informações contábeis foram o instrumento para inferir o valor de mercado da empresa, considerando critérios adicionais relacionados ao mercado, como a expectativa de retorno e a taxa livre de risco. Preservou-se a confiabilidade da informação apresentada nas Demonstrações Financeiras, que é utilizada como base para a estimativa. Inclusive, em caso de diferença significativa, há um alerta para avaliar os critérios de precificação do mercado, o que não seria possível se as informações contábeis fossem estritamente alinhadas com o valor de mercado da empresa, sujeito a especulação e consequente oscilação, muitas vezes decorrente de fatores não controláveis pelos gestores da entidade.

Considerando as empresas com maior valor de mercado em 2016, é possível identificar itens estratégicos que não atendem aos requisitos para o reconhecimento contábil, mesmo como ativos intangíveis, mas podem e devem ser divulgados como nota explicativa ou em relatório específico, sintético, como o *Strategic Resources and Consequences Report* (Relatório de Consequências e Recursos Estratégicos), proposto por Lev e Gu.

A Apple apresenta grande capacidade de inovação, com novos produtos em pesquisa. O Google possui significativa base de dados, com potencial geração de negócios e prospecção de produtos. A Microsoft busca avanços tecnológicos com produtos em desenvolvimento, a exemplo de interação *touch* em imagens médicas e teclado *hands-free* (mãos livres) para possibilitar que pessoas incapazes de falar ou utilizar um teclado físico para se comunicar possam fazê-lo utilizando apenas os olhos. A Amazon tem reconhecida tecnologia de distribuição que a diferencia de empresas de varejo, com utilização de robôs que automatizam a movimentação de cargas dentro do armazém e agilizam o processo e o sistema de criação de caixas sob medida que economiza material de embalagem e otimiza a utilização de espaço na estrutura de logística, seja de armazenagem ou transporte. O Facebook, por sua vez, apresenta grande número de pessoas e empresas que possuem vínculo na rede social. Todas essas empresas possuem, ainda, a carteira de clientes. Esses itens exemplificam a situação de geração de valor reconhecido pelo mercado na avaliação de empresas, mas não atendem aos requisitos normativos para o reconhecimento contábil. No entanto, podem ser apresentados como informação estratégica, de forma a auxiliar a estimativa de valor atual e de projeção de resultados futuros.

Assim, o papel da Contabilidade é o de reduzir a assimetria da informação, diante da progressiva “intangibilização” das empresas. A assimetria da informação existe porque os acionistas controladores são normalmente mais informados do que os acionistas minoritários sobre os fluxos de caixa futuros esperados.

No mercado atual, somente quem possui as informações relevantes tem o poder de avaliar as empresas (*valuation*) e geralmente este poder está concentrado nas mãos dos grandes investidores. Não raro, ocorre o problema de *insider information*, ou seja, o conhecimento de informações relevantes que ainda não são conhecidas pelo público em geral. Desta forma, o *disclosure* tem papel fundamental na melhor qualidade de informações aos seus usuários.

Conforme disposto por Iudícibus (2004), à medida que se aguçam os instrumentos de análise de investimentos e financeira em geral, o investidor toma suas decisões baseado na maior e melhor quantidade possível de informação. Daí o desafio da Contabilidade. Hoje, muitos investidores estão mais interessados no fluxo de caixa que a empresa poderá gerar do que no fluxo de rendas do período encerrado. Isto coloca uma série de novas questões na Contabilidade e, se quisermos permanecer competitivos como profissão, alarguemos consideravelmente o campo de nossas informações, sempre de forma disciplinada, todavia, sem pretender substituir o julgamento do tomador de risco, mas assessorando-o.

Por fim, o reconhecimento e mensuração do ativo intangível merecem cada vez mais atenção diante do cenário demonstrado neste artigo. A Contabilidade tem papel fundamental na representação fidedigna dos valores dos intangíveis e na relevância das informações divulgadas através de suas demonstrações financeiras.

5. Considerações Finais

Este trabalho teve como objetivo propor uma reflexão acerca do poder informacional da Contabilidade diante da progressiva “intangibilização” das empresas.

Foram realizados o levantamento de referencial teórico relativo ao reconhecimento de ativos intangíveis pela Contabilidade e a relação desses ativos com o valor da empresa, verificando que há diferentes opiniões sobre o tratamento contábil a ser realizado, bem como novas formas de tratamento da questão visando proporcionar informação útil para a tomada de decisão. Há autores que defendem que a Contabilidade deve reconhecer integralmente os ativos intangíveis, apesar da dificuldade presente para a mensuração de diferentes itens. Outros, por sua vez, observam a existência de risco de manipulação, gestão de resultados e grande dificuldade para amortização desses ativos.

Há avanço no tratamento das informações, a exemplo de Penman (2009), que demonstrou a aproximação entre o valor contábil e de mercado da empresa, a partir de informações contábeis e do valor de ação negociado, considerando grandes empresas do segmento de informática; e de Lev e Gu (2016), que evoluíram em relação ao debate sobre o reconhecimento de ativos intangíveis, passando a observar ativos estratégicos em geral e apresentaram proposta de relatório denominado *Strategic Resources and Consequences Report*.

Assim, tem-se a existência de diferentes opiniões a respeito da evolução a ser realizada na Contabilidade e, na ausência de consenso em curto prazo e diante da necessidade de manter a característica informacional, verificou-se a existência de diferentes alternativas, ao passo em que se defende que deve ocorrer a divulgação de informações sobre ativos intangíveis mesmo que em Notas Explicativas, nos casos em que não forem atendidos os critérios atualmente vigentes para reconhecimento de ativo, iniciativa que não exclui a continuidade da busca pelo aprimoramento da prestação de informação contábil, com o objetivo de fornecer informação completa, útil e relevante.

Na sequência, analisou-se a evolução dos últimos 15 anos das maiores empresas do mundo em valor de mercado com ações negociadas nas principais bolsas de valores do mercado norte-americano.

Como resultado, constatou-se que, de 2001 até 2016, houve uma mudança no *ranking* das maiores empresas em valor de mercado de outros setores da economia (indústria, comércio, etc.) para o setor de Tecnologia (Nova Economia), onde as cinco maiores empresas do mundo com ações negociadas no mercado norte-americano são: Apple, Alphabet (*holding* da Google), Microsoft, Amazon e Facebook.

A amostra levou em consideração as cinco maiores empresas do mundo de capital aberto por valor de mercado em 2016, confirmando uma progressiva “intangibilização” no mercado. Estas cinco empresas juntas, todas de Tecnologia, respondem por um valor de mercado de \$2,3 trilhões de dólares no mundo inteiro.

Vale destacar a publicação de artigos polêmicos, especialmente por Lev, em que o pesquisador aborda-se a falta de questionamento sobre a divulgação ou não de pesquisas pelas empresas, segue, na verdade, a vontade de alguns CEOs para apresentarem o que desejam em suas demonstrações contábeis. A realização de gastos com P&D no ambiente normativo atual, que impõe o tratamento como despesa até que haja a etapa de desenvolvimento, apresenta margem para o gerenciamento de resultados.

Diante do cenário apresentado, a Contabilidade tem papel fundamental no *disclosure* das informações necessárias para a tomada de melhores decisões e melhor reconhecimento e mensuração do ativo intangível, que é pífio em relação ao valor total dos ativos das empresas analisadas. Além disso, constatou-se que o Patrimônio Líquido das empresas apresenta um valor menor que o valor de mercado das empresas, o que abre o campo para debate sobre uma melhor evidenciação das informações para tomada de decisões.

Conclui-se, então, que as demonstrações financeiras divulgadas mantêm a Contabilidade como fonte de informação útil para tomada de decisão sobre investimentos em um ambiente de progressiva “intangibilização” de empresas. No entanto, cabe aprimorar o conteúdo divulgado, havendo propostas de importantes pesquisadores que objetivam diminuir a assimetria informacional, seja pela divulgação de informações em nota explicativa ou em relatório sintético que apresente informações não constantes das demonstrações financeiras tradicionais, indicando possíveis impactos, de forma a preservar o conteúdo histórico e a confiabilidade do valor contábil apurado por meio de instrumentos que melhor estimem o valor de mercado atual e as expectativas futuras para as empresas.

Corroborar esta conclusão defendida a informação recente de que as quatro gigantes da tecnologia (Tesla, Dropbox, Uber e Spotify) nunca deram lucro (Veja, 2018). A Tesla, criada há quinze anos, registrou uma perda no balanço de 2017, de 2,2 bilhões de dólares, mesmo tendo um valor de mercado de 60 bilhões de dólares. Por sua vez, a Dropbox criada há onze anos e apesar de seus 12 milhões de assinantes, em 2017 perdeu 111 milhões de dólares. A Uber, criada há nove anos e seu aplicativo avaliado em 120 bilhões de dólares, teve perdas de 4,5 bilhões de dólares em 2017. Por fim, a Spotify que teve seu serviço de *streaming* lançado em 2008 e possui 87 milhões de assinantes, registrou perda anual de 1,5 bilhão de dólares em 2017.

Assim, o presente artigo trouxe inúmeras indagações sobre este tema, evidenciando ser cada vez mais necessário o debate, de forma que se almeja maiores reflexões por acadêmicos e profissionais da contabilidade visando um melhor reconhecimento e mensuração dos intangíveis e maior transparência na evidenciação das informações ao mercado.

A era em que só se divulga o que as normas exigem ou o que favorece a imagem da empresa chegou ao fim. O fortalecimento da profissão contábil passa pela seriedade e comprometimento com os usuários da informação e com a própria continuidade da empresa, um princípio fundamental da Contabilidade.

Dessa forma, a pesquisa realizada contribuiu para demonstrar o cenário de crescente “intangibilização” das empresas, tendo demonstrado a mudança no perfil das empresas com maior valor de mercado, além de destacar a necessidade de evolução da informação contábil e apresentar propostas já existentes com esse objetivo.

Por fim, visando a um melhor reconhecimento e mensuração dos intangíveis e maior transparência na evidenciação das informações ao mercado, sugerem-se futuras pesquisas voltadas à elaboração de modelos para a apresentação de informações sobre ativos da empresa que impactem o seu valor de mercado, bem como a realização de interação com tomadores de decisão com o objetivo de verificar se a empresa em que atuam estaria disposta a ser mais transparente em relação às expectativas de receita ou de perdas, considerando projetos em andamento, em dois cenários: divulgação obrigatória e divulgação voluntária.

Referências

- Aboody, D. & Lev, B. (1998). The value relevance of intangibles: The case of software capitalization. *Journal of Accounting Research*, 36, pp. 161-191.
- Basso, L.F.C.; Oliveira, J. A. S.; Kimura, H. & Braune, E. S. (2015). The impact of intangibles on value creation: Comparative analysis of the Gu and Lev methodology for the United States software and hardware sector. *Investigaciones Europeas de Dirección y Economía de la Empresa*, 21 (2), pp. 73-83.
- Beyer, A.; Cohen, D. A.; Lyz, T. Z. & Walther, B. R. (2010). The financial reporting environment: Review of recent literature. *Journal of Accounting and Economics*, 50.
- Botosan, C. A. (2006). Disclosure and the cost of capital: what do we know? *Accounting and Business Research, International Accounting Policy Forum*.
- BrandZ. (2016). Top Global BrandZ. Recuperado em 11 junho, 2017, de <http://www.millwardbrown.com/brandz/top-global-brands/>.
- BrandZ. (2017). Top Global BrandZ. Recuperado em 6 junho, 2017, de <http://www.millwardbrown.com/brandz/top-global-brands/>.
- Castro, W. B. (2015). O impacto das restrições para registro dos ativos intangíveis na diferença entre o valor de mercado e o valor contábil. *Revista Brasileira de Contabilidade*, 215, pp. 69-81.
- Chehab, A.; Liu, J. & Xiao, Y. (2016). More on intangibles: Do stockholders benefit from brand values? *Global Finance Journal*, 30, pp. 1-9.
- Clausen, S. & Hirth, S. (2016). Measuring the value of intangibles. *Journal of Corporate Finance*, 40, pp. 110-127.
- Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC. (2010). Pronunciamento Técnico CPC 04(R1): *Ativos Intangíveis*. Recuperado em: 7, junho, 2017, de http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documentos/187_CPC_04_R1_rev%2008.pdf.
- Core, J. E. (2001). A review of the empirical disclosure literature: discussion. *Journal of Accounting and Economics*, 31.
- Decker, F.; Ensslin, S. R.; Reina, D. R. M. & Reina, D.. (2013). A Relação entre os ativos intangíveis e a rentabilidade das ações: Um estudo com empresas listadas no índice Bovespa. *REUNA*, 18 (4), pp. 75-92.
- Doige, C.; Karolvi, G.A. & Stulz, R. (2007). Why do countries matter so much for corporate governance? *Journal of Financial Economics*, 86.
- Gil, A. C. (2007). *Como Elaborar Projetos de Pesquisa*. São Paulo: Atlas.
- Hendriksen, E. S. & Van Breda, M. (1999). *Teoria da contabilidade*. São Paulo: Atlas.

- Iatridis, G. E. (2011). Accounting disclosures, accounting quality and conditional and unconditional conservatism. *International Review of Financial Analysis*.
- International Accounting Standards Board - IASB. (2011). Conceptual Framework for Financial Reporting, (IASB – BV 2011 Blue Book).
- International Accounting Standards Board - IASB. (2004). *IAS 38 Intangible Assets*.
- Iudícibus, S. (2004). *Teoria da Contabilidade*. 6. ed. São Paulo: Atlas.
- Kaufmann, L. & Schneider, Y. (2004). Intangibles: a synthesis of current research. *Journal of Intellectual Capital*, 5 (3), pp. 366-388.
- Lev, B. (2016). *Baruch Lev on The End of Accounting*. Recuperado em 9 junho, 2018, de <http://www.value-walk.com/2016/09/baruch-lev-end-accounting-qa/>.
- Lev, B. & Radhakrishnan, S. (2003). The measurement of firm-specific organization capital. *National Bureau of Economic Research*, NBER, Working Paper n. 9581, March.
- Lev, B. & Zarowin, P. (1999). The Boundaries of financial reporting and how to extend them (Digest Summary). *Journal of Accounting Research*, 37 (2), pp. 353-385.
- Lopes, A. B. (2004). Valuation properties of Accounting numbers in Brazil. *Corporate Ownership & Control*, 1(3), pp. 31-36.
- Marconi, M. A. & Lakatos, E. M. (2003). *Fundamentos da metodologia científica*. 5ª. ed. São Paulo: Atlas.
- Oliveira, L.; Rodrigues, L. L. & Craig, R. (2010). Intangible assets and value relevance: Evidence from the Portuguese stock exchange. *The British Accounting Review*, 42(4), pp. 241-252.
- Penman, S. H. (2009). Accounting for Intangible Assets: There is Also an Income Statement. *Abacus*, 45(3).
- Perez, M. M. & Famá, R. (2006). Ativos intangíveis e o desempenho empresarial. *Revista de Contabilidade & Finanças*. São Paulo, 40, pp. 7-24.
- Soares, E. (2003). *Metodologia científica: lógica, epistemologia e normas*. São Paulo: Atlas.
- Szuster, N.; Szuster, F. R. & Szuster, Flávia R. (2005). Contabilidade: atuais desafios e alternativa para seu melhor desempenho. *Revista Contabilidade e Finanças*. São Paulo, 16 (38)..
- Upton Jr, W. S. (2001). Business and financial reporting, challenges from the new economy. Financial Accounting Series – Special Report. FASB. USA. Recuperado em 8, junho, 2017, de http://www.fasb.org/articles&reports/sr_new_economy.pdf.
- Veja (2018, novembro 28). Quatro Gigantes da Tecnologia que Nunca Deram Lucro. Recuperado em 28, novembro, 2018, de <https://veja.abril.com.br/tecnologia/quatro-gigantes-da-tecnologia-que-nunca-deram-lucro/>.
- Visual Capitalist. (2016). *The Largest Companies by Market Cap*. Recuperado em 28, maio, 2017, de <http://www.visualcapitalist.com/chart-largest-companies-market-cap-15-years/>.

Os modos regulatórios e suas relações entre os estudantes de Ciências Contábeis

Resumo

Objetivo: Baseado na teoria dos Modos Regulatórios, de Kruglanski, Thompson, Higgins, Atash, Pierro, Shah e Spiegel (2000) os indivíduos apresentam duas funções de autorregulação. A função de locomoção corresponde à forte orientação para a ação. A função de avaliação corresponde à capacidade de avaliação crítica dos meios e dos fins. Neste estudo, buscou-se associar os modos regulatórios dos alunos com aspectos da formação profissional no curso de graduação em Ciências Contábeis, como a satisfação com o curso, o desempenho acadêmico e aspectos da carreira profissional.

Método: Um levantamento foi realizado com 94 alunos de um curso de graduação em Ciências Contábeis. Após realizados os testes de validade e confiabilidade das escalas, adotou-se o teste de Correlação, de Pearson, para análise dos resultados.

Resultados: O modo regulatório de locomoção dos alunos se associou positivamente com a satisfação e o desempenho no curso. O perfil de locomoção também apresentou associação positiva com a intenção de atuar, profissionalmente, na área contábil, especialmente em oportunidades que valorizam a conquista de experiências profissionais, a satisfação pessoal e a promoção por meio de planos de carreira.

Contribuições: Os resultados sugerem que alunos com perfil de locomoção (vs. avaliação) experenciam um ajuste regulatório e são mais adequados ao curso de Ciências Contábeis.

Palavras-Chave: Modos regulatórios; Ciências Contábeis; Desempenho acadêmico; Expectativas profissionais.

Valter da Silva Faia

Mestre em Administração pela Universidade Estadual de Maringá e Professor na Universidade Estadual de Maringá.
Contato: Av. Colombo, 5790, bloco C23. Jd. Universitário. Maringá (PR). CEP: 87020-900.
E-mail: valterfaia@gmail.com

Juliana Almeida Trevisan

Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual de Maringá e Auxiliar Contábil no Escritório Piratininga S/S Ltda.
Contato: Praça Santos Dumont, 40, apto. 802. Zona 01. Cianorte (PR). CEP: 87200-234.
E-mail: juliana.trev@hotmail.com

1. Introdução

A área de atuação dos profissionais da contabilidade vivencia um contexto de grandes transformações em função, por exemplo, dos processos de convergências às normas internacionais de contabilidade e do grande avanço tecnológico. Estas transformações também são percebidas nos ambientes acadêmicos, especialmente quanto aos métodos e práticas de ensino da Ciência Contábil, que evoluem para que os alunos sejam capazes de atender às novas demandas dos usuários da Contabilidade. Além de todo o processo de contabilização e de geração de informações, cada vez mais é exigido dos contadores capacidades para interpretar fatos econômicos, estabelecer planos e sistemas de avaliação de desempenho e atuar de forma estratégica no processo de tomada de decisão (IMA, 2008; Maciel & Martins, 2018). Ou seja, os novos profissionais da contabilidade precisam não apenas demonstrar capacidades técnicas, mas também capacidade para inovar na prestação de serviços, de forma a gerar valor aos seus usuários (Maciel & Martins, 2018).

Neste ponto, torna-se fundamental compreender os aspectos sobre a formação dos novos profissionais da contabilidade, entre eles, os aspectos motivacionais que regulam o comportamento dos alunos universitários e que os direcionam para o cumprimento do objetivo final que é a conclusão do curso universitário. Mais precisamente, faz-se necessário identificar o traço de personalidade dos alunos que mais se identifica ou se adequa a este novo perfil de profissional, tornando o processo de aprendizagem mais assertivo, eficiente e prazeroso.

Diversos são os fatores motivacionais presentes na literatura que explicam a forma como os indivíduos se engajam na conquista de um objetivo (Spiegel, Grant-Pillow e Higgins, 2004). Dentre eles, destacam-se os modos regulatórios propostos por Kruglanski *et al.* (2000), os quais determinam a forma como um indivíduo se comporta na busca de um resultado futuro. Nesta situação, os indivíduos devem avaliar os meios para conquistar o objetivo e progredir em direção à sua conquista (Pierro, Kruglanski & Higgins, 2006). Portanto, os indivíduos apresentam duas funções básicas de autorregulação: avaliação e locomoção. A função de avaliação consiste na capacidade do indivíduo de avaliar criticamente estados e entidades, como, por exemplo, avaliar os objetivos e meios para alcançar o objetivo pretendido. A função de locomoção consiste na capacidade do indivíduo de se mover do estado atual para o estado futuro e no comprometimento de recursos na direção do objetivo (Kruglanski *et al.*, 2000).

Portanto, as funções de autorregulação envolvem, por um lado, a inclinação dos indivíduos para avaliar criticamente um objetivo futuro, o progresso em direção a este objetivo e os meios possíveis para alcançá-lo. Por outro lado, há a inclinação dos indivíduos para direcionar recursos (ex. tempo e esforço) na busca do objetivo e para se mover e persistir na sua direção. Exemplificando, um aluno com uma forte característica de Avaliação, ao se deparar com o objetivo futuro de concluir o curso de graduação, poderá avaliar quais os benefícios desta conquista, como ela será percebida por terceiros, quais os riscos e impactos do insucesso e qual o nível de comprometimento e de dedicação que será necessário (Kruglanski *et al.*, 2000). O envolvimento deste aluno na ação dependerá do quanto essas avaliações forem positivas. Já um aluno com uma forte característica de Locomoção, se preocupará menos com estas avaliações (ex. risco de falhar) e com a quantidade de esforço que será necessária (Pierro, Chernikova, Lo Destro, Higgins & Kruglanski, 2008) e buscará se envolver o mais rápido possível nas atividades, pois o que o motiva é o senso de progresso (Kruglanski *et al.*, 2000; Pierro *et al.*, 2006).

A teoria dos Modos Regulatórios não propõe que um modo seja superior ao outro, pois elas representam uma parcela de qualquer atividade de autorregulação (Kruglanski *et al.*, 2000). Sendo assim, qualquer indivíduo apresentará as funções básicas de Avaliação e Locomoção, porém em diferentes níveis e combinações. No entanto, a motivação do indivíduo será maior quando a forma que o indivíduo caminha ao objetivo é sustentada pelo seu modo regulatório predominante (Spiegel *et al.*, 2004). Por exemplo, uma atividade que requer rapidez nas ações é mais condizente com um perfil de locomoção, enquanto uma atividade que requer maior reflexão é mais condizente com um perfil de avaliação (Chernikova, Destro, Mauro, Pierro, Kruglanski & Higgins, 2016; Pierro *et al.* 2018). Esta combinação entre o modo regulatório e as atividades é denominada de “ajuste regulatório” (Higgins, 2000; Pierro, Giacomantonio, Pica, Giannini, Keuglanski & Higgins, 2013).

Na literatura, diversos autores examinaram os modos e os ajustes regulatórios nos mais variados campos de pesquisa, como, por exemplo, tomada de decisão (Avnet & Higgins, 2003; Miceli, De Palo, Monacis, Di Nuovo & Sinatra, 2018), comportamentos e desempenho de vendas (Jasmand, Blazevic & De Ruyter, 2012; Faia & Vieira, 2017; Vieira, Pires & Galeano, 2013; Silva, Vieira & Faia, 2015; Silva, Faia & Vieira, 2016), estilos de liderança (Benjamin & Flynn, 2006), materialismo e bem estar social (Giacomantonio, Mannetti & Pierro, 2013), pensamentos contra factuais e remorso (Pierro, Leder, Mannetti, Higgins, Kruglanski & Aiello, 2008) gestão do tempo (Amato, Pierro, Chirumbolo & Pica, 2014), estratégia para o alcance dos objetivos (Orehek & Vazeou-Nieuwenhuis, 2013) e pensamento crítico (Manalo, Kusumi, Koyasu, Michita & Tanaka, 2013), entre outras áreas. No entanto, não se sabe qual modo regulatório é mais adequado para a formação técnica, profissional e científica de alunos de um curso de graduação.

Objetivando preencher esta lacuna, buscou-se neste estudo identificar qual o modo regulatório dos alunos que melhor se associa com o trajeto percorrido para a conclusão do curso de graduação em Ciências Contábeis. O que se deseja conhecer é que modo regulatório (locomoção ou avaliação) permite ao aluno experienciar um ajuste regulatório, aumentando o senso de importância e tornando-o mais engajado em relação às atividades que são realizadas no curso (Pierro *et al.*, 2013; Avnet & Higgins, 2003). Portanto, o objetivo deste trabalho foi examinar o grau de associação entre os modos regulatórios dos alunos e o processo de formação profissional no curso de graduação em Ciências Contábeis. Mais especificamente, este estudo procurou mensurar os modos regulatórios dos alunos e os relacionar com medidas de satisfação com o curso, de desempenho acadêmico e com aspectos relacionados à carreira profissional.

Para tanto, realizou-se um levantamento entre os alunos de um curso de graduação em Ciências Contábeis. Os resultados, ainda que limitados à amostra pesquisada, permitem avançar na literatura, evidenciando um tipo de ajuste regulatório na formação em Ciências Contábeis. Os resultados do estudo revelam três principais contribuições. Primeiro, identificou-se que o perfil de locomoção (*vs.* de avaliação) é mais associado aos aspectos que envolvem o curso. Alunos com o perfil mais orientando para a ação se mostraram mais satisfeitos com o curso e com o seu desempenho acadêmico. Segundo os resultados demonstraram que valores, como o desenvolvimento de novas experiências profissionais, a satisfação pessoal e o plano de carreira são mais associados aos alunos com perfil de locomoção. Esses resultados são coerentes com pessoas com esse perfil, cuja a motivação é intrínseca e centrada na execução de atividades (Kruglanski *et al.*, 2000; Giacomantonio *et al.*, 2013). Terceiro, identificou-se que, entre as opções de carreira do profissional da contabilidade, houve associações positivas apenas com o perfil de locomoção, ou seja, alunos com essa característica não são apenas associados ao curso de graduação, mas também ao exercício futuro da profissão.

2. Modos Regulatórios

As pesquisas sobre os aspectos da autorregulação do comportamento humano demonstram significância teórica e prática, pois contribuem tanto para o conhecimento formal, como também para a melhoria de ambientes sociais que visam desenvolver os indivíduos, como são as universidades. Segundo Lourenço e Paiva (2010), as tarefas e atividades vivenciadas nas universidades estão associadas a processos intelectuais dos alunos, como a capacidade de atenção, concentração, processamento de informações, raciocínio na resolução de problemas. Tais processos implicam diretamente a qualidade do envolvimento do aluno com o processo de ensino e aprendizagem.

A motivação e o engajamento dos alunos no processo de aprendizagem universitário constituem aspectos importantes para a formação de agentes de mudança social. No entanto, muitas vezes, a formação acadêmica ainda é distante das exigências do mercado profissional contábil (Ott, Cunha, Cornacchione Júnior & de Luca, 2011). Uma das razões para este problema na formação pode estar relacionada ao desalinhamento entre os aspectos de autorregulação dos alunos e as características do ensino e do trabalho na área contábil.

A teoria do Modo Regulatório (Kruglanski *et al.*, 2000) identifica dois aspectos fundamentais da autorregulação, os quais descrevem a forma como os indivíduos planejam e se comportam diante de um objetivo (Pierro *et al.*, 2018), como os alunos diante do objetivo de concluir um curso superior de Ciências Contábeis. Estes aspectos de autorregulação são denominados “modos regulatórios” e, basicamente, envolvem uma função de pensamento e reflexão crítica do objetivo e dois meios para alcançá-lo, e uma função de ação e de movimento do estado atual para o estado futuro (Pierro *et al.*, 2018). Estas duas funções são denominadas, respectivamente, “modos regulatórios de avaliação” e “locomoção”, cujos os indivíduos apresentarão em diferentes níveis e combinações

O perfil de locomoção do indivíduo está associado a uma forte orientação para ação e ao desejo de se manter constantemente em movimento e em progresso (Pierro *et al.*, 2018). A principal preocupação das pessoas com alto nível de locomoção é se mover, seja em um sentido físico, experiencial ou psicológico, de um estado presente para um estado futuro (Pierro *et al.*, 2006). Portanto, os indivíduos com traços de locomoção costumam se envolver em mais de uma tarefa simultaneamente; são mais perseverantes frente aos desafios e aos resultados negativos; dedicam mais esforço e energia nas atividades; possuem níveis de motivação intrínseca maiores; e são mais rápidos para tomar decisões (Pierro *et al.*, 2006; Kruglanski *et al.*, 2000).

O perfil de avaliação está associado à avaliação crítica dos meios e dos fins no intuito de realizar ações cautelosas, prevenir falhas e tomar decisões mais assertivas (Pierro *et al.*, 2018; Kruglanski *et al.*, 2000). As pessoas com esse perfil se comparam constantemente com padrões e com terceiros e tendem a dedicar uma grande parcela de recursos no planejamento das ações e na avaliação dos meios (Kruglanski *et al.*, 2000). Indivíduos avaliadores dedicam grande parte do tempo avaliando criticamente os meios para realizar uma ação, o que os levam a apresentar níveis de procrastinação maiores e também apresentam níveis maiores de motivação extrínseca (Kruglanski *et al.*, 2000). Portanto, incentivos, como as recompensas financeiras, costumam apresentar mais efeitos no comportamento de indivíduos com o perfil de avaliação (Giacomantonio *et al.*, 2013). A Tabela 1 apresenta uma comparação entre as principais características dos modos regulatórios.

Tabela 1

Características dos modos regulatórios

Avaliação	Locomoção
<ul style="list-style-type: none"> - Forte auto avaliação e comparação social - Baixa orientação para ação - Dedicção de tempo preparação e avaliação dos méis disponíveis para realização das atividades - Motivação extrínseca - Facilidade na busca por múltiplos objetivos 	<ul style="list-style-type: none"> - Forte orientação para a ação - Facilidade na realização de tarefas simultâneas - Persistência na realização de tarefas - Motivação intrínseca - Preferência por buscar um objetivo por vez

Fonte: Kruglanski, *et al.* (2000)

É importante mencionar que um perfil de autorregulação não é superior ao outro e que uma mesma pessoa pode apresentá-los simultaneamente em diferentes níveis e combinações. Pensando em um ambiente corporativo, o que os gestores devem almejar é que os tipos de trabalho e de responsabilidades, assim como os sistemas de incentivos, sejam ajustados ao modo regulatório predominante do funcionário (Benjamin & Flynn, 2006). Por exemplo, se um gestor deseja rapidez na execução de tarefas, provavelmente uma pessoa com perfil de locomoção apresentará melhores resultados. Contudo, se o interesse está na ausência de erros, avaliadores cumprirão esta responsabilidade mais facilmente.

Pensando em um ambiente acadêmico, entender qual o perfil de autorregulação combina mais com a futura área de atuação do aluno e, conseqüentemente, com a forma como ela é ensinada, é de grande importância. Esta informação permite, por exemplo, identificar qual o perfil de aluno que apresenta melhor desempenho e satisfação com o curso de graduação, as prioridades destes alunos ao escolherem uma carreira profissional (ex. estabilidade, remuneração, desenvolvimento pessoal, ambiente de trabalho agradável, desenvolvimento de experiências profissionais, plano de carreira e satisfação pessoal no trabalho), assim como as áreas de atuação que eles mais se identificam.

3. Ambiente Acadêmico em Contabilidade

O ensino em nível de graduação objetiva transformar o aluno “de forma que ele consiga se desenvolver no ambiente relacionado à sua área e seja passível a certas mudanças em sua trajetória” (Silva, Miranda, & Pereira, 2017, p. 265). Portanto, faz-se necessário não apenas ofertar aos alunos conhecimentos em relação a sua área de atuação futura, mas também desenvolver competências para que eles possam se adaptar às mudanças e aos novos conteúdos que surgirão quando não estiverem mais no ambiente acadêmico. Espera-se que o futuro profissional da contabilidade agregue ao longo do curso, além das competências referentes ao conhecimento e à qualificação profissional, aspectos, como valores e atitudes éticas, habilidades intelectuais, espírito investigativo, análise crítica, habilidades interpessoais, comunicação, habilidades com as novas tecnologias, entre outros (Ott *et al.*, 2011).

Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Ciências Contábeis (Resolução CNE/CES n. 10, 2004), o bacharelado deve proporcionar condições para que o futuro contador seja capaz de identificar e de compreender questões técnicas, científicas, sociais, econômicas e financeiras das organizações; tenha domínio das suas responsabilidades funcionais nas mais diversas áreas de atuações; e tenha capacidade crítico-analítica do uso das informações no âmbito organizacional. Portanto, além dos conteúdos técnicos de contabilidade, também são ministrados no bacharelado em Ciências Contábeis conteúdos relacionados às outras áreas de conhecimento como Administração, Economia, Matemática, Sociologia, Psicologia e outras (Silva *et al.*, 2017)

Em termos de empregabilidade, a formação em Contabilidade é direcionada para que o estudante possa atuar em diversas áreas, visto que a prestação de serviços contábeis está segmentada em domínios distintos, visando à especialização e à geração de informação contábil específica para cada tipo de usuário. Segundo Iudícibus e Marion (2002), a Contabilidade é uma profissão que proporciona ao profissional um leque de possibilidades de atuação no mercado de trabalho, como nas áreas da Contabilidade Financeira, Contabilidade de Custos, Contabilidade Gerencial, Auditoria e Perícia Contábil, Análise Financeira, Consultoria, Contabilidade Pública, Contabilidade Tributária, entre outras (Iudícibus & Marion, 2002).

Para este trabalho, os modos regulatórios foram associados especialmente com o interesse dos alunos nas seguintes áreas de atuação: Contabilidade Gerencial; Contabilidade Financeira; Contabilidade Tributária; Contabilidade Pública; e intenção de constituir seu próprio negócio (empreender). A contabilidade gerencial refere-se “ao processo de fornecer a gerentes e funcionários de uma organização informações relevantes, financeiras e não financeiras, para tomada de decisões, alocação de recursos, monitoramento, avaliação e recompensa por desempenho” (Atkinson, Kaplan, Matsumura & Young, 2015, p. 3). O foco de atuação na contabilidade gerencial é ajudar os tomadores de decisão a melhorar o desempenho organizacional, aplicando habilidades de planejamento e controle (Garrison, Noreen & Brewer, 2013).

Enquanto a contabilidade gerencial se destina à geração de informações para usuários internos, a contabilidade financeira é orientada pelos interesses dos usuários externos, como a preparação de demonstrações contábeis cujos objetivos são “fornecer informações que sejam úteis na tomada de decisões econômicas e avaliações por parte de usuários em geral, não tendo o propósito de atender à finalidade ou à necessidade específica de determinados grupos de usuários” (CPC 00, 2011, p. 3). O foco da contabilidade financeira está em oferecer informações acerca da posição patrimonial e financeira das entidades que suportam a tomada de decisão econômica e que permitem aos usuários avaliar o desempenho dos administradores (CPC 26, 2011).

A contabilidade tributária está relacionada aos procedimentos e técnicas “aplicáveis à apuração dos tributos devidos pelas empresas e entidades em geral, à busca e análise de alternativas para redução da carga tributária e ao cumprimento das obrigações acessórias e estabelecidas pelo Fisco” (Pohlmann, 2012, p. 14). Portanto, a carreira em contabilidade tributária não compreende apenas a apuração dos tributos, mas envolve também as atividades de planejamento, cujo objetivo é reduzir as obrigações fiscais por meio de concessões e isenções prevista na lei tributária e do processo de previsão das operações empresariais (ex. levantamento das receitas e despesas previstas de um período) (Martinez, 2017). Já a contabilidade pública está relacionada ao bem-estar social por meio da eficiência e da publicidade e transparência no uso dos recursos. O objetivo da contabilidade pública é captar, registrar, acumular, interpretar e demonstrar os fenômenos que afetam os orçamentos, finanças e patrimônio das entidades de direito público (Kohama, 2012).

Por fim, o curso de Ciências Contábeis deve também fomentar nos alunos a intenção de empreender (Santiago, Faia, & Silva, 2016). Ao longo do curso, os alunos aprendem diversas ferramentas gerenciais de auxílio à gestão que os tornam aptos para usá-las ao seu favor ao constituir seu próprio negócio (Anjos, Santos, Miranda, Silva, & Freire, 2011). Ademais, as características da prestação de serviços contábeis permitem facilmente aos contadores atuarem de forma autônoma, contribuindo para que os contadores assumam riscos e tomem a frente da sua própria carreira.

4. Procedimentos Metodológicos

Diante do objetivo de examinar o grau de associação entre os modos regulatórios e o processo de formação no curso de graduação em Ciências Contábeis, realizou-se uma pesquisa de caráter descritivo e quantitativo (Triviños, 2013) com os alunos de uma instituição pública de ensino superior do Brasil. O curso de Ciências Contábeis desta instituição é organizado em quatro períodos (anos), havendo apenas uma turma por período. Anualmente, o curso oferece 40 vagas, que são preenchidas via processo seletivo vestibular. No momento da coleta de dados, o curso contava com 163 alunos matriculados. A pesquisa contou com o apoio da coordenação do curso, a qual comunicou todos os professores sobre a sua realização.

Os alunos foram abordados nas salas de aulas, onde receberam uma explicação sobre os objetivos da pesquisa e foram convidados a participar dela respondendo a um questionário estruturado e autoaplicável. Após o preenchimento, os alunos depositaram o questionário em um envelope posicionado no fim da sala sem necessidade de se identificarem. O levantamento ocorreu no mês de novembro de 2016 com as turmas de todos os períodos, inclusive o primeiro ano. Como a maioria das disciplinas do curso é semestral, na data da coleta de dados os alunos do primeiro ano já haviam concluído um semestre de aprovações e reprovações, além de já terem realizadas as primeiras provas do segundo semestre. Por isso, já apresentavam condições de avaliar o desempenho no curso até o momento e o seu progresso em direção à conclusão do curso. Ademais, os alunos do primeiro ano já cursaram pelo menos três disciplinas específicas da área contábil, cujo programas envolvem discussões sobre a área de atuação e a profissão contábil.

Sendo assim, a amostra utilizada foi não probabilística por conveniência. O levantamento totalizou 94 respostas, o que representou uma taxa de resposta de aproximadamente 58% da população. Destaca-se que a participação na pesquisa foi facultativa e que a coleta de dados se deu com aqueles que frequentaram o curso ao longo de uma semana. Ademais, considerando que haja no mínimo um efeito moderado entre as variáveis testadas ($r = 0,30$) e aceitando as probabilidades de incorrer no erro tipo I de 5% e no erro tipo II de 20%, haveria uma necessidade mínima de 55 respondentes (Cohen, 1992, Field, 2012).

Para mensurar os modos regulatórios de locomoção e avaliação dos alunos, foi utilizada uma escala de 14 itens desenvolvida por Kruglanski *et al.* (2000). O desempenho no curso foi avaliado com base na percepção do aluno conforme escala de 4 itens adotada por Borges (2016). Além disso, foram desenvolvidas escalas para mensurar a percepção do aluno em relação ao sistema de avaliação do curso (5 itens), o interesse em disciplinas de cunho teórico (5 itens) e prático (5 itens), e a satisfação com o curso de Ciências Contábeis (3 itens). Estas escalas totalizaram 36 itens, cujo escalonamento foi do tipo *Likert* de 10 pontos ancorados em 1-discordo totalmente e 10-concordo totalmente.

Ademais, além de questões para identificação da amostra, foram adicionadas 5 questões no questionário relacionadas às áreas de atuação do profissional da contabilidade. Baseados em uma escala de 1 a 10 (1-pouco interesse e 10-muito interesse), os alunos assinalaram o quanto gostariam de trabalhar futuramente nas áreas de Contabilidade Financeira, Contabilidade Gerencial, Contabilidade Pública, Contabilidade Tributária e abertura do próprio negócio. Por fim, foram acrescentadas outras 7 questões em relação aos itens valorizados pelos alunos em uma oportunidade de trabalho. Novamente, baseados em uma escala de 1 a 10 (1-pouco importante e 10-muito importante), os alunos indicaram o grau de importância dos seguintes itens: estabilidade, remuneração, desenvolvimento de competências profissionais, qualidade do ambiente profissional, aquisição de experiências profissionais, plano de carreira e satisfação pessoal.

Inicialmente, avaliou-se a normalidade dos dados (Pedhazur & Schmelkin, 1991). Como sugerido por Marôco (2010), foram utilizadas as medidas de assimetria e curtose, cujo os resultados foram inferiores aos padrões máximos sugeridos ($sk < 3$; $ku < 10$). Posteriormente, as escalas dos modos regulatórios de locomoção e avaliação e as escalas para mensurar a percepção do aluno em relação ao sistema de avaliação do curso, o interesse em disciplinas de cunho teórico e prático e a satisfação com o curso de ciências contábeis foram submetidas aos testes de validade e confiabilidade. Primeiro, auferiu-se a validade fatorial das escalas por meio da técnica de Análise Fatorial Exploratória, cujo o objetivo é reduzir os itens em dimensões latentes comuns (Bezerra, 2012). Além da correta especificação dos itens nas suas respectivas dimensões, todos os itens apresentaram cargas fatoriais superiores ou próximas ao esperado ($\lambda > 0,50$) (Marôco, 2010). A descrição dos itens e os resultados da análise fatorial estão apresentados na Tabela 2.

Tabela 2

Descrição dos itens, cargas fatoriais e medidas de validade e confiabilidade das escalas

Locomoção	AVE = 0,439 / α = 0,794
Eu não me importo de fazer as coisas mesmo que envolva um esforço extra.	0,613
Me sinto animado(a) quando estou prestes a atingir a completar uma tarefa.	0,553
Eu gosto de participar das coisas ativamente, mais do que apenas assistir e observar.	0,624
Quando eu decido fazer uma coisa, eu não posso esperar para começar.	0,695
No momento em que completo uma tarefa, eu já tenho uma próxima em mente.	0,790
Grande parte do tempo, meus pensamentos estão ocupados com a tarefa que eu desejo completar.	0,568
Quando eu começo a fazer alguma coisa, eu costumo perseverar até terminá-la.	0,757
Avaliação	AVE = 0,404 / α = 0,759
Eu gasto grande parte do tempo listando minhas características positivas e negativas.	0,413
Eu gosto de avaliar os planos de outras pessoas.	0,742
Eu frequentemente me comparo com as outras pessoas.	0,746
Eu costumo criticar o trabalho feito por mim ou por outros.	0,746
Eu costumo sentir que estou sendo avaliado pelos outros.	0,583
Eu sou muito autocrítico e autoconsciente sobre as coisas que eu digo.	0,537
Quando eu conheço uma nova pessoa, eu costumo avaliar quão bom ela é em várias dimensões (por exemplo, aparência, realizações, status social, roupas).	0,605
Desempenho	AVE = 0,674 / α = 0,873
Meu desempenho nas avaliações comparado aos demais colegas é muito bom.	0,825
Meu desempenho nas provas e testes de forma geral é muito bom.	0,905
Meu desempenho na elaboração de exercícios em sala é muito satisfatório.	0,779
Tenho muita facilidade na compreensão dos conteúdos transmitidos em sala.	0,768
Percepção do Sistema de Avaliação	AVE = 0,503 / α = 0,834
Para mim, ter boas notas nas disciplinas é uma boa medida para avaliar meu desempenho no curso.	0,828
Considero importante estar entre as melhores notas da minha sala.	0,804
Entendo que tirar boas notas é importante para uma boa vaga de emprego no futuro.	0,795
Acredito que ter boas notas é uma forma de ser bem visto pelos professores.	0,496
Considero importante ter notas boas e não apenas o suficiente para ser aprovado nas disciplinas.	0,551
Interesse por Disciplinas Práticas	AVE = 0,519 / α = 0,828
Gosto de disciplinas que contam com muitos exercícios práticos, como lançamentos e elaboração dos demonstrativos contábeis.	0,658
Quando estou realizando os exercícios das disciplinas me sinto motivado e animado.	0,789
Sinto que aprendo mais fazendo os exercícios solicitados pelos professores.	0,737
Ao fazer os exercícios, fico ansioso para chegar ao resultado final.	0,702
Acredito que fazer os exercícios me tornará mais qualificado para o mercado de trabalho.	0,708
Interesse por Disciplinas Teóricas	AVE = 0,580 / α = 0,794
Gosto de disciplinas que me estimulam a pensar e a refletir.	0,663
Quando estou lendo textos solicitados pelos professores me sinto motivado.	0,764
Sinto que aprendo mais realizando as leituras solicitadas pelos professores.	0,894
Ao realizar as leituras, reflito sempre sobre o quanto eu aprendi com elas.	0,828
Acredito que as leituras me tornarão mais qualificado para o mercado de trabalho.	0,626
Satisfação Geral com o Curso	AVE = 0,610 / α = 0,806
Até o momento, o curso tem atendido as minhas expectativas.	0,811
Eu indicaria o curso de ciências contábeis a um amigo.	0,720
Sinto que fiz uma boa escolha ao curso Ciências Contábeis.	0,808

Além da validade fatorial, aferiu-se também a validade convergente e discriminante das escalas. A validade convergente foi mensurada por meio do índice de Variância Extraída Média (VEM), o qual reflete a quantia geral de variância dos itens explicada pelo construto latente (Fornell & Larcker, 1981; Hair, Black, Babin, Anderson & Tatham, 2009). Já a validade discriminante foi avaliada comparando o poder de explicação dos itens dos construtos com o poder de explicação das demais variáveis (Fornell & Larcker, 1981). Para tanto, os valores de VEM foram submetidos à raiz quadrada e comparados com os coeficientes de correlação entre as variáveis do estudo. Conforme apresentado na tabela 2, apenas os construtos de locomoção e avaliação apresentaram valores inferiores ao padrão de 0,50 (Marôco, 2010). No entanto, nenhum coeficiente de correlação foi maior que as raízes quadradas dos valores de VEM, indicando que os itens de cada escala têm poder de explicação maior sobre seus respectivos construtos do que qualquer outra variável do estudo. Estes resultados permitem pressupor a validade das escalas.

Além da validade, as escalas também foram submetidas ao teste de confiabilidade. Para tanto, utilizou-se o coeficiente de Alfa de Cronbach (α), o qual é uma medida de consistência interna dos itens de cada constructo e descreve o grau em que eles indicam o construto latente em comum (Hair *et al.*, 2009). Conforme os resultados reportados na Tabela 2, todas as escalas apresentaram valores de confiabilidade maiores que o valor de referência adotado ($\alpha > 0,70$) (Hair *et al.*, 2009).

Por fim, para análise de resultados, adotou-se o teste de correlação de Pearson. O teste de “correlação mede a força do relacionamento ou o grau de associação entre duas variáveis. Duas variáveis são altamente correlacionadas se as mudanças ocorridas em uma delas estiverem fortemente associadas com as mudanças ocorridas na outra” (Cunha & Coelho, 2012, p. 140). Os coeficientes de correlação variam de -1 a 1, sendo que valores negativos representam que quando uma variável aumenta, a outra diminui. Valores positivos indicam que quando uma variável aumenta, a outra também aumenta. Quanto mais próximo os coeficientes são dos extremos, maior o grau de associação. Valores próximos a zero indicam que não há associação, ou seja, se uma variável aumenta ou diminui, a outra permanece inalterada (Field, 2012).

5. Resultados

As principais informações da amostra são apresentadas na Tabela 3. Os questionários foram distribuídos e respondidos na seguinte proporção de acadêmicos: 1º ano (38,29%), 2º ano (8,79%), 3º ano (28,57%) e 4º ano (26,37%). A maioria dos respondentes foi representada por alunos do gênero feminino (63,74%), cuja a proporção foi semelhante à encontrada no número de alunos matriculados no curso. A idade média dos respondentes foi de 21,6 anos ($dp = 5,7$) e a maioria dos alunos informou que considera o curso de Ciências Contábeis mais prático do que teórico (61,5%).

Tabela 3
Descrição da amostra

Dados pessoais	Alunos (n = 94)
Série que está cursando	
1º ano	38,29%
2º ano	8,79%
3º ano	28,57%
4º ano	26,37%
Gênero	
Feminino	63,74%
Masculino	36,26%
Consideram o curso predominantemente	
Prático	61,5%
Teórico	38,5%
Idade Média (anos)	21,62 (5,66) ^a
Modos Regulatórios	
Locomoção (1-10)	7,31 (1,64) ^a
Avaliação (1-10)	5,12 (1,74) ^a

Nota. ^a Média (Desvio padrão).

Para atender ao objetivo da pesquisa, inicialmente, foi necessário identificar os níveis dos modos regulatórios entre os acadêmicos. Como reportado na Tabela 3, observou-se que os alunos apresentam níveis maiores de locomoção ($M = 7,31$) do que de avaliação ($M = 5,12$). As médias foram submetidas ao teste t de amostra pareadas para identificar se a diferença entre elas é significativa (Field, 2012). Os resultados suportam a conclusão de que os alunos da amostra possuem níveis maiores de locomoção do que de avaliação ($T_{(93)} = 10,24$; $p < 0,001$), sendo a forte orientação para ação uma característica predominante entre os alunos participantes da pesquisa (Kruglanski *et al.*, 2000).

Posteriormente, os modos regulatórios foram submetidos ao teste de Correlação com as medidas relacionadas ao curso de Ciências Contábeis: percepção de desempenho acadêmico, percepção do sistema de avaliação, interesse por disciplinas práticas ou teóricas e satisfação geral com o curso. Os dados são reportados na Tabela 4. Primeiro, é importante destacar que foi encontrada uma associação positiva e significativa entre os níveis de locomoção e avaliação ($r = 0,250$; $p < 0,05$). Este resultado reforça a noção de que os modos regulatórios não são excludentes, sendo que os indivíduos apresentam diversas combinações entre ele. Como demonstrado por Pierro *et al.* (2018), um indivíduo com altos níveis de locomoção e avaliação é favorecido em termos de cumprimento de objetivos, pois demonstra tanto iniciativa e esforço nas ações quanto capacidade de avaliar criticamente suas ações e resultados e de evitar e corrigir erros.

Tabela 4

Correlação entre os modos regulatórios e as medidas referentes ao curso

	1	2	3	4	5	6	7
1 Locomoção	1						
2 Avaliação	0,250*	1					
3 Desempenho	0,362**	0,073	1				
4 Sist.Avaliação	0,172	0,131	0,325**	1			
5 Disc.Prat	0,441**	0,122	0,353**	0,397**	1		
6 Disc.Teor	0,391**	0,098	0,187	0,178	0,209*	1	
7 Satisfação	0,267**	-0,087	0,196	0,201	0,493**	-0,026	1

 Nota. ** $p < 0,01$; * $p < 0,05$.

Contudo, apesar de os modos regulatórios apresentarem uma correlação significativa entre eles, apenas o nível de locomoção apresentou associações significativas com as medidas que envolvem o curso de graduação em Ciências Contábeis. Primeiro, uma correlação positiva e significativa foi encontrada entre o nível de locomoção e a percepção de desempenho do aluno no curso de Ciências Contábeis ($r = 0,362$; $p < 0,01$). Do mesmo modo, o nível de locomoção também apresentou uma correlação positiva e significativa com a satisfação geral com o curso ($r = 0,267$; $p < 0,01$). Assim, quanto maior o nível de locomoção do aluno, maior a sua percepção de desempenho e de satisfação no curso de Ciências Contábeis.

Em relação às disciplinas práticas e teóricas, ambas apresentaram associações significativas com o nível de locomoção dos alunos. Como esperado, o maior coeficiente de correlação ocorreu com as disciplinas práticas ($r = 0,441$; $p < 0,01$), cuja percepção de movimento é maior, como, por exemplo, nas atividades de resolução de exercícios. Esperava-se que o interesse em disciplinas teóricas se associasse com o nível de avaliação dos alunos, dado o envolvimento maior em atividades de análise e reflexão; contudo, a relação entre eles foi nula.

A única medida em relação ao curso que não obteve associação significativa com o modo regulatório de locomoção foi a percepção do sistema de avaliação. Esta medida avaliou o quanto os alunos são impactados pelas notas, pelas comparações com os demais alunos e pelas avaliações subjetivas dos professores. Como demonstrado por Kruglanski *et al.* (2000) e por Giacomantonio *et al.* (2013), indivíduos locomotores são motivados intrinsecamente e são menos impactados por avaliações externas. Portanto, os alunos com este perfil se importam menos com as notas e com a forma como serão percebidos caso elas sejam desfavoráveis. Contrariamente, esperava-se uma associação positiva entre o nível de avaliação do aluno e a percepção do sistema de avaliação do curso. Apesar de esta relação ter apresentado o maior coeficiente de correlação envolvendo o modo regulatório de avaliação, a relação não foi significativa ($r = 0,131$; $p = NS$).

Um ponto importante a se destacar são as associações positivas e significativas entre o interesse por disciplinas práticas e a percepção de desempenho acadêmico ($r = 0,353$; $p < 0,01$) e a satisfação geral com o curso ($r = 0,493$; $p < 0,01$). Dada a locomoção ser um traço predominante entre os alunos da amostra, a presença de disciplinas práticas, na qual a sensação de envolvimento e de esforço em atividades e exercícios são maiores, desperta nos alunos uma satisfação maior com o desempenho no curso e com o curso em geral. A propósito, baseado nos critérios estabelecidos por Cohen (1992), pode-se dizer que há um alto grau de associação entre o interesse nas disciplinas práticas e o grau de satisfação com o curso.

Além das medidas relacionadas ao curso, os alunos foram questionados sobre o grau de interesse em atuar em algumas áreas profissionais da contabilidade. O propósito destas questões foi relacionar os modos regulatórios com as opções de especialização e de carreira na área. Os resultados são apresentados na Tabela 5.

Tabela 5

Correlação entre as variáveis de orientação pessoal e ramo de atuação profissional

	1	2	3	4	5	6	7
1 Locomoção	1						
2 Avaliação	0,250*	1					
3 Cont. Financeira	0,241*	0,080	1				
4 Cont. Gerencial	0,267**	0,098	0,570**	1			
5 Cont. Pública	0,211*	-0,087	0,246*	0,153	1		
6 Cont. Tributária	0,276**	-0,025	0,467**	0,343**	0,184	1	
7 Empreender	-0,071	-0,032	0,029	0,053	-0,091	0,097	1

Nota. **p< 0,01; *p< 0,05

Semelhante aos resultados envolvendo as medidas do curso de graduação em Ciências Contábeis, apenas o modo regulatório de locomoção apresentou correlações positivas e significativas com os interesses nas áreas de atuação do profissional contábil. Com exceção à intenção de empreender, as associações com as demais áreas foram significativas, o que indica que quanto maior é o nível de locomoção do aluno, maior o interesse em atuar nas principais áreas da profissão contábil. Contrariamente, o modo regulatório de avaliação não apresentou nenhuma correlação significativa com o interesse em atuar nas áreas profissionais selecionadas. Assim, quanto maior ou menor os níveis de avaliação do aluno, a variação na intenção de atuar em algumas das áreas listadas permaneceu nula.

A intenção em empreender não apresentou associações significativas com os modos regulatórios. O fenômeno de empreender é tratado na literatura como um processo que envolve a identificação, avaliação e exploração de uma oportunidade por indivíduos (Shane, 2012). No entanto, como demonstrado por Amato, Baron, Barbieri, Bélanger e Pierro (2017), cada um dos modos regulatórios influencia apenas uma parte do processo empreendedor. Por exemplo, locomoção é importante na busca ativa por oportunidades, enquanto a avaliação é importante na etapa de julgamento das oportunidades (Amato *et al.*, 2017). Sendo assim, por ser uma atividade complexa, a intenção de empreender pode demandar uma combinação entre os dois modos regulatórios (Pierro *et al.*, 2018), explicando a ausência de associações diretas.

Por fim, para uma análise adicional, foram listados alguns valores relacionados à carreira profissional e solicitado aos alunos que assinalassem o grau de importância que é dado a eles ao decidirem sobre uma oportunidade de trabalho. Os resultados do teste de Correlação envolvendo estes valores e os modos regulatórios são apresentados na Tabela 6.

Tabela 6

Correlação entre modos regulatórios e valores do ambiente profissional

	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1 Locomoção	1								
2 Avaliação	0,250*	1							
3 Estabilidade	0,098	0,042	1						
4 Remuneração	-0,023	-0,101	0,328**	1					
5 Comp.profissionais	0,077	-0,044	0,216*	0,442**	1				
6 Qualidade do amb.	0,199	-0,004	0,273**	0,363**	0,431**	1			
7 Exper.profissionais	0,234*	-0,046	0,110	0,326**	0,677**	0,596**	1		
8 Plano carreira	0,223*	-0,167	0,300**	0,229*	0,420**	0,430**	0,538**	1	
9 Satisf.pessoal	0,287**	0,180	0,021	0,023	0,116	0,231*	0,129	0,150	1

Nota. **p< 0,01; *p< 0,05

Novamente, o modo regulatório de locomoção foi o único a apresentar associações significativas com as variáveis do ambiente profissional entre os alunos pesquisados. Foram encontradas correlações significativas entre o nível de locomoção e a valorização de um ambiente de trabalho que possibilite novas experiências profissionais ($r = 0,234$; $p < 0,05$), um plano de carreira adequado ($r = 0,223$; $p < 0,05$) e que proporcione uma satisfação pessoal ($r = 0,287$; $p < 0,05$). Destaca-se que as pessoas com o modo regulatório de locomoção possuem níveis maiores de motivação intrínseca e de orientação para ação (Kruglanski *et al.*, 2000). Portanto, uma carreira que proporcione diversas experiências de trabalho e que permita ao indivíduo buscar sempre novos objetivos (ex. plano de carreira) tende a ser mais valorizada por indivíduos locomotores. Do mesmo modo, a busca pela satisfação pessoal no trabalho é comum em pessoas motivadas intrinsecamente, como são os locomotores (Benjamin & Flynn, 2006), sendo um aspecto mais valorizado do que a estabilidade e a remuneração, por exemplo.

5. Considerações Finais

Neste estudo, buscou-se associar os modos regulatórios dos alunos com aspectos relacionados à formação no curso de Ciências Contábeis. Apesar de os resultados encontrados se referirem aos alunos de apenas um curso de graduação, eles oferecem algumas discussões teóricas, as quais servem como inspirações para futuras pesquisas que desejam consolidar as relações aqui testadas, gerando novos conhecimento sobre o processo de formação na área contábil. Nesta seção, são apresentadas as discussões teóricas e gerenciais deste estudo, assim como as limitações da pesquisa e as sugestões de pesquisas futuras.

Em relação às discussões teóricas, destaca-se que, ao buscar completar um objetivo, como é a conclusão de um curso de graduação, os indivíduos são guiados por dois modos regulatórios essenciais, os quais eles apresentam em diferentes níveis e predominância: a capacidade de avaliar criticamente a situação atual e futura e os meios para alcançar o objetivo desejado (modo Regulatório de Avaliação) e a capacidade de se mover e de comprometer recursos em direção a situação futura (modo regulatório de Locomoção) (Kruglanski *et al.*, 2000; Higgins, Kruglanski, & Pierro, 2003).

Portanto, em uma visão psicológica, a busca pelos objetivos não deve ser avaliada apenas em função dos resultados que serão gerados, mas também em relação a forma como ele serão alcançados (Avnet & Higgins, 2003; Higgins, 2000). Em outras palavras, o valor individual de uma escolha se dá pelo ajustamento entre o modo regulatório do indivíduo e a estratégia usada para tomar e operacionalizar a decisão (Higgins, 2000; Pierro, Presaghi, Higgins & Kruglanski, 2009). Quando o indivíduo experimenta esse ajuste, denominado ajuste regulatório, o nível de bem-estar, a percepção de ter adotado a estratégia correta, o senso de importância naquilo que está fazendo, o nível de engajamento na tarefa e as respostas favoráveis em relação às metas e aos sistemas de avaliação são maiores (Pierro *et al.*, 2013; Avnet & Higgins, 2003).

No entanto, embora os indivíduos, geralmente, determinam por si só os objetivos que desejam buscar, nem sempre cabe a eles decidir a forma e as estratégias que adotarão para perseguir-los (Pierro *et al.*, 2009). Por exemplo, o aluno, ao decidir se matricular em um curso de Ciências Contábeis, deverá se submeter a forma de trabalho determinada pela instituição de ensino superior, como as disciplinas que serão cursadas, o sistema de avaliação, os professores e seus exercícios de fixação, entre outros. Desse modo, “apesar do ajuste regulatório se caracterizar como uma experiência motivacional intrapessoal, os determinantes desta experiência poder ser interpessoais” (Pierro *et al.*, 2009, p. 602).

Baseado no levantamento feito neste estudo com alunos matriculados em curso superior de Ciências Contábeis, destaca-se que o perfil de locomoção (*vs.* de avaliação) foi o mais associado aos aspectos que envolvem o respectivo curso. Além do perfil de locomoção ter sido preponderante entre os alunos pesquisados, foram encontradas associações positivas entre o nível de locomoção e a satisfação geral com o curso e com o desempenho acadêmico. Os alunos com perfil de locomoção tendem a apresentar níveis de orientação para a ação maiores (Kruglanski *et al.*, 2000), o que pode indicar um grau maior de adequação ao curso de Contabilidade, cujo o caráter prático é predominante.

Esta conclusão é corroborada ao encontrar uma forte associação entre o perfil de locomoção e o interesse por disciplinas práticas. O interesse nas disciplinas práticas também obteve associação significativa com as medidas de desempenho e de satisfação com o curso, associações que não foram significativas envolvendo o interesse por disciplinas teóricas. Muitas disciplinas do curso de Contabilidade exigem dos alunos o registro dos fatos financeiros, econômicos e patrimoniais, assim como a elaboração de demonstrativos e outros relatórios contábeis.

Outra indicação de que o perfil de locomoção é o mais ajustado em relação à formação na área contábil se refere às associações encontradas entre os modos regulatórios e as opções de carreiras selecionadas. O nível de locomoção dos alunos foi positivamente associado com o interesse de atuação nas áreas de Contabilidade Financeira, Contabilidade Gerencial, Contabilidade Pública e Contabilidade Tributária, enquanto não houve nenhuma associação significativa envolvendo o nível de avaliação. Baseado nos resultados encontrados, o que os alunos locomotores mais valorizam nestas opções de carreira é obtenção de experiências profissionais, a satisfação pessoal e a presença de um plano de carreira que permita a eles estabelecer constantemente novos planos e desafios. Ou seja, valores de um ambiente de trabalho que estão relacionados a um sentimento de movimento e de progresso, de grande envolvimento com ações e com um alto nível de motivação intrínseca (Pierro *et al.*, 2013; Kruglasnki *et al.*, 2000).

Desse modo, ressalta-se que os alunos que apresentam o modo regulatório de locomoção predominante experienciam um ajuste regulatório maior ao cursar Ciências Contábeis na instituição de ensino pesquisada. Ou seja, a forma como o curso superior é formatado, espelhando as demandas do mercado de trabalho, se mostra mais adequada aos alunos locomotores quando o desejo é concluir o curso de Ciências Contábeis e atuar profissionalmente na área. Contrariamente, alunos com o modo regulatório de avaliação experienciam menos este ajuste regulatório.

Além dessas implicações teóricas, os resultados oferecem permitem implicações gerenciais. Os resultados ressaltam a importância dos gestores das instituições de ensino superior e dos coordenadores de cursos compreenderem o modo regulatório predominante dos alunos, bem como o perfil que ter maior propensão para experienciar um ajuste regulatório. Os alunos que experienciam este ajuste deve apresentar índices menores de desistência, maior envolvimento e satisfação com o curso, além de notas melhores. Além disso, essa melhor experiência no processo de formação pode influenciar indiretamente a melhoria de performance do curso em medidas como a empregabilidade dos alunos, avaliação do mercado, *rankings* e exames (ex. Enade). Ademais, as informações sobre o ajuste regulatório podem ser úteis para determinar o público-alvo e as estratégias de divulgação do curso.

Por fim, os resultados deste estudo devem ser analisados com cautela, uma vez que eles se limitam à apenas um curso de graduação específico. Portanto, novos estudos podem examinar se ajuste regulatório percebido entre os alunos da instituição pesquisada também é percebido em amostras de alunos de outras instituições de ensino superior. Ademais, os cursos superiores são, em parte, formatados para atender as demandas das regiões em que estão inseridos, admitindo, por exemplo, linhas de formação específicas. Por isso, pode haver mudanças de ajuste regulatório entre os cursos de Contabilidade em função das regiões pesquisadas e das especialidades oferecidas.

Outra limitação do estudo foi o tratamento dado igualmente na análise dos resultados para os alunos de todos os períodos. Os alunos do último período, por exemplo, já experienciaram muito mais do processo de formação em Ciências Contábeis do que os alunos do primeiro período. Ademais, os alunos do último período podem representar uma amostra mais homogênea em termos de modos regulatórios, uma vez que aqueles que não experienciaram o ajuste regulatório pode ter desistido do curso e não avançaram. Portanto, estudos futuros podem se dedicar apenas aos alunos do último período ou formandos, objetivando encontrar o modo regulatório predominante entre eles e associá-lo às percepções de desempenho e satisfação no curso. Esta investigação também pode se estender aos profissionais formados atuantes na área como forma de agregar conhecimento sobre o perfil do profissional da contabilidade.

Outra limitação do estudo se refere a técnica de análise dos dados. O teste de Correlação não permite concluir sobre a causalidade entre as variáveis associadas e se limita apenas a uma relação bivariada (Field, 2012). Novos estudos podem examinar as relações entre os modos regulatórios e os aspectos da formação contábil, controlando os efeitos de outras variáveis, como o perfil socioeducacional dos alunos, as dificuldades percebidas durante a formação do aluno, a percepção da perspectiva profissional na área (Panucci-Filho, Clemente, Souza & Espejo, 2013).

Por fim, destaca-se a ausência de algumas associações significativas, as quais se apresentam como oportunidades para novos estudos. Primeiro, os resultados demonstraram a falta de associações significativas envolvendo o modo regulatório de avaliação. A capacidade de avaliação crítica de estados e dos meios para se alcançar objetivos é uma competência que está sendo cada vez mais exigida na área contábil. Questões atuais como a prevalência da essência sobre a forma, o uso de novas tecnologias, a assertividade nas projeções, a capacidade analítica e interpretativa, o grande volume de dados (*big data*) e o julgamento profissional requerem dos alunos e dos profissionais aspectos do modo regulatório de avaliação que não foram identificados no resultado deste estudo. Estudos futuros podem identificar em quais contextos específicos esta competência é fundamental.

Segundo, não houve associações significativas entre aos modos regulatórios e a intenção de empreender, apesar de os modos serem importantes ao longo de todo o processo empreendedor (Amato *et al.*, 2017). Ressalta-se, que neste estudo, a intenção foi mensurada apenas por um item e que novos estudos podem adotar escalas que mensuram de forma mais completa este fenômeno, como, por exemplo, as escalas de alerta empreendedor (Tang, Kacmar & Busenitz, 2012) ou de orientação empreendedora (Bolton & Lane, 2012). Além disso, novos estudos podem investigar também indivíduos que empreenderam na área contábil, analisando os efeitos dos modos regulatórios sobre o desempenho desses indivíduos na condução dos negócios (Amato *et al.*, 2017).

Referências

- Amato, C., Pierro, A., Chirumbolo, A. & Pica, G. (2014). Regulatory modes and time management: How locomotors and assessors plan and perceive time. *International Journal of Psychology*, 49(3), pp. 192-199. doi: 10.1002/ijop.12047
- Amato, C., Baron, R. A., Barbieri, B., Bélanger, J. J. & Pierro, A. (2017). Regulatory modes and entrepreneurship: the mediational role of alertness in small business success. *Journal of Small Business Management*, 55(S1), pp. 27-42. doi: 10.1111/jsbm.12255
- Anjos, L. C. M., Santos, P. C. F., Miranda, L. C., Silva, D. J. C. & Freire, R. S. (2011). Conhecer e empreender: um estudo sobre a utilização de artefatos gerenciais em organizações contábeis. *Navus-Revista de Gestão e Tecnologia*, 1(1), pp. 17-34.
- Atkinson, A. A., Kaplan, R. S., Matsumura, E. A., & Young, S. M. (2015). Contabilidade gerencial: Informação para tomada de decisão e execução da estratégia. (4ª ed.). São Paulo: Atlas.
- Avnet, T. & Tory Higgins, E. (2003). Locomotion, assessment, and regulatory fit: Value transfer from “how” to “what”. *Journal of Experimental Social Psychology*, 39(5), pp. 525-530. doi: 10.1016/S0022-1031(03)00027-1
- Benjamin, L. & Flynn, F. J. (2006). Leadership style and regulatory mode: Value from fit?. *Organizational Behavior and Human Decision Processes*, 100(2), pp. 216-230. doi: 10.1016/j.obhdp.2006.01.008
- Bezerra, F. A. (2012). Análise fatorial. In L. J. Corrar, E. Paulo & J. M., Dias Filho (coords.), *Análise multivariada: para os cursos de Administração, Ciências Contábeis e Economia* (Cap. 2, pp.73-130). São Paulo: Atlas.
- Bolton, D. L. & Lane, M. D. (2012). Individual entrepreneurial orientation: Development of a measurement instrument. *Education + Training*, 54(2/3), pp. 219-233. doi: 10.1108/00400911211210314

- Borges, I. M. T. (2016). *Entendendo os diferentes: influência de fatores contingenciais e dos estilos de aprendizagem no desempenho acadêmico de discentes do curso de ciências contábeis*. Dissertação de mestrado, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, PR, Brasil. Disponível em: <http://www.pco.uem.br/dissertacoes-defendidas/>
- Chernikova, M., Destro, C. L., Mauro, R., Pierro, A., Kruglanski, A. W. & Higgins, E. T. (2016). Different strokes for different folks: Effects of regulatory mode complementarity and task complexity on performance. *Personality and Individual Differences*, 89(1), pp. 134-142. doi: 10.1016/j.paid.2015.10.011
- Cohen, J. (1992). A power primer. *Psychological Bulletin*, 112(1), pp. 155-159. doi:10.1037/0033-2909.112.1.155
- CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis (2011). Pronunciamento contábil básico CPC 00 (R1): Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro. Disponível em <http://www.cpc.org.br>.
- CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis (2011). Pronunciamento técnico CPC 26 (R1): Apresentação das demonstrações contábeis. Disponível em <http://www.cpc.org.br>.
- Cunha, J. V. A. & Coelho, A. C. (2012). Regressão Linear Múltipla. In L. J. Corrar, E. Paulo & J. M., Dias Filho (coords.). *Análise multivariada: para os cursos de Administração, Ciências Contábeis e Economia* (Cap. 2, pp.73-130). São Paulo: Atlas.
- Faia, V. D. S. & Vieira, V. A. (2017). Generating sales while providing service: the moderating effect of the control system on ambidextrous behavior. *International Journal of Bank Marketing*, 35(3), pp. 447-471. doi: 10.1108/IJBM-07-2016-0094
- Field, A. (2012). *Discovering statistics using IBM SPSS Statistics* (4a ed.). London: Sage.
- Fornell, C. & Larcker, D. F. (1981). Evaluating structural equation models with unobservable variables and measurement error. *Journal of Marketing Research*, 18(1), pp. 39-50. doi: 10.2307/3151312
- Garrison, R. H., Noreen, E. W., & Brewer, P. C (2013). *Contabilidade Gerencial* (14ª ed.). Porto Alegre: AMGH.
- Giacomantonio, M., Mannetti, L. & Pierro, A. (2013). Locomoting toward well-being or getting entangled in a material world: Regulatory modes and affective well-being. *Journal of Economic Psychology*, 38(1), pp. 80-89. doi: 10.1016/j.joep.2012.07.003
- Hair, J. F., Jr., Black, W. C., Babin, B. J., Anderson, R. E. & Tatham, R. L. (2009). *Análise multivariada de dados* (6ª ed.). Porto Alegre: Bookman.
- Higgins, E. T. (2000). Making a good decision: value from fit. *American Psychologist*, 55(11), p. 1217. doi: 10.1037/0003-066X.55.11.1217
- Higgins, E. T., Kruglanski, A. W. & Pierro, A. (2003). Regulatory mode: Locomotion and assessment as distinct orientations. In M. P. Zanna (Ed.), *Advances in experimental social psychology* (Vol. 35, pp. 294–344). San Diego, CA: Academic Press. doi: 10.1016/S0065-2601(03)01005-0
- IMA – Institute of Management Accountants (2008). Definition of management accounting. Recuperado em 9 abril, 2018, de <https://www.imanet.org>
- Iudícibus, S. & Marion, J. C. (2002). *Introdução à teoria da Contabilidade para o nível de graduação* (3ª. ed.) São Paulo: Atlas.
- Jasmand, C., Blazevic, V. & de Ruyter, K. (2012). Generating sales while providing service: A study of customer service representatives' ambidextrous behavior. *Journal of Marketing*, 76(1), pp. 20-37. doi: 10.1509/jm.10.0448
- Kohama, H. (2012). *Contabilidade pública: teoria e prática* (12ª. ed.). São Paulo: Atlas.

- Kruglanski, A. W., Thompson, E. P., Higgins, E. T., Atash, M., Pierro, A., Shah, J. Y. & Spiegel, S. (2000). To "do the right thing" or to "just do it": locomotion and assessment as distinct self-regulatory imperatives. *Journal of personality and social psychology*, 79(5), pp. 793-815. doi: 10.1037/0022-3514.79.5.793
- Lourenço, A. A. & Paiva, M. O. A. (2010). A motivação escolar e o processo de aprendizagem. *Ciências & Cognição*, 15(2), pp. 132-141.
- Maciel, A. R. & Martins, V. A. (2018). Percepção da qualidade em serviços contábeis: Estudo de caso em um escritório contábil em Foz do Iguaçu/PR. *Revista Evidenciação Contábil & Finanças*, 6(2), pp. 95-113. doi: 10.18405/recfin20180206
- Manalo, E., Kusumi, T., Koyasu, M., Michita, Y. & Tanaka, Y. (2013). To what extent do culture-related factors influence university students' critical thinking use?. *Thinking Skills and Creativity*, 10(1), pp. 121-132. doi: 10.1016/j.tsc.2013.08.003
- Marôco, João (2010). *Análise de equações estruturais: fundamentos teóricos, software & aplicações*. Pêro Pinheiro: ReportNumber.
- Martinez, A. L. (2017). Agressividade tributária: um survey da literatura. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC)*, 11(edição especial), pp. 106-124. doi: 10.17524/repec.v11i0.1724.
- Miceli, S., de Palo, V., Monacis, L., Di Nuovo, S. & Sinatra, M. (2018). Do personality traits and self-regulatory processes affect decision-making tendencies?. *Australian Journal of Psychology*, 70(1), pp. 284-293. doi: 10.1111/ajpy.12196
- Orehek, E. & Vazeou-Nieuwenhuis, A. (2013). Sequential and concurrent strategies of multiple goal pursuit. *Review of General Psychology*, 17(3), p. 339. doi: 10.1037/a0032584
- Ott, E., da Cunha, J. V. A., Cornacchione Júnior, E. B. & De Luca, M. M. M. (2011). Relevância dos conhecimentos, habilidades e métodos instrucionais na perspectiva de estudantes e profissionais da área contábil: estudo comparativo internacional. *Revista Contabilidade & Finanças*, 22(57), pp. 338-356. doi: 10.1590/S1519-70772011000300007
- Panucci-Filho, L., Clemente, A., Souza, A. & Espejo, M. M. D. S. B. (2013). Dificuldades e perspectivas dos estudantes de Ciências Contábeis da Universidade Federal do Paraná segundo o perfil socioeducacional. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC)*, 7(1), pp. 20-34. doi: 10.17524/repec.v7i1.241
- Pedhazur, E. J. & Schmelkin, Liora P. (1991). *Measurement, design and analysis: an integrated approach*. New Jersey: Erlbaum.
- Pierro, A., Giacomantonio, M., Pica, G., Giannini, A. M., Kruglanski, A. W. & Higgins, E. T. (2013). Persuading drivers to refrain from speeding: Effects of message sidedness and regulatory fit. *Accident Analysis & Prevention*, 50(1), pp. 917-925. doi: 10.1016/j.aap.2012.07.014
- Pierro, A., Kruglanski, A. W. & Higgins, E. T. (2006). Regulatory mode and the joys of doing: effects of 'locomotion' and 'assessment' on intrinsic and extrinsic task-motivation. *European Journal of Personality*, 20(5), pp. 355-375. doi: 10.1002/per.600
- Pierro, A., Leder, S., Mannetti, L., Higgins, E. T., Kruglanski, A. W. & Aiello, A. (2008). Regulatory mode effects on counterfactual thinking and regret. *Journal of Experimental Social Psychology*, 44(2), pp. 321-329. doi: 10.1016/j.jesp.2007.06.002
- Pierro, A., Presaghi, F., Higgins, T. E. & Kruglanski, A. W. (2009). Regulatory mode preferences for autonomy supporting versus controlling instructional styles. *British Journal of Educational Psychology*, 79(4), pp. 599-615. doi: 10.1348/978185409X412444

- Pierro, A., Chernikova, M., Destro, C. L., Higgins, E. T. & Kruglanski, A. W. (2018). Assessment and Locomotion Conjunction: How Looking Complements Leaping... But Not Always. In J. M. Olson (Ed.), *Advances in Experimental Social Psychology* (Vol. 58, Cap.5, pp. 243-299). Cambridge: Elsevier.
- Pohlmann, M. C. (2012). Contabilidade Tributária. Curitiba: IESDE Brasil S.A.
- Resolução n. 10, de 16 de dezembro de 2004. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Ciências Contábeis, bacharelado, e dá outras providências. Recuperado de http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces10_04.pdf
- Santiago, N. M. S. G., Faia, V. S. & Silva, J. D. (2016). Ensino do empreendedorismo nos cursos de ciências contábeis do estado do Paraná. *ConTexto*, 16(32), pp. 110-125.
- Shane, S. (2012). Reflections on the 2010 AMR decade award: Delivering on the promise of entrepreneurship as a field of research. *Academy of Management Review*, 37(1), pp. 10-20. doi: [org/10.5465/amr.2011.0078](https://doi.org/10.5465/amr.2011.0078)
- Silva, J. D., Faia, V. S. & Vieira, V. A. (2016). Os efeitos negativos da experiência e do controle no desempenho do vendedor. *RAE-Revista de Administração de Empresas*, 56(6), pp. 626-640. doi: [10.1590/S0034-759020160605](https://doi.org/10.1590/S0034-759020160605)
- Silva, J. D., Vieira, V. A. & Faia, V. S. (2015). Quando o sistema de controle enfraquece o desempenho com vendas. *REMark*, 14(1), pp. 1-17. doi: [10.5585/remark.v14i1.2816](https://doi.org/10.5585/remark.v14i1.2816)
- Silva, V. R., Miranda, G. J. & Pereira, J. M. (2017). ENADE e Proposta Curricular do CFC: Um Estudo em Cursos Brasileiros de Ciências Contábeis. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC)*, 11(3), pp. 261-275. doi: [10.17524/repec.v11i3.1479](https://doi.org/10.17524/repec.v11i3.1479)
- Spiegel, S., Grant-Pillow, H. & Higgins, E. T. (2004). How regulatory fit enhances motivational strength during goal pursuit. *European Journal of Social Psychology*, 34(1), pp. 39-54. doi: [10.1002/ejsp.180](https://doi.org/10.1002/ejsp.180)
- Tang, J., Kacmar, K. M. M. & Busenitz, L. (2012). Entrepreneurial alertness in the pursuit of new opportunities. *Journal of Business Venturing*, 27(1), pp. 77-94. doi: [10.1016/j.jbusvent.2010.07.001](https://doi.org/10.1016/j.jbusvent.2010.07.001)
- Triviños, A. N. S. (2013). *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação* (22ª ed). São Paulo: Atlas.
- Vieira, V. A., Pires, D. & Galeano, R. (2013). Determinantes do desempenho empresarial e das vendas cruzadas no varejo. *Revista de Administração de Empresas*, 53(6), pp. 565-579. doi: [10.1590/S0034-759020130605](https://doi.org/10.1590/S0034-759020130605)

Diretrizes aos Autores

1. Regras para submissão de artigos

Para submissão de artigos à Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade - REPeC, os autores devem seguir as normas e critérios definidos pela REPeC. A partir de Janeiro de 2013 são seguidas as normas da *American Psychological Association* (APA) no que se refere às citações e referências bibliográficas. Serão rejeitadas as submissões que não estiverem de acordo com as normas.

Os artigos submetidos à Revista devem ser inéditos, ou seja, não terem sido publicados ou enviados a outro periódico.

Os artigos podem ser redigidos em português ou inglês, com no mínimo 5.000 e máximo 9.000 palavras, incluindo tabelas, figuras, notas e referências. São permitidos, no máximo, 5 (cinco) autores por artigo. Todos os artigos aprovados serão traduzidos e publicados nas duas línguas: português e inglês.

Os artigos que contiverem Tabelas ou Figuras, estas devem estar em formato que permitam ser editadas. Caso algumas dessas Tabelas ou Figuras tenham sido importadas de outros programas, como Excel, Power Point etc., deve ser enviado também o arquivo de origem como Arquivo Complementar.

Não usar expressões como id., ibid., op. cit., loc. cit. e assemelhadas, ou notas de referência e de rodapé. São admitidas notas no final do texto, no entanto, devem ser evitadas.

A submissão dos artigos deve ser de forma eletrônica pelo site www.repec.org.br. Ao final da submissão será enviada mensagem eletrônica por e-mail com a confirmação do recebimento do artigo.

2. Conteúdo e formatação dos artigos

Para submissão, os artigos devem conter:

- o **título** no idioma de origem do artigo (português ou inglês) sem identificação do(s) autor(es);
- um **resumo** no idioma de origem do artigo (português ou inglês) em no mínimo 150 e máximo de 200 palavras, espaço simples entre linhas, composto pelos seguintes elementos, conforme Quadro abaixo: **Objetivo**, **Método**, **Resultados** e **Contribuições**. Ao final do resumo devem ser inseridas de **três a cinco palavras-chave**;

Objetivo: este estudo teve o objetivo de investigar a relevância da educação e da pesquisa em contabilidade para o crescimento da economia brasileira durante a primeira década do século XXI.

Método: na coleta de dados para a sua realização, este estudo contou com um questionário estruturado elaborado a partir da literatura pertinente, o qual foi testado e aplicado a uma amostra de contadores e empresários brasileiros durante o ano de 2017. Na análise desses dados foi realizada uma análise de conteúdo e utilizados testes estatísticos para o estabelecimento de relações entre as respostas obtidas.

Resultados: os principais achados deste estudo indicam que a ampliação da educação e da pesquisa em contabilidade no Brasil foi essencial para o crescimento da economia, de acordo com a percepção dos respondentes, embora ainda haja a impressão de que é necessário que contadores e empresários façam melhor uso das informações contábeis.

Contribuições: do ponto de vista acadêmico, as evidências desta pesquisa contribuem com o preenchimento de uma importante lacuna existente na literatura nacional. No que se refere ao mercado, contribuem ao fornecer evidências de que, apesar de haver percepção de relevância, ainda é preciso que seus usuários façam melhor uso das informações da contabilidade.

Palavras-chave: Educação; Pesquisa; Contabilidade.

- o artigo propriamente dito redigidos em português ou inglês, com no mínimo 5.000 e máximo 9.000 palavras, incluindo tabelas, figuras, notas e referências.
- as páginas dos artigos devem estar devidamente numeradas no canto superior direito, digitadas em editor de texto Word for Windows, nas seguintes condições:
 - papel formato A4 (210 x 297 mm);
 - fonte Times New Roman, tamanho 12;
 - espaço entre linhas: simples;
 - entrada de parágrafo: 1,25;
 - margens: superior 3cm, inferior 2cm, esquerda 3cm, direita 2cm;
 - tabelas e figuras em fonte Times New Roman, tamanho 10;
 - as citações e referências devem obedecer as normas atuais da APA (*American Psychological Association*).

3. Tabelas e Figuras¹

As tabelas e figuras devem ser usadas nos artigos sempre que suas informações tornarem a compreensão do texto mais eficiente, sem que haja repetição das informações já descritas no texto.

3.1 Tabelas

A tabela normalmente deve mostrar valores numéricos ou informação textual organizados em uma exposição ordenada de colunas e linhas. **Qualquer outra demonstração textual deve ser caracterizada como figura.**

A tabela deve ser apresentada com suas informações de forma visível e suficientes para sua compreensão e deve ser formatada da seguinte forma:

¹ Grande parte dessas orientações foi adaptada do Manual de Submissão da Revista de Administração Contemporânea – RAC, disponível em www.anpad.org.br.

Editor de tabelas	Word for Windows 97 ou posterior. Caso os autores tenham elaborado suas tabelas no programa Excel ou similares, por favor refaçam as tabelas utilizando o recurso em Word.
Fonte	Times New Roman, tamanho 10.
Espaçamento entre linhas	Simple.
Espaçamento antes e depois	3 pt.
Cores em tabelas	Utilizar apenas as cores preto e branco (escala de cinza).
Título	O título de tabela precisa ser claro e explicativo. Ele deve ser colocado acima da tabela, no canto superior esquerdo, e na linha seguinte, logo abaixo da palavra Tabela (com a inicial maiúscula), acompanhada do número que a designa. As tabelas são apresentadas com números arábicos de forma sequencial e dentro do texto como um todo. Ex.: Tabela 1, Tabela 2, Tabela 3 etc.
Citação de tabelas	Ao citar tabelas no corpo do texto escrever apenas o número referente à tabela, por exemplo: Tabela 1, Tabela 2, Tabela 3 etc. (a palavra 'Tabela' deverá ser apresentada com a primeira letra maiúscula). Nunca escreva 'tabela abaixo', 'tabela acima' ou ainda, 'tabela da página XX', pois a numeração das páginas do artigo pode alterar-se durante sua formatação.
Notas de tabelas	A fonte utilizada nas notas da tabela deve ser Times New Roman, tamanho 10, espaçamento simples. As notas devem ser descritas no rodapé da tabela e servem para indicar a Fonte das informações da tabela, além de outras informações importantes para o entendimento da tabela.

3.2 Figuras

A figura deve evidenciar um fluxograma, um gráfico, uma fotografia, um desenho ou qualquer outra ilustração ou representação textual.

A figura deve ser apresentada com suas informações de forma visível e suficientes para sua compreensão e deve ser formatada da seguinte forma:

Fonte	Times New Roman, tamanho 10.
Cores em figuras	Utilizar apenas as cores preta e branca (escala de cinza).
Formato	Encaminhar as figuras em formato editável.
Título	Explica a Figura de maneira clara e objetiva. O título deve ser colocado sob a figura e numerado com números arábicos de forma sequencial, precedido pela palavra Figura (com a inicial maiúscula). Ex.: Figura 1, Figura 2, Figura 3, etc. Depois do título, quaisquer outras informações necessárias para esclarecimentos da figura ou fonte devem ser acrescidas como Nota.
Legenda	A legenda é a explicação dos símbolos utilizados na figura e deve ser colocado dentro dos limites da figura.
Tamanho e proporção	As figuras devem ajustar-se às dimensões do periódico. Portanto uma figura deve ser elaborada ou inserida no artigo de modo a poder ser reproduzida na largura de uma coluna ou página do periódico em que ele será submetido.
Citação no corpo do texto	Ao citar uma figura no corpo do texto escreva apenas o número referente a figura, por exemplo: Figura 1, Figura 2, Figura 3 etc. (a palavra 'Figura' deverá ser apresentada com a primeira letra em maiúsculo). Nunca escreva 'figura abaixo', 'figura acima', ou ainda, 'figura da página XX', pois a numeração das páginas do artigo pode-se alterar durante sua formatação.

4. Citações e Referências

Para a versão completa das normas de citações e referências de acordo com a APA (American Psychological Association), acesse <http://www.repec.org.br/index.php/repec/article/view/1607/1237>.